



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia do Turismo

Volume Único

Marcela do Nascimento Padilha



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Geografia

Gláucio José Marafon - UERJ

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Marcela do Nascimento Padilha

Diretoria de Material Didático

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design

Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo da Cunha

Design Instrucional

Fernanda Felix

Luciana Perdigão

Biblioteca

Raquel Cristina da Silva Tiellet

Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

Diretoria de Material Impresso

Marianna Bernstein

Revisão Linguística e Tipográfica

Licia Matos

Maria Elisa da Silveira

Ilustração

Renan Alves

Capa

Renan Alves

Programação Visual

Bianca Giacomelli

Camille Moraes

Produção Gráfica

Fábio Rapello Alencar

Ulisses Schnaider

Copyright © 2018 Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

P123g

Padilha, Marcela do Nascimento.

Geografia do Turismo. Volume único / Marcela do Nascimento Padilha. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2018.

292p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 85-7648-xxx-x

1. Geografia. 2. Turismo. 3. Turismo Rural. 4. Turismo e meio ambiente. 5. Turismo e Patrimônio Histórico. I. Título

CDD:338.4791

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social

Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Luis César Passoni

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

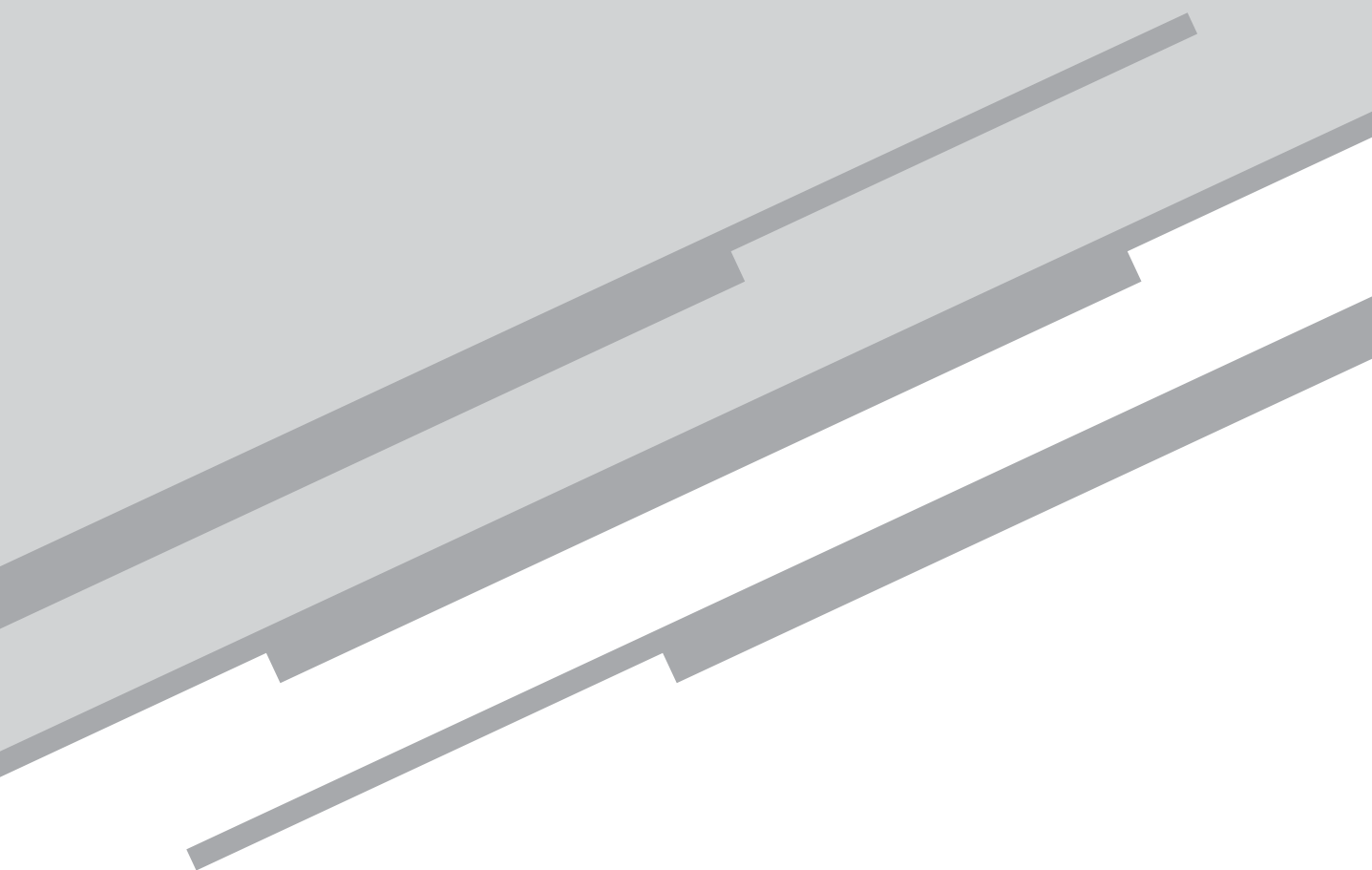
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 1 • Geografia e turismo: uma relação antiga	7
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 2 • A contribuição dos conceitos-chave da Geografia para a análise do turismo.....	31
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 3 • Os pilares da análise geográfica: espaço, região e território	57
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 4 • Os pilares da análise geográfica: paisagem e lugar.....	77
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 5 • O espaço geográfico transformado em espaço turístico.....	99
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 6 • Turismo em espaços urbanos.....	123
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 7 • Turismo em espaços urbanos (continuação)	145
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 8 • Turismo Rural	167
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 9 • Turismo e meio ambiente	191
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 10 • Turismo e patrimônio histórico: conceitos e mudanças ao longo da história.....	219
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 11 • Turismo e patrimônio histórico: preservação e valorização	239
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 12 • A contribuição do turismo para o desenvolvimento local.....	257
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	
Aula 13 • Exemplos de lugares que se desenvolveram a partir do turismo	273
<i>Marcela do Nascimento Padilha</i>	

Aula 1

Geografia e turismo: uma relação antiga



Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Apresentar ao aluno uma breve história do turismo enfatizando a sua relação indissociável com a Geografia.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os principais marcos da história do turismo;
2. reconhecer elementos que demonstrem a relação entre o turismo e a Geografia.

Pré-requisitos

Recomendamos que você recupere alguns conteúdos da disciplina “Espaço, Natureza e Sociedade”, tais como a especificidade da Geografia dentro do quadro científico e os objetivos da ciência geográfica.

Introdução

“Onde você passou as suas férias?”



Figura 1.1: Desenhe, faça uma colagem ou cole no espaço acima uma foto tirada em suas últimas férias.

Você certamente já ouviu essa pergunta! Ela tem sido frequente entre amigos e colegas de trabalho ou de classe nos últimos anos.

Em um passado recente, costumava-se perguntar o que havíamos *feito* nas férias, e não o *lugar* que visitamos. Mas, nos últimos anos, viajar tem sido uma prática tão comum que não imaginamos mais passar as férias no mesmo lugar onde moramos.

Costumava-se relacionar o turismo da Era Moderna com as viagens promovidas por Thomas Cook por países europeus, no século XIX.

Já o turismo, como fenômeno mundial, é uma atividade contemporânea. Ele ganhou força na segunda metade do século XX, dentro de um contexto de avanços socioeconômicos e espaciais:

- nos sistemas de transporte;
- na comunicação; e
- nas conquistas trabalhistas, representadas, sobretudo, pelas férias remuneradas.

Outros fatores, como o transporte mais eficiente e barato; a abertura de rodovias e o aumento da renda da população de diversos países, principalmente daqueles em desenvolvimento, fizeram do turismo uma atividade mais democrática, que ganha mais adeptos a cada ano.

Com isso, os destinos turísticos também sofreram transformações de ordem física e social, visto que, além de receberem uma estrutura voltada para acolher os turistas, sua população local também é inserida nesse processo, ora de forma positiva, com a oportunidade de tro-

cas culturais e desenvolvimento socioeconômico, ora negativa, quando ocorre a exclusão e a segregação de uma parcela dessa população.

Nesse sentido, é possível identificar uma relação estreita e indissociável entre turismo e Geografia, tendo em vista que a atividade turística se apropria do espaço geográfico de diferentes maneiras, causando nele transformações de ordens diversas e por ela sendo também transformado. E é exatamente essa relação que estudaremos a partir de hoje na disciplina Geografia do turismo.

Então, boa viagem!!!

Uma breve viagem pela história do turismo

Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser. Que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver.”

Amyr Klink, *Mar sem fim*

As palavras do maior navegador brasileiro na atualidade, retiradas de seu livro *Mar sem fim*, nos leva a refletir sobre a importância de se conhecer os diversos lugares do mundo, com sua natureza, sua história testemunhada por suas construções e, sobretudo, sua população dotada de uma cultura particular. E essa curiosidade pelos lugares, com sua composição espacial e cultural, pode ser verificada em épocas muito remotas da história da humanidade. Entretanto, sua investigação mais sistemática inicia-se, no ocidente, com os relatos de viagens.



KotomiCreations

Figura 1.2: A curiosidade em conhecer espaços geográficos, culinários e culturas diferentes levou as pessoas a viajar e a compartilhar suas experiências por meio de relatos dessas viagens.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/kotomi-jewelry/4507595067/>

Você já fez um diário descrevendo os locais que visitou durante a viagem?

Muitas pessoas possuem o hábito de fazer diários de viagem. Se nunca fez, convidamos você a experimentar fazê-lo em sua próxima visita a um ponto turístico!

O grego Estrabão, por exemplo, nascido na segunda metade do século I a.C., é conhecido como um dos precursores da Geografia, precisamente da geografia descritiva, justamente por elaborar descrições detalhadas dos lugares que visitava.



Fphilibert

Figura 1.3: Mapa que ilustra a Europa vista por Estrabão.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_\(Estrab%C3%A3o\)#/media/File:Map_of_Europe_according_to_Strabo.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_(Estrab%C3%A3o)#/media/File:Map_of_Europe_according_to_Strabo.jpg)

Desses relatos, resultou sua grande obra: *Geographia*, composta por dezessete livros que apresentam as características de diversos lugares e povos do mundo até então conhecido. Como demonstra o texto seguinte retirado do Capítulo 3 do Livro III:

§ 3. E ainda assim o país ao norte do Tejo, Lusitânia, é a maior das nações ibéricas, e a nação contra qual os romanos travaram guerra por mais longo tempo. As fronteiras do país são: no lado sul, o Tejo; no oeste e norte, o oceano, e no leste, os países das Carpetanos, Vetões, Vaccaeans e Kallaicos, as tribos conhecidas; que é não vale a pena citar o resto, por causa de sua pequenez e falta de reputação. Ao contrário do que os homens de hoje, no entanto, alguns chamam também esses povos lusitanos [...] (ESTRABÃO, 2014).

Assim, o interesse pelos aspectos espaciais e culturais dos diferentes lugares do mundo resultou em belas e importantes descrições que tiveram os mais diversos usos, seja para o ensino, para a aquisição de cultura, seja, ainda, para dominar e explorar um território.

A tradição dos relatos de viagens ganhou força e se ampliou com as grandes navegações, fornecendo uma importante e consistente base material para o conhecimento dos lugares e, também, para a criação da Geografia Moderna.



Relatos de viagens: o Brasil no olhar dos viajantes

Diversos povos visitaram o Brasil no período das grandes navegações. Esses visitantes estrangeiros escreveram relatos de suas viagens e seus escritos podem ter contribuído para a construção da imagem e da identidade do Brasil perante o mundo e entre os próprios brasileiros.

Esse é o tema do documentário *Brasil no olhar dos viajantes*, disponível na TV Senado no seguinte *link*:

<https://www.youtube.com/watch?v=k-tb3oV8kkg>.

O filme apresenta relatos que descrevem um país exótico e o modo como foram tecidas as bases de sua sociedade. Vale a pena conferir!

Além disso, tais descrições serviram de base para colonizadores traçarem estratégias de dominação de novas terras. Afinal, para dominar um território é imprescindível o maior conhecimento possível sobre ele. Não é à toa que Yves Lacoste, um conhecido geógrafo francês, escreveu um livro intitulado *A Geografia: isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, numa clara referência à necessidade de se conhecer o terreno que se pretende conquistar.

É preciso ressaltar que *viagem e turismo não são sinônimos*. O turismo transcende a ação de viajar. Enquanto a viagem envolve simplesmente o deslocamento de uma ou mais pessoas de um lugar de origem para um lugar de destino, o *turismo pressupõe a existência de um sistema mais complexo, que compreende uma infraestrutura turística* composta por:

- infraestrutura de acesso (relativa ao deslocamento), equipamentos turísticos (alojamentos, agências, transportadoras etc.); e
- equipamentos de apoio (como rede de atendimento médico-hospitalar, de automóveis, de entretenimento etc.).

Resumindo: para ser considerado turismo, é preciso que haja uma determinada infraestrutura de acesso e equipamentos de apoio. Sendo assim, você conseguiria estimar, segundo esses requisitos, quando aproximadamente surgiu o turismo?

É comum encontrarmos trabalhos que indicam o surgimento do turismo na Europa do século XVII, referindo-se a um determinado tipo de viagem, cujo objetivo não era o ganho financeiro, mas sim a diversão, o descanso, a melhoria da saúde ou o conhecimento de lugares e/ou culturas.

Para entendermos melhor o conceito de turismo, vale a pena recorrermos à sua etimologia.

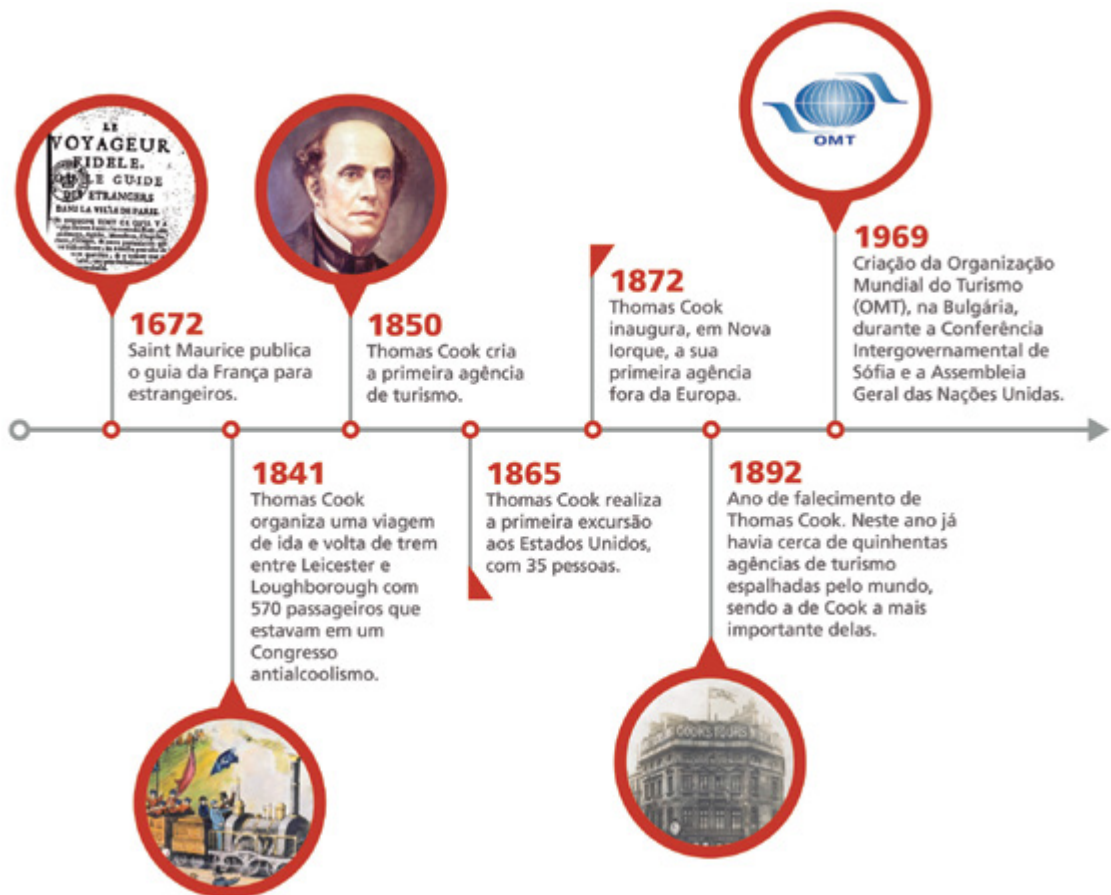
Você já ouviu alguém falar que fez um *citytour* oferecido por um determinado hotel ou que saiu um dia para fazer um *tour* pela cidade? Essa expressão *tour* está diretamente relacionada ao conceito de turismo! Vamos ver?



O Rio de Janeiro do século XX na visão das companhias aéreas e marítimas

Aproveitando o tema *citytour*, que tal fazer um *tour* por cartazes veiculados entre 1910 e 1970 por companhias aéreas e que denotam o olhar que se tinha sobre o Rio de Janeiro?

Os cartazes foram tema de exposição no Museu Histórico Nacional e retratam o modo pelo qual os artistas promoviam o Rio de Janeiro como cidade turística. Será que ele mudou muito? Confira alguns dos cartazes no *link*: <https://aviesp.com.br/2015/12/22/museu-historio-nacional-exibe-cartazes-de-viagem/>



A palavra *turismo* seria derivada do termo francês *tour*, que significa volta e que seria equivalente ao termo inglês *turn*. O guia da França para estrangeiros, de 1672, publicado por Saint Maurice, distinguia a programação do visitante com as expressões *legrand* e *lepetittour* (DE LA TORREPADILLA, 1980).

Todavia, Oscar de La Torre Padilla (1980), um dos mais conhecidos pesquisadores do tema, afirma que as origens dessa atividade se encontram na Grécia Antiga, por volta do século VIII a. C., com as viagens realizadas pelos gregos a cada quatro anos para assistirem aos Jogos Olímpicos.

Já o turismo moderno, isto é, aquele surgido no século XIX, está diretamente relacionado ao surgimento do lazer como o oposto de trabalho, ou seja, referindo-se ao tempo em que o trabalhador não se encontra em atividade laboral.

Com o advento da indústria, a jornada de trabalho passou a ter um número excessivo de horas. Muitas pessoas, inclusive crianças, traba-

lhavam sob condições precárias e com remuneração baixíssima. Com o agravamento dessa situação, os trabalhadores passaram a reivindicar seus direitos a melhores condições de trabalho, entre eles, a redução das horas laborais e, por conseguinte, um tempo livre maior.

Assim, a sociedade industrial gerou, também, o lazer que, por sua vez, não tardou em se associar ao turismo. E é justamente no século XIX que passa a ocorrer a associação do turismo com os deslocamentos para fora do local de residência, cujo objetivo não era o laboral, mas sim, o prazer e que, também, não pressupunha remuneração para o viajante, mas para quem promovia a viagem.

Segundo de La Torre Padilla (1890), tais viagens foram impulsionadas pelo surgimento e desenvolvimento dos transportes ferroviário e marítimo a vapor, que facilitaram enormemente os deslocamentos por terra e por mar.

De acordo com Luiz Fernández Fuster (1967), a primeira agência de turismo teria surgido na Inglaterra, com Thomas Cook que, em 1841, organizou uma viagem de ida e volta de trem entre Leicester e Loughborough com 570 passageiros que estavam em um Congresso antialcoolismo.

A partir do início da década de 1850, Cook criou sua agência de viagem, responsável por todas as etapas compreendidas entre a saída da origem, destino e retorno. Logo seu filho também começou a trabalhar na agência. Pouco tempo depois, a Thomas Cook and Son passou a promover viagens também para fora da Inglaterra, com destinos acrescentados ano após ano, na França, Bélgica, Alemanha, Suíça e Itália. Em 1865 realizou sua primeira excursão aos Estados Unidos, com 35 pessoas e, sete anos depois, uma volta ao mundo, com duração de 222 dias. Nesse mesmo ano, 1872, inaugurou, em Nova Iorque, sua primeira agência fora da Europa.

Em 1892, ano de falecimento de Thomas Cook, já havia cerca de quinhentas agências de turismo espalhadas pelo mundo, sendo a de Cook a mais importante delas. Ele foi responsável, ainda, pela criação de uma série de elementos relacionados ao turismo, que ainda hoje utilizamos, tais como os cupons precursores do **voucher** e do **traveler's check**.

Voucher

Comprovante de pagamento de um produto ou serviço, como aquele que se imprime ao realizar uma compra em *sites* de compras coletivas. A pessoa paga pelo produto ou serviço e, depois, apresenta o comprovante – *voucher* – para ter acesso ao mesmo.

Com as leis trabalhistas presentes em diversos países do mundo, a conquista das férias pelos trabalhadores, os avanços nos sistemas de transporte e comunicação, o aumento da urbanização e a melhoria da infraestrutura das cidades, o turismo foi ganhando cada vez mais adeptos e diferentes destinos. Em um primeiro momento, as praias e montanhas foram os destinos mais procurados.

Os deslocamentos nacionais e internacionais se intensificaram ao longo da segunda metade do século XIX e primeira do XX, provocando importantes transformações sociais, econômicas, espaciais e culturais em diversos lugares.

As décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial viram o turismo ganhar destinos antes desconhecidos e, assim, tornaram-se um fenômeno realmente de alcance global, contribuindo de forma significativa com o comércio mundial. Isso se deveu, em âmbito geral, a diversos fatores, tais como:

- à globalização;
- à maior estabilidade social, política e econômica;
- ao desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação – com a ampliação do transporte de passageiros por avião;
- ao aumento da escolaridade;
- à ampliação e à diversificação do comércio e serviços ligados ao turismo;
- à criação de órgãos oficiais ligados ao turismo;
- à difusão das informações sobre os destinos turísticos; e
- à instauração das férias remuneradas em um número cada vez maior de países.

Com o crescimento da atividade turística, aumentou, também, o número de problemas dela decorrentes. Isso levou os poderes públicos, as empresas e a sociedade de diversos países a pensarem em formas adequadas de conduzir todo o processo que envolve a realização de uma viagem de turismo, com o objetivo, entre outros, de:

- impedir a exploração de pessoas e a discriminação étnica e social;
- facilitar os deslocamentos;
- promover a melhoria dos alojamentos;
- promover a preservação ambiental.

Nesse sentido, em 1969 foi criada a Organização Mundial do Turismo (OMT), na Bulgária, durante a Conferência Intergovernamental de Sófia e a Assembleia Geral das Nações Unidas. A OMT é herdeira de outras instituições criadas a partir de 1934 e tem como objetivos principais promover o desenvolvimento econômico sustentável a partir do turismo, respeitando-se os direitos humanos e as diferentes culturas.

Traveler's check ou cheque de viagem

Forma de se levar dinheiro para outro país, sem ser em espécie.

Trata-se de um papel, parecido com um cheque, emitido por uma empresa especializada ou banco mediante o pagamento do valor correspondente.

Isso significa que o viajante compra o seu *traveler check*, que tem um determinado valor, e o utiliza durante a viagem para realizar pagamentos em estabelecimentos que o aceitem ou para trocar pela moeda local em casas de câmbio.

Com o surgimento e a popularização do cartão de crédito e de cartões pré-pagos recarregáveis, o *Traveler's check* é menos utilizado hoje em dia do que fora num passado recente.



OMT: a principal instituição do turismo

A OMT tem sua sede em Madri, capital da Espanha e seus principais objetivos são “[...] a promoção e o desenvolvimento do turismo com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico, a paz, a prosperidade e o respeito universal considerando os direitos humanos e a liberdade fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião [...]” (Art. 3 dos Estatutos da OMT).

No ano em que foi criada, a OMT teve a adesão de 62 países. Atualmente, conta com 155 estados membros e com mais de 400 afiliados, que compreendem o setor privado, instituições de ensino, associações de turismo e autoridades turísticas locais. Esses números mostram o crescimento do turismo no mundo e a aceitação de sua principal instituição. Veja, no mapa global, a seguir, os países que são membros da OMT:

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

O turismo é considerado um fenômeno mundial que cresce a cada ano, mas já foi considerada uma atividade restrita às elites. Justifique essa afirmação apresentando alguns dos motivos pelos quais houve um crescimento tão significativo do turismo tanto nacional quanto internacional, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

Resposta comentada

Costuma-se associar o início do turismo moderno às viagens organizadas por Thomas Cook, na Inglaterra, em meados do século XIX, destinadas a membros da elite britânica, que eram aqueles que tinham estudo, recursos e tempo livre para fazer tais viagens. Com o passar dos anos, junto com a curiosidade e o prazer de conhecer novos lugares, houve uma série de conquistas trabalhistas que aumentaram o número de pessoas que dispunham de condições de viajar. Além disso, os avanços nos sistemas de transporte e comunicação também foram fundamentais para a promoção do turismo. No entanto, foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que passou a ser criada a base para a popularização do turismo, base esta que inclui a globalização econômica, a democratização, a remuneração das férias em um número maior de países, o aumento da renda dos trabalhadores, o surgimento de transportes mais eficientes e baratos, melhores infraestruturas das cidades, a criação de instituições nacionais e internacionais para o desenvolvimento do turismo, entre outros fatores que levaram o turismo a ser considerado um fenômeno mundial.

O que a Geografia tem com isso?

Por muito tempo, o turismo foi estudado sem que a dimensão espacial – e toda a sua complexidade – fosse reconhecida como fundamental para a atividade turística, como se os atrativos turísticos não estivessem vinculados ao espaço. Muitas vezes, o espaço é o próprio objeto de visitação.

No entanto, nos últimos anos, verificam-se estudos com análises mais profundas que tratam o *espaço* como:

- continente – isto é, o *terreno* onde o turismo se realiza (a sua base física); e
- condicionante da atividade turística – ou seja, que interfere diretamente na forma como esta atividade se realiza.

Dessa forma, podemos considerar o turismo como uma prática social que necessita do espaço e, ao mesmo tempo, o transforma e o produz.

O turismo, quando é organizado em um determinado lugar, requer toda uma estrutura necessária para receber os visitantes: equipamentos

de hospedagem, de alimentação, entretenimento, entre outros. Além disso, é fundamental deixar claro para o turista quais são os atrativos locais e prestar informações sobre eles. Tudo isso envolve a população local que, por conseguinte, estará diretamente em contato com os turistas. Transformações de ordem socioespacial certamente acontecem quando um lugar passa a ser um destino turístico.

O espaço turístico não tem naturalmente essa qualidade. Ele é produzido para sê-lo.

Eles apresentam um conjunto de características ou atributos específicos cuja transformação em atrativos turísticos não resulta de um descobrimento de suas qualidades inatas, mas sim, de um processo no qual entreveem – e se articulam – diferentes atores sociais. Assim, o espaço geográfico é transformado em espaço turístico, como a nova Praça Mauá que você pode ver no vídeo de boas-vindas.

Trata-se de um lugar que estava degradado há décadas e que, com o Projeto Porto Maravilha criado para as Olimpíadas de 2016, foi revitalizado e transformado em um novo *point* da cidade. Antes mesmo do fim das obras, já estava sendo visitado por cariocas e turistas brasileiros e estrangeiros.



O Porto Histórico

Quer saber mais sobre a história do Porto? Então visite a página do Google Arts and Culture. Lá você verá mapas, documentos e as transformações da região portuária do Rio de Janeiro. Para visitar, acesse o seguinte endereço:

- O porto Histórico (Google Arts and Culture): <https://www.google.com/culturalinstitute/beta/u/0/exhibit/rAISrkZPGGz1JQ?hl=pt-BR>

É importante entender o espaço de destino turístico não como um mero receptor das decisões que se tomam em outros lugares ou como um simples produto para os turistas; ele deve ser visto como um espaço

onde pode estar estabelecida uma população, com suas características históricas, culturais e econômicas, que irá interagir com os visitantes e se integrar de diversas maneiras e graus distintos ao turismo.



O Cais do Valongo: o porto negro que emergiu a partir da construção do Porto Maravilha

O Cais do Valongo, posteriormente nomeado de Cais Imperatriz, foi construído para o desembarque e o comércio de escravos no século XIX. A região faz parte da herança africana na cidade do Rio de Janeiro e compreende a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o Largo do Depósito, o Cemitério dos Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) almeja que toda essa região passe a ser reconhecida como Patrimônio da Humanidade.

Saiba mais visitando os seguintes *links*:

- Estação Multimídia, vídeo Cais do Valongo: https://www.youtube.com/watch?v=sQUa7sP__0c
- ONU Brasil, vídeo Cais do Valongo: ponto de partida para o circuito da Herança Africana no Rio: <https://www.youtube.com/watch?v=jOkyjURCafS>
- Pública, matéria intitulada “O Porto Maravilha é Negro”: <http://apublica.org/2016/07/o-porto-maravilha-e-negro/>

Logo, o turismo deve ser pensado, organizado e produzido partindo-se do espaço, com suas características sociais, históricas, econômicas e culturais, e não da função turística. Dessa forma, as seguintes categorias surgem como importantes elementos de apoio ao processo de planejamento e produção do turismo:

- território – visto como um espaço socialmente construído sob o domínio e regulação de um determinado grupo de pessoas;
- região – conjunto espacial que possui uma homogeneidade de características internas definidas previamente;
- paisagem – entendida como forma espacial presente que é resultado da acumulação de tempos; e
- lugar – espaço vivido e apropriado cotidianamente.

Vamos ver um exemplo mais contextualizado?



Figura 1.4: Infográfico que ilustra as categorias do turismo.

Como podemos ver na **Figura 1.4**, na mesma parcela do espaço podemos verificar as quatro categorias geográficas aqui abordadas. Isso porque o espaço geográfico é um só. No entanto, dependendo dos fatores/características que desejamos destacar ou analisar, utilizaremos o conceito mais apropriado. Os conceitos são criados para nos ajudar a compreender a realidade que é muito mais ampla do que a nossa percepção sobre ela.

Neste sentido, busca-se, a partir dessas categorias espaciais, privilegiar os aspectos essenciais ao desenvolvimento local e, em seguida, ao desenvolvimento turístico de base endógena, isto é, priorizando o espaço (SILVA, 2006).

Portanto, é fundamental que o turismo – que envolve *lugar de origem, áreas de trânsito e lugar de destino* – seja planejado e organizado de forma responsável, a fim de contribuir com o desenvolvimento – social, econômico e ambientalmente sustentável – dos destinos turísticos. O turismo pode ser mais do que uma atividade econômica; pode ser uma atividade de caráter espacial, que induz ou gera diversas atividades econômicas.

Considerando o turismo um fenômeno social, cujo principal objetivo é o consumo do espaço, a partir do deslocamento de um lugar habitual para um espaço eleito como lugar de visitação, percebemos que ele possui uma relação estreita com a Geografia.

O turismo é um fen meno que vem assumindo uma importância cada vez mais destacada, sendo considerado uma das atividades que mais crescem no mundo atual e que mais recursos mobiliza, gerando empregos, desempenhando significativo papel na balança de pagamentos e na arrecadação de impostos de muitos países, tanto do capitalismo central quanto do periférico (RODRIGUES,1999). Por isso, é necessário que a sociedade esteja preparada, em todos os seus níveis de conhecimento, para pensar sobre esse fen meno e propor formas adequadas de atuação voltadas para o turismo.

E o que a Geografia tem com isso?

Resumindo: ela pode contribuir para o melhor entendimento dos espaços que foram transformados em destinos turísticos e de como se deu essa apropriação, seus impactos em termos de infraestrutura, meio ambiente, transporte, população etc. Significa pensar no turismo e nos espaços turísticos a partir de uma perspectiva geográfica mais complexa e crítica, que avance para além das usuais formas de entender (e estudar) o espaço do turismo como um mero cenário da atividade turística, o que se torna um desafio necessário nos dias atuais.

Uma cidade como Paraty, por exemplo, localizada no litoral sul fluminense, manteve-se praticamente esquecida durante quase cem anos entre as últimas décadas do século XIX e a década de 1970. No entanto, a valorização do patrimônio histórico e a abertura do trecho Rio-Santos da rodovia BR-101 fizeram a posição geográfica de Paraty tornar-se extremamente estratégica para o desenvolvimento do turismo na cidade.



Paraty: turismo histórico, ecológico e literário

Paraty oferece diversas possibilidades de turismo. Como cidade histórica, proporciona aos turistas o passeio por suas ruas e construções de arquitetura colonial e o roteiro da Estrada Real, que liga Paraty (RJ) a Ouro Preto (MG).

Sua natureza exuberante atrai também turistas que buscam explorar trilhas e fazer mergulhos na região.

Para saber mais sobre Paraty e seus encantos, visite os seguintes endereços:

- Instituto Estrada Real: <http://www.institutoestradareal.com.br/caminhos/velho/>;
- TV Escola, Programa Momento Brasil sobre a cidade de Paraty: <https://www.youtube.com/watch?v=bReQJ25hzW4>;
- TV Brasil, Programa Expedições sobre a Estrada Real e a cidade de Paraty: https://www.youtube.com/watch?v=e_Mto9y7l0.

Atualmente, Paraty é um município que tem no turismo sua principal fonte de renda e, por isso, mantém um calendário cultural repleto de eventos o ano todo, o que garante a visitação na baixa e na alta temporada.

CALENDÁRIO TURÍSTICO E CULTURAL DE PARATY EM 2016	
ALTA TEMPORADA	
DEZEMBRO	
31	Reveillon
JANEIRO	
1 a 24	Viva o Verão Paraty
6	Folia de Reis
FEVEREIRO	
5 a 10	Carnaval
28	Aniversário da Cidade
MARÇO	
20 a 27	Semana Santa
24 a 27	Encontro de Ceramistas
BAIXA TEMPORADA	
ABRIL	
10	Mini Maratona de Paraty
15 a 16	Oficina da Paz
MAIO	
6 a 15	Festa do Divino
12 a 14	II Congresso de Conservação Marinha
20 a 22	Bourbon Festival Paraty
26	Corpus Christi
JUNHO	
3 a 5	X Terra
18 a 19	Aloha Spirit Paraty
24/6 a 3/7	Festa de São Pedro e São Paulo
29/6 a 3/7	FLIP
RESTANTE DO ANO	
JULHO	
29/6 a 3/7	FLIP
24/6 a 3/7	Festa de São Pedro e São Paulo
2 a 3	Festival do Camarão
8 a 17	Festa de Santa Rita
AGOSTO	
11 a 14	Festival da Cachaça, Cultura e Sabores
24 a 26	Encontro Internacional de Aquarelistas
30/8 a 8/9	Festa de Nossa Senhora dos Remédios
SETEMBRO	
30/8 a 8/9	Festa de Nossa Senhora dos Remédios
14 a 18	Paraty em Foco
15 a 17	Festival Aves de Paraty
20 a 25	Paraty Spa Days
OUTUBRO	
7 a 9	Encontro Yma Guarê
14 a 16	MIMO
12 a 23	Paraty Eco Festival
NOVEMBRO	
11 a 13	Folia Gastronômica
11 a 20	Festa de São Benedito e N. S. do Rosário
19 a 21	Encontro da Cultura Negra
26 a 27	Cepilhão Open de Surf

Figura 1.5: Calendário turístico e cultural de Paraty de 2016.



Turismo cultural de Paraty

No aspecto cultural, a cidade oferece um calendário de eventos diversos, desde o Festival da Cachaça, Cultura e Sabores de Paraty à Feira Literária Internacional de Paraty (Flip), atraindo, desse modo, visitantes do mundo inteiro o ano todo. Visite o *site* da Flip e o da cidade de Paraty e confira o calendário cultural! É bem provável que você encontre algum evento que desperte o seu interesse em visitar a cidade.

- Flip: <http://flip.org.br/>;
- Calendário Cultural de Paraty: <http://www.paraty.com.br/calendario.asp>.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2



Marcela do Nascimento Padilha

Figura 1.6: Turistas visitando as ruínas da Roma Antiga (setembro de 2010). Destaque para o Coliseu à direita.

AD: Fotografia em preto e branco. Céu claro. Praça repleta de pessoas, algumas barracas de comércio, cercada por muro com postes de luz. Ao centro um monumento de pedras em dois níveis: o primeiro nível com um relógio ao centro e duas pilastras laterais; no nível mais alto, uma escultura e duas estátuas nas laterais. À esquerda, parte de uma construção antiga, com dois pavimentos e vários portais em forma de arco. Ao fundo, um terreno inclinado com um jardim repleto de árvores à esquerda e uma rampa de acesso a uma outra construção à direita.

A foto mostra uma parte do conjunto histórico de Roma, que tem como um dos monumentos de destaque o Coliseu, repleto de turistas. Com base na descrição da imagem e na sua compreensão do item da nossa aula “O que a geografia tem com isso?”, explique como a relação entre turismo e Geografia está presente nessa situação.

Resposta comentada

A Geografia, entendida como a ciência que estuda o *espaço visto como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações*, possui uma matriz teórica e metodológica capaz de nos fazer compreender a organização espacial e a vida que a anima. O turismo, por sua vez, é uma atividade social que envolve o deslocamento de pessoas para lugares por diversos motivos, dentre os quais se pode destacar o interesse pelo patrimônio histórico que, por sua vez, compreende monumentos que são testemunhos de tempos passados. Nesse sentido, é possível afirmar que a Geografia e o turismo possuem uma relação direta, visto que a primeira pode nos ajudar a compreender as transformações ocorridas em um determinado lugar quando este se torna um destino turístico. Não só os monumentos, mas as ruas, restaurantes, museus, transportes públicos etc. passam a ser compartilhados pela população local e por turistas e, além disso, toda uma estrutura – que envolve transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento etc. – é criada para receber os visitantes. Assim, o uso e a apropriação dos espaços que são destinos turísticos podem nos apontar para a estreita relação existente entre turismo e Geografia.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Pense na melhor viagem que você fez ou gostaria de fazer, descreva as características mais significativas do lugar, positivas e negativas. Em seguida, pesquise alguns dados sobre o turismo realizado naquele espaço, tais como número aproximado de turistas recebidos por ano, a origem dos mesmos e quando a atividade turística ganhou força.

Resposta comentada

Como a resposta possui um caráter pessoal, vou apresentar um exemplo de uma possível resposta à questão para que você possa comparar com a sua e verificar o que está parecido com o que respondeu e o que precisaria de complementação. No meu caso, vou usar como referência a cidade de Paraty, localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro.

As características mais marcantes foram: a sensação de volta ao passado quando se adentra o Centro Histórico, as ruas alagadas durante a maré de sizígia, a composição em mosaico da cidade apresentando três parcelas espaciais bem delimitadas: o Centro Histórico, a parte que cresceu de forma orgânica e a parcela dos condomínios. Como pontos positivos, destaco o bom estado de conservação do conjunto arquitetônico do Centro Histórico, a diferença marcante entre a “cidade nova” e a “cidade velha”, a tranquilidade da cidade e a simpatia dos moradores. Já como pontos negativos, não há como não mencionar a poluição dos dois principais rios da cidade que desembocam na baía de Paraty e faz com que a inundação periódica natural da cidade se transforme em um tormento para moradores e turistas, visto que deixa mau cheiro, ratos e sujeira nas ruas. Além disso, a prefeitura não faz levantamento de informações sobre o turismo no município, ainda que a atividade turística seja a principal fonte de renda municipal.

Desde a década de 1970 que Paraty voltou ao cenário fluminense e também ao nacional após quase cem anos de esquecimento. Todo o seu território é tombado pelo Iphan. O município conta com um calendário cultural repleto de eventos o ano inteiro, dos quais se destaca a Flip.

Resumo

Em nossa primeira aula percorremos, de forma breve, a história de uma atividade social extremamente popular nos dias de hoje: o turismo. E essa história nos mostra que a ação de viajar vem desde a Antiguidade. No entanto, o turismo transcende a viagem, sendo composto por uma estrutura complexa, capaz de transformar, em maior ou menor grau, os lugares onde se instala.

Vimos, também, que o turismo moderno deixou de ser restrito às elites para se tornar uma atividade popular, praticada por pessoas de diversas classes sociais, tendo em vista as conquistas trabalhistas, a melhoria da renda, a democratização de grande parte dos países do mundo, o avanço dos meios de transporte e comunicação, entre outros fatores.

Estudamos que a OMT é a maior organização no âmbito do turismo.

Para melhor entendermos o significado do termo turismo, recorreremos à origem da palavra, que vem do termo francês *tour*, significando volta. E a diferenciamos do conceito de viagem, analisando que elas não são sinônimas. O conceito de viagem envolve o deslocamento de pessoas de um lugar de origem para um lugar de destino e o de turismo pressupõe a existência de um sistema mais complexo, que compreende uma infraestrutura turística composta por infraestrutura de acesso (relativa ao deslocamento), equipamentos turísticos (alojamentos, agências, transportadoras etc.) e equipamentos de apoio (como rede de atendimento médico-hospitalar, de automóveis, de entretenimento etc.).

Destacamos que o turismo deve ser planejado, organizado e produzido partindo-se do espaço, com suas características sociais, históricas, econômicas e culturais, com base nas seguintes categorias:

- território – visto como um espaço socialmente construído sob o domínio e regulação de um determinado grupo de pessoas ;
- região – conjunto espacial que possui uma homogeneidade de características internas definidas previamente;
- paisagem – entendida como forma espacial presente que é resultado da acumulação de tempos; e
- lugar – espaço vivido e apropriado cotidianamente.

E se o turismo envolve deslocamentos, transformações de ordem física, socioeconômica e cultural dos destinos turísticos, então a Geografia tem muita coisa a falar sobre esse fenômeno social.

Referências

DE LA TORRE PADILLA, Óscar. *El Turismo: fenómeno social*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

ESTRABÃO. Geografia. In: *Lusokallaikia*, 1 fev. 2014. Disponível em: <<http://lusokallaikia.blogspot.com.br/2014/02/geografia-de-estrabao-livro-iii.html>>. Acesso em: 19 out. 2015.

FUSTER, Luiz Fernández. *Teoría y técnica del turismo*. Madrid: Editora Nacional, 1967.

KLINK, Amyr. *Mar sem fim*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Estatuto da Organização Mundial de Turismo*. México: Organização Mundial de Turismo, 1970. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Turismo/estatuto-da-organizacao-mundial-de-turismo.html>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Jorge Antônio Santos. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil. *Observatorio de La Economía Latinoamericana*, Málaga, n. 59, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/06/jass-0603.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

Aula 2

A contribuição dos conceitos-chave da Geografia para a análise do turismo

Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Apresentar ao aluno os conceitos-chave da Geografia e a contribuição deles para compreender o fenômeno turístico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- reconhecer as fases da Geografia institucionalizada;
- identificar as principais características dos conceitos-chave da Geografia e como eles contribuem para a compreensão do fenômeno turístico.

Introdução

Na aula anterior, vimos como a ciência geográfica, por meio da sua abordagem particular dos fenômenos, pode nos ajudar a compreender o turismo. Nesta aula, começaremos a ver quais são as ferramentas que a Geografia nos oferece para estudarmos qualquer fenômeno ocorrido sobre o espaço geográfico, inclusive o turismo.

Como toda ciência, a Geografia possui uma base teórica desenvolvida ao longo de sua história e que está em constante avaliação e, por conseguinte, atualização. No caso particular da Geografia, essa teoria é capaz de sustentar análises que envolvem as formas de organização do espaço, as ações ocorridas sobre ele e aqueles que as praticam, o contexto no qual tais ações ocorrem, os agentes produtores desse espaço, entre outros aspectos.

E dentro dessa teoria, é possível destacarmos categorias de análise consideradas fundamentais: os conceitos-chave. São eles: espaço, região, território, paisagem e lugar. Podemos incluir aí o conceito de rede, visto que o mundo atual nos obriga a pensar nos objetos e nas ações de forma conectada.

Fizemos, na aula anterior, um breve percurso pela história do turismo, entendido como atividade econômica moderna. Por meio dele, foi possível perceber, de forma geral, a relação estreita que o turismo possui com a Geografia.

Para recordarmos, de maneira breve, a evolução do turismo moderno, recorreremos a Rejowsky e Solha (2002), que propuseram três grandes períodos dessa evolução.

Veja a descrição dos períodos no quadro a seguir:

Evolução do turismo moderno		
Período	Nome do período	Características
1900 a 1949	Época de transição	Período de “crescimento e interrupção dos fluxos turísticos”.
1950 a 1973	Grandes transformações	Período intenso para o turismo massivo. Coincidu com o auge do Fordismo.
1974 a 2000	Novos cenários: desafios da sustentabilidade e da globalização	Período cujo início foi marcado pela instabilidade do capitalismo, passando o turismo por um intenso crescimento, a partir da década de 1990. Nesse período, houve a elaboração do Relatório Brundtland, em 1987, que lançou a ideia de desenvolvimento sustentável e que ocupou posição de destaque na Agenda 21, elaborada durante a Rio-92.

Quadro 2.1: Períodos da evolução do turismo moderno.

Assim, de prática da elite, o turismo ganhou adeptos cada vez mais diversificados, sendo praticado, também, pelas classes populares, devido à melhoria das economias (sobretudo a dos países em desenvolvimento), da redução dos preços das passagens aéreas, da facilitação de crédito e de hospedagem, entre outras coisas.

Dessa forma, ao longo do século XX e neste início do século XXI, é possível verificarmos transformações espaciais significativas dos destinos turísticos. Um dos nossos objetivos aqui no curso será o de apresentar algumas formas de se compreender essas transformações por meio da análise da relação entre Geografia e turismo.

A ciência geográfica e sua história

A Geografia, por ser uma ciência, apresenta categorias de análise que têm a função de relacionar seu objeto de estudo ao pensamento humano, isto é, estudar um determinado objeto concreto por meio de um objeto construído filosoficamente. Deu pra entender? Não?! Então vamos descomplicar.

Cada ciência possui uma base teórica específica para estudar os fenômenos que ocorrem no nosso mundo e até mesmo fora dele. O mesmo objeto concreto, como uma cadeia de montanhas ou uma tribo indígena, pode ser estudado de diversas maneiras de acordo com a ciência sobre a qual esse estudo será apoiado. É como se várias pessoas observassem uma mesma paisagem, mas cada uma a descrevesse à sua maneira.

É importante ressaltar que a realidade é sempre maior do que aquilo que apreendemos dela. Nesse sentido, cabe às ciências sintetizar a realidade e criar categorias para nos ajudar a compreendê-la.



Figura 2.1: Vista aérea do Museu do Louvre, na França. Na Geografia, podemos estudar a superfície terrestre, que pode ser também turística, sob diferentes olhares.

A Geografia, por sua vez, possui um olhar particular sobre os fenômenos ocorridos sobre a superfície terrestre. Para compreender esses fenômenos, ela desenvolveu, ao longo de sua história como disciplina institucionalizada – isto é, desde 1870 – cinco conceitos principais: espaço, território, região, paisagem e lugar. Mais adiante, veremos cada um deles, detalhadamente.

As fases da Geografia institucionalizada

A Geografia iniciou sua fase institucionalizada, ou seja, como disciplina universitária, na década de 1870, na Alemanha, e logo passou a ter cadeiras em universidades da França, da Inglaterra e de outros países.

No caso da Alemanha, a Geografia foi criada dentro de um contexto de unificação do Estado Alemão e após importantes conflitos, como a guerra franco-prussiana, e contribuiu com o processo de formação e consolidação do nacionalismo. O principal nome da Geografia alemã da época era Friedrich Ratzel, um grande cientista natural que se baseava na relação homem-natureza para desenvolver seus estudos, inclusive os de Geografia Política.

O caminho seguido era aquele orientado pelo determinismo, o que o levou a elaborar dois importantes conceitos: espaço vital e território. O primeiro referia-se ao espaço ocupado por um Estado, enquanto o segundo seria o espaço necessário para um determinado povo se expandir e se desenvolver. Segundo Ratzel, é possível haver regressão dos “povos civilizados”, sobretudo devido ao isolamento. A interação espacial leva à dominação da natureza, e o isolamento – dado pela configuração de seu território –, ao contrário, leva a natureza a ter um poder maior sobre o homem.

O conceito de espaço vital foi e ainda é alvo de críticas, pois é visto como uma forma de legitimar o imperialismo. A partilha da África, no final do século XIX, por exemplo, foi vista como uma forma de ampliação do espaço vital das, então, potências coloniais europeias. Essa partilha se deu durante a Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, e dela participaram, além da Alemanha: Grã-Bretanha, França, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Estados Unidos, Suécia, Áustria-Hungria e Império Otomano.

Observe, nos mapas, a seguir, a distribuição entre as potências coloniais europeias antes e após a partilha da África.

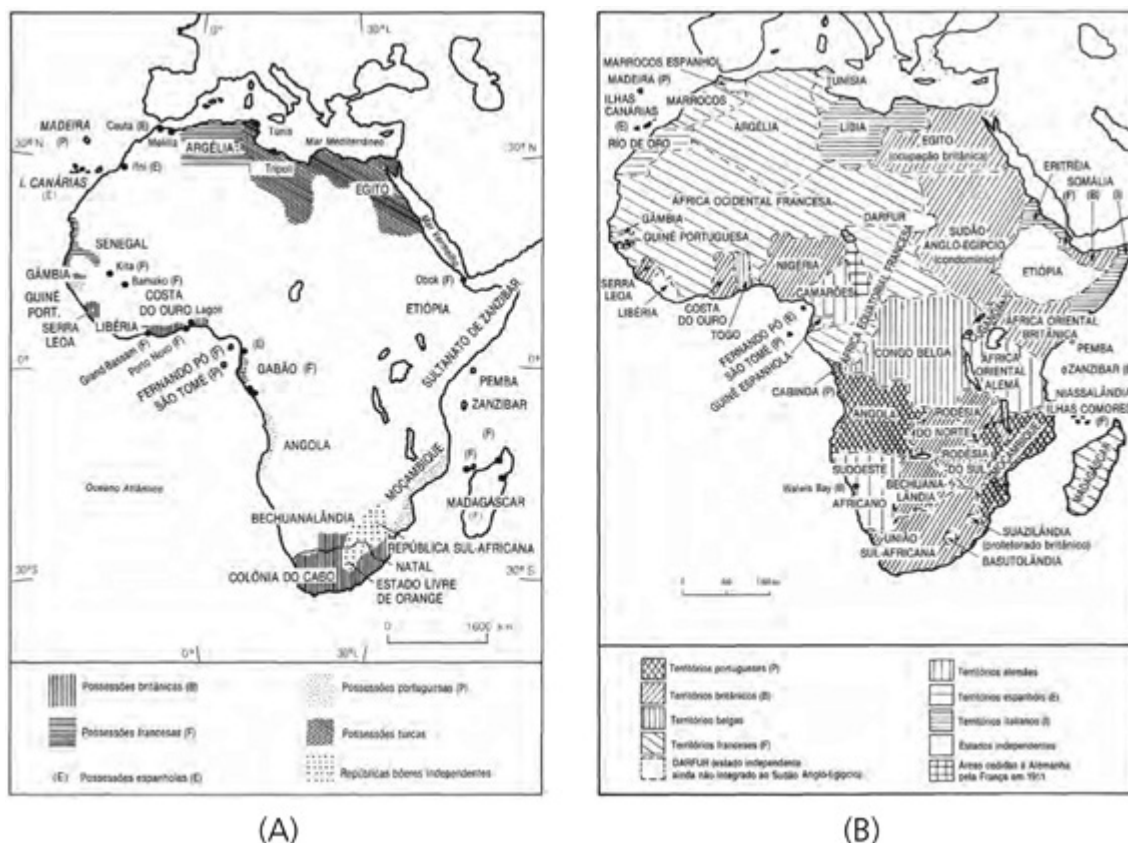


Figura 2.2: (A) Mapa da África em 1880, às vésperas da partilha. (B) Mapa da África em 1914. (BOAHEN, 2010).

Já o conceito de território possui fortes raízes na territorialidade animal, o que é perfeitamente compreensível, visto que Ratzel era um cientista natural. Para ele, o território é o espaço de um Estado, dominado por uma nação. Por isso, o território precisa ter seus limites e suas fronteiras muito bem definidos.

A França foi outra importante referência da Geografia institucionalizada no final do século XIX. A principal cátedra de Geografia estava sob a responsabilidade de Paul Vidal de La Blache. Este, diferente de Ratzel, era historiador e, portanto, ligado às ciências humanas e não às ciências naturais. Além disso, o que também fez a Geografia francesa se diferenciar com relação à Geografia alemã foi a tensão política entre os dois países, que haviam passado por um conflito importante que envolveu a aquisição dos territórios franceses da Alsácia e da Lorena pela Alemanha.

Dentro desse contexto político-científico, os dois países desenvolveram a Geografia, cada um à sua maneira e seguindo uma dicotomia presente até hoje nessa ciência, isto é, os estudos da natureza *versus* os estudos da sociedade ou, ainda, a Geografia Física e a Geografia Humana.

Nesse sentido, a Geografia de Vidal de La Blache seguia a linha do que Lucien Fèbvre denominou de Possibilismo, que se resumiria na seguinte frase: “a natureza propõe e o homem dispõe”. Isso significa que a natureza impõe diferentes obstáculos aos seres humanos, mas estes, com sua cultura e técnicas desenvolvidas ao longo de sua história, têm a possibilidade de superar tais obstáculos. Logo, o homem não estaria, necessariamente, submetido às condições naturais.



Vamos fazer uma escala?

Determinismo e Possibilismo

O Determinismo é uma teoria que dominou o século XIX, segundo a qual, todos os fenômenos decorrem de uma relação de causa e efeito, sejam eles naturais ou sociais. Foi largamente utilizado entre as ciências, visto que possibilitava encontrar respostas objetivas para qualquer questão proposta.

Já o Possibilismo surgiu em um momento de contestação do Determinismo, no final do século XIX e início do XX, quando alguns cientistas, amparados pela História, passam a defender métodos diferentes para as ciências humanas e para as ciências naturais. O Possibilismo defende, portanto, a supremacia humana perante a natureza, pois os homens, ao longo do tempo e inseridos em uma determinada cultura, desenvolvem técnicas capazes de superar os obstáculos impostos pela natureza. Dessa forma, o Possibilismo se apresentou como uma teoria contrária ao Determinismo, defendido pela Geografia alemã.

Então, voltando à nossa viagem pela relação entre a Geografia e o turismo, foi nesse contexto de guerras, formação e consolidação de

Estados-Nação, disputa por territórios e conflitos de teorias científicas que a Geografia se institucionalizou e iniciou seu caminho como ciência. Mas, como podemos perceber, ela já nasceu com duas vertentes de pensamento, uma voltada para a natureza e outra voltada para a cultura. E essa dualidade permanece nos dias atuais, com a Geografia Física e a Geografia Humana, que é vista como um enfraquecimento dessa ciência, mas também como o seu ponto forte, pois englobaria um vasto campo de estudos.

Mas o que daria, então, unidade à Geografia?

Podemos afirmar que é o fato de a Geografia buscar a lógica espacial das coisas, ou seja, o motivo pelo qual as coisas acontecem em certos lugares e não em outros, ou a pelo qual os objetos estão organizados de uma determinada maneira e não de outra. O que queremos dizer com isso é que, de acordo com o nosso ponto de vista, a Geografia não se define por um objeto ou um método; seu compromisso principal é com a análise da ordem espacial, que tem uma identidade historicamente formada, não se resumindo, portanto, ao simples inventário dos objetos e das ações sobre o espaço. Essa ordem espacial das coisas significa que sua distribuição tem uma lógica, uma coerência.

Veja um exemplo na imagem a seguir:

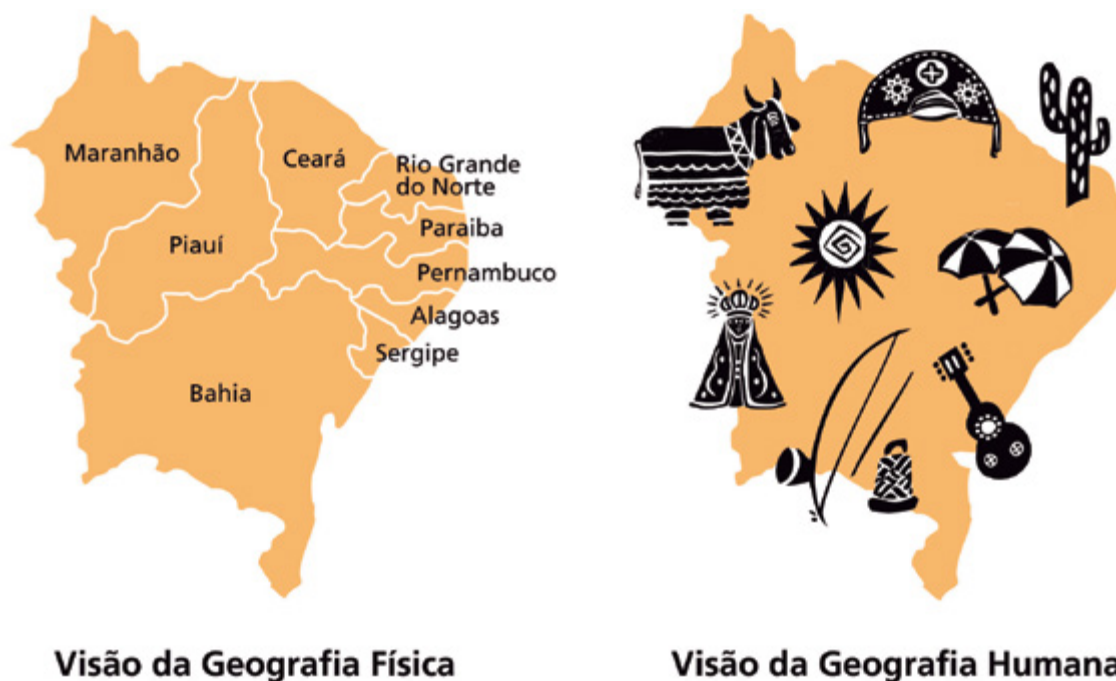


Figura 2.3: Exemplo das diferentes abordagens da Geografia Física e da Geografia Humana sobre o nordeste brasileiro.

Dessa forma, não importa se estamos tratando de fenômenos físicos ou sociais; o que há de similar no estudo de ambos é a busca por princípios de coerência dentro da ordem espacial. Assim, o arranjo físico das coisas é o que vai permitir que determinadas ações se produzam; em outras palavras, as práticas sociais são condicionadas por certa distribuição ou “arrumação” das coisas.

Ao longo da história do pensamento geográfico, essa dicotomia se fez presente seguindo os preceitos de quatro correntes científicas. São elas:

- a Geografia Clássica ou Tradicional: de sua institucionalização, ou seja, últimas décadas do século XIX até a década de 1950;
- a Geografia Teorético-Quantitativa: da década de 1950 à década de 1970;
- a Geografia Crítica e a Geografia Humanística: ambas a partir da década de 1970.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Em que contexto a Geografia foi institucionalizada na Europa? Por que ter uma cadeira de Geografia naquele momento era tão importante?

Resposta comentada

A Geografia foi institucionalizada na Alemanha, na década de 1870, logo após esse país ter se unificado e anexado territórios importantes por meio de graves conflitos. Com isso, Ratzel, um importante pensador da época, percebendo a necessidade de se difundir o sentimento nacionalista no povo alemão e de se conhecer melhor o seu território, fundou a primeira cátedra de Geografia. A França, que havia perdido recentemente uma guerra para a Prússia (Alemanha), não tardou em criar a sua cadeira de Geografia e o fez por meio de Paul Vidal de La Bla-

che, historiador que desenvolveu o estudo das monografias regionais. A Geografia de Ratzel e a de Vidal de La Blache se contrapunham em sua essência. Enquanto o primeiro desenvolvia seus estudos da relação entre homem e natureza/território com base no Determinismo e voltado para a Geografia Política, o segundo fazia uma Geografia Regional assentada no que mais tarde foi denominado de Possibilismo.

A Geografia e seus conceitos-chave

Veremos agora como cada um dos conceitos-chave se insere nas correntes da história do pensamento geográfico.

Espaço

O espaço é considerado o principal conceito da Geografia. É a partir do espaço geográfico que surgem os demais conceitos-chave. Dependendo da questão que se queira tratar, usa-se o conceito mais pertinente para se chegar a uma resposta satisfatória.

O conceito de espaço aparece na Geografia institucionalizada pelos estudos de Ratzel quando este define o espaço vital, como já abordamos anteriormente nesta aula. Trata-se de um conceito político, com base no determinismo ambiental, visto que afirmava que povos mais civilizados precisavam de um espaço vital maior para continuar o seu desenvolvimento, mesmo que, para isso, fosse necessário dominar territórios já ocupados por povos menos civilizados, ajudando-os a se desenvolverem. Como já mencionamos, essa teoria é considerada como um grande apoio ao imperialismo alemão.

Durante o período da Geografia Tradicional, os conceitos mais utilizados, no entanto, eram o de região e paisagem, visto que predominavam os estudos de áreas rurais e de populações tradicionais.

O espaço só passou a ser um conceito-chave durante o período da Geografia Teorético-Quantitativa, que retomou o positivismo lógico e privilegiou a matemática como a ciência a ser seguida, pois ela é capaz de dar respostas incontestáveis. Na década de 1950, grande parte do mundo vivia um momento de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. Com muitos lugares destruídos, era preciso pensar em como

retomar a vida. Foi aí que o planejamento urbano ganhou força e a estatística e a cartografia se tornaram as grandes ferramentas da Geografia. O espaço assumiu aqui um papel de planície isotrópica.



Planície isotrópica

Mas o que vem a ser planície isotrópica?

Trata-se de um espaço considerado homogêneo onde a distância determina a diferenciação espacial, negligenciando variáveis fundamentais como as contradições, os agentes sociais, o tempo, as transformações etc. Dessa forma, os esquemas centro-periferia foram largamente utilizados, assim como a Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller. Embora essa teoria tenha sido publicada em 1933, a Geografia só passou a utilizá-la a partir da segunda metade do século XX.

Com o avanço do capitalismo e da globalização, a teoria de Christaller gerava respostas às análises sobre as redes de localidades, onde o centro oferece maior número de bens e serviços e os lugares que fazem parte da sua rede e que estão mais distantes dele possuem menor oferta. Caso você queira saber mais sobre essa teoria, leia o artigo “A Teoria dos Lugares Centrais e sua aplicabilidade no Programa Zona Franca Verde no Amazonas” (ALMEIDA; ARAÚJO; RODRIGUES, 2009), disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/876/1457>.

Não se considerava, nesse período, o desenvolvimento diferenciado que cria a hierarquização dos lugares. Isso só apareceu na década de 1970, com o advento da Geografia Crítica, que afirmava que a corrente da Geografia Teorético-Quantitativa negligenciava totalmente as contradições sociais, contribuindo, assim, para a ordem vigente.

Na década de 1970, podemos destacar os trabalhos de Milton Santos que, entre outras contribuições, enfatiza a dependência que os lugares de menor produção de bens e serviços possuem com relação aos de

maior produção e como isso cria, também, uma diferenciação espacial. A divisão territorial do trabalho gera, assim, espaços altamente desiguais e, por conseguinte, graves problemas sociais em todo o mundo.

Concomitante à Geografia Crítica, surge a Geografia Humanística, que também se contrapunha à Geografia Teorético-Quantitativa, baseando-se na subjetividade, na experiência, nos sentimentos e no simbolismo para tentar compreender os fenômenos sociais ocorridos no espaço geográfico e não explicá-los objetivamente como pregava a Geografia Teorético-Quantitativa. Por isso, na Geografia Humanística, o conceito mais valorizado era o lugar, entendido como espaço vivido.



O espaço vivido

O espaço vivido é o espaço (físico e de relações sociais) do cotidiano, aquele de que se apropria por meio da experiência. É preciso frequentá-lo, senti-lo, apreendê-lo, enfim, vivê-lo. Por isso, ele está relacionado ao conceito de lugar.

De base indispensável para a vida do ser humano, o espaço hoje é visto de uma forma bem mais complexa, passando a ser um dos elementos que ajudam a explicar a própria sociedade. Ele é terreno, mas também é condição para a ocorrência das práticas sociais e por elas é, também, condicionado. Atualmente, na Geografia brasileira, o conceito de espaço mais usado é o que foi proposto por Milton Santos, visto como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...]. Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. (SANTOS, 2002, p. 63)

O autor chama a atenção para a artificialidade cada vez maior do espaço, ou seja, tanto dos sistemas de objetos quanto dos sistemas de ações, o que pode levar a uma desvinculação das pessoas do lugar onde vivem.

Em outras palavras, tal artificialidade está levando a uma perda de identidade dos espaços frente aos seus habitantes. Esse fenômeno se verifica em muitas cidades voltadas para o turismo; cria-se toda uma estrutura para atender os visitantes, muitas vezes, negligenciando as particularidades físicas e culturais do local e, muitas vezes, sem um planejamento e gestão participativos. Se as ações públicas de um lugar promoverem sua transformação a partir do turismo e não a partir das necessidades da população, esse espaço se tornará tão artificial que poderá perder o vínculo com seus habitantes e com a cultura que lhe dão identidade e, assim, perder, também, seu maior poder de atração.

Região

Região é um termo bastante utilizado no nosso cotidiano. Em reportagens, por exemplo, é muito comum usar a região para se referir a qualquer área, tal como: a região do Maracanã, a região da Lapa, a região do Centro do Rio, enfim, qualquer delimitação espacial que se deseja mencionar pode acabar virando região. No entanto, dentro do meio científico, é preciso ter cuidado com o uso das palavras, pois elas carregam significados próprios definidos ao longo do tempo e por meio de profundos estudos. Veremos como é a região para a Geografia.

De um termo romano, *regione*, que designava áreas com uma administração local e subordinadas a um poder central, a região foi ganhando novos contornos ao longo da história. Após a queda do Império Romano, suas regiões tornaram-se feudos, pois tinham certa autonomia. E com o surgimento do Estado Moderno, algumas regiões uniram-se sob o mesmo território, o que gerou negociações complexas e conflitos em torno da redefinição da autonomia do poder, da cultura etc. Dessa forma, a história nos mostra que o conceito de região tem uma clara dimensão política.

Na Geografia Clássica ou Tradicional, o conceito de região recebe a derivação de região geográfica ou região-paisagem, unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente. E ela passa a ser, então, o conceito-chave da Geografia. A partir daí, surgem as monografias regionais, muito elaboradas pela Geografia francesa do final do século XIX e primeiras décadas do XX.

Tratava-se de perfis das regiões elaboradas de acordo com o seguinte roteiro descritivo:

- características naturais;
- estrutura da população;
- atividades econômicas.

Durante esse período, portanto, a região era entendida como uma realidade concreta, dada; caberia ao geógrafo desvendar a combinação de fatores responsáveis por sua configuração. Daí surge a grande valorização da descrição *in loco*, e, portanto, do trabalho de campo. Mas essa era a realidade europeia, que tinha uma história de feudos que se uniram para formar Estados-Nação, ou seja, as regiões na Europa são historicamente definidas. Mas o mesmo não se aplica ao chamado “Novo Mundo”. Essa foi a grande crítica ao modelo das monografias regionais.

Richard Hartshorne, geógrafo norte-americano da primeira metade do século XX, afirmou que a Geografia deveria se caracterizar pelo estudo das diferenças regionais. No entanto, a região, segundo ele, não era uma realidade evidente, mas um produto intelectual. Essa definição se encaixava em qualquer lugar do mundo. E partindo desse pressuposto, surgiu o ato de regionalizar, isto é, de “criar” regiões dependendo do critério adotado.

Essa visão de região foi abraçada pela Geografia Quantitativa. Regionalizar passou a ser a tarefa de dividir o espaço segundo critérios que são explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada pesquisador. Dessa concepção surge a região como classe de área, que seria um conjunto espacial com grande uniformidade interna e grande diferença em face de outros conjuntos. Outra concepção importante desse momento foi a de região funcional ou polarizada, na qual o que importa não é a característica da uniformidade espacial, mas sim as múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Um exemplo desse conceito é uma região metropolitana.

Os representantes da Geografia Crítica concordavam com o método da regionalização. No entanto, criticavam os critérios escolhidos para a classificação do espaço e a falta de análise do produto final, ou seja, da região. Segundo eles, a diferenciação espacial se deve à divisão territorial do trabalho oriunda do capitalismo e é necessário que, além de regionalizar, se faça uma análise criteriosa e crítica.

Já os geógrafos humanistas passaram a ver a região como espaço vivido, pois ela definiria um código social comum, que tem uma base territorial. Estariam presentes nela elementos como o sentimento de pertencimento e as mentalidades regionais, isto é, a forma como se vive na região, com suas crenças, hábitos, comportamentos e tudo aquilo que está relacionado à cultura regional. O regionalismo, por exemplo, seria uma característica subjetiva da região vista por essa corrente. Aqui, a regionalização, seguindo critérios objetivos, é refutada e a visão de que a região é um produto social construído por pessoas que compartilham uma determinada cultura dentro de um quadro territorial é privilegiada. Dessa forma, para compreender a região é preciso vivê-la.

Território

O território talvez seja, dentre os conceitos-chave, aquele que menos sofreu alterações ao longo da história do pensamento geográfico. No entanto, a sua principal mudança foi bastante significativa.

Na Geografia Tradicional, Ratzel definiu o conceito de território a partir da ideia de território animal, trazido da Biologia, como o espaço de domínio de um grupo. Na Geografia ratzeliana, o território era entendido como o solo pátrio, ou seja, o espaço sobre o qual um Estado-Nação está assentado: o território nacional. No entanto, hoje reconhecemos que essa definição é bastante limitada, visto que possui uma barreira escalar e que, além disso, comparar a territorialidade humana com a dos animais não faz muito sentido, uma vez que aquela é muito mais complexa, envolvendo raciocínio lógico, intencionalidade, cultura etc.

A noção de território como o território nacional manteve-se por muitos anos dentro da Geografia e mesmo em outras ciências. Na verdade, o território nacional é apenas um dos possíveis territórios que podemos encontrar. Já faz algum tempo que os estudiosos do assunto defendem a ideia de que não é a escala que define o território, mas as relações de poder que se dão sobre um determinado espaço. Nesse sentido, a escala não pode ser uma barreira epistemológica para a compreensão do território ou de qualquer outro conceito geográfico. Segundo afirma Souza (2003, p. 78), “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...]”. E completa:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex. uma rua) à internacional (p.ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o conceito de território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o ‘território nacional’”. (SOUZA, 2003, p. 81).

Mesmo a Geografia desenvolvida por Vidal de La Blache, assentada na região, concebia o território como um mosaico de regiões singulares que compunham o espaço sob o domínio de um Estado-Nação. Assim, o território foi visto desde a Geografia Tradicional até o final do século XX, eminentemente, como um terreno com suas características naturais e sociais que transmite a identidade daqueles que o ocupam e que possui limites que podem ser alterados, sobretudo, por guerras e acordos, mas que tem uma significativa durabilidade capaz de gerar identidade. Por isso, o território ficou, por tanto tempo, restrito à escala nacional.

Atualmente, percebemos uma flexibilização escalar, espacial e temporal, fundamental para o entendimento do conceito de território. Mais uma vez, recorremos a Souza para explicar os tipos de território que podemos encontrar no nosso dia a dia. São eles:

- **Territórios cíclicos:** aqueles que mudam ao longo do tempo, mas que possuem certa regularidade. Ex.: o entorno do estádio do Maracanã é ocupado diariamente por pessoas praticando esporte (caminhada, corrida, ginástica). No entanto, em dia de jogo de futebol, sobretudo um clássico regional, esse mesmo espaço é ocupado por torcedores que utilizam uniformes, bandeiras ou outros objetos para demarcar seu território e mostrar aos diferentes, isto é, àqueles que não torcem para o seu time, que eles não são bem-vindos ali. Assim, o espaço é transformado em território e pode haver conflito, caso haja mistura de grupos.



Figura 2.5: Estádio Jornalista Mário Filho, mais conhecido como Maracanã.
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/lovedestroy/14919592805/>

- **Territórios descontínuos:** espaços de domínio de um determinado grupo que não possuem uma continuidade espacial, configurando-se como uma rede. O tráfico de drogas é um exemplo desse tipo de território, pois uma mesma facção possui territórios em diversas partes de uma cidade, estado ou mesmo país.

Portanto, podem existir, sobre um mesmo espaço, sobreposições de múltiplos territórios, de formas e limites diversos, com contradições ou convívio amigável e com diferentes temporalidades.

Paisagem

Paisagem e lugar são dois conceitos-chave da Geografia que só passaram a ter grande importância a partir dos anos de 1970, com o advento da Nova Geografia Cultural. O termo paisagem surgiu na Holanda do século XVII, por meio da pintura realista.

A Geografia Tradicional alemã incorporou o termo holandês *landshap* e o definiu como *landshaft*, derivado de *landshaffen*, que significa produzir a terra, associando o sítio (terreno e suas características) aos seus habitantes. Esse termo chegou à geografia norte-americana nos anos de 1920 como *landscape*, por meio de Carl Sauer, permanecendo

com o sentido de formatar a terra, implicando numa associação das formas naturais com as culturais.

Já os franceses elaboraram o termo *paysage*, no qual *pays* significava, na Idade Média, simultaneamente “habitante” e “território”. A Geografia francesa apropriou-se da palavra e substituiu seu sentido renascentista pela definição alemã, mais ampla.

Mas, sem dúvida, foi Carl Sauer o principal difusor do novo sentido desse conceito geográfico. Sauer, em “A Morfologia da Paisagem”, artigo publicado em 1925, afirma que a

paisagem é o equivalente inglês para o termo que os geógrafos alemães estão usando amplamente e tem estritamente o mesmo significado: uma forma da terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais (SAUER, 1998, p. 23).

Foi somente a partir dos anos de 1960 que começamos a observar maiores mudanças no termo e a atribuição de grande peso ao conceito de paisagem dentro da Geografia. O caráter coletivo da cultura foi posto em segundo plano, dando-se preferência às singularidades. Dessa forma, passou a existir uma preocupação epistemológica que direcionou a Geografia Cultural para o estudo das atitudes e preferências. Adotou-se, assim, a partir dos anos de 1970, a Fenomenologia como método filosófico, diferenciando, então, os conceitos de paisagem, área, lugar, natureza, região, cenário, entre outros.



Fenomenologia para a compreensão do espaço

A Fenomenologia é um método filosófico que foi incorporado pelos geógrafos humanistas a fim de se compreender o espaço a partir da percepção do mesmo. Insere-se em um momento de crítica à Geografia racionalista que privilegiava a objetividade. Aqui, valoriza-se a vivência do espaço e as percepções daqueles que o

vivenciam. Para uma explicação mais detalhada, recomendamos a leitura dos seguintes artigos: “Geografia fenomenológica: espaço e percepção” (PEREIRA; CORREIA; OLIVEIRA, 2010) e “A Geografia humanista: uma revisão” (HOLZER, 2008), disponíveis nos *links*: www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/16271/9135 e <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6142/4414>.

Podemos afirmar, hoje, que a paisagem é a concretude do espaço mais os significados implícitos nela; ela é, portanto, um texto cultural com múltiplas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes, simultâneas e igualmente válidas, realizadas em diversas escalas temporais e espaciais.



Figura 2.6: O Monte Fuji é um vulcão ativo e se tornou um símbolo do Japão.
Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mountfujijapan.jpg>

Um importante elemento do estudo da paisagem passou a ser o símbolo. Segundo os geógrafos culturais, para lermos e interpretarmos as expressões impressas por uma cultura no terreno, ou seja, a paisagem, necessitamos de um conhecimento dos símbolos e de seu significado para essa cultura.

Segundo Denis Cosgrove (1998, p. 106),

todas as paisagens são simbólicas, apesar da ligação entre o símbolo e o que ele representa (seu referente) poder parecer muito tênue [...]. O lugar de nascimento de uma grande figura nacional pode ser em uma casa comum, entretanto, tem significado simbólico enorme para os iniciados.

No Brasil, uma importante contribuição para a definição do conceito de paisagem nos foi dada por Milton Santos:

Paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança [...] não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão do homem das coisas materiais é sempre deformada (SANTOS, 1997, p. 61).

Lugar

De todos os conceitos tratados até agora, o de lugar talvez seja o com sentido mais restrito e também o que menos foi objeto de publicações. O estudo do lugar esteve, na maior parte do tempo, ligado à tentativa de trazer para a Geografia a subjetividade da relação entre o homem e a sua área mais profundamente vivida.

No período da Geografia Tradicional, o lugar foi utilizado por meio da definição lablacheana de gênero de vida. Dessa forma, era uma noção presente em quase todas as monografias regionais, as quais tentavam revelar as diferentes facetas e significados da relação homem-meio. Para isso, consideravam-se aspectos relativos às particularidades do cotidiano dos moradores de cada região. Nesse sentido, traços da cultura e da identidade eram relacionados com a escala espacial mais próxima, procurando por fenômenos particulares. No entanto, o desenvolvimento do conceito de lugar só ganhou maior destaque dentro da Geografia mais tarde.

Primeiro foi preciso separar, de alguma forma, o singular do particular. O que interessava na Geografia Tradicional era que tipo de relação entre um povo e o terreno onde ele estava assentado representava alguma transformação espacial. Para isso, era preciso aprofundar ou mesmo reestruturar o estudo da subjetividade. E isso veio a ocorrer, de forma significativa, a partir da década de 1970, com o advento da Geografia Humanística.

O lugar na Geografia Humanística apoia-se na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na continuidade, privilegiando a compreensão do que é singular. A partir disso, procura-se pelos significados materiais ou imateriais que são capazes de dar sentido ao espaço vivido pelos seus moradores.

Essa é a linha de pensamento defendida por Yi-Fu Tuan, um dos maiores nomes da Geografia Humanística. Para ele, o lugar possui um espírito, uma personalidade; e desse espírito parte um sentido de lugar que se mostra através da apreciação visual ou estética e pelos demais sentidos a partir de uma longa vivência.

O problema mais evidente de se abordar o lugar, conforme mencionamos antes, é que ele ficaria restrito à escala local, pois é aquela de vivência do homem. No entanto, com o avançar do processo de globalização, o conceito ganhou novos contornos, deixando de ser meramente o palco da subjetividade para ser abordado como o espaço no qual se materializam as contradições entre os fenômenos globais e as especificidades locais.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

O território é um conceito-chave da Geografia que, embora não tenha passado por muitas mudanças sofreu uma transformação significativa na segunda metade do século XX. Que transformação foi essa?

Resposta comentada

O território foi inicialmente utilizado, na Geografia institucionalizada, por Ratzel, que o definiu como o solo pátrio, isto é, o território nacional. E assim o território foi considerado ao longo dos anos. No entanto, nas

últimas décadas do século XX, sua definição ganhou novas abordagens e se libertou da limitação escalar do território nacional. Hoje, o território é visto como um espaço de domínio de uma pessoa ou grupo e sobre o qual, consequentemente, se dão relações de poder. Por isso, ele pode ser pensado nas mais diversas escalas espaciais e temporais.

Atividade final

Atende a todos os objetivos

Percorremos nesta aula as correntes que compõem a história do pensamento geográfico e vimos como cada conceito-chave da Geografia foi abordado por elas. Identifique uma característica de cada corrente geográfica e relacione-a a um conceito que teve grande importância na mesma.

Resposta comentada

A Geografia Tradicional teve a Alemanha, a França e, mais tarde, os Estados Unidos como principais referências. Seus autores de maior destaque foram, respectivamente, Ratzel, Vidal de La Blache e Sauer. Os dois primeiros desenvolveram seus estudos em linhas de pensamento opostas: enquanto Ratzel elaborou os conceitos de território e espaço

vital assentados sobre o Determinismo Ambiental, Vidal de La Blache tinha a região como conceito mais importante e ancorada na ideia do Possibilismo. Já Sauer desenvolveu seus estudos de diferenciação espacial pautados na paisagem (paisagem natural transformada pela cultura ao longo do tempo resulta na paisagem cultural).

A Geografia Teorético-Quantitativa, fundamentada no neopositivismo, tinha a matemática como referência principal e elegeu o espaço como conceito-chave, definindo a diferenciação espacial com base nas distâncias e nos bens e serviços oferecidos pelas localidades.

A Geografia Crítica também teve o espaço como conceito principal, mas ao contrário da corrente anterior, seus seguidores se preocuparam com as contradições socioespaciais produzidas pelo modo de produção capitalista.

A Geografia Humanística, por defender a subjetividade e o sentimento, teve como conceitos-chave a paisagem e o lugar, mais voltados para a compreensão das relações estabelecidas pelas pessoas, dotadas de determinada cultura, com o seu espaço vivido.

Resumo

Nesta aula, tivemos a oportunidade de relembrar as etapas pelas quais a Geografia institucionalizada passou ao longo de sua história e suas particularidades epistemológicas. O objetivo não foi apenas identificar seus períodos e principais características, mas também posicionar os conceitos-chave da Geografia em cada uma delas.

Foi necessário fazermos esse retorno ao estudo da teoria e da história do pensamento geográfico para seguirmos a nossa viagem pela relação entre a Geografia e o turismo. Esses conceitos nos servirão de base para compreendermos diversos aspectos do turismo em seus variados seguimentos. Os conceitos-chave são:

- espaço: entendido como uma composição de elementos físicos, distribuídos sobre o terreno segundo uma determinada lógica, e ações sociais que neles têm lugar;
- território: porção do espaço que é definida por relações de poder;

- região: porção do espaço que possui grande homogeneidade interna que a diferencia de outros espaços;
- paisagem: parte física do espaço que pode ser observada e percebida segundo nossas experiências e cultura;
- lugar: espaço vivido cotidianamente pelo qual se tem algum tipo de sentimento.

Portanto, é preciso ter os conceitos-chave bem “fresquinhos” na cabeça porque, a cada problemática na qual o turismo estiver envolvido, elegeremos um ou mais conceitos para nos ajudar a encontrar respostas.

Referências

ALMEIDA, Neuler André Soares de; ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; RODRIGUES, Francisco Mendes. A Teoria dos Lugares Centrais e sua aplicabilidade no Programa Zona Franca Verde no Amazonas. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 106-120, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/download/876/1457>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

BOAHEN, Albert A. *História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: Unesco, 2010.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-122.

HOLZER, Werther. A Geografia humanista: uma revisão. *Espaço e cultura*, Rio de Janeiro, edição comemorativa, p. 137-147, 1993-2008. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6142/4414>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; CORREIA, Idalécia Soares; OLIVEIRA, Anelito Pereira de. Geografia fenomenológica: espaço e percepção. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 11, n. 35, p. 173-178, set. 2010. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/16271/9135>. Acesso em: 2 jun. 2016.

REJOWSKI, Mirian; SOLHA, Karina Toledo. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, Mirian (org). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EdUSP, 2002.

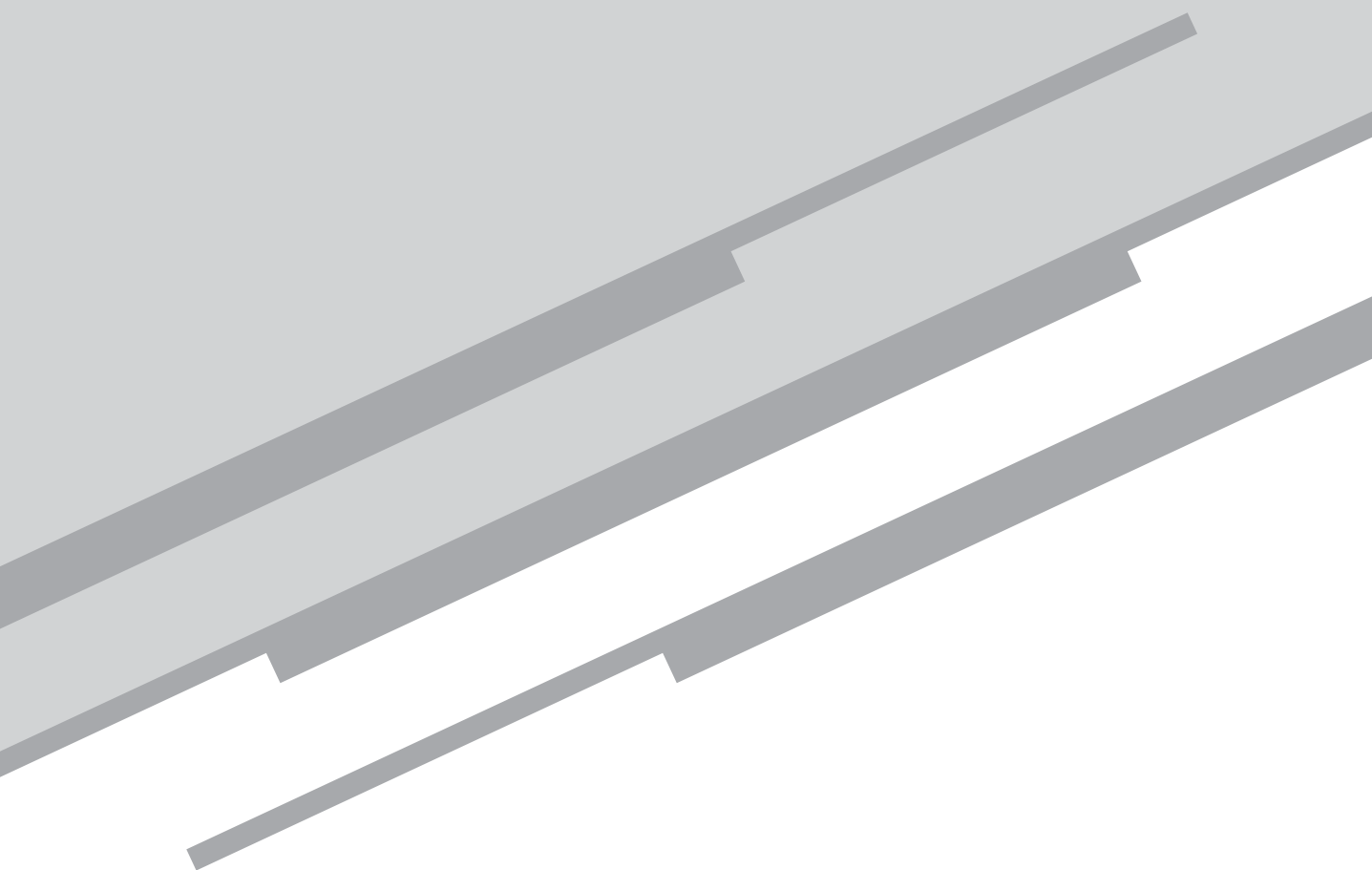
_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUER, Carl Ortwin. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77-116.

Aula 3

Os pilares da análise geográfica:
espaço, região e território



Marcela do Nascimento Padilha

Metas:

Apresentar ao aluno os conceitos-chave da Geografia de forma detalhada, ressaltando suas principais características, e fazê-lo perceber como cada um se insere na análise do fenômeno turístico.

Objetivos:

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais características de cada conceito-chave apresentado: espaço, região e território.
2. reconhecer formas possíveis de uso desses conceitos para analisar o fenômeno turístico.

Pré-Requisitos:

Recomenda-se recuperar o conteúdo das disciplinas que abordam a definição dos conceitos-chave da Geografia, tais como “Espaço, Natureza e Sociedade”.

Introdução

Prosseguimos nossa viagem pela Geografia do Turismo dando continuidade ao que foi estudado na aula anterior. Nela, vimos o surgimento da Geografia como disciplina universitária e quais os conceitos que foram desenvolvidos para serem seus pilares. Veremos, nesta aula, portanto, três desses conceitos: espaço, região e território, identificando suas particularidades e apresentando a maneira como cada um pode contribuir para a análise do Turismo.

Para cada problemática abordada, um dos conceitos-chave da Geografia poderá ser utilizado. Para isso, devemos conhecer as características de cada um, a fim de diferenciá-los e optar por aquele que se mostrar mais adequado.

O espaço

De base indispensável para a vida do homem, o espaço hoje é visto de uma forma bem mais complexa do que antes, tendo passado a ser um dos elementos que ajudam a explicar a própria sociedade. Ele é terreno, mas também é condição para a ocorrência das práticas sociais e por elas é, também, condicionado.

A partir desse ponto de vista é que Milton Santos, em livro publicado em 1996, desenvolve os conceitos de fixos e fluxos e, mais tarde, de conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Assim o autor define os fixos e os fluxos:

[...] Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (SANTOS, 2002, p. 61-62).

E completa: “[...] hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (p. 62).

A proposta do espaço como um conjunto de fixos e fluxos ganhou novos e refinados contornos. O autor passa a considerar o principal

conceito da Geografia como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...]. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (p. 63).

A definição de espaço de Milton Santos nos revela a impossibilidade de tratarmos separadamente as dimensões física e social do espaço. Nesse sentido, segundo o autor, só é possível para a Geografia compreender a configuração espacial se a associarmos à vida social que a anima e vice-versa. Para Santos:

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002, p. 63).

A concepção dos objetos e das ações como sistemas nos permite considerá-los dentro de uma lógica, de um contexto, possibilitando, assim, análises mais aprofundadas e próximas da realidade percebida.

As relações sociais são, assim, constituintes e construtoras do espaço. Ele, por sua vez, é formado por uma dimensão material e por uma dimensão social/ política, que são indissociáveis. Dessa forma, o que deve estar no foco de nossas preocupações geográficas é, a priori, a maneira como a disposição física das coisas, isto é, a base material do espaço e sua organização, qualifica as ações sociais que aí têm lugar e a maneira como elas, em via contrária, produzem o arranjo físico do espaço.

Assim, de acordo, ainda, com Milton Santos (2002, p. 62),

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria,

mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais [...].

Paulo Cesar da Costa Gomes vai ao encontro desse ponto de vista ao afirmar que “o espaço geográfico é, simultaneamente, o terreno onde as práticas sociais se exercem, a condição necessária para que elas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido” (2002, p. 172).

Existe, assim, uma coerência entre as ações sociais e o lugar onde elas acontecem. Portanto, não podemos nos distanciar desse conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, sob o risco de nos distanciarmos mesmo da Geografia.

Queremos, no entanto, chamar a atenção para outro elemento do espaço, que consideramos igualmente fundamental, assim como a materialidade e os comportamentos sociais: a significação.

O ponto de vista que defendemos é de que as formações espaciais – que são os conjuntos de objetos e ações – são impregnadas de significados os quais, por sua vez, são responsáveis pela criação de imagens que exprimem identidades, e por isso participam da própria reprodução da sociedade. Essa tripla dimensão se refere aos aspectos físico, social e simbólico, e está presente em todos os espaços geográficos, como os espaços públicos. Dessa forma, o espaço geográfico, envolve essas três dimensões, indissociavelmente.

Particularmente, os espaços públicos são espaços valorizados, onde a vida urbana se mostra mais claramente e todos são atores e espectadores. Por isso são tão especiais, já que são os lugares da publicidade e da sociabilidade, ou seja, da convivência entre os cidadãos.

===== **Atividade 1** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

Escolha um espaço turístico fluminense que você já tenha visitado ou que gostaria de visitar e descreva suas três dimensões: a materialidade, as ações sociais ocorridas nesse conjunto de objetos e os significados implícitos nesse conjunto. Apresente, também, uma foto desse espaço.

Resposta comentada

Comentarei sobre a nossa velha conhecida Praça Mauá, na cidade do Rio de Janeiro. Como já temos visto em nossas aulas, a Praça Mauá foi um antigo lugar de visitação, onde aqueles que desembarcavam no então porto novo do Rio buscavam diversão.

Materialidade: O antigo Largo da Prainha passou a se chamar Praça Mauá em homenagem ao Barão de Mauá – Irineu Evangelista de Souza –, o grande investidor do Brasil Império. Por isso, há uma estátua do Barão bem no centro da praça. Além da estátua, a praça possui como monumentos principais o Palacete D. João VI, que originalmente foi o Edifício da Inspetoria de Portos e Canais do Ministério da Marinha e, atualmente, compõe o Museu de Arte do Rio (MAR), e o edifício do jornal A Noite, construído na década de 1920, primeiro arranha-céu do Brasil (com vinte andares), onde funcionou a Rádio Nacional e que pode ser transformado em hotel ou edifício residencial. Há outros importantes objetos que compõem a Praça Mauá, mas estes aqui listados são considerados os mais significativos.

Comportamentos/ ações sociais: Até o início da revitalização da zona portuária do Rio por meio do Projeto Porto Maravilha, a Praça Mauá era frequentada, de dia, por pessoas que lá trabalhavam ou estavam de passagem para os seus locais de trabalho e, à noite, passava a ser um lugar relativamente deserto e inseguro. Com as obras do Porto Maravilha, a Praça Mauá voltou a ser um lugar de visitação e hoje abriga dois importantes museus: o MAR e o Museu do Amanhã, inaugurado em dezembro de 2015. Tal como na época da antiga Praça Mauá, ela passou a ter um bonde circulando, sob o nome moderno de VLT – Veículo Leve sobre Trilhos. Atualmente, é comum ver estudantes, turistas e cariocas circulando dia e noite pela praça.

Significação: A Praça Mauá tornou-se um dos símbolos do Projeto Porto Maravilha e de todas as obras do Rio como cidade olímpica. Tratava-se de uma área degradada que foi revitalizada, passando a ser bastante frequentada, dia e noite, por pessoas de todas as idades, cariocas ou não. No entanto, essa revitalização não foi bem aceita por todos, sobretudo por alguns moradores da zona portuária, que reivindicam mais espaços voltados para os moradores e menos para os empresários. Dessa forma, tornou-se, também, um espaço de conflitos, ainda que, em geral, pacíficos.



Figura 3.1: Praça Mauá, outubro de 2015.

A região

Região é uma palavra utilizada com muita frequência por não geógrafos para se referir aos mais diversos tipos de conjuntos espaciais. No senso comum, vemos referências ao termo, tais como: “a região do Maracanã”, “a região do centro”, “a região do Méier” etc. No entanto, tal referência se faz sem nenhuma preocupação científica e, portanto, o que comumente se vê é apenas a demonstração de uma determinada área com alguma particularidade: monumento, bairro, avenida etc. Por exemplo, vemos isso diariamente nos telejornais ao tratarem do trânsito, da previsão do tempo ou de outros assuntos. No entanto, para a Geografia, região é um conceito-chave e, por isso, possui uma história e significados que precisam ser considerados.

De acordo com o dicionário Michaelis, região é, entre outras coisas, um “território que se diferencia por suas condições particulares” (2018).

Como foi dito na aula anterior, o conceito de região, na Geografia institucionalizada, surgiu em um contexto europeu pós-feudalismo, onde muitos dos antigos feudos se uniram para formar Estados-Nações. Por isso, um Estado passou a ter realidades culturais distintas, inclusive com idiomas diferentes. Você já reparou que alguns países da Europa possuem regiões que, por terem uma realidade cultural bem particular – apresentando história, costumes, idioma, rituais etc. próprios –, pare-

cem “países dentro de um país”, como são os casos da Catalunha e do País Basco na Espanha e na França?



A Catalunha é uma região autônoma da Espanha, localizada a nordeste do país, fazendo fronteira com a França. Trata-se de uma região com um longo histórico de lutas por independência. Grande parte da população fala o idioma catalão, em vez do castelhano. Em 2010, por exemplo, mais de um milhão de catalães foram às ruas de Barcelona (cidade com 1,7 milhão de habitantes) pedir pela separação em relação à Espanha.

Já o País Basco se localiza no extremo norte da Espanha – também havendo bascos no sudoeste da França – e compreende a Comunidade Autônoma Basca e a Comunidade Foral de Navarra. Trata-se de um conjunto regional que reivindica, há anos, sua independência, possuindo, inclusive, diversos partidos políticos que levantam a bandeira da libertação basca. Seu idioma, euskera, em nada se assemelha ao castelhano e sua cultura também é bastante particular. O País Basco ficou mundialmente conhecido, sobretudo, devido aos atentados promovidos pelo grupo Euskadi Ta Askatasuna (ETA), fundado em 1959. Em outubro de 2011, o ETA anunciou o fim de suas atividades.

Pois bem, foi a partir desse contexto que surgiu do conceito de região como uma unidade territorial, com homogeneidade interna e diferenças significativas com relação a territórios externos a elas. No entanto, suas características eram vistas como historicamente definidas e, por isso, não se aplicavam a outros lugares do mundo, como as Américas, por exemplo. Percebeu-se, então, a necessidade de se redefinir o conceito.

Hoje concebemos a região como uma unidade territorial com homogeneidade interna e diferenças externas, tal como no século XIX e início do XX. No entanto, ela atualmente não é mais vista como um espaço cristalizado, que nunca muda, mas como um espaço concebido por meio de critérios pré-definidos, isto é, um mesmo território pode

ter diferentes desenhos ou composições regionais, de acordo com o critério estabelecido.

O Brasil, por exemplo, tem hoje duas regionalizações principais: as cinco grandes regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e as regiões geoeconômicas (Amazônia, Nordeste e Centro-Sul). Desde 1941 – ano em que o Brasil teve a sua primeira divisão regional oficial definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, o território nacional teve diferentes composições regionais.

Por que regionalizar? Segundo o IBGE, existem as seguintes aplicabilidades da regionalização:

- elaborar políticas públicas;
- subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias;
- subsidiar o planejamento, os estudos e a identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

Com o avançar da globalização, muito se falou em homogeneização dos espaços, tendo em vista que as culturas mais fortes e com maior influência, como a estadunidense, difundiriam os seus costumes pelo mundo e todos passariam a usar jeans, comer hambúrguer e beber refrigerante de cola. No entanto, o que se vê hoje é um fortalecimento das singularidades regionais e uma maior interação entre as culturas.

Quando pessoas de determinada cultura têm contato com outra cultura, ainda que mudem um pouco os seus hábitos em função da influência exercida sobre elas, isso não significa, necessariamente, que a sua cultura original se acabará. Pelo contrário! É bastante provável que ocorra a formação de uma terceira!

Há aqueles que defendem as suas raízes com unhas e dentes, ou seja, que desejam manter sua cultura praticamente intocada, sem interferência, passando suas características de geração a geração. Por isso, movimentos regionalistas são vistos como formas de resistência à homogeneização cultural e de fortalecimento das diferenças.

Assim, o regionalismo, que é o sentimento de pertencimento a uma região, passa a ser um importante elemento dessa nova visão do conceito. Trata-se de uma forma de conceber a região dentro de parâmetros culturais que a façam ser vista novamente como um produto social, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Um exem-

plo de forte regionalismo é o caso do País Basco, como mencionado anteriormente. É importante ter em mente que o estudo da Geografia refuta a regionalização e a análise regional como classificações a partir de critérios externos à vida regional. Em outras palavras, para compreender a região é preciso viver a região (GOMES, 2003).

Para o Turismo, as regiões são estabelecidas de forma mais objetiva, prática, no sentido que o IBGE define, isto é, visando a um planejamento e gestão mais fortes a partir da integração de municípios com características comuns. Assim são as regiões turísticas fluminenses, por exemplo. Para entender melhor o que são e para que servem essas regiões, precisamos voltar ao ano de 1994, quando o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi implementado pelo então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, a fim de dinamizar a atividade turística nos municípios.

Até aquele momento, pouquíssimos municípios brasileiros eram comercializados, isto é, em poucos existia atividade turística reconhecida, havendo inclusive propagandas sobre eles criadas para promovê-los dentro do país e, em alguns poucos casos, no exterior. No entanto, foram identificados setecentos municípios com potencial turístico e o PNMT teve como principal objetivo ajudá-los a identificar seus recursos e transformá-los em produtos turísticos. A partir daí, deveria haver conscientização e integração entre comunidade local, administração pública municipal, iniciativa privada e governo estadual para desenvolver a atividade de forma participativa e sustentável, capacitando mão de obra, gerando empregos, fortalecendo a cultura local e elevando a autoestima da população. O Plano vigorou até 2001 e apresentou resultados positivos e negativos, conforme veremos em nossa aula sobre políticas públicas para o turismo.

Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo e sua primeira grande proposta foi a criação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em 2004. O Programa teve como foco o “desenvolvimento regional, pelo qual a esfera governamental, o setor privado e a sociedade trabalham para a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo sustentável em base local” (2010, p. 9).

Entendia-se a regionalização turística como um meio de fortalecimento dos municípios, visto que ela os agrupava em torno de características que lhes fossem comuns, no estilo “a união faz a força”.

O Programa de Regionalização do Turismo contribuiu para o aumento da qualidade e competitividade das regiões turísticas, no entanto, não atingiu o patamar desejado. E por quê? Por diversos motivos, mas o principal foi a falta de comunicação e integração entre os municípios. Não se percebe grande empenho por parte das pessoas responsáveis pelo planejamento e gestão dos municípios em promover ações conjuntas que façam da região turística uma unidade de fato.

No caso do estado do Rio de Janeiro, as regiões turísticas definidas pelo Ministério do Turismo são: Águas do Nordeste (Noroeste das Águas), Agulhas Negras, Baixada Fluminense, Caminhos Coloniais, Caminhos da Mata, Costa Doce, Costa do Sol, Costa Verde, Metropolitana (Rio de Janeiro e Niterói), Serra Norte, Serra Verde Imperial e Vale do Café, conforme a Figura 3.2.



Figura 3.2: Mapa das regiões turísticas do estado do Rio de Janeiro.

Fonte: <http://www.rio-turismo.com/mapas/regioes.htm>



Para saber mais sobre a composição e as características das regiões turísticas fluminenses, visite a página da Secretaria de Turismo do Rio (SeTur): <http://www.turisrio.rj.gov.br/projetos.asp>.

Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

Informe de qual região turística o espaço turístico que você escolheu na Atividade 1 faz parte, assim como suas principais características e os municípios que a compõem.

Resposta comentada

Tendo em vista a região escolhida em nosso exemplo, a Praça Mauá, devemos indicar que ela está localizada na cidade do Rio de Janeiro, que compõe a região turística Metropolitana junto com o município de Niterói. Trata-se dos dois principais municípios do estado. Niterói foi capital do antigo estado do Rio de Janeiro e hoje é o município de melhor IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – do estado, seguido pelo Rio de Janeiro. Possui uma região oceânica bastante frequentada, importantes obras do arquiteto Oscar Niemeyer e belas vistas para a Baía de Guanabara e para a cidade do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro foi sede do estado da Guanabara e também capital do Brasil até 1960, ano da inauguração de Brasília. Trata-se de uma metrópole e, por isso, possui grande infraestrutura de atendimento aos turistas, bem como muitos e diversificados lugares de visitação.



Figura 3.3: Mapa do estado do Rio de Janeiro com destaque para a região turística Metropolitana.

Fonte: <http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/metropolitana.asp>

Território

O território é entendido, na Geografia atual, como um espaço sobre o qual necessariamente existe um poder atuando. De acordo com Marcelo José Lopes de Souza (2003, p. 78), o território é “um espaço definido por e a partir de relações de poder”. Este poder pode apresentar características diferentes, como autoridade e dominação.

A autoridade é o poder legítimo, reconhecido por aqueles que se submetem a ele. Por exemplo, um líder eleito pelo voto da maioria ou mesmo um pai ou uma mãe que possui o respeito de seu filho.

Já a dominação é o poder que se mantém pelo medo, pela violência e, por isso, não tende a ser muito duradouro. Uma ditadura instaurada onde antes havia democracia é um bom exemplo de poder exercido por meio da dominação. Trata-se, segundo Hannah Arendt, de uma oposição poder × violência. O poder seria a autoridade e a violência, a dominação. Para a autora, “politicamente falando, é insuficiente dizer não serem o poder e a violência a mesma coisa. O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta o outro está ausente” (ARENDT, 1985, p. 30).

Dessa forma, a questão sempre presente no território é “quem domina ou exerce poder no espaço e como?”.

Vendo o território dessa forma, percebemos que não há uma escala espacial específica para tratá-lo. Na Geografia Tradicional e mesmo depois, vimos que o território se limitava à escala nacional. Todavia, hoje o concebemos livre das amarras de uma única escala. Como estudamos na aula anterior, os territórios podem ter diversas escalas espaciais (países membros e um bloco econômico) e temporais (que duram séculos, anos ou horas).

E a territorialidade, o que é?

Ela é o conjunto de estratégias que uma pessoa ou grupo utiliza para territorializar um espaço, ou seja, são os meios utilizados para se apropriar de um espaço, deixando clara a diferença entre “nós” e “os outros”. Vamos tomar como exemplo um clássico do futebol, como o Fla-Flu. O entorno do estádio do Maracanã é apropriado cotidianamente por pessoas com os mais diversos objetivos: usá-lo como caminho para se chegar a algum lugar, praticar algum esporte, visitar, tirar fotos, trabalhar etc. No entanto, em dia de clássico carioca, esse mesmo espaço é totalmente modificado, ganha cores, sons e volume. Transforma-se em dois territórios, cada um dominado por uma torcida e, caso haja a invasão de um torcedor ao território alheio, muito provavelmente haverá conflito. E como percebemos de quem é cada território? Pelo uniforme do time que os torcedores vestem, pelas bandeiras, gritos de torcida, músicas e outros meios de compor a territorialidade daquele grupo.

Além disso, é importante lembrar que existem superposições de territórios e também territórios descontínuos. Por exemplo, no caso de uma determinada facção criminosa dominar um conjunto de favelas – que, por sua vez, está inserido em um território municipal –, mas, com frequência, entrar em conflito com a Polícia Militar (que está subordi-

nada ao governo de estado). Enfim, podemos concluir que existe uma grande complexidade em torno do conceito de território.

Voltando ao turismo, sabe-se que ele envolve deslocamentos e consumo de lugares diversos. Por isso, ao se planejar, administrar e até mesmo visitar, é necessário e prudente que se conheçam aqueles que exercem poder sobre tais territórios e como esse poder atua sobre o espaço. Por exemplo, falamos acima sobre as regiões turísticas, que compreendem municípios com características comuns. Ainda que um grupo de profissionais planeje os eventos que ocorrerão em cada região, cada um atua em um dos municípios que integram essas regiões e, por isso, devem considerar as particularidades locais, como feriados e leis municipais.

Vejamos outro exemplo: um casal de brasileiros que deseja viajar para o Irã deverá considerar que se trata de um país muçulmano, que tem leis e regras rígidas extremamente diferentes daquelas existentes no Brasil. Devem saber, por exemplo, que não é prudente a mulher andar sozinha, tampouco vestida com roupas decotadas que mostrem partes do corpo. O casal deverá conhecer certos rituais ao entrar em determinados estabelecimentos, templos e outros tipos de espaço e saber algumas leis básicas para evitar constrangimentos ou mesmo sua detenção no país. Trata-se de conhecer e respeitar as regras sob as quais estão determinados territórios.

===== **Atividade 3** =====

Atende ao objetivo 1

Identifique um território na foto que você apresentou do espaço turístico escolhido na Atividade 1.

Resposta comentada

A fotografia apresentada na Atividade 1 nos mostra uma parte da Praça Mauá, localizada na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Nela podemos identificar, entre outras coisas, o conjunto arquitetônico do Museu de Arte do Rio (MAR), espaço que pertence à Prefeitura do Rio, tratando-se, portanto, de um território municipal. Ainda que seja um espaço público, o museu tem seu acesso controlado por meio de ingressos. Nem todos podem entrar quando quiserem, ou seja, o acesso a ele é

restrito e de controle da Prefeitura, que age por meio de seus funcionários responsáveis pelo funcionamento e pela segurança do museu.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Escolha uma região turística fluminense e identifique nela um espaço turístico e um território compreendido nesse espaço.

Resposta comentada

Escolho a região do Vale do Café, composta por municípios que tiveram importância significativa durante o período áureo do café no Brasil. Ela está na região de governo denominada Vale do Paraíba, que foi a principal região produtora de café do século XIX. O Vale do Café compreende os municípios de Vassouras, Valença, Barra do Piraí, Rio das Flores, Miguel Pereira, Piraí, Paty do Alferes, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Barra Mansa, Volta Redonda, Paracambi e Pinheiral, conforme mostra o mapa presente na Figura 3.4).



Figura 3.4: Mapa do estado do Rio de Janeiro com destaque para a região turística Vale do Café.

Fonte: <http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/valedocafe.asp>

Vassouras foi uma importante vila na época de maior valorização do café. Seus palacetes, casas de fazendas e fachadas de casarios mostram que a cidade viveu momentos de grande riqueza. Hoje a cidade tem o turismo voltado para essa história. Algumas fazendas tornaram-se pousadas onde o visitante pode assistir a representações do cotidiano do período imperial em um ambiente que o leva ao tempo dos barões de café. Destaca-se, também, o turismo rural, que oferece ao turista a oportunidade de conhecer o processo de produção dos alimentos e também o modo de vida da população local.

A Figura 3.5 mostra a Praça Barão de Campo Belo, um dos principais pontos turísticos do município. Nela se destaca a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída na primeira metade do século XIX. A praça é, portanto, um importante espaço turístico do município, cartão-postal da cidade e a Igreja Matriz é um território da Igreja Católica Apostólica Romana, que é responsável, portanto, por definir as normas de acesso à igreja, assim como os comportamentos que seus visitantes devem ter ao adentrá-la.



Figura 3.5: Praça Barão de Campo Belo com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição ao fundo.

Fonte: [http://www.vassouras.rj.gov.br/#!/Igreja Matriz/zoom/mainPage/dataItem-ii6cac9i](http://www.vassouras.rj.gov.br/#!/Igreja%20Matriz/zoom/mainPage/dataItem-ii6cac9i)

Resumo

Vimos nesta aula três dos conceitos-chave da Geografia – espaço, região e território – e como eles podem auxiliar na análise do fenômeno turístico. É importante ressaltar que se trata de categorias de análise e não de objetos concretos.

O mesmo terreno pode ser entendido como espaço, território ou região. Cada uma dessas categorias fornecerá ferramentas para se compreender determinado problema. Se o importante na análise forem as relações de

poder que se dão sobre um determinado terreno, chamaremos este de território e utilizaremos sua teoria. Se quisermos abordar uma região turística, o conceito de região, e também o de território, nos auxiliará. Já o espaço compreende todas as demais categorias, sendo, assim, o conceito-raiz.

Enfim, como já foi dito, a realidade é muito ampla e, para estudarmos alguma de suas facetas, é necessário que recorramos a categorias de análise que delimitem e sistematizem cada uma dessas facetas que desejamos compreender.

Referências

ARENDT, Hannah. Da violência. Brasília: Editora UnB, 1985.

BRASIL. Ministério do Turismo. Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO et. al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 49-76.

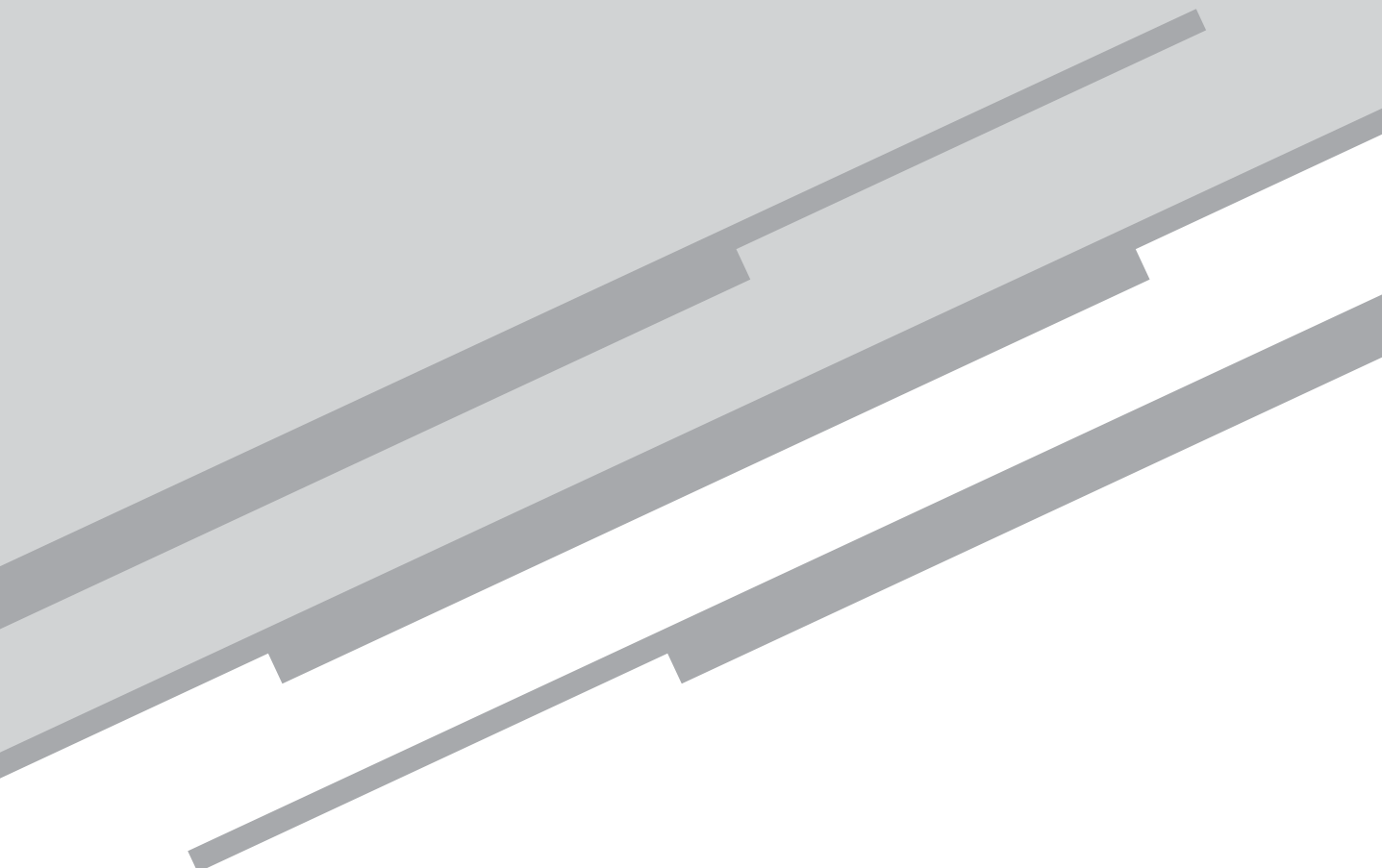
REGIÃO. In: MICHAELIS. São Paulo: Martins Fontes, 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/regi%C3%A3o/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO et. al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77-116.

Aula 4

Os pilares da análise geográfica:
paisagem e lugar



Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Apresentar ao aluno dois conceitos-chave da Geografia, paisagem e lugar, de forma detalhada, ressaltando suas principais características, e demonstrar como cada um se insere na análise do fenômeno turístico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- reconhecer os marcos históricos da Geografia Cultural;
- identificar as características da Geografia Cultural;
- identificar as principais características de cada conceito-chave apresentado: paisagem e lugar;
- reconhecer formas possíveis de uso desses conceitos para analisar o fenômeno turístico.

Pré-Requisitos

Recomenda-se recuperar o conteúdo de disciplinas em que conceitos-chave da Geografia são definidos, tais como “Espaço, Natureza e Sociedade”.

Introdução

Dando continuidade à viagem anterior, seguiremos para a abordagem dos conceitos de *paisagem* e *lugar*. Esses conceitos são os preferidos dos geógrafos que realizam trabalhos na linha da Geografia Cultural, mas sua importância também é reconhecida em outras correntes do pensamento geográfico. É preciso que façamos uma breve escala na Geografia Cultural para conhecermos um pouco mais sobre essa corrente e, assim, compreendermos melhor a base teórica mais utilizada para apoiar os conceitos de paisagem e lugar.

Geografia Cultural

A evolução da Geografia Cultural no tempo

Para começarmos os nossos estudos, vale a pena voltarmos no tempo e explorarmos os marcos de desenvolvimento da Geografia Cultural até os dias atuais. Vamos lá?

Segundo Claval (1999), podemos observar três períodos que marcam a Geografia Cultural:

- *De 1890 a 1940*: período da Geografia Cultural Tradicional, centrada na relação homem-natureza. O ser humano desenvolveu técnicas que lhe permitiriam interferir na natureza, surgindo, dessa interferência, uma paisagem e um gênero de vida. Nesse período, portanto, a Geografia Cultural baseou-se na paisagem e nos gêneros de vida desenvolvidos no campo. Como era uma época imperialista, havia a preocupação também com as paisagens e com a cultura (valores, crenças, hábitos etc.) das terras colonizadas.
- *De 1940 a meados dos anos de 1970*: a cultura fica, na Geografia, em um plano secundário.
- *A partir dos anos de 1970*: incorpora-se o urbano à Geografia Cultural. A Nova Geografia Cultural, erguida a partir dos anos de 1970, calcou-se no Romantismo e na fenomenologia, entrando, assim, no âmbito das ciências sociais.

Nesse sentido, podemos afirmar que, ao longo da história do pensamento geográfico, a Geografia Cultural foi abandonando sua perspectiva naturalista inicial e adquirindo uma posição mais social.

Atualmente, a Geografia Cultural possui três grandes matrizes que se combinam. Veja, a seguir:

- a tradição saueriana (Inglaterra, EUA e França);
- a geografia de Vidal de La Blache e Jean Brunhes (com a influência da Geografia Humanística, que desenvolve a teoria dos significados, tendo Tuan como um dos principais autores); e
- a geografia social inglesa (perspectiva que segue uma dimensão crítica, e tem como referência o Center for Contemporary Cultural Studies - Birmingham, dirigido por Stuart Hall). Essa corrente não está necessariamente atrelada ao passado ou ao presente, ou seja, não é a temporalidade que a define, mas sim, a abordagem dos significados implícitos nas formas e nas organizações espaciais. Ela tampouco se define por uma determinada escala espacial; o recorte escalar é relativo ao tipo de estudo; a escala não pode ser considerada uma “barreira epistemológica”.

A palavra-chave da Geografia Cultural é *significado*. A cultura é moldada a partir do significado que atribuímos às coisas. O fundamento da Geografia Cultural é, portanto, a análise dos significados atribuídos por grupos sociais/culturais, a partir de práticas e representações espaciais.

O poder também desempenha um papel importante na Geografia Cultural. O poder impresso nas formas espaciais é um elemento fundamental para a compreensão da cultura. Um grupo pode transmitir a sua tradição, o seu poder e a sua identidade através de certa forma espacial. O poder enriquece, assim, a possibilidade de interpretação do real.

Podemos citar como exemplo de poder impresso no espaço as igrejas, mesquitas e outros templos religiosos. Muitas delas foram erguidas para mostrar o poder que sua religião exercia sobre uma determinada sociedade. Quanto maiores e mais ricas, maior o poder demonstrado por elas. Tanto que, em situações de guerra envolvendo duas religiões distintas, existia, sobretudo na Idade Média, mas também nos dias atuais, o hábito de modificar um templo religioso para mostrar que um determinado grupo se sagrou vencedor da disputa, conforme mostrado na Figura 4.1:



Marcela do Nascimento Padilha

Figura 4.1: Catedral de Córdoba, na Espanha. Um templo que guarda marcas cristãs, muçulmanas e judaicas.

A seguir, veremos a tradição saueriana com mais detalhes.

A Geografia Cultural de Sauer

Um grande nome da Geografia Cultural é Carl Sauer. Ele é considerado o pai dessa corrente, pois realizou trabalhos de grande importância na área. Vale ressaltar que os geógrafos que o precederam e que abordaram a dimensão cultural, não se identificavam como geógrafos culturais.

Sauer fez seu doutorado na Universidade de Chicago, a primeira a ter um curso de Geografia nos Estados Unidos. Como a matriz dessa ciência era positivista, influenciada pelo determinismo ecológico, Sauer logo a rejeitou, sobretudo, após a realização de seus primeiros trabalhos de campo, onde ele observou a degradação do meio ambiente e de como a paisagem estava sendo modelada pelos grupos sociais.

Em 1923, Carl Sauer fundou o Departamento de Geografia de Berkeley, no qual permaneceu como chefe por 31 anos. A ideia de cultura se fortificou em Sauer através da influência do chefe do Departamento de Antropologia de Berkeley, Alfred Kroeber, conhecido como o pai da Antropologia Cultural. Sauer também teve contato com outros cientistas sociais, adotando, de uma vez, a abordagem cultural em seus trabalhos.

A principal obra de Sauer é *A morfologia da paisagem*. Outro trabalho de grande importância é o estudo sobre as regiões culturais, no qual ele e seus discípulos estudaram grupos étnicos na América Central e em algumas áreas dos Estados Unidos.

Sauer foi pioneiro na “Paleogeografia Humana”, que se ocupava dos estudos sobre o homem primitivo e a difusão da agricultura, assim como a consequente sedentarização humana, que resultou em uma organização espacial muito mais complexa, com casas, templos, cemitérios etc.

Ele também desenvolveu outra linha de estudos, a “Geoecologia”, que abordava os efeitos diferenciados da ação humana através da agricultura, realizada por grupos étnicos distintos.

A geografia saueriana não teve destaque no Brasil, já que, aqui, se seguia a linha francesa de pesquisa. A geografia americana, da qual Sauer fazia parte, chegou ao Brasil, sobretudo, por meio das obras de Richard Hartshorne.

Em suma, podemos destacar algumas características principais da geografia saueriana:

- preocupação com o passado;
- rompimento com o modelo positivista, não se preocupando diretamente com a objetividade e a causalidade;
- preocupação com o único, com o conhecimento do objeto em si mesmo;
- valorização da tradição e do não urbano, a despeito da realidade que apresentava importantes transformações nas cidades.

Geografia Cultural e poder

E a cultura, o que é?

Vejamos, aqui, a definição de cultura, dada por um geógrafo:

Há muitas formas possíveis de abordar e definir cultura. Uma delas é vê-la como um conjunto de práticas sociais generalizadas em um determinado grupo, a partir das quais este grupo forja uma imagem de unidade e de coerência interna. O conjunto destas práticas exprime os valores e sentidos vividos por um certo grupo social e a delimitação de suas diferenças em relação a outros grupos. Trata-se de um processo em que a aceitação de um patamar comum de comportamento é responsável pelas idéias de identidade e de patrimônio próprio. Neste sentido, cultura corresponde a certas atitudes, mais ou menos ritualizadas, por meio das quais se estabelece uma comunicação positiva entre os membros de um grupo (GOMES, 2001, p. 93).

Se entendermos que a dimensão espacial é uma condição fundadora das práticas sociais e que, à medida que elas se desenvolvem, é gerado um novo produto, podemos dizer que “a geografia cultural pode vir a

ser justamente a oportunidade de compreender este jogo complexo entre as dimensões física e simbólica [...]” (GOMES, 2001, p. 94-95), ou seja, entre espaço e cultura.

A palavra *cultura* tem origem romana e provém do verbo latino *colere* (habitar, ocupar a terra). Do radical da palavra derivaram diversos cognatos como *colono*, *colonização*, *íncola*, *agrícola*, todos mantendo em comum essa ligação essencial com a terra, com o campo. A expressão *cultus* denominava assim, em um primeiro momento, o campo plantado e significava o atributo de uma terra que recorrentemente era objeto do trabalho da lavoura. Essa palavra também era usualmente empregada para significar a adoração aos deuses, aos ancestrais ou a qualquer ato ou comportamento relativo às cerimônias religiosas ou fúnebres.

De um sentido que primava pelo resultado do trabalho humano sobre a natureza, o conceito de cultura passou a ter um sentido figurado de saber, ou seja, um conjunto de conhecimentos acumulados, responsáveis pela formação do comportamento e da consciência que regulam a vida social de cada um. Mais tarde, a noção de cultura ganhou novos contornos e passou a ser vista como uma união de espaços alinhados sobre valores iguais, o que levou, então, à ideia de culturas no plural, a partir da qual concluímos que há inúmeras formas diferentes de se viver.

Ao longo do século XVIII, a palavra *cultura* foi colocada em confronto direto com a ideia de natureza, atrelando-a, necessariamente, ao conjunto dos elementos do mundo civilizado, que supera os obstáculos impostos pela natureza.

Começamos a perceber, mais claramente, portanto, a relação entre cultura e poder. Considerando que a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas, o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, para todas as outras pessoas. Há, todavia, além das “culturas dominantes”, as culturas subdominantes, que podem ser residuais (que sobraram do passado), emergentes (que antecipam o futuro) e excluídas (que são ativas ou passivamente suprimidas). As culturas também podem ser divididas em termos de área, classe, cor, religião etc.

Nesse sentido, é possível afirmar que cultura envolve nossos comportamentos, maneiras de pensar, de olhar e de perceber as coisas. Algumas culturas possuem grande poder sobre outras, como o chamado

American Way of Life, isto é, uma cultura difundida pelos Estados Unidos para grande parte do mundo, cujos símbolos são a Coca-Cola, o Mc Donald's, o *jeans*, a prática consumista, entre outros. Esse estilo de vida pode condizer ou não com a realidade, mas certamente permeia o imaginário de milhões de pessoas, e muitas delas acabam adotando essa cultura. E por meio das práticas envolvidas com a(s) cultura(s) que molda(m) nossa personalidade é que observamos os espaços e nos apropriamos deles. Por isso, para falarmos a respeito de *paisagem e lugar* sob a perspectiva da Geografia Cultural, devemos, necessariamente, abordar esses conceitos dentro de um contexto cultural.

Feita esta breve escala pela Geografia Cultural, partimos para os conceitos de paisagem e lugar.

Dois conceitos-chave da Geografia para o Turismo: paisagem e lugar

A paisagem

Conforme vimos na Aula 2, o termo *paisagem* tem origem no período do Renascimento, quando a pintura deixa de ser exclusivamente voltada para a religião, e os artistas passam a incorporar em suas obras novos objetos, como as pessoas e a natureza, que poderiam até aparecer em primeiro plano. Tal fato é importante ser ressaltado porque, em todas as definições posteriores de paisagem, a relação homem-natureza estará implícita, assim como o seu aspecto concreto.

Já na Geografia institucionalizada, Carl Sauer foi o mais importante difusor do novo conceito de paisagem. Nas palavras de Holzer (1999, p. 154): “as paisagens não deviam ser definidas apenas como uma cena que é vista por um observador, pois elas se tratam, primordialmente, de generalizações derivadas da observação de cenas individuais [...]”. A partir daí, delineou-se o arcabouço temático da Geografia Cultural:

- *da década de 1920 até o início dos anos 1960*: houve a preocupação de estabelecer bases metodológicas que atendessem ao seu variado programa de estudos (generalizações);
- *a partir dos anos 1960*: o caráter coletivo da cultura é secundarizado (buscam-se, agora, as singularidades) e começa a haver uma preocupação epistemológica que direciona a Geografia Cultural para o estudo das atitudes e preferências que já, segundo Sauer, podiam ser inventadas ou adquiridas.

Os geógrafos culturais, ao estudarem a paisagem, optaram pela fenomenologia enquanto método filosófico, nascendo, assim, a Geografia Humanista ou Humanística. Tornou-se necessário, então, diferenciar conceitos como *paisagem*, *área*, *lugar*, *natureza*, *região*, *cenário*. Portanto, a partir dos anos de 1970, a contribuição da Geografia para o estudo da paisagem passou a ser significativa. Augustin Berque, um dos mais importantes autores da Geografia Cultural, nos fala da paisagem como marca e matriz:

[...] ao contrário da maioria das ciências sociais, a geografia cultural sempre levará cuidadosamente em conta o material físico no qual cada cultura imprime a marca que lhe é própria – marca que ela considerará como uma geo-grafia em primeiro grau: a escrita da terra por uma sociedade. Essa marca implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e de matriz (BERQUE, 1998, p. 87-88).

Carl Sauer, em sua mais importante obra, *A morfologia da paisagem*, defende que a paisagem deve ser vista como um conjunto distinto de formas, que são, ao mesmo tempo, físicas e culturais.

Nesse sentido, podemos afirmar que a paisagem é a concretude do espaço mais os significados nela implícitos; ela é, assim, um texto cultural com múltiplas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes, simultâneas e igualmente válidas, realizadas em diversas escalas temporais e espaciais.

Para pensarmos em um exemplo cotidiano, imagine a praça da Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro. Centenas de pessoas passam por ali todos os dias, num ritmo frenético típico do centro de uma metrópole. Muitas delas não se dão conta de quantas coisas é possível ler naquela paisagem. Por outro lado, os olhos mais atentos perceberão que ela está ali hoje, mas remonta a outro tempo, a outro contexto social, cultural e econômico do Rio de Janeiro; um tempo em que a cidade era a capital do Brasil, referência para as demais cidades do país, com clara influência francesa e que os agentes modeladores do seu espaço urbano pretendiam embelezá-la e fazer dela a “Paris dos trópicos”. O Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e o Museu de Belas Artes, vistos a partir dela, nos mostram que a cidade viveu dias de opulência, que ajudaram a construir seu prestígio dentro do Brasil e fora dele.



Para saber mais, recomendamos que você realize a leitura do artigo “Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado”, de Roberto Lobato Corrêa (2014), disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2431/2077>.

Paisagem e turismo

Dos cinco conceitos-chave vistos até o momento na disciplina, o de paisagem talvez seja o mais significativo para o Turismo. Em geral, os turistas optam por um lugar por sua beleza cênica, ou seja, pela(s) sua(s) bela(s) paisagem(ns). As paisagens dos destinos turísticos são, então, contempladas pelos visitantes, fotografadas inúmeras vezes e de diversos ângulos. Algumas paisagens se tornaram símbolos de seus lugares de origem e até mesmo elemento da identidade cultural de um povo.

Podemos citar como exemplo de paisagem-símbolo a festa folclórica de Parintins, no estado do Amazonas. A cidade é “pintada” em duas cores: azul e vermelho, cores dos dois bois rivais: Caprichoso e Garantido, respectivamente.

Parintins é conhecida, nacional e internacionalmente, pelo festival do Boi-Bumbá. O Festival Folclórico de Parintins é a segunda maior festa popular do mundo (perdendo apenas para o Carnaval) e acontece anualmente no último fim de semana de junho (sexta, sábado e domingo). O grande evento é celebrado no bumbódromo, o templo do festival, com capacidade para até quarenta mil espectadores, sendo que, destes, apenas 5% pagam ingresso.



Oliver Komblint/SCDC/MinC

Figura 4.2: Bumbódromo em dia de festival.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ministeriodacultura/19491305082/in/photostream/>

Mas a festa do boi, como é chamada pelo povo, acontece no dia a dia da população. Ruas, casas e edifícios são pintados de azul ou vermelho ou com algo que lembre os bois Caprichoso e Garantido. Tal como torcedores de futebol usam a camisa de seu clube, os torcedores de Parintins também se vestem de maneira a expressar o boi com o qual se identificam. E, assim, a paisagem da cidade vai sendo marcada por dois grupos culturais que querem manifestar explicitamente a sua identidade.



Figura 4.3: A manifestação da identidade criada pela festa do boi no dia a dia da cidade.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ministeriodacultura/19272296445/>
<https://www.flickr.com/photos/ministeriodacultura/18649838874/>
<https://www.flickr.com/photos/ministeriodacultura/18875354844/>
<https://www.flickr.com/photos/ministeriodacultura/19497846415/>

Mais de cem mil pessoas são atraídas anualmente para o Festival de Parintins: a cada noite, o resultado dos ensaios nos QGs de Caprichoso e Garantido é apresentado através do conjunto folclórico, inspirado em lendas de **pajelanças** indígenas de várias tribos e costumes caboclos da Amazônia.

Marcada pelas impressionantes alegorias representadas por carros confeccionados, principalmente, por artistas parintinenses, a disputa baseia-se em lendas locais. Os bois-bumbás de Parintins, Caprichoso e Garantido, existem desde 1913, mas o festival foi oficializado apenas na década de 1960. O Bumbódromo de Parintins, ou Centro de Convenções Amazonino Mendes, foi inaugurado em 24 de junho e aberto para o 22º Festival Folclórico, em 1988. Divulgado inicialmente apenas para o público local, o Festival ficou conhecido em outras cidades, estados, a ponto de ganhar transmissão em TV aberta, como vem acontecendo nos últimos anos, e ser transmitido também para outros países.

Pajelança

Ritual indígena feita pelo pajé por motivo de cura, magia, comunicação com seres espirituais, prognóstico de acontecimentos etc.



Figura 4.4: Retratos das apresentações dos bois, Caprichoso (A) e Garantido (B), no bumbódromo, em Parintins.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Boi_Caprichoso#/media/File:Boi-caprichoso-1.jpg
https://pt.wikipedia.org/wiki/Boi_Garantido#/media/File:Boi_Garantido.jpg
<https://www.flickr.com/photos/ministeriodacultura/1887538344/>
<https://www.flickr.com/photos/doisbucudos/14337280169/>

As paisagens são, portanto, impressões de uma cultura no espaço. Dependendo da dimensão que essa cultura toma, ela deixará marcas e servirá de exemplo para outras culturas. Assim foi a civilização romana da Antiguidade, que deixou inúmeros testemunhos espaciais de sua cultura, em diversos lugares do mundo, tais como as arenas e os aquedutos, símbolos que foram copiados por muitas sociedades em diferentes momentos da história. Já Parintins nos mostra como uma cultura pode marcar um espaço por meio de uma tradição e da rivalidade, que são mostradas através das paisagens marcadas pelo azul e pelo vermelho.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

A paisagem, sendo a parte do espaço alcançada pela nossa visão, tem o poder de nos fazer gostar ou não de um lugar, de nos fazer lembrar de coisas escondidas na nossa memória ou mesmo de nos fazer viajar para lugares que já visitamos ou que fazem parte dos nossos sonhos. Ela carrega significados que estão marcados em sua forma ou que transcendem aquilo que nossos olhos podem ver e, por isso, pode ser lida como um texto ou declamada como um poema.

Pense em uma paisagem de um destino turístico que você tenha visitado ou não, mas que tenha um significado especial para você e a descreva. Se puder, coloque uma foto dela.

Resposta comentada

Uma das paisagens que mais me marcaram foi, certamente, o conjunto arquitetônico da Torre de Pisa. Quando criança, um comercial de televisão me chamou muito a atenção: o do sorvete Cornetto, da marca Gelato que, entre outras paisagens italianas, mostrava a Torre de Pisa. E eu (não sei exatamente o porquê) ficava encantada com aquela construção torta que parecia que iria cair a qualquer momento. Quando tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente, já com 31 anos, fiquei tão encantada e feliz que parecia aquela criança assistindo ao comercial do sorvete. Era, sim, a realização de um sonho infantil.



Marcela do Nascimento Padilha

Figura 4.5: Torre de Pisa, fotografada em maio de 2010, pelas lentes da autora.

O lugar

Dos conceitos-chave da Geografia, o lugar é aquele que possui a menor quantidade de referências bibliográficas e que geralmente é estudado dentro de uma escala geográfica mais restrita. Isso se deve ao fato de que o lugar só passou a ser um conceito realmente importante com o advento da Geografia Humanística, isto é, a partir da década de 1970, e sua abordagem se dá a partir da relação de uma pessoa ou grupo com o seu espaço de vivência.

Dessa forma, o lugar, na Geografia Humanística, apoia-se na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo,

privilegiando o que é singular, o diferente, o exótico e busca a compreensão da realidade, e não a sua explicação.

Para que um espaço seja tratado como lugar é preciso que ele tenha um significado para uma determinada pessoa ou grupo, significado este que pode ser de afeição –*topofilia* – ou de medo/aversão – *topofobia*. Para configurar-se como lugar, o espaço deve ser vivido, experienciado e ter um significado para aqueles que o vivenciam. Por isso, em geral, para o estudo do lugar escolhe-se uma pequena escala geográfica, a escala do cotidiano, aquela na qual os sentidos se fazem mais presentes: uma vila de casas, uma rua, uma praça, o caminho de casa ao trabalho, o lugar de diversão, um parque etc.

Pense no local onde você passou a sua infância; lembre-se dos objetos que havia nele, as pessoas, os cheiros... você deve conhecer muito bem esse local e deve se lembrar dele sempre com carinho e saudade. Se isso de fato ocorrer, significa que esse local é um lugar para você e pelo qual você nutre um sentimento de topofilia. Se, no entanto, nesse local tiver acontecido algo que o deixou muito triste e que você, na verdade, gostaria de esquecer e nunca mais voltar lá, então você tem por esse lugar um sentimento de topofobia.

O principal nome relacionado ao estudo do lugar é, sem dúvida, Yi-Fu Tuan, um geógrafo chinês que lecionou por muitos anos nos Estados Unidos e lá se aposentou. Suas principais obras são *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* e *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, livros que são referências obrigatórias para o estudo sobre o lugar. Para Tuan, por ser um espaço vivido, o lugar possui uma personalidade, um espírito, uma identidade, construídos ao longo de anos por uma determinada cultura.

Assim, o lugar pode ser um grande aliado do Turismo, visto que, nos últimos anos, devido à estandarização (padronização) dos espaços, muitas pessoas têm buscado por destinos diferentes dos habitualmente visitados; querem conhecer lugares significativos, onde se possa ver e sentir o cotidiano dos moradores e apreender a sua cultura. O segmento turístico que promove esse tipo de visita é o turismo de experiência, pelo qual é possível ter um contato direto com o lugar e a cultura local, conhecendo e participando do dia a dia dos moradores. Um exemplo é o turismo promovido em favelas cariocas, como a Rocinha, o Morro Santa Marta, o Complexo do Alemão, entre outras. Os turistas são levados

ao lugar para ver de perto como vive a população local, fazem refeições em algum estabelecimento comercial ou nas próprias casas de moradores, podendo, inclusive, pernoitar em algumas delas.

Portanto, o conceito de lugar envolve *tempo e experiência*. Um espaço pode se transformar em lugar à medida que lhe atribuímos um valor, e este só poderá ser desenvolvido mediante a experiência. “Um morador antigo conhece sua cidade, um chofer de táxi aprende a andar por ela, um geógrafo a estuda e a conhece conceitualmente, mesmo que nunca tenha estado lá [...]” (MACHADO, 1988, p. 69).

De acordo com Carlos (2007, p. 17), “O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...]”. Essas são formas possíveis de se experienciar os lugares.

Atividade 2

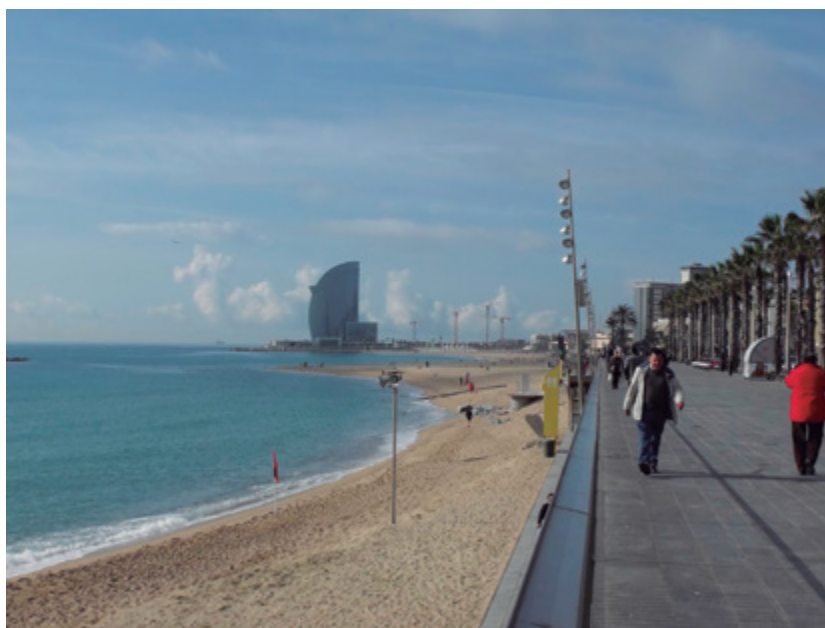
Atende aos objetivos 1 e 2

O conceito de lugar deve ser empregado quando queremos nos referir ao significado que um determinado espaço tem para um indivíduo ou grupo. Portanto, trata-se de uma análise que deve considerar a subjetividade e a experiência, entre outras coisas. Nesse sentido, existe algum destino turístico que você poderia tratar como um lugar, ou seja, que possui um significado para você, com o qual você estabeleceu uma relação a partir de uma experiência? Caso exista, descreva-o, assim como o significado que ele tem para você. Caso não haja, pense em um destino turístico no qual se perceba claramente o vínculo que os moradores possuem com aquele espaço vivido, ou seja, com o lugar e comente sobre ele.

Resposta comentada

Barcelona, capital da região da Catalunha, na Espanha, é uma grande cidade, com cerca de um milhão e setecentos mil habitantes. Trata-se de uma cidade cosmopolita na qual é possível encontrar pessoas de diversas países, com diferentes motivos para visitá-la. Possui muitas opções de lazer, gratuito ou não, variada gastronomia e belas praias mediterrâneas. Possui um clima bastante agradável, sem inverno rigoroso ou verão escaldante. Um dos seus bairros mais tradicionais se chama Barceloneta,

antes ocupado por pescadores e outros trabalhadores que viviam do que o mar poderia lhes dar. Esse bairro tornou-se um lugar muito importante para mim, pois foi nele que vivi por um ano enquanto fazia meu estágio de doutorado. Sentia-me em casa na Barceloneta. Parecia o interior dentro de uma metrópole. As pessoas andavam sem pressa, havia um comércio típico de bairro, com padarias, armarinhos, minimercados, pequenos bares e restaurantes. Tudo muito simples e acolhedor, embora fosse um bairro praiano. Lembro-me bem do barulho que as crianças faziam na rua a caminho da escola ou na volta pra casa; do caminhão pegando a caçamba de lixo à uma da manhã (o que me deixava louca!), das baratas que apareciam no verão, dos jovens bêbados cantando pelas ruas na madrugada dos sábados, do pão fresquinho e torrado que eu comprava na padaria, do lindo som do sino da Catedral de Santa Maria del Mar... Enfim, por um ano, o bairro de Barceloneta foi, de fato, o meu lugar em Barcelona, ainda que fosse um espaço de grande visitação. Lá eu me senti realmente em casa e pude me integrar à realidade local.



Marcela Padilha.

Figura 4.6: Praia e calçadão de Barceloneta, em abril de 2010.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

A estátua do Cristo Redentor, posicionada no alto do morro do Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro, é um dos pontos turísticos mais importantes do Brasil. Explique como seria possível tratar esse espaço como paisagem e como lugar.



Marcela Padilha.

Figura 4.7: Visitantes na base da estátua do Cristo Redentor, em agosto de 2008.

Resposta comentada

A estátua do Cristo Redentor, posicionada no alto do Morro do Corcovado desde 1931, talvez seja o maior símbolo turístico do Brasil. Eleita em 2007 como uma das sete maravilhas do mundo moderno, a estátua atrai milhares de visitantes todos os anos, por diversos motivos: curiosidade, fé, acesso a uma vista privilegiada de parte da cidade do Rio de Janeiro, entre outros.

Trata-se de uma das paisagens-símbolo do Rio de Janeiro e do Brasil, aquela que tem o poder de nos representar; é uma paisagem-marca carioca e brasileira, mas é também uma paisagem-matriz, pois dela já foram feitas várias réplicas espalhadas por diversas partes do Brasil e do mundo.

O Cristo Redentor é, também, um lugar de grande significado para os cristãos. Muitas pessoas sobem o morro do Corcovado para rezar, pagar promessas ou simplesmente para conhecer aquela estátua que é um dos símbolos da fé cristã. Até mesmo a sua inauguração é significativa: 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.



Resumo

Vimos nesta aula dois dos conceitos-chave da Geografia – paisagem e lugar – e como eles podem auxiliar na análise do fenômeno turístico. Trata-se de conceitos ligados à Geografia Humanística e à Geografia Cultural, que ganharam força a partir da década de 1970.

Essas correntes privilegiam a subjetividade, a experiência, o simbolismo e a apropriação do espaço por meio dos sentidos. Cada um, segundo essas correntes, apreende a realidade a sua maneira, de acordo com a sua cultura e a sua vivência.

A paisagem é a concretude do espaço mais os significados implícitos nas formas espaciais. Por isso, ela pode ser uma paisagem simbólica e transmitir a cultura e a identidade de um povo e de uma época. Para compreendê-la é preciso que seja lida como um texto e interpretada segundo a sua história e o seu simbolismo.

O lugar é um conceito abordado como espaço vivido. Por isso, de acordo com os autores da Geografia Humanística, para se compreender o lugar, é preciso experienciá-lo de alguma maneira para, então, apreendê-lo, percebê-lo e interpretá-lo. Portanto, esse conceito costuma ser estudado dentro de uma escala geográfica restrita, como uma rua, um bairro, um caminho etc. Os sentimentos também precisam estar presentes na análise, sejam eles de afeição, sejam de aversão ou medo.

Para a análise do fenômeno turístico, os conceitos de paisagem e lugar podem oferecer importante contribuição, na medida em que paisagens-símbolo são sempre motivos de visitação, e os lugares pitorescos e tradicionais são cada vez mais procurados, sobretudo, pelo seguimento do turismo de experiência.

Referências Bibliográficas

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

CLAVAL, Paul. *Geografia cultural*. Florianópolis: EdUSC, 1999.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a paisagem e o passado. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 37-46, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2431/2077>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

GOMES, P. C. C. A cultura pública e o Espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 93-113.

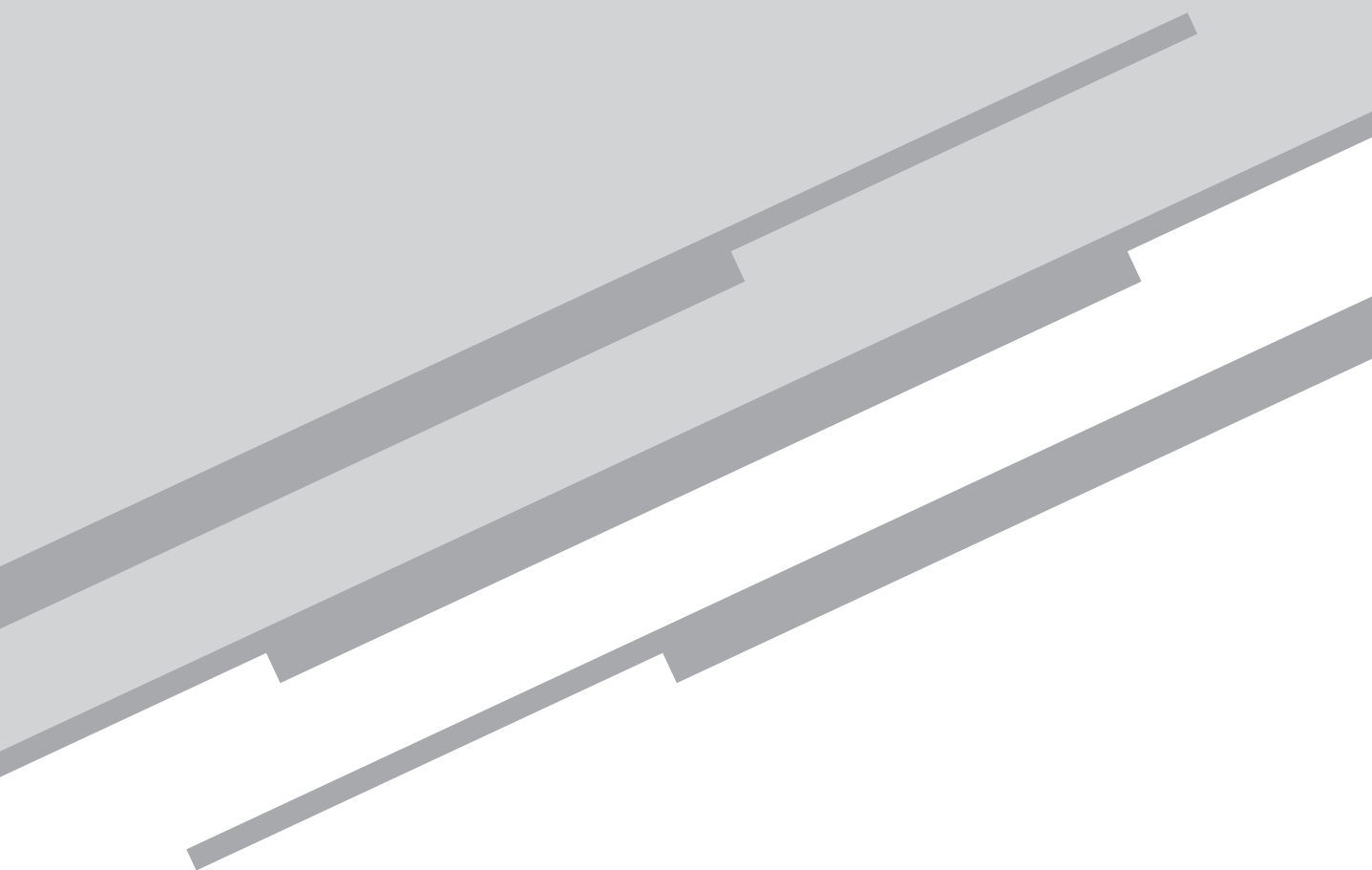
HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-167.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada: a Serra do Mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (Org.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 98-119.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

Aula 5

0 espaço geográfico transformado
em espaço turístico



Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Refletir sobre a especificidade da Geografia e sua contribuição para a produção do espaço turístico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a relevância do conhecimento geográfico para a implantação e o desenvolvimento do turismo.
2. identificar tipos de espaços geográficos e suas funções.
3. reconhecer diferentes tipos de turismo de acordo com a forma de apropriação do espaço.

Pré-Requisitos:

Como sugerimos na Aula 1, recomendamos que, antes de iniciar a leitura desta aula, você relembre alguns conteúdos da disciplina “Espaço, Natureza e Sociedade”, tais como a especificidade da Geografia dentro do quadro científico e os objetivos da ciência geográfica.

Introdução

E então, gostou do nosso vídeo de boas-vindas? Percebeu as transformações pelas quais a Praça Mauá passou ao longo de sua história?

Procuramos demonstrar como um espaço pode exercer uma ou mais funções em um determinado momento. Por motivos diversos, essas funções podem ser substituídas por outras e, devido a novos fatores, o espaço pode voltar a exercê-las ou mesmo assumir terceiras funções.

Pode parecer confuso, mas pensar que o espaço geográfico, por ser um elemento integrante da sociedade, é dinâmico e, portanto, está em constante transformação, assim como a sociedade, faz com que esse fato meio nebuloso passe a ficar bem mais claro na nossa cabeça.



Augusto Malta



Fernanda Felix

Figura 5.1: A transformação da Praça Mauá (1921-2015).

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (A) <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/2607> ; Fundação Cecierj (B) <https://photos.google.com/photo/AF1QipMANsKpQjoX07rjPYx0m6Z8sHh98dVG-NczDR2N>

A Praça Mauá, no início do século XX, foi um dos espaços contemplados pela grande reforma urbana do Centro da cidade, a fim de deixá-lo com uma aparência europeizada e não mais com cara de cidade colonial.

Por ser uma das portas de entrada do Rio de Janeiro, então capital da República Federativa do Brasil, a Praça Mauá foi embelezada e iluminada. Mas, como foi dito no vídeo, na segunda metade do século XX, toda a zona portuária entrou em decadência, sendo uma de suas principais causas a invenção dos contêineres, que fez os enormes armazéns portuários perderem sua função e serem abandonados. Dessa forma, a zona portuária carioca, a exemplo de tantas outras de diversas cidades do mundo, tornou-se apenas um lugar de passagem.

Todavia, desde 2009, essa região vem experimentando uma nova e importante reforma e se tornou um dos maiores símbolos da grande intervenção urbana pela qual o Rio de Janeiro passou para se tornar uma cidade olímpica, atraindo novamente turistas para essa região.

Para visualizar melhor as mudanças ocorridas na Praça Mauá e em toda a região portuária da cidade do Rio de Janeiro, assista ao vídeo institucional da operação urbana Porto Maravilha no link: <http://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>.



Caso você tenha interesse em conhecer um pouco mais sobre o projeto Porto Maravilha, sugerimos uma visita ao site www.portomaravilha.com.br e a leitura atenta do artigo de um colega da Uerj, professor Álvaro Ferreira: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-21.htm>.

A escolha pela Praça Mauá se deu justamente por ela ser um espaço que teve diferentes níveis de valorização ao longo de sua história. Ela nos mostra que um espaço não é turístico naturalmente, mas produzido para sê-lo. A cidade do Rio de Janeiro, na última década, tal como há cem anos, passou por uma grande operação urbana para, sobretudo, ser bem vista por seus visitantes. E a Praça Mauá é um dos pilares da antiga e da nova transformação. Portanto, ela nos pareceu ser um bom ponto de partida da nossa próxima viagem: identificar a relação indissociável que o turismo tem com o espaço geográfico.

A importância do espaço geográfico para o turismo

Partiremos do princípio de que o turismo, ainda que possua definições diversas, tem como característica fundamental o deslocamento de uma ou mais pessoas de um lugar de origem para um lugar de destino por motivos variados que, em geral, envolvem o consumo do próprio espaço. Daí a estreita relação que o Turismo possui com a Geografia.

Trata-se de um fenômeno que vem assumindo uma importância cada vez mais destacada, mobilizando recursos, gerando empregos, renda, transformações socioespaciais, conflitos etc. Por isso afirmamos que não podemos ficar alheios a uma atividade desse porte que ganhou o mundo e, hoje, atua tanto em países centrais (antes chamados desenvolvidos ou de primeiro mundo), quanto em semiperiféricos (emergentes) e periféricos (subdesenvolvidos).

Nesse sentido, é necessário que a sociedade trate o turismo com atenção e cuidado, procurando estudá-lo por meio de diversos campos do conhecimento, a fim de pensar sobre suas formas de atuação e propor aquelas que sejam mais adequadas para a qualidade de vida local.

As pesquisas sobre o turismo centraram-se, por muito tempo, na enumeração, descrição e classificação dos atrativos e equipamentos turísticos, assim como na constatação empírica das saídas e chegadas de um lugar a outro.

Atualmente, busca-se uma compreensão desse fenômeno que parta de uma abordagem crítica. Isso significa pensar a prática do turismo e seus espaços a partir de uma perspectiva geográfica mais complexa, que transcenda as formas tradicionais de se tratar o espaço de atuação do turismo como um mero cenário (estático) da prática turística, o que se torna um desafio necessário.

Portanto, a partir de uma visão crítica, é possível pensar o espaço turístico considerando as transformações que essa atividade pode provocar nas sociedades e nos espaços onde ela atua. Logo, é importante estudar a atividade turística de forma dependente e/ou vinculada aos contextos sociais e espaciais concretos em que ela se dá e a partir dos quais define suas especificidades.

Enfim, queremos ressaltar que os espaços são transformados em espaços turísticos e que onde havia um predomínio do valor de uso e/ou do valor simbólico, passa-se, em geral, a um predomínio do valor de troca, com o consumo da imagem do espaço e mesmo do próprio espaço.



Trocando em miúdos, o valor de uso, o valor simbólico e o valor de troca são termos que podem ser utilizados para explicar as mudanças de uso e a apropriação dos espaços.

Podemos supor, como exemplo, uma cidade histórica que tenha ficado por muitos anos “esquecida” dentro de um cenário regional ou nacional, sendo vivenciada apenas por seus moradores, que ali trabalhavam, produziam, estudavam, manifestavam sua cultura em festas religiosas etc.

Nesse momento, a cidade tem o predomínio do valor de uso, visto que seus moradores se apropriam dela cotidianamente para viver. Porém, no momento em que essa cidade passa a ser valorizada dentro de sua região ou país, sendo alvo de um processo de tombamento de uma parte de seu conjunto arquitetônico – em geral, o centro histórico –, tem-se um predomínio do valor simbólico e não mais do valor de uso.

Com essa valorização, em geral, a cidade alcança maior visibilidade e, por conseguinte, acaba por ser “descoberta” pela indústria do turismo, que passa, então, a se apropriar do seu valor simbólico para comercializá-lo e, assim, os espaços mais valorizados da cidade passam a ter um predomínio do valor de troca.

Então, a cultura é transformada em renda monopolista, tal como define David Harvey em seu livro *A produção capitalista do espaço* (2005). O autor vê esse processo como um perigo. Ele afirma que a cultura estaria, assim, sob o controle dos atores sociais que têm domínio sobre um determinado item exclusivo, de valor único, porém, comercializável, direta ou indiretamente.

A renda monopolista direta se dá quando se pode comercializar o próprio bem material, como um terreno de primeira qualidade para produzir uvas, por exemplo. Já a renda monopolista indireta seria aquela em que não se comercializa o bem, mas os usos que se fazem dele.

Neste caso, incluem-se as cidades históricas sob a gestão patrimonial. Seu conjunto arquitetônico é explorado pela indústria cultural do turismo com o objetivo de gerar lucro sobre o uso desse conjunto e do valor simbólico que ele carrega consigo. Aqui, quem produz a renda monopolista é a singularidade, o simbolismo do bem material. Isso pode levar, também, à renda monopolista direta, pois os imóveis de uma cidade tombada tornam-se valorizados e, portanto, mais caros, embora haja grande burocracia e limitações sobre eles.

O espaço é, assim, mercantilizado por meio do turismo. Aliás, o turismo surgiu como uma atividade capitalista, por meio de excursões organizadas por pessoas que intencionavam obter lucro. Por isso ele não deve ser confundido com viagem, que é uma prática muito mais antiga, anterior ao próprio capitalismo e que não tinha o intermédio de uma agência.

Portanto, a partir de uma perspectiva crítica, é possível pensar o espaço turístico como construção social, e não como naturalmente produzido como se o espaço estivesse fadado a comportar a atividade turística. Assim, o espaço turístico é um produto de processos sociais (subjetivos, objetivos), culturais e históricos, em que se articulam interesses, valores e imagens com os atributos materiais do lugar em questão.

E então, já se convenceu da relação estreita que a Geografia possui com o Turismo? Se você ainda não está convencido(a), logo ficará. E se já estiver, continue lendo nossa aula com atenção.

Mas antes, uma pausa para verificarmos se já você entendeu os conceitos apresentados até aqui.

Atividade

Atende ao objetivo 1

Escolha um espaço turístico que você tenha visitado ou que gostaria de visitar e pesquise sobre o que ele era antes de se tornar turístico. Procure por fotos desse espaço tiradas na época em que nele predominava o valor de uso e compare-as com as da atualidade. Relate, aqui, a sua percepção das transformações pelas quais esse espaço passou, tal como fizemos com a Praça Mauá.

[illegible]

Resposta comentada

Usarei como exemplo a Floresta da Tijuca.

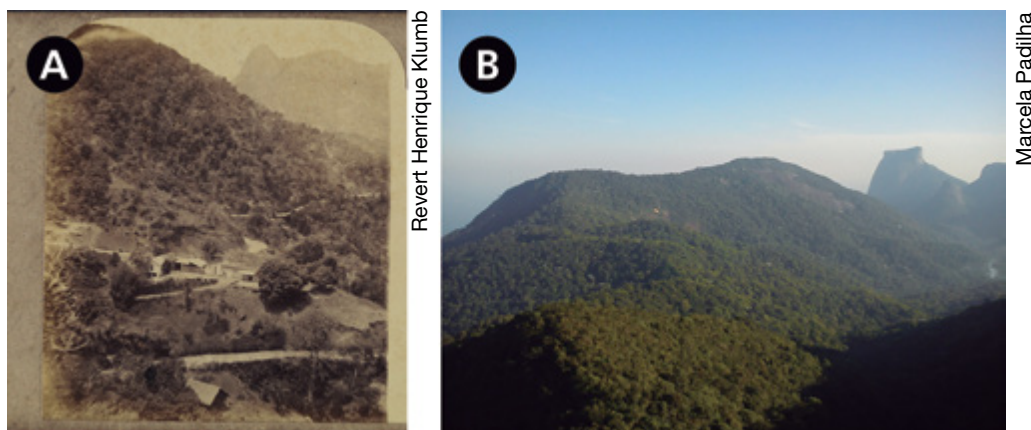


Figura 5.2: Duas visões da Floresta da Tijuca: 1860 e 2013.

Fonte (A): <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/684>

A Floresta da Tijuca tornou-se Parque Nacional em 1939. Mas o que pouca gente sabe é que se trata de uma área que foi reflorestada, ou seja, não é mata original. No século XIX o Brasil era o maior produtor de café do mundo e a maior parte dessa produção tinha origem no Rio de Janeiro, sobretudo na região do Vale do Paraíba. No entanto, a cidade do Rio de Janeiro também era repleta de cafezais, inclusive no Maciço da Tijuca. Com a derrubada da mata e o uso intenso do solo para o plantio de café, começou a faltar água, visto que as nascentes do maciço estavam secando. Para solucionar o problema, Dom Pedro II mandou reflorestar o maciço e, hoje, temos uma das maiores e mais importantes florestas em área urbana do mundo, sendo um dos motivos pelos quais o Rio de Janeiro recebeu da Unesco, em 2012, o título de Patrimônio da Humanidade na categoria Paisagem Cultural.

Atualmente, o Parque Nacional da Tijuca é estudado por cientistas de diversas áreas e visitado por turistas brasileiros e estrangeiros diariamente, proporcionando uma espécie de fuga da confusão, do barulho e do calor da cidade do Rio de Janeiro, além de vistas belíssimas a partir de suas trilhas.

Os tipos de espaço geográfico e suas funções relacionadas ao fenômeno turístico

Vejamos as diversas formas de se entender o papel do espaço geográfico no fenômeno turístico.

A classificação dos espaços onde se desenvolve a atividade turística

O espaço onde se desenvolve a atividade turística pode ser dividido e organizado de maneiras diversas, segundo aquilo que se deseja destacar. Mencionaremos a classificação proposta por Josep Ivars (2003), que define as seguintes unidades territoriais básicas do espaço turístico:

- complexos turísticos integrados;
- espaços de destinos turísticos;
- regiões turísticas.

Complexos turísticos integrados: cumprem autonomamente a função turística e possuem caráter de produto integral. Trata-se dos espaços produzidos para a atividade turística, como os resorts.

Os resorts são espaços produzidos para atender a todas as demandas dos turistas, isto é, o visitante não precisa sair do complexo para nada, pois nele encontra hospedagem, restaurantes, atividades de lazer, esporte, lojas, entre outras coisas.

Espaços de destinos turísticos: não correspondem a uma concepção unitária e sua oferta turística se nutre de uma diversidade de componentes dependentes de uma pluralidade de agentes, ou seja, não há apenas um atrativo turístico, mas vários, que podem ser explorados. O destino turístico constitui-se, simultaneamente, em espaço de produção e de consumo e, nesse contexto, a especialização turística é obtida através das relações de complementaridade e concorrência com outros setores produtivos. Na escala municipal, por exemplo, existem diversos tipos de atividades econômicas e culturais, voltadas ou não para a atividade turística, e todas são importantes para a arrecadação municipal.

Regiões turísticas: são a unidade territorial básica do espaço turístico, às quais podem se integrar as outras unidades territoriais (complexos turísticos integrados e espaços de destinos turísticos). Apresentam certo

grau de coesão derivado da existência de relações funcionais, sendo por pertencer a uma demarcação político-administrativa ou por compartilhar uma determinada imagem turística. Exemplo: o Vale do Café ou a Costa do Sol, no estado do Rio de Janeiro. A região turística é definida segundo uma determinada identidade comum a todos os municípios que a integram. Dessa forma, é possível estabelecer estratégias conjuntas de desenvolvimento turístico, tais como eventos que envolvam toda a região: um festival gastronômico com comidas típicas regionais, feira do produtor rural, comemoração de alguma data significativa para a região, entre outros. Foi seguindo o lema “juntos somos mais fortes”, que as regiões turísticas foram criadas.

Funções desempenhadas pelo turismo

O turismo pode desempenhar funções diferentes nos espaços onde estiver presente, o que dependerá da localização das atividades turísticas e da importância que assumem nas economias desses espaços. As funções são as seguintes:

função dominante: quando o turismo é a atividade econômica principal de uma localidade. Podemos citar como exemplo o município de Paraty, situado no litoral sul fluminense.

função estruturante: quando o turismo constitui um dos pilares da economia de um local. Um bom exemplo é o município de Nova Friburgo, localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro, que possui como principais atividades econômicas a indústria têxtil (moda íntima), a produção de hortaliças e, ainda, o turismo.

função complementar ou residual: quando o turismo ocupa uma posição periférica dentro da economia de um local. É o caso de municípios ou localidades que possuem atividade turística, mas sem um peso significativo, como Itaguaí, Nova Iguaçu, Itaboraí, entre muitos outros.

No entanto, é importante ressaltar que o desenvolvimento da atividade turística em uma localidade deve privilegiar o território e sua sociedade, e não a função turística propriamente. Atentar para isso impede que o espaço e a população local sejam reféns da atividade econômica implantada, possibilitando, em vez disso, que essa atividade seja planejada, produzida e praticada a partir das características e dos interesses locais, promovendo um desenvolvimento que gere qualidade de vida e cidadania. Veremos exemplos práticos em aulas mais adiante.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Recupere o espaço turístico que você escolheu na Atividade 1. Ele está inserido em que tipo de espaço turístico definido por Josep Ivars: complexo turístico, espaço de destino turístico ou região turística? Qual a função desempenhada pelo turismo nesse local?

Resposta comentada

A Floresta da Tijuca é uma área de conservação da cidade do Rio de Janeiro, que, por sua vez, é uma metrópole e, como tal, abriga diversas atividades econômicas importantes, dentre elas o turismo. Por isso, o Rio de Janeiro pode ser classificado como um “espaço de destino turístico”, onde o turismo tem função estruturante.

Classificação do turismo segundo a forma de apropriação do espaço

Enquanto forma de apropriação do espaço, o turismo pode ser dividido, segundo Adyr Balastrieri Rodrigues (2008), em turismo em espaços urbanos, turismo em espaços rurais e turismo em unidades de conservação.

Embora os espaços urbanos sejam, tradicionalmente, os grandes protagonistas do turismo, segundo a OMT, o turismo em espaços rurais vem crescendo a uma taxa anual de 6%. Mas ainda possui papel de pouco destaque no quadro de destinos turísticos mundiais.

O Brasil, onde a atividade teve início há cerca de 30 anos, é o quarto país no ranking do turismo rural, ficando atrás de Espanha, Portugal e Argentina. O setor registra um crescimento de 30% ao ano, número muito superior à média mundial; os dados são da pesquisa Panorama Empresarial de Turismo Rural 2010, realizada pelo Sebrae em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural – Idestur. Segundo o levantamento, São Paulo é o maior destino de turismo rural no Brasil, com 122 municípios que possuem produtos rurais. No entanto, a pesquisa mostra que novos destinos vêm se destacando pelo empreendedorismo, como o Rio Grande do Norte e o Piauí.



Se você quiser saber mais sobre dados estatísticos e informações do turismo rural brasileiro, visite o site do Idestur:

http://www.idestur.org.br/navegacao.asp?id_menu=2&id_conteudo_exibir=71.

Entretanto, ao se tratar de turismo em espaços urbanos e rurais, é preciso ressaltar que tal diferenciação não é muito simples, isto é, identificar o que é espaço urbano e o que é espaço rural é uma tarefa complicada que requer uma espiada no que especialistas falam sobre esse temas. Vejamos algumas características particulares de cada um desses espaços.

O espaço urbano e o espaço rural

Segundo José Graziano da Silva (2002), do ponto de vista espacial, o rural só pode ser entendido, hoje, como continuação do urbano; por sua vez, do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos apenas com a agricultura e a pecuária.

Muitos espaços rurais ganharam características que antes eram reconhecidas como urbanas, tais como a presença de indústrias e tecnolo-

gias que, no passado, só existiam nas cidades. O fato de haver indústrias no espaço rural resulta na constatação de que, além da afluência de novas tecnologias para esse espaço, novas formas de organização do trabalho foram incorporadas às atividades econômicas (SILVA, 2002). Não é descartado o papel da agricultura na fixação do homem na terra, o que permite a manutenção da população local, porém, outros usos do espaço rural têm desempenhado um papel fundamental na diversificação de produções e de ocupações do campo, podendo-se traduzi-lo, cada vez mais, como um espaço plural.

No Brasil, a definição de espaço urbano e espaço rural é pouco elucidativa e meramente administrativa, cabendo às prefeituras municipais delimitar o perímetro urbano. Essa delimitação segue, às vezes, o interesse de arrecadar mais impostos, visto que o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é destinado para o poder público municipal e o ITR (Imposto Territorial Rural), para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que é uma instituição federal. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a área urbana diz respeito “[...] à área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila [...]” (IBGE, 2013, p. 299). E quem define o perímetro urbano é o poder público municipal.

A área rural, por sua vez, é nomeada como a “[...] área externa ao perímetro urbano”, incluindo os aglomerados rurais (IBGE, 2005, p. 222). Já a vila, conforme o IBGE, “[...] é a sede do distrito que não abriga a cidade. [...] área urbana do distrito que não seja a sede do município”. (IBGE, 2005, p. 222). Sendo assim, a vila é considerada área urbana, assim como a cidade, que é a sede do município.

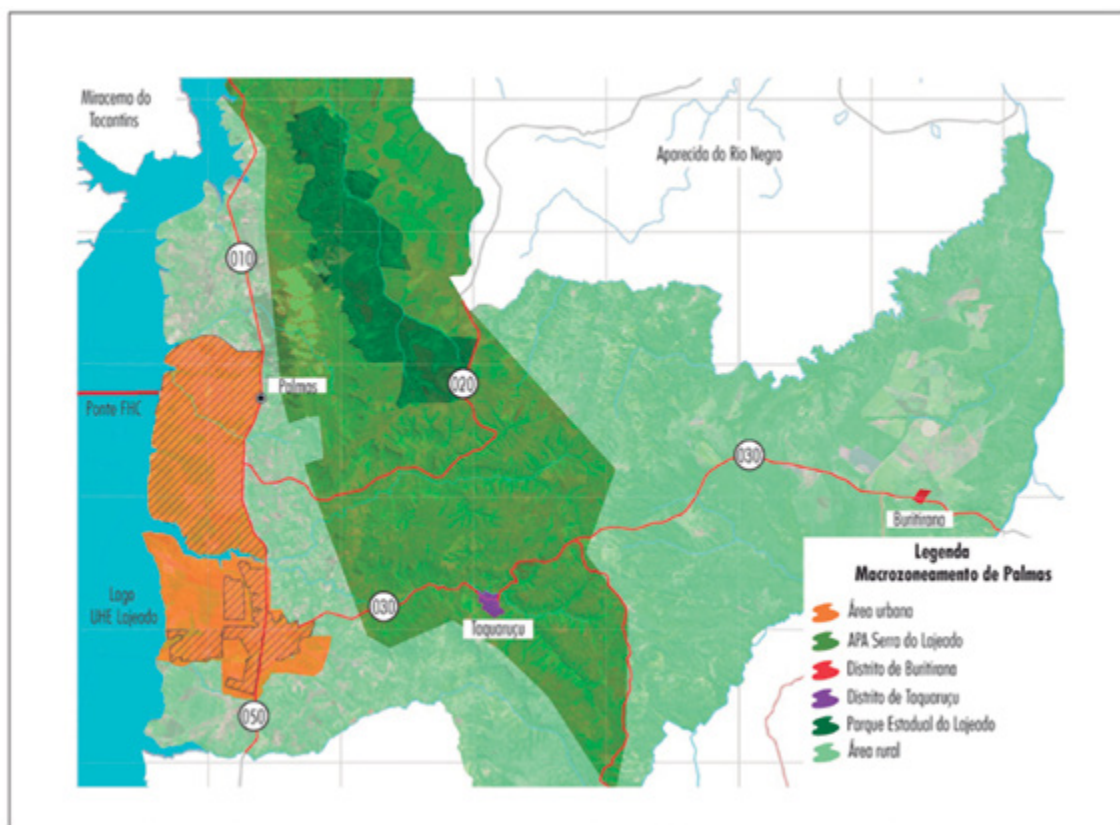


Figura 5.3: Macrozoneamento de Palmas (PALMAS, 2007 apud CORIOLANO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2013).

Fonte: https://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.scielo.br/img/revistas/urbe/v5n2/a11fig02.jpg&imgrefurl=http://www.scielo.br/scielo.php?pid%3DS2175-33692013000200011%26script%3Dsci_arttext&h=591&w=742&tbnid=Z1U_TuuGIsEkXM:&docid=2URTE6LTuu6TaM&ei=8MyaVvqQOsa3wASGuJjADA&tbn=isch&ved=0ahUKEwj6yJ6Nua_KAhXGG5AKHQYcBsgQMwhFKB4wHg%20/%20http://images.slideplayer.com.br/8/2264258/slides/slide_4.jpg

Embora o urbano e o rural estejam cada vez mais entrelaçados, nota-se, nos últimos anos, uma busca das pessoas por espaços mais calmos, tranquilos, voltados para uma relação mais estreita do homem com a natureza e mesmo entre as próprias pessoas; lugares onde o tempo parece mais vagaroso e os espaços menos estandarizados (padronizados). Por isso, novos segmentos têm surgido como alternativas ao turismo de massa, tais como o turismo de experiência e o turismo solidário.

O turismo nos espaços urbano e rural

As cidades vêm passando por transformações significativas ao longo das últimas décadas. Áreas urbanas, como os centros históricos e as zonas portuárias, antes degradadas ou remodeladas pelo processo de desenvolvimento capitalista, hoje são concebidas como áreas que devem ser requalificadas e suas paisagens, preservadas, pois simbolizam a cultura e a história locais. Assim, tais espaços têm seus edifícios transformados, na maioria dos casos, em centros culturais, teatros, cinemas, shopping centers, museus etc. O grande problema gerado nesse processo é que essa requalificação, muitas vezes, leva à elitização desses espaços.

O culto ao patrimônio histórico arquitetônico ganhou, nas últimas décadas, grande expressividade e atingiu a escala planetária. Em um mundo cada vez mais globalizado e homogeneizado, a busca pelas origens e por aquilo que se mostra diferente se faz cada vez mais presente. Esses espaços tornaram-se ainda mais atrativos ao turismo a partir da criação do título de Patrimônio da Humanidade, pela Unesco, que concede a determinados bens um tipo de selo de qualidade que lhes dá grande visibilidade e, por conseguinte, valorização turística. Por outro lado, as cidades, sobretudo as metrópoles, também registram grande crescimento turístico, devido especialmente à infraestrutura oferecida (transporte, hospedagem, gastronomia etc.) e à grande variedade de opções de lazer, cultura, esporte e negócios. Assim, esses espaços podem agregar dois importantes motivos turísticos: o patrimônio histórico arquitetônico e os atrativos típicos das cidades globalizadas.



Marcela Padilha

Figura 5.4: Exemplo de turismo urbano. Turistas em Roma: Piazza di Spagna (A) e Fontana di Trevi (B), em setembro de 2010.

No entanto, o turismo, ainda que tradicionalmente vinculado às cidades, vem ocupando cada vez mais os espaços reconhecidos como rurais e, por isso, ajudando a reanimar a economia de muitos municípios e localidades que se encontravam estagnados.

O Ministério do Turismo do Brasil define o turismo rural como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2010, p.18).

Publicações e encontros científicos que tratam desse segmento, tais como o Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável (Citurdes) e o Congresso Brasileiro de Turismo Rural (CBTR), entre outros, têm destacado a presença da atividade no espaço rural e de sua rentabilidade financeira.

A proliferação de sítios de lazer, restaurantes, hotéis-fazendas, fazendas-hotéis e pousadas pode ser facilmente percebida. Em certos casos, essas atividades têm se revelado mais rentáveis que as atividades agropecuárias. As festas de rodeio (ou de peão) têm sido outro segmento turístico com grande crescimento em áreas rurais (mas também em áreas urbanas). Denominado por alguns como Turismo Rural de Eventos, a atividade mostra pujança econômica na medida em que movimenta grande volume de recursos financeiros, empregando uma quantidade considerável de pessoas, embora a maioria exerça ocupações temporárias.

O turismo no espaço rural tem sido apontado como uma forma alternativa de renda nas propriedades rurais, sobretudo, nas pequenas e médias. Além disso, a atividade permite que os moradores do campo tenham a chance de manter suas propriedades produzindo, gerando empregos à população local, resgatando, valorizando e mantendo a sua cultura, criando consciência acerca da conservação ambiental etc. Uma região que se destaca pelo turismo rural no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, é o Vale do Café, que une características das atividades rurais com o patrimônio histórico herdado do século XIX.

A viabilidade do turismo no espaço rural é assinalada por Olga Tullik (2000) em razão da reserva de elementos naturais, das atividades tipicamente rurais, do esgotamento dos refúgios litorâneos, das oportunidades de repouso e da tranquilidade no campo. Com o desenvolvimento do turismo no espaço rural, produtos locais (tais como artesa-

nato, produção agrícola e pecuária in natura ou beneficiada) podem ser comercializados diretamente com o consumidor, agregando renda. Esse comércio direto com o consumidor possibilita a eliminação do intermediário que, muitas vezes, sem agregar nada ao produto original, tem uma lucratividade maior que o próprio produtor. A comercialização direta proporciona vantagem para ambos os agentes: tanto para aquele que vende, que o faz por um preço melhor que o negociado com o intermediário, quanto para o comprador, que o faz a um preço menor.



Rafael Ângelo Fortunato

Figura 5.5: Turistas visitam o Sítio Orgânico Boaventura, em Santa Rita – Teresópolis (RJ).

Fonte: <https://www.facebook.com/Rede-Brasilidade-Solid%C3%A1ria-140291469480221/?fref=ts>, acesso em 25/11/2015

Turismo em unidades de conservação

No atual contexto em que vivemos, em que a ideia de sustentabilidade ocupa uma posição de destaque, o turismo praticado em unidades de conservação, denominado ecoturismo ou turismo ecológico, aparece como o ramo do turismo que mais cresce no mundo. Com isso, é preciso que se pense em formas adequadas e não predatórias para a prática do turismo, impedindo ou, ao menos, minimizando os impactos ambientais negativos e possíveis conflitos do aparato turístico com as comunidades tradicionais.

O ambiente natural é um sistema extremamente sensível formado por componentes bióticos e abióticos que interagem a fim de manter o equilíbrio do sistema. Como vimos no item anterior, a vida agitada e, muitas vezes, estressante das cidades tem levado muitas pessoas a procurar por lugares tranquilos e bucólicos para passar suas férias, feriados ou qualquer tempinho que tenham para fugir da confusão urbana. Os habitantes da grande cidade movida pelo tempo do relógio têm bus-

cado uma pausa em ambientes onde o tempo é definido pela natureza e onde o ar é mais fácil de ser respirado. Por isso a crescente demanda turística por espaços rurais e por áreas naturais protegidas, como parques nacionais.

Essa relação entre turismo e unidades de conservação tem sido cada vez mais estreita. Dependendo da forma como a atividade ocorre, pode haver grande degradação ambiental. Por isso, deve-se fazer um estudo profundo e detalhado dos tipos de ecossistemas que podem receber turistas e de que forma isso pode ser feito para que o ambiente sofra o mínimo de dano possível.

Assim, os limites de cada tipo de ecossistema devem ser considerados no planejamento de qualquer tipo de atividade que acontecer sobre eles. No caso do turismo, a preservação ambiental significa a sobrevivência da própria atividade turística, visto que as belezas naturais são os principais atrativos desses lugares. Além disso, é necessário pensar nas populações envolvidas, que possuem sua cultura e seu modo de vida, os quais precisam ser respeitados e preservados.

Os promotores do turismo brasileiro, considerando, então, as questões ambientais discutidas a partir da Rio-92, definiram como diretriz básica do Plano Nacional de Turismo (Plantur) de 1992 a preservação e a valorização do meio ambiente e de seus recursos. Aliado a isso, tem-se o fato de que o ecoturismo é o segmento do turismo que mais cresce no mundo, cerca de 20% ao ano e, portanto, deve ser muito bem planejado e gerido para que cumpra sua função de promover a conscientização sobre as questões ambientais, a preservação dos ecossistemas e a geração de renda das populações locais.

Após o Plantur, o governo federal, por meio da ação conjunta entre Embratur e Ibama, instituiu, em 1994, as Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Nesse documento, o ecoturismo é definido como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. Um dos objetivos do ecoturismo propostos pela Embratur e pelo Ibama é compatibilizar as atividades desse tipo de turismo com a conservação das áreas naturais.

Embora o Brasil já contasse com diversas áreas protegidas desde 1937 e, também, com planos nacionais de ecoturismo, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) só foi instituído em 2000 e definiu a classificação das unidades de conservação e o uso permitido em cada uma delas. Dentre os objetivos do SNUC, podemos destacar dois que interessam diretamente ao turismo:

favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2015).

Dessa forma, as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas:

Unidades de proteção integral: seu objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei. Este grupo divide-se em: I - estação ecológica; II - reserva biológica; III - parque nacional; IV - monumento natural; e V - refúgio de vida silvestre.

Unidades de uso sustentável: tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Este grupo se divide em: I - área de proteção ambiental; II - área de relevante interesse ecológico; III - floresta nacional; IV - reserva extrativista; V - reserva de fauna; VI - reserva de desenvolvimento sustentável; e VII - reserva particular do patrimônio natural.

Mesmo nas unidades de proteção integral, cujo uso é mais restrito, existe a possibilidade, prevista na lei, do uso pelo turismo, desde que seja com o objetivo de promover o conhecimento do ecossistema, sem que o mesmo sofra grandes danos. Os parques nacionais, por exemplo, têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Os monumentos naturais e os refúgios da vida silvestre também preveem a visitação pública controlada.



Marcela Padilha

Figura 5.6: Vista do Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, criado em 1939.

No entanto, mesmo com a criação das áreas naturais protegidas, com a instituição do SNUC e a implantação de programas voltados para o ecoturismo, o Brasil ainda está bastante atrasado com relação ao uso turístico dessas áreas, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura turística.

E você, já visitou algum parque natural? Caso tenha visitado, pense nas características naturais daquele espaço e como ele estava estruturado para receber seus visitantes:

Havia um centro de informações com pessoal capacitado para atender quem os procurava?

Havia material informativo, como mapa de localização de trilhas, espécies da fauna e da flora etc.?

As trilhas estavam bem cuidadas?

Havia banheiros e bebedouros? E a manutenção deles?

Enfim, vimos que o turismo, ao se apropriar do espaço geográfico, o transforma, mas também é por ele condicionado. Por conseguinte, desempenha funções diretamente relacionadas à especificidade do espaço de que se apropria. O espaço é, assim, como afirmamos na Aula 1, continente e condicionante da atividade turística.

Aproveitando essa reflexão, seguiremos para a nossa atividade.

Atividade final

Atende a todos os objetivos

No site <http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/>, da Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (SeTur) e da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio), podemos encontrar um mapa e informações das seis regiões turísticas consideradas de maior importância do estado:

- Metropolitana;
- Serra Verde Imperial;
- Costa do Sol;
- Costa Verde;
- Vale do Café;
- Agulhas Negras.

Escolha uma delas e classifique-a de acordo com:

- o tipo de espaço geográfico (segundo a classificação de Josep Ivars);
- a função desempenhada pelo turismo na maioria dos municípios;
- o tipo de turismo praticado na maior parte dos municípios.

Resposta comentada

Optei por falar sobre a região da Costa do Sol.



Em um país tropical, onde as pessoas adoram desfrutar de momentos de lazer sob o sol e se banhando em águas limpas e refrescantes, a Costa do Sol se apresenta como um destino turístico perfeito. Trata-se de uma região turística com baixo índice de pluviosidade, praias de águas transparentes e ventos que sopram constantemente. Tais atributos fazem dessa região um destino perfeito para as práticas de mergulho e esportes aquáticos ou, simplesmente, para um agradável banho de mar. Os municípios que integram a Costa do Sol, percebendo esse potencial, investiram em estrutura para atender seus visitantes, fazendo o turismo exercer função dominante na região e os segmentos explorados são, sobretudo, o turismo urbano e o turismo em unidades de conservação. Essa opção de investimento se deve, também, ao fato de que, nos municípios que compõem a Costa do Sol, não há visitação significativa às áreas rurais.

Resumo

Vimos, nesta aula, que o turismo, por ter uma relação direta com o espaço, mostra-se como um grande objeto de estudo da Geografia, estudo que, acreditamos, deva partir de uma perspectiva crítica, considerando

todos os atributos significativos do espaço geográfico a fim de se proporcionar desenvolvimento local e qualidade de vida. Tais atributos são o terreno e sua organização espacial, e a população que o habita, que, por sua vez, possui história e cultura próprias.

Optamos por utilizar a classificação proposta por Josep Ivars para identificar os tipos de espaços geográficos segundo o peso que o turismo possui em cada um deles. São eles: complexo turístico, espaço de destino turístico e região turística. Em cada um deles, o turismo desempenhará uma determinada função, que pode ser: dominante, estruturante ou residual.

O turismo, quando planejado e produzido para auxiliar na promoção do desenvolvimento local a partir das características e interesses locais, mostra-se como uma atividade positiva para todos os agentes envolvidos. No entanto, se ele assim não for feito, é capaz de gerar conflitos com a população local, degradação ou elitização do espaço do turismo, tanto nos espaços urbanos quanto nos espaços rurais e, sobretudo, nas unidades de conservação.

A Geografia possui uma base científica capaz de contribuir de forma significativa para a compreensão das transformações socioespaciais promovidas pelo turismo. Para isso, acreditamos que se deva ter o pleno conhecimento de um espaço para que, então, se possa elaborar um planejamento que o torne um espaço turístico digno de seus visitantes e, sobretudo, de seus cidadãos.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo rural: orientações básicas*. 2. ed. Brasília, DF, 2010. 68 p.. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades Conservação. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

CORIOLOANO, Germana Pires; RODRIGUES, Waldecy; OLIVEIRA, Adão Francisco de. Estatuto da cidade e seus instrumentos de combate às desigualdades socioterritoriais: o Plano Diretor Participativo de Pal-

mas (TO). *Urbe*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 131-145, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 maio 2018.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. *Metodologia do censo demográfico 2010*. v. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 703 p. 1 CD-ROM. (Série Relatórios Metodológicos).

IVARS, Josep. *Planificación turística de los espacios regionales en España*. Madrid: Síntesis, 2003.

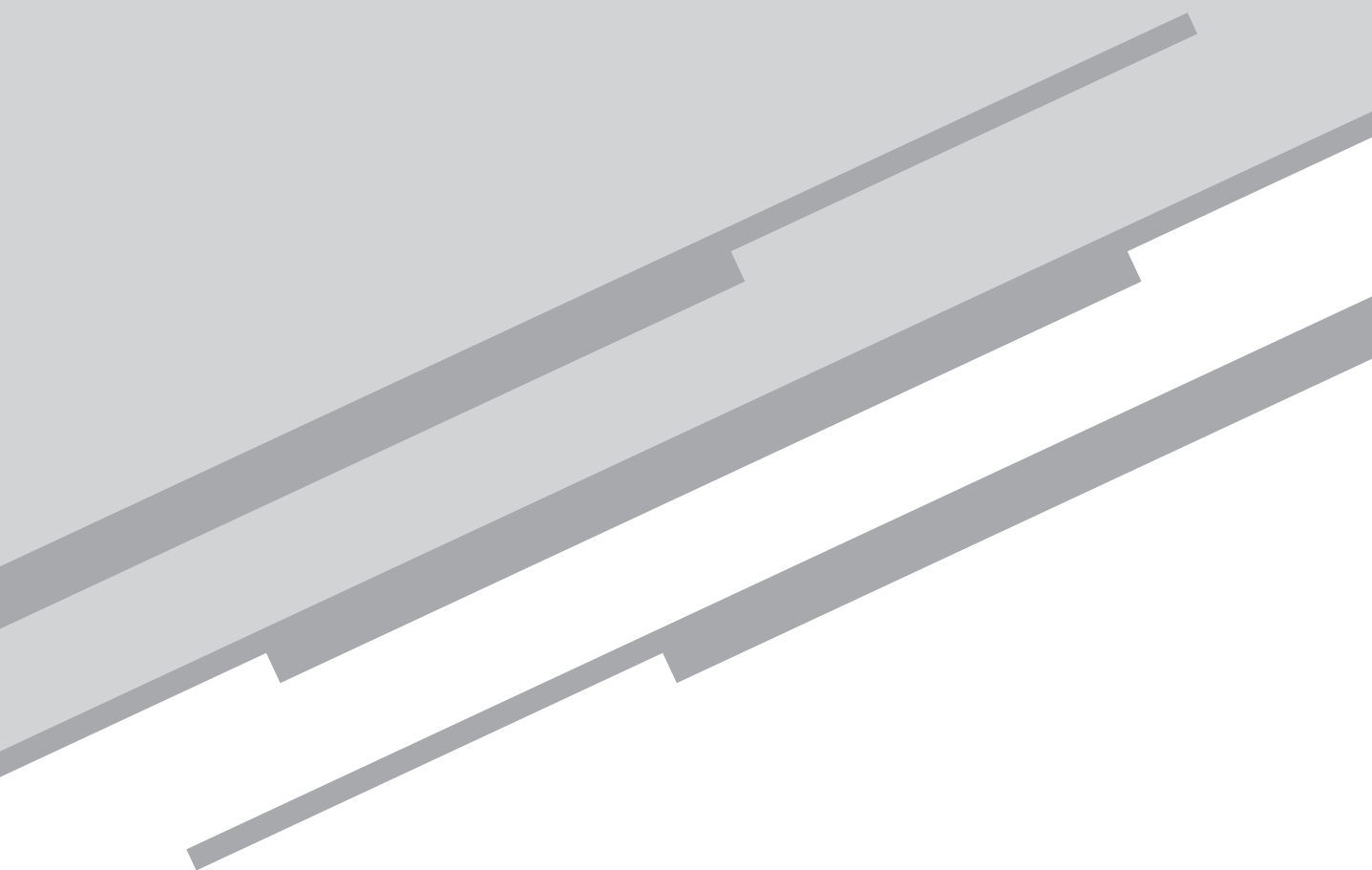
RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Geografia do Turismo: novos desafios*. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. 4. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

SILVA, José Graziano da; BELIK, Walter e TAKAGI, Maya (Org.). *Combate à fome e à pobreza rural*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2002.

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Org.). *Turismo e desenvolvimento local*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

Aula 6

Turismo em espaços urbanos



Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Apresentar ao aluno, sinteticamente, a evolução da ideia de cidade e a dificuldade de se encontrar uma única definição para esse tipo de espaço.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a evolução da ideia de cidade;
2. identificar as características do conceito de cidade e como algumas delas percorreram todas as épocas da nossa história e chegaram aos dias atuais.

Pré-Requisitos

Recomenda-se recuperar a discussão sobre o conceito de cidade e suas principais características feita na disciplina Geografia Urbana.

Introdução

Até aqui, vimos como a particularidade da teoria da Geografia pode auxiliar nas análises sobre o fenômeno turístico, por meio de seu objetivo principal ou pelas suas categorias de análise. A partir de agora, veremos como isso pode ocorrer, na prática, nos diferentes espaços onde o turismo pode ocorrer.

Como já dissemos em outra aula, enquanto forma de apropriação do espaço, o turismo pode ser dividido, segundo Adyr Balastrieri Rodrigues (2008), em:

- turismo em espaços urbanos;
- turismo em espaços rurais;
- turismo em unidades de conservação.

Abordaremos, nesta aula, o primeiro caso.

No Brasil, as definições de espaço urbano e espaço rural são pouco elucidativas e meramente administrativas, cabendo às prefeituras municipais delimitar o perímetro urbano. Essa delimitação segue, às vezes, o interesse de arrecadar mais impostos, visto que o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é destinado ao poder público municipal e o Imposto Territorial Rural (ITR), ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estipula que a área urbana diz respeito “[...] à área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila [...]”. A cidade é a sede do município. Já a vila, conforme o IBGE, “[...] é a sede do distrito que não abriga a cidade. [...] Área urbana do distrito que não seja a sede do município”. (IBGE, 2013, p. 299).

Cada país adota um conceito de urbano e de cidade, seja pelo tamanho da população, pelas características do território, pelo tipo de administração etc. Por isso, é interessante considerarmos, também, o que as pessoas pensam sobre o urbano e o rural. Vamos pensar:

- O que é uma cidade pra você?
- Pense em, pelo menos, duas características fundamentais de uma cidade.
- Como é o ritmo de vida na cidade, sobretudo, na cidade grande e no campo?

Refleta sobre essas perguntas por um tempo e faça um breve passeio imaginário por uma cidade que você conheça. Pense em seus detalhes: arruamento, equipamentos, quantidade de pessoas e veículos circulando, tamanho das construções etc.

Agora, vamos voltar no tempo para percorrer a evolução das cidades ao longo da história. Procure comparar o passado com o presente para, dessa comparação, extrair aquilo que aparece como característica comum a todas as cidades que o mundo conheceu até hoje.

A ideia de cidade

A cidade como invenção humana tem um percurso histórico bem interessante. Embora, obviamente, tenha mudado muito em seus cerca de sete mil anos de vida, ela guarda certas características essenciais que a identificam em todos os tempos pelos quais passou, tais como sua diferenciação do rural e a concentração espacial das atividades e das pessoas.

A origem da cidade está ligada diretamente à vida no campo. Somente quando o ser humano começa a produzir seu próprio alimento, ele consegue, então, deixar de ser nômade e se fixar em um único lugar. Aliás, a referência a um lugar específico teve início antes mesmo da agricultura; foi quando o homem passou a enterrar os seus mortos e, de tempos em tempos, retornar àquele mesmo local. Mas a fixação ocorreu mesmo com a agricultura e a domesticação de animais para trabalhar na lavoura. Não à toa, os primeiros assentamentos se localizaram nas proximidades de rios, cuja água servia à lavoura e ao abastecimento da população.

Com a evolução de suas técnicas, o homem passou a produzir mais do que precisava para se alimentar, o que, consequentemente, gerou um *excedente*. Com isso, sobrou-lhe mais tempo para desempenhar outras funções. Por conseguinte, iniciou-se uma divisão de classes e, também, uma divisão espacial do trabalho: havia aqueles que trabalhavam com a lavoura e aqueles que se dedicavam às demais atividades. Cada um estabeleceu um lugar específico para desempenhar a sua função: o campo ou a cidade.

No campo, as atividades eram – e ainda são – dispersas espacialmente, isto é, semear a terra, colher, cuidar dos animais etc. eram funções desempenhadas em uma grande área e por um número de pessoas rela-

tivamente pequeno. Já na cidade (ou vila), as atividades eram concentradas em uma pequena área, pois as pessoas precisavam estar em contato umas com as outras para se comunicar, discutir e tomar decisões que dissessem respeito a todo o grupo do campo e da cidade. Na cidade estavam, portanto, o segurança da aldeia, o líder espiritual, os políticos e arquitetos da época etc.

As cidades na Antiguidade

As cidades na Babilônia

Segundo alguns autores, as primeiras cidades surgiram entre os rios Tigre e Eufrates, no Oriente Médio, por volta do ano 5.000 a.C. Chamavam-se Kisch, Ur e Uruk, e a região onde estavam localizadas denominava-se Mesopotâmia. Sua principal função era a comercial. Para isso, foi necessário criar uma rede de caminhos entre elas, a fim de possibilitar a troca de mercadorias.

Merece destaque na Antiguidade a cidade da Babilônia, que ocupou um extenso território e alcançou grande desenvolvimento para a época, até se tornar um império. Sua função era comercial e sua sociedade era dividida em três classes: sacerdotes, homens livres e escravos.



Figura 6.1: Mapa da Mesopotâmia e da Babilônia em, aproximadamente, 1.700 a.C.

As cidades na Grécia

Mais tarde, surge a *polis* grega ou cidade política. Ela é considerada por muitos como o berço das nossas cidades ocidentais, pois dela herdamos noções de organização espacial e de comunidade baseados na política e na representação territorial.

Na Grécia Antiga, uma oligarquia rural controlava o poder e a produção da riqueza da sociedade ateniense. A partir das reformas de Clístenes, que substituíram a representação política baseada nas tribos gentílicas (divisão constituída por fronteiras sanguíneas) por uma representação de base espacial (e, portanto, territorial), surgiram a *polis* e a ideia de *cidadania*.

A *polis* era, assim, simultaneamente, essa nova estrutura espacial e o conjunto de relações sociais formais que dela se originaram.

A cidadania, por sua vez, era o conjunto de direitos e deveres sociais daqueles que habitavam a cidade. Ela se apresentava como uma associação de pessoas unidas por laços formais e hierárquicos assentados em uma organização espacial que é, ao mesmo tempo, condição e meio do exercício da cidadania. Daí a importância fundamental do território na construção da cidadania.

Se recorremos a uma época tão distante de nós, é porque ainda encontramos nela uma correspondência com a nossa estrutura sociopolítica atual e, até mesmo, espacial.

Lembra-se das ideias de paisagem-marca e paisagem-matriz? Pois é exatamente disso que estamos falando. Construções e configurações espaciais que atravessaram diversos períodos da nossa história e mantêm-se vivas. Percebi isso mais claramente quando visitei as ruínas das antigas cidades grega e romana de Empúries, localizada a nordeste da Catalunha, na Espanha, estabelecida no século V a.C, em um sítio plano e um pouco elevado, junto ao mar.

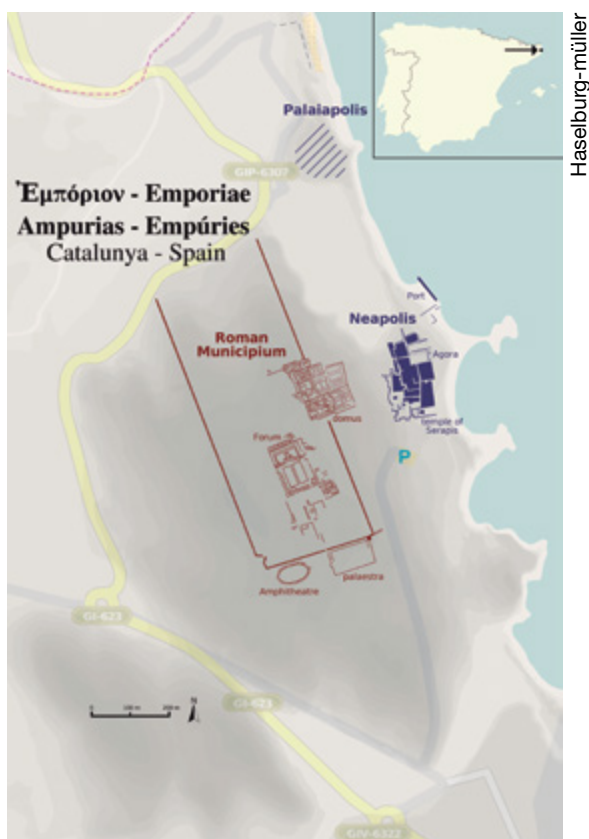


Figura 6.2: Esquema das cidades grega (azul) e romana (vermelho) de Empúries.

Fonte: [TTPS://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emp%C3%B1aries_Map.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emp%C3%B1aries_Map.png)

A organização espacial da cidade e a qualidade das suas construções nos mostram que aprendemos muito com esses povos, pois há diversas formas construtivas desse espaço que continuamos adotando. Todavia, seus testemunhos nos mostram que ainda temos mais a aprender.

Sua configuração espacial foi aprimorada após a dominação romana, no século II a.C. Parte do seu sistema de proteção contra o mar revoltoso permanece de pé, enquanto os que foram construídos posteriormente já não existem mais. Além disso, as ruínas nos mostram que ali vivia uma comunidade preocupada em ter uma cidade que lhes oferecesse segurança, sistema coletivo de armazenamento de alimentos, bom sistema de ruas e de separação entre água e esgoto, um lugar de encontro dos habitantes, enfim, uma configuração socioespacial que, naquela civilização, permitia aos seus habitantes o acesso aos serviços locais e a convivência com seus concidadãos (PADILHA, 2011). Observe as imagens a seguir:



Figura 6.3: Moll d'Empúries (1), cisterna (2), ágora (3) e filtros de água (4), em novembro de 2011. Autora: Marcela do Nascimento Padilha

A organização social de Empúries foi assim descrita por Estrabão:

Provavelmente, Empúries, seguindo o modelo de Massalia, adotava um modelo oligárquico, no qual os dirigentes eram descendentes dos primeiros fundadores, admitindo mais tarde o acesso a cargos públicos de “novos homens”, aqueles que haviam enriquecido com o comércio. No entanto, não se deve descartar a possibilidade de que Empúries tivesse um regime democrático, já que as necessidades de defesa requeriam a participação do povo, formado por uma maioria de iguais com os mesmos direitos e deveres. A atividade social e política se desenrolava no centro da cidade, no espaço público que conhecemos como ágora. (Retirado do Museo d'Arqueologia de Catalunya, com base na obra *Geographika*, de Estrabón, livro IV, cap. 1, p. 5, tradução nossa).

Podemos perceber na citação acima que nem todos os que habitavam a *polis* eram chamados cidadãos, ou seja, o fato de, simplesmente, ser morador da cidade não conferia ao cidadão todos os direitos de cidadão. Isso, infelizmente, também aprendemos e reproduzimos em muitas de nossas cidades e estados contemporâneos. A cidadania se mostra muito mais complexa do que simplesmente o ato de habitar uma cidade. É preciso sentir-se cidadão e, para isso, é necessário que cada um cumpra com seus deveres, mas também tenha seus direitos garantidos, devendo ser assegurada, também, a possibilidade de participação nas decisões da cidade, independentemente de classe social, gênero, etnia ou idade.

Participar integralmente da vida da cidade era privilégio de poucos. Com relação aos gregos antigos, os cidadãos compunham a minoria da população masculina. Assim, a mulheres, crianças, estrangeiros, homens sem posses e escravos não era permitida a participação na vida política da cidade. E para os gregos antigos, ser privado da vida pública era não dispor totalmente da condição humana. A política era vista como a principal atividade de um homem, aquela que o fazia exercer sua maior virtude, ou seja, a condição cidadã.

As cidades no Império Romano

Já o Império Romano, o maior do ocidente na Idade Antiga, possuía uma estrutura socioespacial diferente da dos gregos. Sua principal cidade era Roma.

O Império Romano dominou grande parte da Europa, do norte da África e do Oriente Médio. Tinha uma organização política e administrativa voltada para a centralidade de Roma, mas com certa autonomia para as regiões. Cada região tinha o seu governador, indicado pelo imperador. Além disso, possuía uma grande e complexa rede de estradas que ligava todas as possessões de Roma, articulando todo o império e facilitando a exploração dos territórios sob seu domínio, além da comercialização de suas riquezas.



Figura 6.4: Mapa dos territórios ocupados pelo Império Romano no ano 117 d.C. Disponível em rome.mrdonn.org, acessado em 15/04/2016.

A queda do Império Romano marcou o início da Idade Média, período no qual se verificou uma espécie de involução urbana. Os territórios ocupados pelo Império Romano, antes interligados por estradas e fluxo intenso de pessoas e mercadorias, com a sua queda, entraram praticamente em desuso.

As cidades no feudalismo

A organização espacial passou a se dar em feudos, organismos fechados em torno de um rei ou de um bispo. A terra era a principal fonte de riqueza e poder. Quem tinha terra tinha poder, quem não a tinha precisava se submeter àqueles que tinham.

A estrutura de classes era composta, principalmente, por: nobreza, igreja e ordens religiosas e lavradores. O cidadão dera lugar à pessoa, ao indivíduo, e o cívico e político, ao divino.

A produção de cada feudo era autossuficiente, sem produção de excedentes. Não havia mercados externos ou ligação entre os feudos. Por esses e outros motivos, essa fase da história é chamada de Idade das Trevas, pois freou de forma significativa os avanços sociais, políticos e tecnológicos ocorridos na Antiguidade.

No entanto, a humanidade tem sede de progresso. De alguma forma, ela vai buscando meios para avançar. E assim aconteceu. O comércio, iniciado fora dos muros das cidades fortificadas, com o tempo, ganhou o seu interior e o dinamizou. Esse fenômeno é verificado a partir do século XI, na Baixa Idade Média.

Até mesmo a sua configuração espacial começa a mudar: as ruas estreitas e tortuosas, com uma organização orgânica, dão lugar a ruas largas em planos retangulares, que facilitavam a circulação, tal como no Império Romano. Trata-se de uma espécie de renascimento das cidades conforme o modelo explicado a seguir:

[...] a cidade é incompatível com uma economia de subsistência, tal como a feudal, caracterizada pela ausência de especialização, pela incipiente divisão do trabalho, pela quase que absoluta inexistência de excedentes e da circulação de produtos e pelo seu caráter não monetarizado. A cidade, ao contrário, é sempre uma organização dinâmica, de alto poder concentracional, que cria, no entanto, a cada momento, uma produção espacial que lhe seja peculiar [...] (CARLOS, 1992, p.65).

As cidades no Renascimento

As cidades e a ideia de cidadania iniciaram, portanto, um processo semelhante a uma reconstrução, voltando a estabelecer os laços entre população, território e poder político, que culminariam na formação do Estado Moderno. Mas esse retorno ocorreu sob novos moldes, que consistiam em, pela primeira vez na história do ocidente, privilegiar a vida privada em detrimento da pública, dando à figura do indivíduo uma posição central. O homem passou, assim, de servo de Deus a protagonista da sua própria vida e, para isso, precisava ter liberdade para refletir e construir seus próprios caminhos (PADILHA, 2011).

A cidade passou a ser, assim, o lugar onde se podia pensar e agir, onde as inovações encontravam terreno fértil, onde a troca de conhecimentos acontecia. Era nela que as transformações sociais seriam pen-

sadas e postas em prática. Ela ia, assim, ganhando importância e o seu peso no conjunto social tornou-se grande a ponto de desequilibrar sua relação com o campo.

Por sua vez, o campo passou a ser apenas a circunvizinhança da cidade e as pessoas que nele habitavam não produziam mais para os senhores feudais, mas sim para o mercado urbano. E, não muito tempo depois, deu-se o surgimento de um novo elemento, mais poderoso do que o campo e a cidade: o Estado moderno, que passou a agrupar esses dois espaços dentro de seu território, subjugando-os. O Estado, nesse momento, era quem reunia e dominava campo e cidade.

As cidades na Revolução Industrial

A grande e rápida mudança na estrutura das cidades foi promovida pela indústria. Iniciada na Inglaterra da segunda metade do século XVIII, a industrialização transformou definitivamente a sociedade e seus espaços: seus comportamentos, hábitos diários, relação com a natureza etc., tudo foi radicalmente alterado.

Durante as primeiras décadas da Revolução Industrial, a hegemonia da indústria era britânica, seguida pela Prússia, o Império dos Habsburgos e a França. Segundo Pedro de Almeida Vasconcelos, esse período reflete:

[...] os impactos da independência norte-americana (1776), da revolução francesa e das guerras napoleônicas (1789/1815), com seus resultados diretos no reordenamento da Europa (Congresso de Viena, 1815), e indiretos, nas independências latino-americanas (1811-1824). (VASCONCELOS, 1999, p. 27).

Os impactos da Revolução Industrial sobre a sociedade ocidental, sobretudo a europeia, deram início a uma avalanche de estudos sobre a problemática socioespacial, proporcionada principalmente pelo êxodo rural ocorrido em benefício de um crescimento urbano jamais visto. Esse crescimento acompanhou a ordem e o nível da industrialização dos países. Dessa forma, a Grã-Bretanha pode ser considerada o primeiro palco dessa transformação.

O crescimento urbano de algumas cidades europeias foi tão grande que, segundo Françoise Choay (1979), a população de Londres pratica-

mente quintuplicou em menos de um século, passando de 864.845 habitantes em 1801 para 4.232.118 em 1891. Entre 1800 e 1885, o número de cidades com mais de cem mil habitantes passou de duas para trinta na Inglaterra; de duas para 28 na Alemanha; e de três para 12 na França. Nos EUA, onde, em 1800, não havia sequer uma cidade desse tamanho, em 1850 elas já eram seis e, em 1890, 28, com um total de 9.697.960 habitantes (CHOAY, 1979). Isso nos leva a um fenômeno originado pela industrialização: a urbanização. Trata-se da superação do campo pela cidade em número de habitantes. A indústria atraiu tantas pessoas dentro de um contexto também de expulsão do campo, que não tardou que as cidades superassem o campo em população.

Tal crescimento urbano foi seguido de importantes mudanças estruturais que tentaram acompanhá-lo. Nesse sentido, uma nova ordem é criada, alterando completamente a organização socioespacial daquelas nações em relação ao período feudal: decorrem daí a hegemonia econômica e política da Inglaterra, transformações tecnológicas (por exemplo, o desenvolvimento das ferrovias e da navegação a vapor) e sociais (com a criação de duas novas classes: o patronato e o operariado). Esses são apenas alguns exemplos das mudanças provocadas pela Revolução Industrial.

Essas e outras transformações, ocorridas em um ritmo alucinante, criaram uma atmosfera propícia para o surgimento de um movimento de observação e reflexão por parte de vários pensadores, de diversas formações e ideologias.

Françoise Choay classifica-os em dois grupos: aqueles cujo estudo é descritivo, e os polemistas. Para o primeiro grupo, deve haver a preocupação em entender o fenômeno espontâneo do “desenvolvimento” urbano, situando-o numa rede de causas e efeitos. Os fatos são observados isoladamente e existe a tentativa de ordená-los de modo quantitativo e de formular leis de crescimento das cidades (procedimento típico do século XIX). É formado por aqueles que são inspirados por sentimentos humanitários – representados, sobretudo, por médicos e higienistas.

Já no segundo grupo, os autores afirmavam que a observação deveria ser crítica e normativa. Seus integrantes, na maioria pensadores políticos, debruçavam seus estudos sobre o estado de deterioração física e moral das grandes cidades industriais, analisando-o no âmbito de uma crítica global às sociedades industriais. Essa crítica buscará assento, sobretudo, nas obras de Rousseau, Adam Smith e Hegel (CHOAY, 1979).

No âmbito da Geografia, a cidade não era o foco de estudos dessa ciência. Entre 1810 e 1869, apenas dois autores foram considerados: Conrad Malte-Brun (1775-1826) e Alexander Von Humboldt (1769-1859). Esses dois autores incorporaram as cidades em suas obras, porém com pouco destaque. O primeiro limitou-se a fazer uma breve descrição de algumas das principais cidades da Europa, Ásia e América, enquanto o segundo, através de seu primoroso trabalho sobre a Nova Espanha (atual México), deu atenção à Cidade do México.

Nas primeiras décadas do século XIX, o interesse principal da Geografia era a geografia geral, que tinha a descrição dos continentes como objeto principal. As cidades eram apenas descritas dentro de um quadro mais geral, uma vez que a preocupação dos autores era com a síntese.

As cidades a partir do século XX

O século XX pode ser balizado pelas duas grandes guerras mundiais, isto é, entre 1914 e 1945. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi o primeiro confronto entre nações industrializadas, resultando em milhões de mortos e grandes destruições materiais.

Como consequências indiretas desse episódio, podemos citar: a queda de impérios, como o dos Habsburgos e o Otomano, que gerou o aparecimento de novos Estados e ampliações das áreas colonizadas pela França e pela Inglaterra; a Revolução Soviética de 1917, que resultou na consolidação do primeiro Estado socialista; o enfraquecimento europeu no cenário internacional e o fortalecimento dos Estados Unidos, que em 1913 já era a maior economia do mundo.

A grande crise econômica mundial, ocorrida em 1929, teve como resultados: altíssimo índice de desemprego, queda da produção mundial, ruína dos países exportadores de matérias-primas e, conseqüentemente, maior intervenção dos Estados na economia (o New Deal, nos Estados Unidos) e queda de regimes (caso da Revolução de 1930, no Brasil).

Após a Segunda Guerra, com a crise do modo de produção fordista e a abertura comercial, alguns dos países subdesenvolvidos experimentaram um processo acelerado de industrialização e modernização da agricultura. Isso ocasionou uma grande e rápida saída populacional do campo em direção às cidades. Dessa forma, as cidades cresceram num ritmo alucinante que, na maioria dos casos (como no Brasil), não foi acompanhado por uma política eficiente de infraestrutura, resultando em cidades inchadas e com graves problemas socioambientais.

Nas últimas décadas, a cidade passou a ser vista como o local de convergência da cultura, da economia, da política, da sociabilidade. Sua trajetória, que comporta a cidade política, a cidade comercial e a cidade industrial, apresenta atualmente uma grande complexidade, que nos faz refletir sobre o que ela é hoje, quais as suas funções e problemas. Diversos estudos, teorias e modelos surgem para tentar acompanhar as transformações socioespaciais nos núcleos urbanos e encontrar uma forma de solucionar ou, ao menos, minimizar os problemas que neles aparecem em grande velocidade.

Na década de 1960, Henri Lefèbvre e os situacionistas afirmaram que a cidade não é apenas uma máquina infernal a serviço do capitalismo, ela é, também, o lugar da vida cotidiana, da interação social, ou seja, é o *locus* da sociabilidade. No entanto, por ser um local de convívio entre os diversos grupos sociais, com os mais diferentes hábitos e interesses, Lefèbvre informa que o conflito é inevitável.

Os graves problemas das cidades contemporâneas suscitaram muitas políticas de reforma urbana e urbanística em vários países.



Reforma urbana e reforma urbanística são termos que, embora pareçam semelhantes, carregam consigo diferenças significativas. Uma reforma urbanística pressupõe transformações na paisagem urbana, enquanto uma reforma urbana transcende a aparência da cidade, incorporando, também, mudanças na estrutura social, por meio da elevação da justiça social e da melhoria da qualidade de vida da população da cidade.

Entretanto, o que notamos como resultado dessas políticas, em alguns casos, foi a quase extinção dos espaços públicos, a criminalidade, a degradação dos serviços públicos, a segregação socioespacial, o grande crescimento de poucas cidades em detrimento de muitas, entre outros efeitos. O local e o global estão interligados e não é possível pensar o local sem pensar também nos fluxos e nas interações de toda espécie que nele ocorrem.

Megacidade

Termo criado pela ONU para designar as cidades que possuem mais de dez milhões de habitantes. Portanto, trata-se de um termo meramente demográfico.

Megalópole

Área urbana constituída por duas ou mais metrópoles com um eixo de ligação socioespacial entre elas. A maior megalópole do mundo fica na costa leste dos Estados Unidos. É conhecida como BosWash, pois vai de Boston a Washington DC, envolvendo Nova Iorque e outras importantes cidades.

Das cidades surgiram as grandes cidades; em seguida, começou-se a falar em áreas metropolitanas, às quais sucederam as **megacidades**, e atualmente, as **megalópoles**. Porém, muitas daquelas cidades que cresceram desproporcionalmente, atraindo pessoas de outras sem expressão no cenário nacional, hoje as repelem para cidades vizinhas ou para áreas distantes dos núcleos urbanos (JACOBS, 2014 [1961]).

Por outro lado, não devemos esquecer que as cidades contemporâneas também possuem qualidades nunca antes experimentadas, sobretudo algumas dos países desenvolvidos. Segundo Kevin Lynch

[Nas] cidades em que vivemos, [...] a incidência de doenças é baixa, e o padrão de vida é o mais alto atingido na história da humanidade. A metrópole moderna provê oportunidades sem precedente para a educação e recreio. Para milhões de pessoas, ela oferece novas formas de vida que parecem muito mais atraentes do que as que tinham até recentemente [...]. (1997, p. 208).

Embora os avanços sejam inquestionáveis, não podemos esquecer que as cidades contemporâneas geraram também problemas sociais, econômicos e, sobretudo, ambientais, como nenhuma outra de outra época, e todos eles em grandes dimensões.

Pontos positivos e pontos negativos. Ambos em grande número e com importância significativa. Parece ser esta uma das principais características das cidades contemporâneas: a intensidade de tudo o que nela acontece.

Com o advento da tecnologia da informação e a popularização da internet e dos telefones celulares seguidos pelos smartphones, a vida urbana ficou mais conectada interna e externamente. Um novo espaço surgiu e ganhou força: o cibernético. Nele é possível obter informações, promover encontros, eventos e discussões, tomar decisões etc. Não se pode mais negligenciar a importância desse espaço na sociedade urbana do Século XXI.

Em suma, cada cidade carrega em si características particulares, de ordem natural, histórica e cultural. No entanto, desde sua origem, esse tipo de espaço possui uma essência que o identifica em qualquer parte do mundo. Na cidade, são exercidas atividades diferentes daquelas verificadas no campo: existe aglomeração de edificações, de veículos automotivos, de pessoas; o comércio costuma ser a principal atividade eco-

nômica; o ritmo do cotidiano é mais acelerado; tantas coisas e pessoas concentradas em um espaço relativamente pequeno gera um ambiente favorável à troca de ideias e, por conseguinte, às inovações. Por isso, em geral, é nas cidades que acontecem as principais transformações sociais.

Tantas transformações nas cidades afetaram diretamente o turismo, que, considerado um fenômeno social, precisou seguir o caminho trilhado pela sociedade moderna e contemporânea, sobretudo a urbana. Trata-se de uma atividade que surgiu nas cidades, com o intuito de mostrá-las didaticamente àqueles que tinham interesse cultural e poder aquisitivo para contratar viagens promovidas a cidades europeias. Hoje, a cidade continua como o espaço mais procurado por turistas, embora o turismo rural e o ecoturismo estejam em franco crescimento. É sobre o turismo urbano que falaremos na próxima aula.

Seguimos viagem!

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Vimos que campo e cidade tiveram, em sua origem, uma relação bastante estreita. Inclusive, é possível afirmar que o campo originou a cidade. Nesse sentido, explique como surgiu esse espaço chamado de cidade, enfatizando suas principais características, que podem ser verificadas mesmo nas cidades contemporâneas.

[illegible]

Resposta comentada

O ser humano, até se fixar em lugares específicos, vivia como nômade à procura de alimento e abrigo. Quando começou a enterrar seus mortos, passou a ter um lugar para onde voltar, uma espécie de referência espacial. Mas só quando passou a produzir seu alimento por meio da agricultura é que pôde, de fato, criar raízes e manter-se em um só lugar. Com a organização das tarefas entre os membros da aldeia e o avanço das técnicas de plantio e da domesticação de animais para a pecuária, a produtividade cresceu, proporcionando mais alimento do que o grupo era capaz de consumir em pouco tempo, isto é, o excedente. Havendo excedente de alimento, sobra tempo ocioso e, então, outras funções são criadas, tais como as dos sacerdotes, seguranças, líderes etc. Inicia-se uma divisão de classes e uma separação espacial das funções: os que trabalhavam na lavoura ficavam no campo, enquanto os demais ocupavam um lugar com uma configuração espacial diferente, que ficava fora da aldeia: a cidade. Enquanto na aldeia as atividades eram dispersas, na cidade elas se davam de forma mais concentrada, tal como acontece hoje. Além disso, essa dicotomia campo X cidade permanece nos dias atuais, ainda que muitas das características de um estejam entremeadas no outro.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Durante a Antiguidade Clássica, cujas principais referências são a civilização grega e o Império Romano, podemos destacar, como fatos fundamentais para o desenvolvimento das sociedades ocidentais, a política, a organização espacial e a conexão entre as cidades. No entanto, durante o período da Idade Média, muitos desses avanços foram interrompidos ou mesmo esquecidos, sendo um novo impulso verificado somente na chamada Baixa Idade Média (entre os séculos XI e XIV). Foi a indústria que promoveu uma revolução nas cidades, cujos desdobramentos percebemos ainda hoje. Com base nesse conhecimento, discorra sobre a evolução das cidades da Antiguidade grega até os dias atuais, enfatizando as características que mais interessam à Geografia.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta comentada

Costumamos recorrer aos gregos clássicos quando falamos sobre a ideia de cidade, porque eles são nossa principal referência de um modelo de cidade ocidental, de que somos herdeiros. A partir de determinado momento, os gregos passaram de uma representação política baseada em laços sanguíneos para uma representação de base territorial, alterando completamente a posição dos indivíduos dentro da sociedade: eles passaram a ser cidadãos, e não mais membros de uma família. Essa era sua representação principal. Tal ideia foi incorporada pelos romanos, que, por sua vez, foram responsáveis por conectar grande parte dos territórios da Europa, do norte da África e do Oriente Médio com sua rede de estradas. Além disso, desenvolveram em suas cidades uma configuração espacial altamente complexa para a época: ruas largas, retilíneas, com calçadas e passagem de pedestres, padarias, casas de banho etc. Na Alta Idade Média, a integração entre as cidades foi desfeita e iniciou-se o período dos feudos, onde o divino tomou o lugar do político, o indivíduo do cidadão; as ruas das cidades passaram a ser tortuosas e estreitas, feitas de forma orgânica e não planejada, como fora no período do Império Romano. Os feudos eram autossuficientes e não produziam excedentes. Esse quadro só começou a mudar na Baixa Idade Média, a partir do século XI. O comércio adentrou os muros das cidades fortificadas e teve início o processo de “renascimento” desses espaços. Em seguida, houve a criação do Estado Moderno, que passou a ser a figura

central de uma sociedade controlando, ao mesmo tempo, campo e cidade. Logo após, com a Revolução Industrial, a cidade foi completamente transformada, pois ela foi o locus dessa revolução, onde se localizavam a indústria, os operários e o mercado consumidor. Diferentes tipos de pessoas, com culturas e interesses distintos, passaram a habitar a cidade. Eram muitas pessoas aglomeradas em territórios relativamente pequenos. Aliás, aglomeração passou a ser a característica principal das cidades industriais: aglomeração de pessoas, de edifícios, de veículos de transporte, de mercadorias. Também nessa fase surgiu o fenômeno da urbanização, segundo o qual a população da cidade superou a do campo., e, atualmente, podemos afirmar que vivemos em um mundo urbano, com a maioria das pessoas vivendo em cidades.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Agora que você já estudou o processo de desenvolvimento e as características principais das cidades ao longo da história, pense em uma pequena e em uma grande cidade. De acordo com sua percepção, em que elas se assemelham e em que são diferentes? Como você as difere do campo?

Resposta comentada

Duas das principais características das cidades são: aglomeração e presença de diferentes tipos de pessoas. Quanto maior a cidade, maior tende a ser a aglomeração de pessoas, equipamentos e mercadorias, assim como a variedade cultural. Por isso as metrópoles parecem nunca dor-

mir, estar ativas 24 horas por dia e ter o diferente como comum. No entanto, nos dias de hoje, não é de se espantar encontrarmos hortas no alto de edifícios e, no campo, computadores ligados à internet, antenas parabólicas, pessoas tatuadas etc., símbolos reconhecidamente urbanos. Por isso é tão difícil, hoje, encontrar uma definição para campo e cidade que os diferencie totalmente. Essa percepção é vista, portanto, como um bom caminho para se chegar a uma diferenciação desses dois espaços.

Resumo

Nesta viagem, vimos características comuns às cidades e como algumas delas percorreram todas as épocas da nossa história e chegaram aos dias atuais com nova roupagem, porém com a mesma essência. Por exemplo, algumas dessas características que se mantêm são o fato de a cidade ser um espaço fora do campo, onde as atividades ocorrem de forma concentrada e não dispersa; a aglomeração própria desses centros; a importância do comércio e da variedade de tipos de pessoas.

Vimos que as civilizações antigas da Grécia e do Império Romano muito nos ensinaram a respeito da organização espacial e política das cidades. Ainda que o desenvolvimento desses espaços de vida urbana tenha sofrido drástica interrupção na Alta Idade Média, a partir do século XI verifica-se uma espécie de renascimento do modelo romano de cidade, que vem a resultar, séculos depois, numa nova era, a industrial, que ditou as regras de produção, comportamento e organização social e política da sociedade moderna. As cidades industriais são o retrato dessas mudanças, sobretudo as grandes cidades, metrópoles e megalópoles, cada vez mais inovadoras, diversificadas, pulsantes e conectadas.

Por isso, veremos, na próxima aula, que o turismo sempre escolheu o ambiente urbano como seu lugar privilegiado de atuação. As cidades foram e continuam sendo o mais procurado destino turístico.

Referências

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: *Contexto*, 1992.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

IBGE. Metodologia do censo demográfico 2010. v. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 703 p. 1 CD-ROM. (Série Relatórios Metodológicos).

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

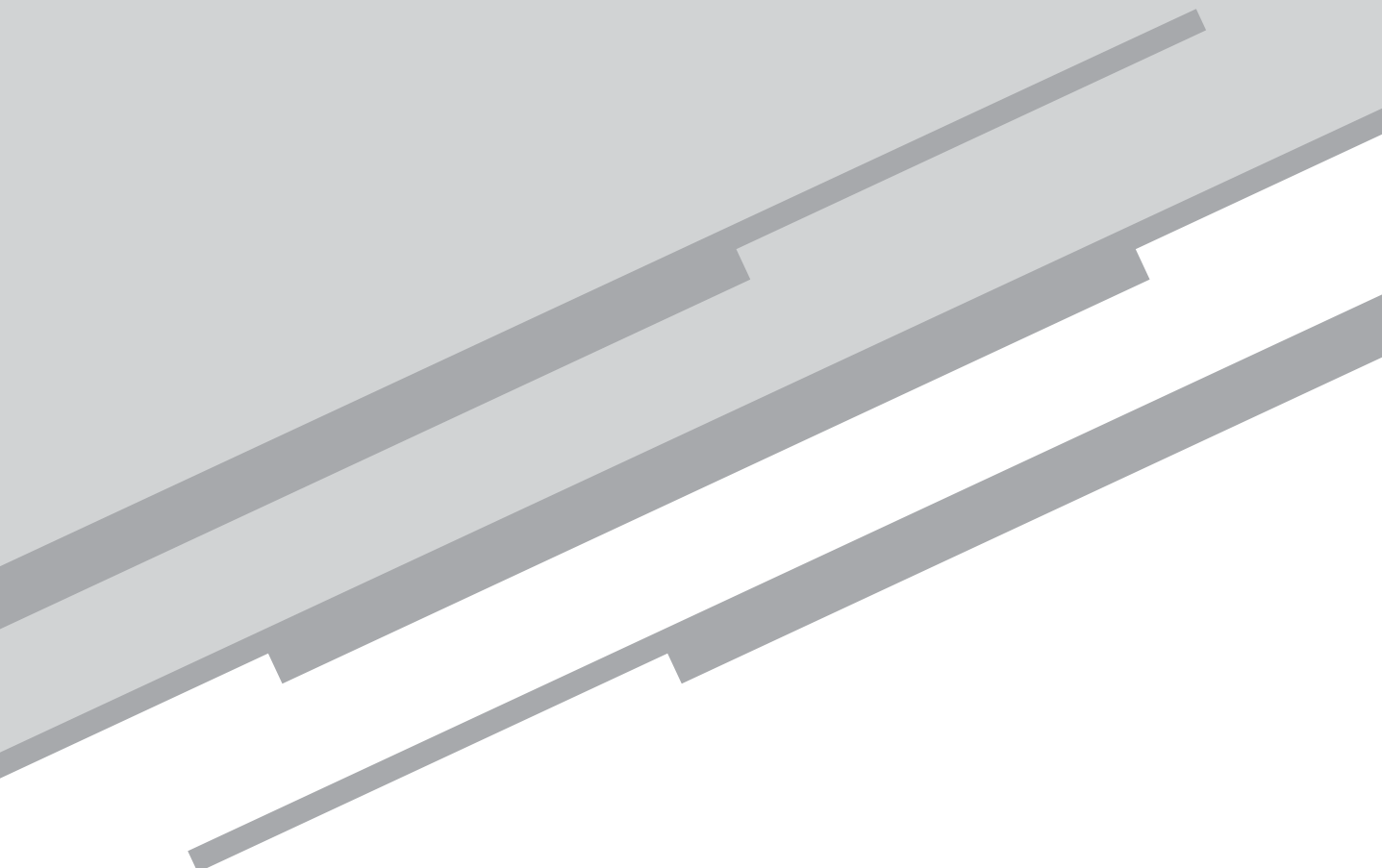
PADILHA, Marcela do Nascimento. *Espaço público e patrimônio histórico em Paraty/RJ: entre o espaço do cidadão e o espaço do turista*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Geografia do Turismo: novos desafios. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. 4. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

Aula 7

Turismo em espaços urbanos (continuação)



Marcela do Nascimento Padilha

Meta:

Apresentar ao aluno diferentes maneiras de atuação do turismo em ambientes urbanos, fazendo-o reconhecer as características das cidades e destacar os motivos pelos quais o turismo, ainda hoje, “prefere” esse tipo de espaço.

Objetivos:

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os tipos de espaços utilizados pelo turismo urbano;
2. identificar as diferentes formas de atuação do turismo em cidades pequenas, médias e grandes;
3. identificar pontos positivos e negativos do turismo praticado em cidades;
4. diferenciar as cidades turísticas brasileiras, com base na paisagem urbana.

Introdução

A cidade sempre foi o espaço preferido pelo turismo desenvolvido a partir do século XIX, ou seja, em sua fase moderna.

Você se lembra de que, nas duas primeiras aulas, abordamos a origem dessa atividade e falamos sobre o *Grand Tour*, que eram viagens culturais organizadas e oferecidas aos membros da elite britânica, a fim de lhes mostrar, sobretudo, o patrimônio histórico de algumas cidades europeias?

Pois bem, essas primeiras viagens, estruturadas com transporte, roteiros predefinidos, hospedagem, entre outros recursos, ocorriam em cidades e, em geral, destinavam-se também a habitantes das cidades, num momento de ebulição da indústria e, por conseguinte, das cidades industriais.

As cidades, sobretudo as europeias e estadunidenses, se mostravam pulsantes, dinâmicas, modernas, interessantes, ainda que apresentassem graves problemas sociais. Eram os principais destinos daqueles que podiam pagar e que tinham tempo livre para viajar. Esse fato não surpreende, visto que até a Revolução Industrial, o mundo era eminentemente rural; as cidades, sobretudo as industriais, eram as grandes novidades, aquelas que todos queriam conhecer, porém muito poucos tinham condições reais de executar tal desejo.

O tempo foi passando e a humanidade viveu períodos intensos, sobretudo no século XX, sendo este denominado pelo historiador Eric Hobsbawm como *a era dos extremos*.

Foram duas guerras mundiais, crises econômicas avassaladoras, Guerra Fria, processos de independência e consolidação de Estados feitos de forma violenta, guerras civis, ataques terroristas. No entanto, vimos também coisas grandiosas feitas pela sociedade: avanços na medicina e na farmácia que possibilitaram o grande aumento da expectativa de vida; melhorias urbanas, tais como saneamento básico e avanços na arquitetura das cidades; avanços nos meios de transporte e comunicação, que diminuíram as distâncias físicas, conectando pessoas e levando mercadorias de um lugar para outro com maior rapidez e por menor preço; avanços tecnológicos que melhoraram a qualidade de vida da população; entre outras coisas.

Poderíamos falar horas e horas sobre o turbulento século XX, em que o mundo se transformou em urbano, um século de horrores, mas

também de maravilhas. Muitos desses acontecimentos ficaram marcados na paisagem para nos lembrar do nosso passado, das nossas origens, num momento em que o tempo passa a uma velocidade impressionante!

Daí também parte a nossa vontade, e até mesmo necessidade, de conhecer formas passadas por meio do patrimônio histórico arquitetônico e dos bens expostos em alguns museus. Aliás, o patrimônio histórico é um dos maiores motivos turísticos que temos desde as viagens promovidas por Thomas Cook e seus exemplos estão localizados, eminentemente, nas cidades.

Portanto, meus caros viajantes, feita esta breve reflexão, partamos para a nossa viagem pelos atrativos urbanos para os quais se direcionam milhões de turistas todos os anos, em diferentes países, em cinco continentes.

Tipos de espaços utilizados pelo turismo urbano

As cidades, sobretudo as metrópoles, recebem não apenas maior número de turistas em relação ao campo como, também, o maior volume de receita proporcionado pelo turismo.

Encontros profissionais, congressos, grandes eventos esportivos e religiosos, festivais de dança e música, entre outros eventos são exemplos de acontecimentos tipicamente urbanos, isto é, que se realizam em cidades.

Isso não é de se espantar, afinal as grandes cidades e metrópoles são aquelas que possuem maiores e melhores infraestruturas para acolher os eventos e seus participantes. Hospedagem, gastronomia, facilidade de locomoção, pessoas que conhecem diferentes idiomas, serviços variados, variedade de lugares para lazer e cultura etc. são, em geral, encontrados nas grandes cidades.

E por falar em grandes cidades, segundo a pesquisa realizada pela Euromonitor International e divulgada em novembro de 2017, entre os dez maiores destinos turísticos do mundo estão grandes cidades como Hong Kong, Cingapura, Londres, Paris e Nova York.



Ranking de cidades mais visitadas em 2016

O Rio de Janeiro foi a única cidade brasileira citada na pesquisa e ocupa a 88ª posição no *ranking* feito pela Euromonitor Internacional, em virtude dos Jogos Olímpicos. Quer saber mais sobre a pesquisa?

Acesse o seguinte endereço:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/tur/online/hong-kong-e-a-cidade-mais-visitada-por-turistas-no-mundo-1.1847332>

Há de se destacar que uma parcela significativa do turismo realizado em cidades não é sequer contabilizada, pois não envolve pernoite. De acordo com a orientação da Organização Mundial do Turismo (OMT), para ser considerado turismo é necessário que a pessoa se desloque de seu lugar de moradia para outro e lá permaneça por um tempo mínimo de 24 horas, portanto, dormindo no local visitado. Caso seja uma visita que não envolva pernoite, a OMT a classifica como excursionismo.

Muitos pesquisadores vêm criticando essa definição engessada dada pela OMT, que acaba desconsiderando formas riquíssimas de turismo, como o turismo pedagógico de um dia, os passeios a cidades vizinhas, entre outras formas de experienciar o espaço visitado. Mas não entraremos nessa discussão tão ampla. Sigamos em frente!

De acordo com alguns pesquisadores, como Eduardo Brito Henriques (2003), os destinos urbanos não se caracterizam, em geral, por um **atrativo**, mas pela multiplicidade dos recursos turísticos que possuem. De acordo com o autor, é mais importante reconhecer a multiplicidade de **recursos turísticos** das cidades do que elaborar uma classificação dos atrativos de cada uma. É a variedade de recursos que proporcionará à cidade receber um público variado, com interesses diversos. A cidade é, dessa forma, um “[...] destino multivocação por excelência” (HENRIQUES, 2003, p. 166).

Atrativo turístico

“É todo lugar, objeto, infraestrutura (peculiar), equipamento ou acontecimento de interesse para o turismo” (ATRATIVO..., 2010).

Recurso turístico

Qualquer elemento natural ou cultural, ou mesmo um acontecimento que leve as pessoas a se deslocarem, seja para o lazer ou o ócio.

Georges Cazes e Françoise Potier (1996 apud HENRIQUES, 2003) classificaram cinco modalidades fundamentais de turismo realizado em espaços urbanos, com base na motivação dos visitantes:

- *turismo de reencontro*: viagens feitas com o objetivo de visitar parentes e amigos, particularmente em períodos festivos como Natal, Páscoa e aniversários, ou mesmo em fins de semana, férias e feriados;
- *turismo de negócios*: ligado, principalmente, a estadias curtas durante a semana para a participação em congressos, capacitações, feiras etc.
- *turismo de eventos*: visitas feitas ocasionalmente para a participação em eventos de natureza, sobretudo, cultural ou desportiva;
- *turismo comercial*: tem as compras como motivação maior;
- *turismo de recreio*: inclui as viagens feitas pelas demais motivações, que podem ser lazer, descanso, entre outras.

Vamos pensar:

Quais cidades você já visitou? Lembre-se dos motivos que lhe levaram até elas e das coisas que viu.

- Do que você gostou?
- Do que não gostou?
- Deseja voltar?
- As cidades eram pequenas, médias, grandes? O que as diferenciava mais claramente?
- Quais foram as maiores dificuldades encontradas por você nessas cidades?
- Quais foram as grandes facilidades?

Em geral, como foi dito anteriormente, as grandes cidades tendem a apresentar melhores infraestrutura e equipamentos voltados para atender turistas, pois precisam oferecer grande parte desses recursos também aos seus moradores.

Locomover-se por transporte público ou por táxi, encontrar um restaurante ou bar aberto tarde da noite, ter opções de lazer em qualquer dia da semana etc. são vantagens oferecidas pelas grandes cidades. Porém, trânsito caótico, insegurança urbana, pessoas que tentam enganar turistas, indiferença com o próximo são alguns dos problemas também encontrados em muitas cidades grandes.

Já as cidades pequenas, quando possuem a função turística como predominante ou estruturante, em geral, se especializam em algum tipo de atrativo, seja ele o patrimônio histórico arquitetônico, a gastronomia, a beleza cênica, a natureza etc. Elas dificilmente conseguem conjugar muitos desses atrativos, tal como a cidade grande, mas a variedade de cidades é imensa! Se o estado do Rio de Janeiro possui cidades tão diferentes, como Niterói, Angra dos Reis, Teresópolis, Petrópolis, Paraty, Arraial do Cabo etc., imagina o Brasil, o continente americano, o mundo! Falar aqui de toda essa riqueza de realidades é, portanto, impossível.

Por isso, alguns pesquisadores, como Maria da Glória Lanci da Silva (2004), preferem classificar as cidades para estudá-las de acordo com as particularidades de cada grupo. Em “Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer”, a autora faz uma classificação das cidades turísticas brasileiras com base em suas paisagens, das quais retirou as características que considerou mais pertinentes para criar categorias que as agrupassem. Ela chamou tais categorias de “cenários do turismo”, que são: cenários europeus, cidades históricas, praias urbanizadas, praias rústicas, cidades do interior, complexos turísticos e centros metropolitanos. Esses cenários são definidos de acordo com sítio físico, hábitos de lazer e estilo arquitetônico.

Vejamos, então, quatro desses cenários, que consideramos os mais relevantes para os nossos objetivos: cenários europeus, cidades históricas, praias urbanizadas e centros metropolitanos.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Em outra aula, falamos que existem três tipos principais de espaços onde o turismo atua: espaços urbanos, espaços rurais e unidades de conservação. As cidades são os espaços que mais atraem turistas no mundo inteiro. Nesse sentido, explique as características fundamentais do turismo praticado em cidades, considerando seus recursos, estrutura urbana e tipo de público.

Resposta comentada

As cidades, como bem disse Aristóteles em sua obra *Política* (1997), são feitas por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-las existir. Essa característica da pluralidade, da diversidade de formas, culturas, cores, cheiros etc. faz parte da essência da cidade. As cidades grandes, sobretudo os centros metropolitanos, em geral, apresentam grande variedade cultural, tendo influências de diversos povos, pois muitos imigrantes são atraídos para elas em busca de oportunidades. Elas costumam apresentar diferentes modais de transporte público, ampla rede de serviços, diversas opções de lazer e de eventos culturais, além de manterem-se “ligadas” mesmo em horas mais avançadas da noite. Por isso, as cidades, sobretudo as grandes, possuem recursos turísticos de variados tipos e, por conseguinte, acabam por atrair um público também variado que as visita por diferentes motivos. E assim, a cidade se mantém como o principal polo de atração de turistas, que a visitam com a certeza de encontrarem conforto e variadas opções de cultura e lazer.

Cenários urbanos

Para melhor entendermos o turismo urbano, utilizaremos a classificação desenvolvida por Maria da Glória Lanci da Silva. Ela elaborou uma classificação das cidades turísticas brasileiras baseada, sobretudo, na paisagem urbana.

Devido à grande variedade de tipos de cidades brasileiras, a autora fez uma categorização que resultou nos seguintes cenários urbanos:

- cenários europeus;
- cidades históricas;
- praias urbanizadas;
- centros metropolitanos;
- cidades do interior;
- praias rústicas;
- complexos turísticos.

A seguir, você verá com mais detalhes as categorias que fazem parte do espaço urbano.

Cenários europeus

As cidades turísticas brasileiras incluídas nesse tipo de cenário se localizam, predominantemente, nas regiões serranas do Sul e do Sudeste. São assim chamadas porque, de certa forma, em maior ou menor grau, tentaram reproduzir paisagens típicas da Europa Central. Os cenários europeus são ainda divididos em quatro grupos:

Estâncias climáticas e de águas: cidades que foram usadas por membros da elite desde o período imperial para lazer, fuga do calor e tratamentos de doenças respiratórias. Possuem, em geral, construções suntuosas, parques e jardins. Um exemplo interessante é Petrópolis, que, dentro dessas características, possui como maior símbolo a Avenida Koeler. Ela possui casarões em estilo alpino e enxaimel, assim como uma catedral em estilo neogótico, um canal central, jardins etc.



Marcela Padilha



Marcela Padilha

Figura 7.1: Avenida Koeler, na cidade de Petrópolis/RJ, mostrando o canal central (A) e casas em estilo enxaimel (B). Fotos de 2012.

Colônias fundadas pelos primeiros imigrantes europeus: cidades que nasceram e cresceram com base na cultura dos imigrantes que as fundaram. Ainda que tenham seguido caminhos diferentes de desenvolvimento, elas guardam essa semelhança, isto é, as suas paisagens guardam características do país de origem de seus imigrantes. Algumas se tornaram importantes centros urbanos, outras se mantiveram como bairros rurais. No entanto, em todas elas, o cotidiano e os modos de vida dos moradores se tornaram atrativos turísticos. Exemplos são Blumenau e Pomerode, no estado de Santa Catarina.



Marcela Padilha



Marcela Padilha

Figura 7.2: Fotos da cidade de Blumenau, em Santa Catarina (2006). A cidade mescla edificações cuja arquitetura lembra a da Europa Central com outras que poderiam estar em qualquer outra grande cidade brasileira.



Marcela Padilha



Marcela Padilha

Figura 7.3: Fotos tiradas em 2011 de Pomerode, que divulga ser a cidade mais alemã do Brasil. É vizinha de Blumenau, mas com uma paisagem bem diferente: mantém-se como uma cidadezinha do interior, com muitos de seus habitantes falando a língua alemã. O turismo explora justamente os aspectos da cultura dos imigrantes.

Situações mistas: Neste cenário inclui-se a maior parte da configuração atual das cidades serranas do Brasil. Percebe-se nelas uma conjugação dos outros dois cenários citados, sendo possível encontrar a arquitetura e o paisagismo do século XIX com a arquitetura dos colonos europeus. Em alguns desses lugares, o desenvolvimento do turismo resultou na construção de vilarejos temáticos, como ocorreu em Penedo (RJ).

Cidades históricas

As cidades históricas são cidades pequenas, pitorescas, que guardam um significativo conjunto arquitetônico dos períodos colonial

e imperial. Não devemos confundir aqui cidade histórica com cidade tombada. Brasília, por exemplo, é uma cidade que recebeu o título de Patrimônio da Humanidade da Unesco, sendo, por isso, considerada cidade tombada e, no entanto, não se encaixa na categoria “cidades históricas” de Silva (2004).

Muitas dessas cidades amargaram um longo período de estagnação econômica, sobretudo do final do século XIX até a primeira metade do XX. Isso possibilitou a preservação de uma parcela de seu conjunto arquitetônico. Muitas delas utilizaram esse bem para desenvolver a atividade turística após receberem intervenção governamental em favor de sua conservação, o que ajudou a atrair turistas. Podemos citar como exemplos as cidades históricas mineiras (Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, entre outras) e Paraty.

As cidades brasileiras incluídas nesse grupo possuem arquitetura predominantemente colonial e/ou imperial, calçamento em estilo pé de moleque, igrejas barrocas, um calendário cultural repleto de festas religiosas e pagãs, culinária e artesanato típicos, entre outras manifestações culturais.

Fala-se mesmo em uma economia da cultura e de sua importância no desenvolvimento de territórios. Essa indústria cultural abrange, principalmente, atividades de entretenimento – como espetáculos de dança, música e teatro, festas populares, eventos gastronômicos etc. – e a visita a monumentos históricos. Estes, por sua vez, sendo objetos de consumo turístico, estão constantemente no centro do conflito preservação x consumo (PADILHA, 2011).



Economia da cultura

O interesse da economia pela cultura, segundo Araújo Júnior (2012, p. 5) “[...] é motivado pelos gastos diretos e indiretos públicos e privados no setor cultural e a receita gerada pelos produtos e serviços prestados em atividades culturais [...]”. Portanto, a economia da cultura investiga, além desses gastos, os impactos que eles geram sobre seus lugares de atuação.

Um grande incentivador da visitação a monumentos históricos é o título de Patrimônio da Humanidade, criado (na década de 1970) e concedido pela Unesco a partir de uma criteriosa avaliação. Porém, com o aumento de turistas e tudo o que isso acarreta, passa a ocorrer, também, em diversos casos, a deterioração dos edifícios e da qualidade de vida da população local. Essa situação gerou um grande paradoxo: a maior valorização e preservação dos lugares e seus edifícios pode levar à destruição deles.

A cidade de Ouro Preto, primeira a receber o título de Patrimônio da Humanidade no Brasil, é um exemplo do paradoxo valorização-destruição que a preservação e o turismo de massa podem acarretar. Considerada um dos grandes símbolos da identidade brasileira, a cidade convive com a descaracterização de monumentos para a sua adequação à modernidade e às exigências do turismo, conforme destaca Angela Silva em seu trabalho intitulado “Impacto do turismo sobre o patrimônio histórico-cultural de Ouro Preto e Mariana”.



“Impacto do turismo sobre o patrimônio histórico-cultural de Ouro Preto e Mariana”

Para conhecer mais sobre o trabalho de Angela Silva, você poderá consultar o seguinte endereço:

<http://www.mcampos.br/REVISTA%20DIREITO/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/angelasilvaimpactoturismopatrimonio-historicoculturalouropretomariana.pdf>

O culto ao patrimônio histórico foi, portanto, impulsionado, sobretudo, pela indústria cultural do turismo e pelo Estado, o que levou a uma grande expansão do número de visitas a esses atrativos.

No caso do Brasil, desde a década de 1930, houve uma escolha estética pela arte colonial para representar a identidade nacional. Tal escolha ficou a cargo de intelectuais modernistas, tais como Mário de Andrade e Rodrigo de Melo Franco. Por isso, cidades como Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina, Paraty, entre outras dos ciclos do ouro e do café, foram parcial ou totalmente tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, antes SPHAN). Elas receberam apoio técnico e financeiro para promover sua revitalização e desenvolver uma estrutura voltada para o turismo.



Figura 7.4: Fotos de Tiradentes (MG) em 2008 e Paraty (RJ), em 2011. Destaque para o casario do século XIX e para as igrejas barrocas.

Essas cidades são denominadas cidades históricas. Sabemos que, em tese, todas o são, pois carregam sua história nos edifícios, nas pessoas, nas culturas. No entanto, em termos de estudo, classificamos algumas como históricas por terem um significativo conjunto arquitetônico de um passado caracterizado como uma época claramente diferente da atual. Conforme explica Maria da Glória Lanci Silva (2004):

Cidades históricas propriamente ditas: cidades pequenas que possuem uma parte significativa do seu conjunto arquitetônico preservada. Ficaram, de certa foma, esquecidas por décadas e “renasceram” com as políticas voltadas para a revitalização do patrimônio histórico e para o desenvolvimento do turismo. Exemplos: Tiradentes, Paraty, Ouro Preto, Diamantina.

Centros históricos parcialmente preservados: cidades que possuem um centro com uma paisagem urbana visivelmente diferente do restante de seu território, sendo essa parcela de extensão espacial relativa-

mente pequena. Diversas capitais brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador), assim como cidades estrangeiras (Barcelona, Roma, Lisboa), passaram por importantes reformas em seus centros antigos, sobretudo devido ao sucesso do turismo. Dificilmente um turista que visita essas cidades deixa de conhecer seus centros históricos. São alguns dos pontos de maior atração dessas grandes cidades.



Marcela Padilha



Marcela Padilha

Figura 7.5: Vista do centro histórico do Porto (Portugal) (A) e parte do incrível conjunto arquitetônico antigo do centro histórico de Roma (B). Ambas as fotos são de 2010.

Praias urbanizadas

A praia urbanizada é a paisagem-símbolo do turismo brasileiro. Em um país que possui o maior território em área tropical do mundo e com mais de sete mil quilômetros de costa atlântica, não surpreende o fato de a praia ser o espaço que mais identifica o Brasil no exterior. Não à toa, o Rio de Janeiro é a cidade mais visitada por estrangeiros, que procuram por suas praias mundialmente conhecidas.

Existem no mundo muitas praias pouco habitadas e, até mesmo, ainda não ocupadas. No entanto, ainda que exista público para elas, as praias mais procuradas são, sem dúvida, as urbanizadas.

O motivo que leva a essa escolha é a presença da infraestrutura própria de uma cidade aliada à estrutura voltada para o turismo, além da visibilidade que esses lugares proporcionam, a possibilidade de conhecer pessoas interessantes etc. Por isso as praias das capitais são as mais procuradas, embora haja outras que são bastante disputadas nos feriados e férias, como Cabo Frio e Búzios (no Rio de Janeiro) e Balneário Camboriú (em Santa Catarina). Essas cidades não são capitais, mas ficam

relativamente próximas a elas, o que também facilita o acesso, sobretudo dos moradores das capitais.

O acesso às praias próximas das capitais começou a ser realizado a partir da década de 1960 por meio da abertura de inúmeras estradas litorâneas que acabaram por permitir o desenvolvimento do hábito do fim de semana na praia. Com isso, houve intensa urbanização dessas praias, promovida por novos moradores e veranistas. Na maioria dos casos, não houve um planejamento urbano adequado, o que acarretou ocupação desordenada, especulação imobiliária, falta de saneamento adequado, falta d'água em períodos de maior fluxo de pessoas, poluição dos rios, entre outros problemas.



Figura 7.6: Parte do calçadão da praia de Copacabana (A), na cidade do Rio de Janeiro, e a Prainha da cidade de Arraial do Cabo (B), na Região dos Lagos fluminense. Fotos de 2009.

Centros metropolitanos

Os centros metropolitanos, como já foi dito anteriormente, são lugares privilegiados para a prática do turismo. Trata-se de cidades que, em geral, possuem boa infraestrutura de transporte e comunicação, boa oferta de serviços, grande rede hoteleira e de restaurantes, diversas opções de lugares voltados para a cultura e o lazer, como museus, teatros, centros culturais, boates, casas de shows, entre outros recursos. Tudo isso oferece conforto, bem-estar e diversão ao turista, tornando seu passeio agradável e cheio de atrações.



Marcela Padilha

Figura 7.7: Uma das vistas da cidade do Rio de Janeiro a partir do alto do morro do Corcovado, em 2008.

Não à toa, esses lugares são muito procurados para a realização de eventos profissionais, como congressos, cursos de capacitação, premiações etc. Mas, ainda que o turismo de negócios seja um seguimento importante para as metrópoles, as motivações pessoais continuam superando-o:

Assistir a um acontecimento desportivo ou espetáculo, conhecer ou rever um museu, divertir-se num parque temático, fruir certa paisagem ou ambiente urbano são outras motivações possíveis para visitar uma cidade. [...] Quem vai a Nova Iorque ou S. Francisco, quem visita Salvador ou Buenos Aires, [...] vai, normalmente [...], não por um determinado aspecto ou elemento em particular, mas pela própria experiência de viver a cidade, o seu colorido e movimento, respirar a atmosfera local, imbuir-se do espírito do lugar... (HENRIQUES, 2003, p. 164).



Marcela Padilha

Figura 7.8: Uma das vistas da cidade de Barcelona a partir do alto do morro Monjüic, em 2010.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Maria da Glória Lanci da Silva elaborou uma classificação das cidades turísticas brasileiras baseada, sobretudo, na paisagem urbana. Devido à grande variedade de tipos de cidades existentes no Brasil, a autora fez uma categorização que resultou nos seguintes cenários urbanos: cenários europeus, cidades históricas, praias urbanizadas, centros metropolitanos, praias rústicas, cidades do interior e complexos turísticos. No entanto, vimos apenas os quatro primeiros. Faça uma breve caracterização de cada cenário urbano descrito pela autora.

[illegible]

Resposta comentada

As cidades históricas talvez sejam os cenários mais visitados do nosso país. São cidades pequenas que mantêm preservada grande parte de seu conjunto arquitetônico oriundo das épocas colonial e imperial. A maioria delas manteve-se estagnada por décadas e renasceu, por assim dizer, na segunda metade do século XX, por meio do desenvolvimento do turismo. Algumas delas possuem o título de Patrimônio da Humanidade e outros de Monumento Nacional, o que lhes confere maior visibilidade e, por conseguinte, maior número de visitantes.

Os cenários europeus são cidades localizadas, sobretudo, nas regiões serranas do Sul e do Sudeste, que tiveram grande importância durante o império. Era para tais locais que membros da elite brasileira se dirigiam fugindo do calor de verão das cidades principais, e neles procuravam por um ar mais adequado para tratar de doenças respiratórias. Com isso, em tais cidades foram construídas suntuosas residências e edificações com outras funções, seguindo o estilo arquitetônico europeu, sobretudo da Europa central.

As praias urbanizadas representam a paisagem-símbolo do turismo brasileiro. Dispondo de uma costa de mais de sete mil Km e com a maior parte do território localizado na região tropical, o Brasil atrai grande número de turistas estrangeiros que procuram, principalmente, por belas praias. As praias urbanizadas, além da beleza cênica e do banho de mar, em geral, oferecem boa infraestrutura ao turista, que pode contar com a rede de serviços típica de uma cidade média ou grande.

Já os centros metropolitanos são essencialmente diversos. Possuem grande variedade de serviços, comércio, transporte público, opções de cultura como teatros, museus, casas de shows, parques, eventos, enfim, ampla gama de atrativos para os mais diferentes públicos.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Escolha uma cidade que você tenha visitado ou que gostaria de visitar e identifique-a segundo as categorias propostas por Silva (2004). Se puder, insira uma foto dessa cidade.

Resposta comentada

A cidade que quero aqui mencionar é Ouro Preto. Trata-se de uma cidade que teve grande importância para o Brasil durante o ciclo do ouro e seu espaço urbano mostra o grande esplendor vivido por ela. Sua configuração urbana, composta por inúmeras ladeiras e conjunto arquitetônico harmonioso repleto de sobrados coloniais, aliados à imponência de belas igrejas barrocas, tudo emoldurado pela Serra do Espinhaço, fizeram de Ouro Preto, antes Vila Rica, a principal cidade mineira. Outro Preto perdeu sua condição de capital devido à dificuldade de expansão territorial, dada por sua geografia meio inóspita. Porém, a beleza de seu conjunto arquitetônico preservado fez dela a primeira cidade tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan) e também a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio da Humanidade da Unesco. Por tudo isso, Ouro Preto é um típico exemplar do cenário urbano turístico denominado de cidade histórica.



Marcos Guerra

Figura 7.9: Vista da cidade de Ouro Preto.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_Preto#/media/File:Panor%C3%A2mica_de_Ouro_Preto.jpg

Resumo

Demos aqui continuidade à nossa viagem pelas cidades, agora com ênfase na maneira como o turismo se apropria do espaço urbano. Foi possível perceber que há inúmeros tipos de cidades e que esse número resulta em grande variedade de recursos turísticos encontrados nelas.

Cidades de tamanho menor tendem a se especializar em algum atrativo, não descartando outros, mas dando ênfase àquele considerado o mais adequado para atrair maior número de visitantes. Assim acontece com as cidades históricas e os cenários europeus, por exemplo. Já cidades grandes e centros metropolitanos têm como característica a multiplicidade de recursos turísticos, atraindo, assim, um público bastante variado.

A vida urbana ainda fascina pela concentração de variados aspectos: a arquitetura de tempos diversos, as pessoas de culturas diferentes, o ritmo acelerado, as diversas opções de lazer e de cultura. Algumas cidades parecem mesmo um mundo em miniatura, pois nelas podemos encontrar pessoas de muitos países que levaram sua cultura para aquele lugar e, assim, ajudaram a construir uma cidade cosmopolita. É o caso, por exemplo, de Paris, Londres, Nova Iorque. Não à toa, essas cidades estão sempre entre os destinos turísticos mais procurados do mundo.

Referências

Araújo Junior, Edmar Augusto Santos de. Economia do patrimônio cultural: efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Especialização em Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

ARISTÓTELES. Política. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. 3 ed. Brasília: UNB, 1997.

ATRATIVO turístico. In: MOSAICO Bocaina. Glossário. 2010. Disponível em: <<http://www.mosaicobocaina.org.br/turismo-glossario>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

CAZES, Georges; POTIER, Françoise. Le tourisme urbain. Paris: PUF, 1996.

CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. São Paulo: Unesp, 2001.

HENRIQUES, Eduardo Brito. A cidade, destino de turismo. Revista da Faculdade de Letras: Geografia, Porto, série 1, v. 19, p. 163-172, 2003.

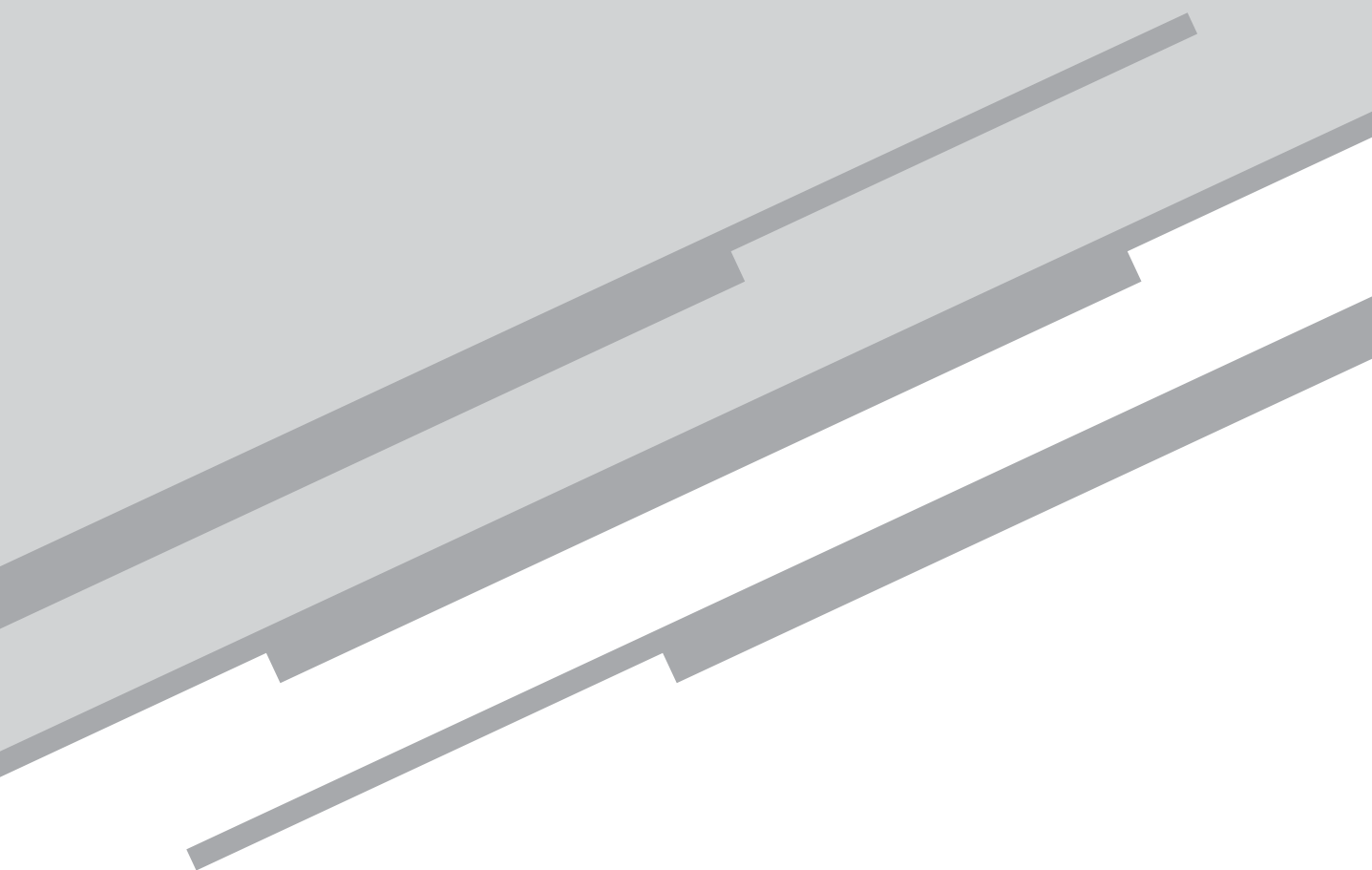
PADILHA, Marcela do Nascimento. Espaço público e patrimônio histórico em Paraty/RJ: entre o espaço do cidadão e o espaço do turista. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVA, Angela. Impacto do turismo sobre o patrimônio histórico-cultural de Ouro Preto e Mariana. Disponível em: <<http://www.mcampos.br/REVISTA%20DIREITO/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/angelasilvaimpactoturismopatrimoniohistoricoculturalouropretomariana.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.

Aula 8

Turismo Rural



Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Apresentar ao aluno diferentes maneiras de atuação do turismo em ambientes rurais, fazendo-o reconhecer as características dessas áreas e seus atrativos turísticos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as características fundamentais dos espaços rurais;
2. identificar os motivos que levaram o turismo rural a crescer de forma significativa nas últimas décadas e suas principais modalidades.

Introdução

Quem não gosta de acordar com o som de passarinhos, sentir o cheiro do pão caseiro saindo do forno, do bolo de milho, tomar leite tirado da vaca ali mesmo, sentar-se à mesa e prostrar sem hora para dali se levantar? Depois cavalgar em um cavalo manso, sem pressa; colher da horta aquilo que será preparado no almoço? Tirar um cochilo, tomar um bom café da tarde, caminhar, sentir o cheiro do mato, jantar assim que o sol se põe, prostrar um cadinho mais e dormir cedo, sem o barulho de buzinas, falatórios ou música alta? Esses são alguns dos apelos do turismo praticado no campo.

Vamos conhecê-lo melhor?

O espaço rural brasileiro

O turismo rural vem crescendo de forma significativa em diversas partes do mundo, assim como no Brasil. É verdade que essa procura de turistas pelo campo é recente por aqui.

Tomamos como marco a década de 1980, quando alguns fazendeiros de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que passavam por dificuldades financeiras, resolveram diversificar a sua renda abrindo suas propriedades para turistas.

Ao mesmo tempo, as grandes cidades começavam a passar por problemas oriundos de seu crescimento acelerado e desordenado: trânsito caótico, dificuldade no ir e vir, violência urbana, aumento do valor dos imóveis, entre outros problemas que levaram ao estresse da população. Dessa forma, o turismo rural encontrou dois grandes incentivos para se desenvolver: a necessidade de renda extra dos proprietários rurais e a busca dos moradores das cidades por momentos de sossego e contato com a natureza.

Nas últimas décadas, falar em espaço urbano e espaço rural tem se tornado mais complexo, visto que está cada vez mais difícil diferenciá-los.

Segundo José Graziano da Silva (2002), o tema, que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje deve ser entendido, do ponto de vista espacial, como um continuum do urbano; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 2002).

O que significa isso?

Significa que o espaço rural brasileiro ganhou aspecto de cidade ao incorporar elementos reconhecidamente urbanos desde que a indústria chegou ao campo. Vamos ver como isso se deu ao longo do tempo?



MTur investe em turismo rural para atrair turistas estrangeiros focando nas belezas naturais do país

Você sabia que natureza é o segundo destino preferido dos turistas estrangeiros que visitam o Brasil? Por esse motivo, o Ministério do Turismo, desde 2010 apoia o Projeto Talentos do Brasil Rural, em parceria com o Sebrae, que tem “foco na promoção e comercialização de produtos, serviços e destinos da agricultura familiar localizados no entorno das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014” (PORTAL BRASIL, 2013).

O Brasil também foi eleito, em 2013, pelo Fórum Econômico Mundial, o país mais atrativo no quesito beleza natural. Segundo o MTur (2013), na “Região Norte, rios, matas, comunidades indígenas e ribeirinhas guardam uma bela amostra dos costumes e tradições mais originais do interior do Brasil. No Nordeste, as colônias de pescadores, o cultivo de frutos do mar e os bordados das rendadeiras são os exemplos mais autênticos. O cerrado do Centro-Oeste, as montanhas capixabas e as fazendas centenárias de Santa Catarina também compõem o cenário dos passeios rurais do Brasil.” É justamente a mistura entre a cultura e as paisagens que torna esses lugares tão atrativos.

A evolução do modo de conceber o campo

O espaço rural, hoje em dia, oferece mais do que água, ar, verde (vegetação) e lazer. Com a entrada da indústria no campo, as atividades tradicionais passaram a conviver com novas tecnologias e, por conseguinte,

novos postos de trabalho, novas necessidades de formação profissional, novas formas de organização do trabalho etc. (SILVA, 2002, p. 3).

Antes do processo de mecanização do campo, iniciado por volta de meados do século XX, pensava-se no rural como um espaço de produção de alimentos que abasteciam as cidades. Estas, por sua vez, seriam o local por excelência da indústria e dos serviços.

Com a industrialização do campo, características que reconhecíamos como essencialmente urbanas passaram a fazer parte da rotina rural: TV, telefone celular, computadores, serviços de *delivery*, enfim, modos de vida tipicamente urbanos tornaram-se parte do cotidiano do campo. A própria paisagem rural, em muitos casos, demonstra isso.

Da mesma forma, já faz tempo que as indústrias estão deixando as grandes cidades para se fixar no interior, em pequenas cidades ou mesmo em espaços rurais, a fim de diminuir seus custos de produção.

A agropecuária permanece sendo a principal atividade realizada no campo, e pela qual ele se caracteriza. Além disso, existe um lado sentimental de ligação do homem com a terra, com suas raízes, tradições. Esses são alguns dos aspectos que têm sido mais valorizados pelos turistas que visitam os espaços rurais, assim como pelos novos ruralistas, ou seja, pessoas que trocaram a vida agitada da cidade pela tranquilidade do campo.

No Brasil, a área urbana e a área rural são delimitadas pela prefeitura municipal. No entanto, em alguns casos, é possível perceber claramente que uma área com aspectos tipicamente rurais foi considerada urbana. Isso se deve, sobretudo, ao interesse na arrecadação de impostos. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é destinado à municipalidade, enquanto o ITR (Imposto Territorial Rural) é arrecadado pela federação. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a área urbana é “[...] a área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila [...]”; já a área rural é definida como a “[...] área externa ao perímetro urbano”, incluindo os aglomerados rurais (IBGE, 2013, p. 299). A vila, por sua vez, “[...] é a sede do distrito que não abriga a cidade. [...] área urbana do distrito que não seja a sede do município”. (IBGE, 2013, p. 299).

Em alguns países europeus, o rural é definido como um espaço oposto ao urbano, ou seja, características típicas das cidades – tanto as rurais quanto as urbanas – são levadas em consideração, tais como a aglomeração de casas ou o quantitativo populacional. Em outros países, define-se o rural a partir de sua atividade econômica predominante, ou seja, a agropecuária. (TULIK, 2003).

Portanto, é possível afirmar que o rural e o urbano se apresentam, na prática, cada vez mais associados. Mas também é verdade que os aspectos essenciais do campo têm sido cada vez mais valorizados, o que também se deve a uma espécie de processo de urbanização desses espaços. Tenta-se, nesse sentido, proteger e conservar o que ainda restou dos modos de vida do campo. Uma das formas de protegê-lo é por meio do desenvolvimento do turismo rural.



O turismo rural na internet

Você sabia que a internet é o canal mais utilizado para a divulgação de negócios de turismo rural? De acordo com a cartilha do Sebrae, o “ambiente web é o mais utilizado para a divulgação dos negócios de TR – sob a forma de blogs ou sites (81% dos casos) ou fan pages no Facebook (36,2%) –, demonstrando que a internet já chegou ao meio rural.”(SEBRAE, 2013, p. 29).

Fatores que impulsionam o turismo rural

Preservação ambiental e desenvolvimento sustentável

Um fato que também vem impulsionando o turismo rural é a preocupação com os impactos ambientais e sociais no meio rural. Desde o processo de modernização da agricultura, ocorrido a partir do início da segunda metade do século XX, algumas estratégias para o aumento da produtividade agropecuária, tais como o uso indiscriminado de agrotóxicos, hormônios e sementes geneticamente modificadas, além da substituição do trabalho humano pelo mecânico e as alterações das relações de trabalho, ocasionaram graves problemas sociais, de saúde e ambientais.

A preocupação mais efetiva com as questões ambientais passou a ser verificada a partir da década de 1970 e, sobretudo, da década de 1980, com a divulgação do Relatório Bruntland (Nosso Futuro Comum). Nele foi definido o conceito de desenvolvimento sustentável que alertava para os limites da natureza perante o então modelo de crescimento eco-

nômico vigente, que utilizava os recursos naturais de maneira desenfreada e irresponsável. A partir daí, diversos programas, acordos e políticas passaram a ser adotados em vários países em prol de um modelo de desenvolvimento menos agressivo ao meio ambiente e às sociedades.



O Relatório Bruntland e as reflexões sobre nosso futuro em comum

Quer saber mais sobre o Relatório Bruntland e o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável? Então assista à reportagem, feita pela *TV Cultura Digital*, intitulada “Gro Brundtland: uma das principais lideranças mundiais nas áreas de meio ambiente e de saúde”, no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=3pqys-lv1fk>



Jeff K

Figura 8.1: A valorização dos produtos orgânicos e o estilo de vida tradicional do campo contribuem para o crescimento do turismo rural.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/jeffk42/3083277404/in/photostream/>

Atualmente, alimentos produzidos sem o uso de defensivos químicos, respeitando leis ambientais cada vez mais severas, animais criados de forma natural, relações de trabalho mais humanas etc. têm sido cada

vez mais frequentes no meio rural brasileiro. Com a maior consciência ambiental e social veio a valorização dos alimentos orgânicos, do respeito às leis trabalhistas e às culturas locais, da produção típica local, enfim, do modo de vida tradicional do campo. Vieram também os novos ruralistas, pessoas cansadas da vida turbulenta das grandes cidades que optaram por viver em um ambiente mais tranquilo e próximo à natureza.

Modo de vida no campo como refúgio

Com o resgate dos valores do campo, criou-se um conjunto de fatores propícios ao desenvolvimento do turismo rural voltado para a valorização da relação do homem com a terra, que envolve a experiência do turista com esse tipo de ambiente, ou seja, da sua vivência com o cotidiano dos ruralistas.



Marcela do Nascimento Padilha

Figura 8.2: No turismo rural, os turistas têm a possibilidade de vivenciar o cotidiano dos moradores locais e desfrutar de modos de viver que podem ser muito diferentes dos espaços urbanos. Local: Sítio Boaventura, em Santa Rita, Teresópolis (2016).

Esse segmento do turismo ganhou ainda mais força pelo fato de o campo hoje ser visto como um refúgio dos moradores das grandes cidades que vivem em função do tempo do relógio, isto é, que têm toda a sua vida cronometrada, o que lhes causa, muitas vezes, intenso estresse. Hora para acordar, para tomar café, para deixar o filho na escola, para chegar ao trabalho, para almoçar, para sair do trabalho, para pegar o transporte público, enquanto no campo, pelo menos no tradicional, o

tempo é regido pela natureza, tal como afirma Ana Fani Alessandri Carlos (1999). Sendo assim, o espaço do campo, além de proporcionar momentos de relaxamento aos habitantes das cidades, dá a possibilidade aos pequenos produtores de nele permanecerem.



Otávio Nogueira

Figura 8.3: A possibilidade de vivenciar momentos de descontração próximos à natureza, seguindo um ritmo de vida mais calmo, atrai viajantes para o turismo rural, favorecendo a permanência dos produtores no campo. Na foto, Pedra Caída (MA).

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/55953988@N00/3904496675>

Nesse sentido, são inúmeros os apelos ao desenvolvimento do turismo rural no Brasil e no mundo. Não à toa, trata-se de um dos segmentos do turismo que mais crescem e que vêm transformando muitas localidades, requerendo, por isso, estudos sérios, minuciosos e que ajudem a compreender esse processo.

O turismo rural

De acordo com o Ministério do Turismo, observam-se as primeiras iniciativas do turismo rural, enquanto atividade econômica, na Europa e nos Estados Unidos em meados do século XX. Já na América do Sul, o segmento surgiu na década de 1980, no Brasil, Argentina e Uruguai. Pouco a pouco o turismo rural ganha o mundo e suscita o surgimento de estudos e programas que visam ao desenvolvimento socioeconômico do campo.

O turismo rural é definido pelo Ministério do Turismo (MTur) como: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (BRASIL, 2015, p. 49).

Ainda de acordo com o MTur, as atividades praticadas dentro desse segmento são:

- hospedagem;
- alimentação;
- recepção à visitação em propriedades rurais;
- recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural;
- outras atividades complementares às anteriormente listadas, desde que praticadas no meio rural, existam em função do turismo ou se constituam no motivo da visitação.



Marcela Padilha do Nascimento

Figura 8.4: Dentre as atividades praticadas no turismo rural, podemos citar a recreação, o entretenimento, a visitação e o turismo pedagógico realizados nas propriedades rurais. Local: Sítio Boaventura, Teresópolis (2016).

Tão importante quanto promover o turismo no campo é:

- informar à população local sobre esse segmento, seus possíveis benefícios e limitações;

- o fato de que o poder público precisa agir para que a atividade gere, de fato, o desenvolvimento socioeconômico local de forma ambientalmente sustentável.

Cabe ao poder público, sobretudo o municipal, criar políticas públicas e programas que informem, capacitem e incentivem os produtores interessados em promover o turismo no local. Além disso, é necessário que o município também fiscalize se as atividades estão sendo realizadas segundo as leis, sem descaracterizar o espaço e a cultura locais e sem degradar o meio ambiente.



Agência de Notícias do Acre

Figura 8.5: Exemplo de turismo sustentável na Amazônia (AC).

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/fotosdoacre/4443180865/>

A ruralidade é, portanto, junto com a vontade de fugir da vida turbulenta da cidade, o grande motivo do turismo rural. No entanto, é preciso evitar o oportunismo de se apresentar um ruralismo *fake*, descaracterizando a cultura e o cotidiano típicos do campo.



De acordo com o Ministério do Turismo, ruralidade é o valor que a sociedade contemporânea concebe ao rural e que contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificados pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza (BRASIL, 2010, p. 17).

É essa ruralidade que chama a atenção dos moradores das cidades. Trata-se, muitas vezes, de uma fuga da vida atribulada, regida por horários determinados e a cada dia mais impessoal. Busca-se, assim, por uma experiência diferente do cotidiano, pelo contato com a natureza e com pessoas com outra cultura e outros valores. Esses são os principais apelos do turismo praticado no campo.

Um exemplo interessante de turismo rural é o da Acolhida na Colônia, em Santa Catarina. Trata-se de um grupo de famílias de agricultores de alimentos orgânicos que se uniram para desenvolver o agroturismo em suas propriedades. Eles hospedam o turista em suas casas e propõem roteiros que o leve a conhecer como é a vida das pessoas ali, sua produção, cultura, culinária, hábitos.



Conheça o projeto Acolhida na Colônia

O MTur disponibiliza, em seu canal do Youtube, um vídeo sobre o projeto Acolhida na Colônia, contendo a fala dos agricultores sobre sua proposta e o potencial turístico da região. Vale a pena assistir. Basta acessar o seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=w2tfga8WZyM>.

Você também pode visitar o site do projeto, disponível no endereço www.acolhida.com.br

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Como apresentamos no início desta aula, um dos grandes problemas para o desenvolvimento do turismo rural é a dificuldade de se definir o que é rural e o que é urbano. No entanto, esse segmento depende da existência da ruralidade para se desenvolver de forma adequada, promovendo a integração da população local com o turista e proporcionando uma experiência real da vida camponesa. Nesse sentido, comente sobre a caracterização do espaço rural brasileiro e sobre como o turismo vem se apropriando desse espaço.

Resposta comentada

Segundo a definição oficial dada pelo IBGE, cidade é a sede de um município, independentemente de suas características. Esse fato gera muita confusão ao se definir o que é zona urbana e o que é zona rural, dificuldade que impacta diretamente no desenvolvimento do turismo rural. Tal segmento turístico tem como principal motivação a vida essencialmente rural, voltada para a produção agropecuária, a cultura camponesa, a ligação das pessoas com a natureza, o ritmo de vida menos acelerado, a lógica familiar e a vida em comunidade. Nesse sentido, reconhecer o espaço essencialmente rural e zelar pela sua sustentabilidade é um dos desafios do poder público municipal e dos envolvidos com o turismo rural. Trata-se de uma atividade que pode oferecer outra forma de geração de renda à população campesina sem que isso descaracterize sua cultura.

Formas de atuação do turismo rural

Um dos grandes destaques do turismo rural é a hospitalidade da população campesina. O acolhimento, a simpatia, o tratamento dado ao turista, que é um estranho, como se fosse um membro da família são elementos quase sempre destacados pelos visitantes.

Além disso, os artigos alimentícios derivados da produção agropecuária também fazem grande sucesso entre os turistas: doces, pães, manteigas, queijos, iogurtes, geleias, entre outros, por vezes feitos a par-

tir de alimentos orgânicos, resultam em uma importante fonte de renda para a população campesina.

Existem, ainda, os produtos in natura, muitas vezes colhidos pelos turistas e preparados na cozinha da propriedade para servi-los. Essa lida com a transformação das matérias-primas possibilita uma rica experiência ao visitante, que pode conhecer o processo produtivo por meio do contato direto com o produtor e a terra, e ainda comer o alimento ali mesmo preparado.

O artesanato também costuma ser um produto importante envolvido na cadeia turística do espaço rural. Neles, em geral, estão envolvidos materiais e técnicas típicos da cultura local, agregando valor aos produtos comercializados. Segundo o MTur:

O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os costumes, os ofícios, as festas, os “causos”, a culinária), e primar pela conservação do ambiente natural, da paisagem e cultura (o artesanato, a música, a arquitetura) (BRASIL, 2015, p. 51).



Figura 8.6: Artesanato regional em Minas Gerais.

Fonte (A): <https://www.flickr.com/photos/markhillary/13315617603/in/photostream/>
 (B): <https://www.flickr.com/photos/markhillary/13315955234/in/photostream/>

É importante diferenciar o turismo rural do turismo em espaço rural. Enquanto o primeiro envolve a autenticidade da ruralidade, o segundo define um espaço rural apropriado pela atividade turística sem, necessariamente, envolver as características mais essenciais da vida

campesina; trata-se simplesmente do turismo praticado em um espaço rural, o que é, portanto, diferente do turismo rural. Podemos citar o Acolhida na Colônia, projeto mencionado anteriormente, como sendo uma referência de turismo rural; e um hotel localizado no campo, estilo hotel-fazenda, mas que não necessariamente é mantido por agricultores, nem mesmo mantém uma produção rural, como um exemplo de turismo em espaço rural.

Para um morador de cidade grande, acostumado a correr o dia inteiro para não se atrasar para os seus compromissos, assim como com o barulho dos carros, das máquinas usadas em obras, dos vendedores gritando... enfim, com uma vida em ritmo frenético, poder acordar sem despertador, tomar café da manhã com calma, saboreando um bom bolo de fubá, ouvindo o canto de passarinhos, andar sem pressa cumprimentando as pessoas pelo caminho, ver o verde em vez de arranha-céus, representa, em muitos casos, mais do que dias de descanso; trata-se mesmo de uma fuga temporária de um cotidiano estressante, a fim de conseguir novo ânimo para enfrentar a realidade urbana.



Figura 8.7: Café da manhã com bolo de fubá com coco. A experiência da vida mais tranquila no campo atrai os turistas para o turismo rural como fuga temporária do meio urbano.

Fonte: https://www.flickr.com/photos/h_is_for_home/14435319298/

A intenção aqui não é pintar a cidade como um bicho papão. Há, inclusive, muitos turistas urbanos que embora apreciem muito a ruralidade, fazem turismo rural sem, no entanto, querer viver no campo. No

espaço rural, recarregam as energias para viverem a intensidade da cidade e todas as oportunidades que ela oferece. Assim como o habitante da cidade deseja passar uns dias no campo, o campesino, muitas vezes, quer sair um pouco de sua zona de conforto e viver o frenesi urbano. Isso é perfeitamente compreensível, tendo em vista que o turismo depende da vontade das pessoas de experimentar coisas novas, de visitar lugares e conhecer culturas diferentes.

Existem diversas modalidades de turismo rural, criadas a partir de diferentes critérios por aqueles que estão envolvidos com esse segmento. São elas: turismo na natureza, turismo de interior, de granja, de aldeia, alternativo, endógeno, verde, campestre, sertanejo, agroecoturismo, eco-agroturismo, turismo agroecológico, entre outras. No entanto, podemos destacar duas modalidades que vêm sendo alvo de políticas públicas importantes: o *agroturismo* e o *turismo rural na agricultura familiar (TRAF)*.

Agroturismo

O termo *agroturismo* vem sendo muito utilizado em alguns países da Europa, como Portugal e Itália, além de alguns estados brasileiros, como Santa Catarina e Espírito Santo. Nessa modalidade turística, o turista tem a oportunidade de experimentar o dia a dia em uma propriedade rural, hospedando-se e conhecendo os hábitos dos moradores, o plantio, a colheita e o processo de produção de doces, queijos, bebidas etc. Essas propriedades podem ser grandes, com muitos empregados, ou mais modestas.

De acordo com Olga Tulik (2003, p. 39), o agroturismo

desenvolve-se integrado a uma propriedade rural ativa, [...] como forma complementar de atividades e de renda; pressupõe o contato direto do turista com o meio rural, alojamento na propriedade e possibilidade de participar de atividades rotineiras.

Turismo rural na agricultura familiar (TRAF)

Essa modalidade se diferencia do agroturismo pelo fato de a propriedade onde são feitas as atividades turísticas ser mantida e gerida pela família que nela habita. Somente os membros da família trabalham na propriedade.

O espaço rural brasileiro, ainda que seja mal distribuído (pouca gente com muita terra e muita gente com pouca terra) é composto predominantemente por pequenas e médias propriedades familiares.

Como exemplo, a seguir, apresentaremos o mapa de uso e cobertura do solo no estado do Rio de Janeiro.

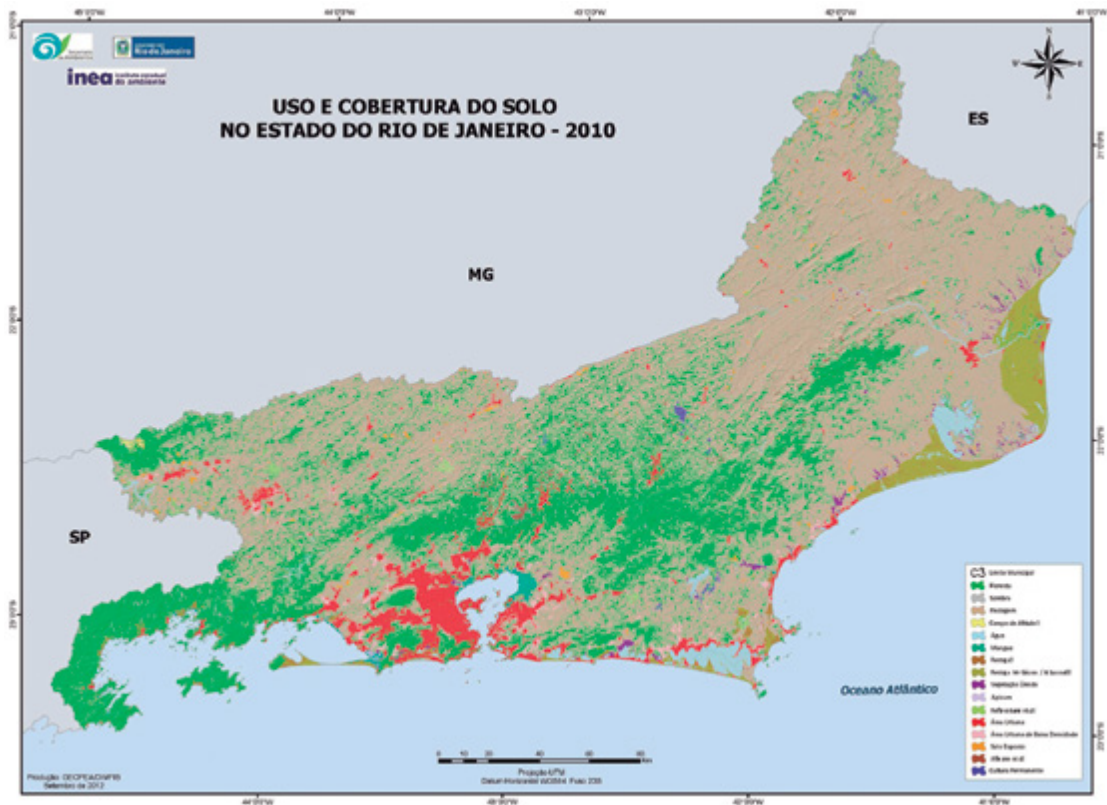


Figura 8.7: Mapa de uso do solo no estado do Rio de Janeiro.

Fonte: GEOPEA/DIMFIS.

<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/abook/capa/Dez.14.20.cap.jpg>

No entanto, historicamente, essas propriedades sempre tiveram dificuldades para se manter e crescer. Por isso, e devido à valorização das características do campo pelo turismo, vem ocorrendo um movimento significativo para fomentar o turismo rural em propriedades familiares. Sobre esses dois tipos de turismo, o Ministério do Turismo explica que

[...] a produção se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária, sendo a família a detentora dos meios de produção. O trabalho está intimamente ligado à gestão da propriedade e é exercido em uma área relativamente pequena ou média. O que diferencia o Agroturismo do TRAF é que este último segue os requisitos da Lei 11.326, ou seja: a mão de obra é, majoritariamente, familiar; a gestão do estabelecimento cabe à própria família; [...] a

principal fonte de renda da família se origina de atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento (BRASIL, 2015, p. 21).



Marcela Padilha

Figura 8.8: Produtos da horta orgânica do Sítio Boaventura, em Teresópolis. Exemplo de TRAF.

Dessa forma, podemos considerar as quatro modalidades aqui apresentadas pela figura a seguir. Trata-se de um esquema simples que representa a lógica na qual elas se inserem:

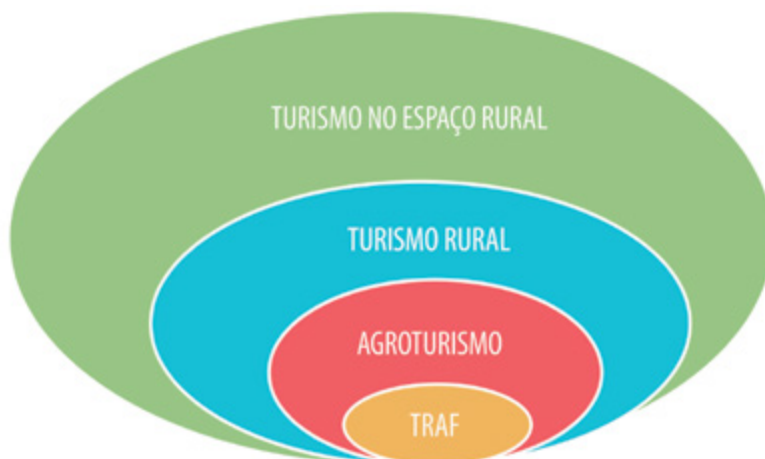


Figura 8.9: Esquema de representação do turismo rural (KRAHL, 2002; ROQUE, 2001).

Fonte: MTur - Marcos Conceituais, p.21, disponível em http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSO_.pdf

O esquema da **Figura 8.9** mostra como as modalidades aqui tratadas se interligam: o turismo no espaço rural aparece como aquele que envolve todas as outras. A partir dele, tem-se o turismo rural, com as características essenciais da ruralidade e, no nível seguinte, o agroturismo, no qual está inserido o turismo rural de agricultura familiar. Essa divisão hierárquica é necessária para os estudos e o direcionamento de políticas públicas e investimentos nesse segmento turístico.



Cartilhas sobre turismo rural

Para se aprofundar mais sobre o tema, você poderá consultar as cartilhas disponibilizadas pelo MTur e pelo Sebrae. Basta acessar os seguintes endereços:

- Cartilha do MTur sobre turismo rural:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/CARTILHA_TURISMO_RURAL_PORT_ESP.pdf

- Turismo rural - orientações básicas:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf

- Retrato do turismo rural no Brasil com foco nos pequenos negócios:

[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/\\$File/5142.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/$File/5142.pdf)

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Na segunda etapa de nossa aula, vimos onde e como o turismo rural atua. Foi a partir das necessidades dos moradores das cidades, sobretudo das grandes cidades, aliadas às dificuldades enfrentadas pela maioria dos camponeses, que o turismo rural encontrou meios para se desenvolver. Nesse sentido, explique como pode se dar a atuação do turismo no campo e o porquê de a ruralidade atrair cada dia mais visitantes.

Resposta comentada

O espaço rural brasileiro é composto predominantemente por pequenas e médias propriedades que, muitas vezes, têm dificuldades de se manter apenas com sua produção agropecuária. A partir dessa situação, algumas localidades buscaram na atividade turística meios alternativos de geração de renda. Muitas delas alcançaram sucesso, o que motivou a multiplicação de lugares rurais com atuação do turismo. Tal sucesso se deve, entre outras coisas, à necessidade de alguns moradores de cidades, sobretudo das grandes, de fugir do ritmo alucinante do dia a dia urbano. Aliados a isso estão a hospitalidade, a tranquilidade, o contato com a natureza, os sabores do campo, entre outras experiências que o espaço rural oferece.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

O espaço rural é, hoje, um importante destino turístico. Trata-se de um segmento que tem crescimento anual em torno de 6%, número bastante significativo dentro dessa atividade. Tal crescimento fez surgir diferentes modalidades do turismo praticado nos espaços rurais, visto que ele envolve realidades socioespaciais distintas, assim como diferentes formas de atuação dos agentes envolvidos. Nesse sentido, comente sobre as quatro modalidades de turismo praticado em espaços rurais considerados pelo MTur.

Resposta comentada

O Mtur classifica o turismo no campo sob quatro modalidades. São elas: turismo no espaço rural, turismo rural, agroturismo e turismo rural de agricultura familiar.

Turismo no espaço rural: nesta modalidade, o turismo simplesmente acontece em um ambiente rural, sem que haja a necessidade de envolver as características tipicamente rurais, isto é, a ruralidade.

Turismo rural: além de ocorrer em um espaço rural, aqui o turismo precisa garantir que a ruralidade esteja presente; os membros da família de cada propriedade são os únicos responsáveis pela manutenção da propriedade e pela produção,

Agroturismo: nesta modalidade o turismo se desenvolve dentro de uma propriedade rural, grande ou pequena, em que o turista tem a possibilidade de ver e participar do dia a dia daqueles que ali vivem e trabalham. O turismo é, assim, uma atividade que vem complementar a renda dos donos da propriedade, e estes contam com o trabalho de pessoas que não fazem parte da família.

Turismo rural de agricultura familiar: esta modalidade é muito parecida com o agroturismo. A diferença reside no fato de no TRAF a propriedade ser gerida exclusivamente pelos membros da família proprietária. Por isso, a área ocupada é pequena ou média. O turismo exerce aqui um importante papel de complemento de renda.

Resumo

O turismo rural e todas as suas modalidades vêm ganhando a cada dia mais adeptos em diversos lugares do mundo. Pessoas que vivem em grandes cidades, cansadas do seu ritmo frenético, buscam no espaço rural momentos de tranquilidade e contato com a natureza e com pessoas que possuem um estilo de vida muito diferente do seu, o que gera interessantes trocas culturais. Além disso, os visitantes aprendem mais sobre como lidar com a terra e como é minucioso o processo de produção daqueles alimentos que eles compram em feiras e supermercados.

Conhecendo o espaço rural, o turista tende a valorizar mais a vida do campo, dar mais atenção aos problemas pelos quais os pequenos agri-

cultores passam no Brasil e, também, a ter mais respeito por uma cultura tão diferente da sua. É com base nesses preceitos que o turismo rural vem se desenvolvendo e ganhando espaço.

O MTur do Brasil classifica esse segmento nas categorias turismo em espaços rurais, turismo rural, agroturismo e turismo rural de agricultura familiar. A partir dessas modalidades, uma série de estudos é feita a fim de sustentar políticas públicas elaboradas para auxiliar os proprietários rurais a praticar um turismo autêntico e sustentável.

Sabe-se da dificuldade que se tem atualmente de diferenciar o que é urbano do que é rural. Por isso também é tão importante a caracterização oficial do uso do solo, assim como das atividades culturais praticadas em cada tipo de espaço. Daí a escolha feita pela classificação do Ministério do Turismo para identificar cada tipo de turismo praticado no campo e, assim, orientar aqueles que promovem a atividade, assim como os turistas.

Trata-se de uma prática que vem crescendo e se desenvolvendo no Brasil e que tem ajudado muitas famílias a se manterem no campo ao invés de migrarem para as cidades. Isso é explicado pelo fato de que hoje o meio rural pode oferecer renda extra para além da produção agrícola e, assim, incentivar a permanência da população local e de sua cultura.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. Marcos conceituais. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo rural: orientações básicas. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 4 maio 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: Contexto, 1999.

IBGE. Metodologia do censo demográfico 2010. v. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 703 p. 1 CD-ROM. (Série Relatórios Metodológicos).

KRAHL, Mara Flora Lottici. Turismo rural: conceituação e características básicas. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

PORTAL BRASIL. Turismo rural atrai visitantes nacionais e estrangeiros. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/turismo/2013/12/turismo-rural-atrai-visitantes-nacionais-e-estrangeiros>>. Acesso em: 2 maio 2018.

ROQUE, Andreia. Turismo no espaço rural: um complexo fenômeno a ser reconhecido. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

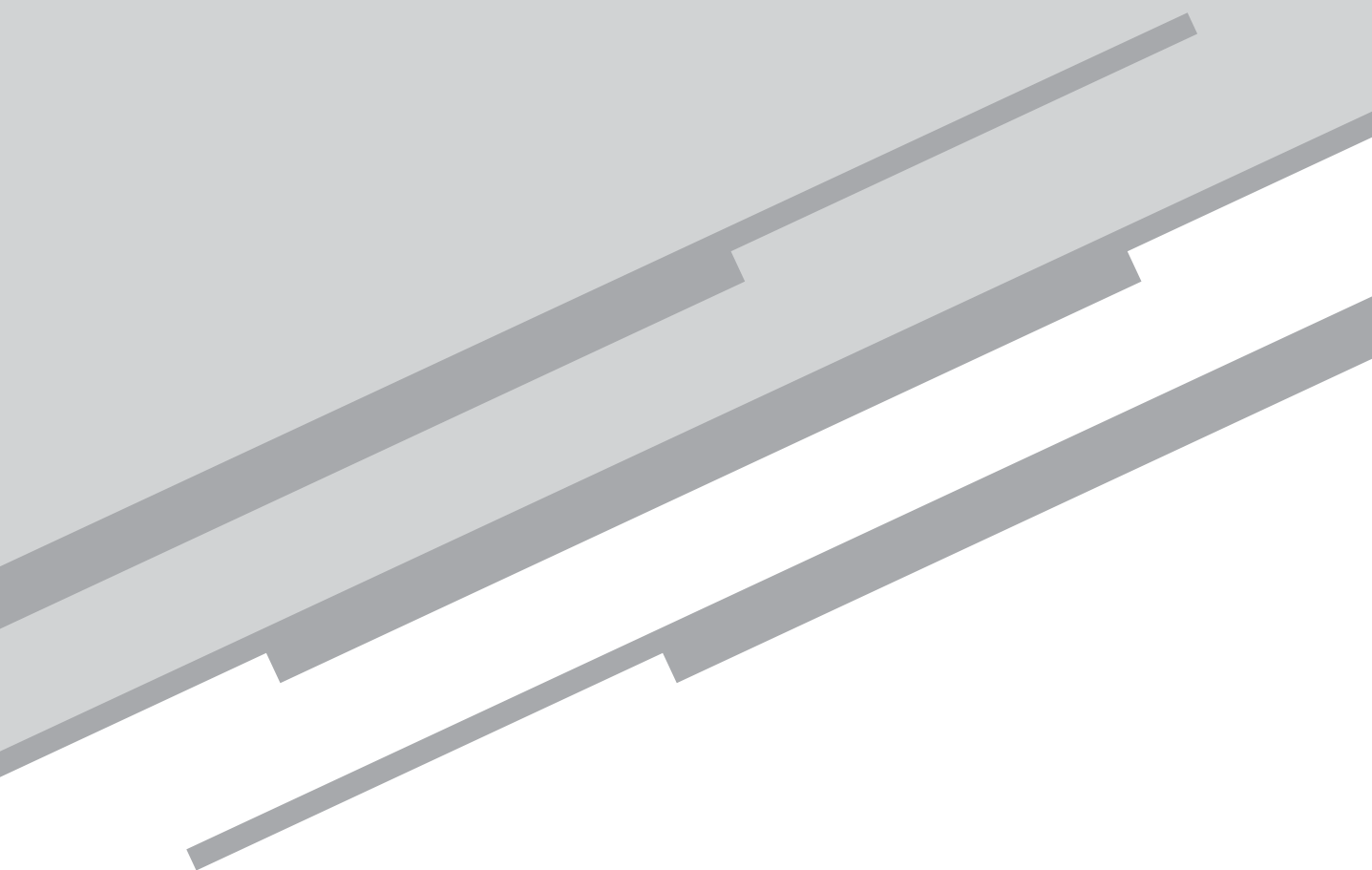
SEBRAE. Retrato do turismo rural no Brasil: com foco nos pequenos negócios. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/\\$File/5142.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/$File/5142.pdf)>. Acesso em: 2 maio 2018.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

TULIK, Olga. Turismo rural. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

Aula 9

Turismo e meio ambiente



Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Apresentar ao aluno a diferença entre natureza e meio ambiente, destacando o momento em que a sociedade começou a se preocupar com a preservação ambiental e o modo como as unidades de conservação passaram a ser importantes destinos turísticos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar os conceitos de natureza e meio ambiente;
2. reconhecer os marcos históricos da preservação ambiental;
3. analisar o conceito de desenvolvimento sustentável;
4. demonstrar a relação entre a criação de unidades de conservação e o turismo.

Introdução

Você já deve ter ouvido falar sobre a importância de estabelecermos uma relação sustentável com a natureza. O termo *sustentável* tem sido amplamente veiculado nos últimos anos na mídia em geral. Mas você já parou para pensar a quem realmente isso interessa? Quem precisa que essa relação seja sustentável?

A partir dessas questões provocadoras e antes de iniciar a leitura desta aula, convido você a assistir ao vídeo “A natureza está falando”, com narração de Maria Bethânia. Assista ao vídeo, partindo deste lugar de reflexão proporcionado pelas perguntas, buscando respondê-las. Ao final do vídeo, anote as suas percepções em um caderno de estudos, pois voltaremos a elas, mais adiante, no decorrer do estudo desta aula.

Vamos lá?



“A natureza está falando”: a mãe natureza

E se pudéssemos ouvir a mãe natureza e o que ela pensa sobre estabelecermos uma relação sustentável com ela? O que ela nos diria?

Este vídeo faz parte de uma série produzida pela organização Conservação Internacional (CI). Trata-se de uma organização privada, sem fins lucrativos, que atua em mais de trinta países, com o objetivo de promover o bem-estar humano, fortalecendo a sociedade no cuidado responsável e sustentável para com a natureza – nossa biodiversidade global.

Para assistir ao vídeo, acesse: <https://youtu.be/Uq6brcVVh6Y>

Natureza e meio ambiente

Não faz muito tempo que o tema meio ambiente ganhou papel de destaque em nossa sociedade. Os termos *sustentabilidade*, *preservação ambiental*, *ecossistemas protegidos*, entre outros, transcenderam as discussões realizadas por ambientalistas e ganharam importância dentro dos mais diversos grupos: escolas, universidades, empresas, ministérios, comunidades religiosas, reuniões entre chefes de Estado, famílias. Podemos nos perguntar: quando e onde essa preocupação teve início? Como ela ganhou força? Por que é tão importante preservarmos a natureza, o meio ambiente? É possível termos uma relação sustentável com a natureza?



Ana_Cotta

Figura 9.1: É possível uma relação sustentável entre o homem e a natureza?

Fonte: https://www.flickr.com/photos/ana_cotta/3483310931/

A articulação entre sociedade e natureza mostra-se tão estreita que não sabemos onde começa um dos seus elementos e onde termina o outro. O conceito de meio ambiente é produto dessa relação.

Entretanto, sabemos que a definição e a delimitação de um conceito são feitas para nos ajudar a analisar uma parcela do real e que, portanto, ele não existe de fato, sendo apenas um produto intelectual. Dessa forma, um conceito, por vezes, transcende os limites de outro(s) conceito(s) e com ele(s) interage. Isso significa que os conceitos não dão conta de toda a realidade; eles são apenas construções intelectuais que

delimitam essa realidade para que possamos compreendê-la segundo a visão de cada ciência. Em nosso estudo, nos ateremos à visão geográfica sobre a natureza.

Durante muito tempo – e ainda hoje é assim –, a Geografia foi considerada por muitos como a ciência que estuda a relação sociedade-natureza, como se pudéssemos separar claramente esses dois termos e como se a natureza fosse “[...] algo externo ao homem, mas completa e objetivamente acessível ao seu conhecimento” (GOMES, 1997, p. 26).

Esse tipo de pensamento ignora o fato de que a concepção que temos a respeito da natureza (e de tudo o mais) depende de um conjunto de fatores sociais, tais como a cultura, o contexto histórico, o pensamento científico do momento, entre outros. Portanto, não podemos nos esquecer de que uma determinada conceituação é fruto de um momento, mas que, ainda assim, um conceito carrega consigo elementos-chave que, em geral, permanecem ao longo do tempo.

A natureza

Sabemos que meio ambiente é um conceito derivado de *natureza*. A primeira inspiração da filosofia da Antiguidade em relação à ideia de meio ambiente partiu da observação da multiplicidade do fato natural. Portanto, a matriz da ciência ocidental tem origem na visão social da natureza.

No entanto, devemos fazer um esforço para refletir sobre a natureza primeira, aquela que existe independentemente do nosso pensamento. De acordo com Merleau-Ponty,

[...] existe natureza por toda parte onde há uma vida que tem um sentido, mas onde, porém, não existe pensamento; [...] é natureza o que tem um sentido, sem que este sentido tenha sido estabelecido pelo pensamento. É a autoprodução de um sentido [...] (2000, p. 4).

O autor diferencia natureza de meio ambiente. Segundo ele, a natureza, em si, pode ser independente do pensamento social, mesmo porque ela existe a despeito da humanidade.

Entretanto, a concepção que elaboramos a seu respeito está atrelada, como já foi dito, à nossa cultura, ao contexto histórico e científico e a todas as demais instâncias da sociedade, fazendo com que ela seja, também, um produto social.

Além disso, alguns autores contemporâneos insistem cada vez mais na quase inexistência de uma “natureza pura”, isto é, uma natureza intocada pela sociedade. É mais prudente falar em uma *socionatureza*, visto que a sociedade está cada vez mais atrelada à natureza (SWYNGEDOUW, 2001).

Quando a Geografia se institucionalizou, isto é, quando se tornou uma disciplina acadêmica, ela se inseriu no contexto científico da época, que buscava uma ordem geral para os fenômenos naturais e sociais. Ao longo da história do pensamento geográfico, o meio ambiente esteve limitado a uma concepção estritamente naturalista, resultando, muitas vezes, em análises *deterministas*. Isso significa que se procurava na natureza a explicação para o desenvolvimento diferenciado da humanidade.



A abordagem determinista

Conforme já foi dito em outra aula, o determinismo é o

Princípio segundo o qual todo fato tem uma causa e, nas mesmas condições, as mesmas causas produzem os mesmos fatos, o que implica a existência de leis específicas que regem fatos e causas. (DICIONÁRIO INFORMAL, 2016).

O meio ambiente

O determinismo ambiental foi amplamente utilizado como hipótese para a explicação dos fenômenos naturais e sociais, sobretudo no século XIX, e, entre outras coisas, pregava que muitos dos comportamentos humanos podiam ser explicados pelas condições ambientais. Por exemplo: as pessoas que vivem em áreas tropicais tendem a ser preguiçosas e, por isso, a trabalhar menos, devido ao calor e à fartura de recursos

naturais. É possível afirmar que o termo *meio ambiente* – ou termos similares – raramente aparece nos textos da Geografia Clássica (1870-1950), ficando praticamente restrito aos de Albert Demangeon. Esse autor diferenciou *meio geográfico* de *meio físico*, por considerar aquele mais completo que este, visto que englobaria não só as influências naturais no meio, como também as humanas.

Assim, ele afirmou que o meio geográfico é influenciado pela ação humana ao mesmo tempo em que condiciona a vida das pessoas. É importante ressaltar que o referido autor considerava *meio ambiente* e *meio geográfico* como sinônimos: o primeiro dentro de um contexto geral e o segundo no âmbito da disciplina geográfica (TISSIER, 1992).

Somente entre as décadas de 1970 e 1980 os geógrafos perceberam a necessidade de uma releitura do conceito de meio ambiente, analisando-o por meio de uma abordagem sistêmica, ou seja, considerando não só seus elementos físicos, biológicos e químicos, mas também os sociais. Tissier (1992), ao abordar o pensamento de Jean Tricart e Georges Bertrand, nos mostra que esses pensadores ligados à Geografia Física afirmavam que “o espaço onde se dão as ações e as lutas não é somente o espaço social, mas o terreno/território com suas rugosidades topográficas, suas coberturas vegetais, as consequências da dinâmica climática etc. [...]” (TISSIER, 1992, p. 213).

Assim, a Geografia passa a tratar a questão ambiental de forma mais ampla, incluindo não só a naturalidade dos fenômenos, mas também as suas múltiplas interações com a sociedade.

A necessidade de mudança mostrou-se ainda mais necessária nas últimas décadas, quando a preocupação com o meio ambiente apresentou-se de forma mais evidente e complexa, ganhando novos elementos de análise e suscitando uma reavaliação quanto “[...] ao papel da ciência e da técnica na produção de conceitos, no uso e gestão do ambiente e na incontornável dimensão política do problema [...]” (BECKER; GOMES, 1993, p. 149).

A questão ambiental

A preocupação com a natureza é relativamente recente. Com a revolução industrial (ocorrida na segunda metade do século XVIII) e o prosseguimento do desenvolvimento e da expansão da indústria, a natureza passou a ser vista como recurso econômico e, por isso, passou a ser intensamente explorada, como se fosse uma fonte inesgotável de matéria-prima.

No final do século XIX, as primeiras preocupações com essa relação predatória do homem moderno com a natureza passam a ser verificadas. Em 1872, tem-se a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. O modelo desse parque era de preservação total, não permitindo moradores ou uso do local. Contudo, não foram muitas as iniciativas espelhadas em Yellowstone.



Scott Catron

Figura 9.2: Grand Canyon de Yellowstone.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_de_Yellowstone#/media/File:YellowstonefallJUN05.JPG



Parque Nacional de Yellowstone

Você sabia que esse parque nacional é o mais antigo do mundo?

Ele está localizado nos Estados Unidos e foi criado em 1º de março de 1872. Possui 8.980 km² de extensão e atrai muitos turistas em virtude de sua fauna e flora exuberantes, bem como por suas características geográficas e geológicas. Nele, é possível encontrar gêiseres, fontes termais e cascatas que mergulham em cânions. Veja algumas dessas maravilhas naturais assistindo ao vídeo da Around The World 4K, no endereço a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=s8KQAhwF5tE>

Lembra-se do vídeo que pedi para você assistir no início desta aula? Pois bem, o que você viu nele?

Paisagens exuberantes e com diversas características, animais terrestres e aquáticos, grandes, médios e pequenos, florestas, oceanos... enfim, uma parte da natureza. E o que você não viu?

O ser humano e suas obras, certo? Então, podemos perceber, no vídeo introdutório, que as maravilhas naturais do planeta independem de nós e por isso, quando falamos em preservação da natureza, estamos agindo em prol de nossa própria sobrevivência, e não da sobrevivência da natureza, afinal, se a maltratarmos muito, nós poderemos deixar este mundo, mas ela, muito provavelmente, sobreviverá.

Durante o século XX, importantes reuniões foram realizadas por representantes de diversos países para tratar dos problemas ambientais. No entanto, a percepção que se tem é de que o mundo só notou a real dimensão do problema após a Conferência da ONU realizada em Estocolmo no ano de 1972, onde se discutiu o modelo predatório do desenvolvimento capitalista e a necessidade de preservação dos ecossistemas mundiais. O tema dessa conferência foi “O homem e seu meio: bases para uma vida melhor”. Nela se definiram sugestões de políticas a serem adotadas em conjunto com os instrumentos econômicos para garantir a preservação do meio ambiente, tendo se utilizado o termo *ecodesenvolvimento*.

Foi em 1987 que o tema, efetivamente, ganhou força e um novo termo passou a ser largamente utilizado: *sustentabilidade*. Nesse ano, houve a divulgação do Relatório Brundtland, organizado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chamado *Nosso futuro comum*, que destacava a necessidade de pensarmos em meios de trilharmos um *desenvolvimento sustentável*.

Segundo o Relatório Brundtland,

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (DESENVOLVIMENTO..., 2012, p. 34).

A própria palavra *desenvolvimento* ganhou mais densidade, transcendendo a dimensão econômica e alcançando, também, as dimensões social e ambiental. Assim, falar em desenvolvimento pressupõe a ação eficiente das esferas política e social em prol de uma economia que gere um padrão de vida adequado, proporcionando boa qualidade de vida às pessoas, sem comprometer a dinâmica equilibrada da natureza.

Em 1992 aconteceu a maior conferência ambiental já realizada: a Eco 92, no Rio de Janeiro. Com representantes de 178 países, o encontro se deu em um contexto de fim da Guerra Fria e do início da formalização da União Europeia com a assinatura do Tratado de Maastrich. Buscava-se avançar com relação aos objetivos traçados em 1987, debatendo-se, principalmente, a necessidade de controle das emissões de CO₂, formas de se proteger a biodiversidade, bem como a compensação financeira e de outras ordens a países pobres pelo uso de seus recursos naturais. A Eco 92 levou à elaboração do Protocolo de Kioto, em 1997, acordo internacional de diminuição de emissão de gases de efeito estufa. Em 2012 tivemos, no Rio de Janeiro, a Rio+20, em que se tentou definir medidas efetivas para a promoção do desenvolvimento sustentável nas próximas décadas.



Tratado de Maastrich: “O tratado sobre a União Europeia (TUE)”

Assinado em Maastricht em 7 de fevereiro de 1992, o tratado entrou em vigor em 1 de novembro de 1993. Teve como objetivos reforçar a legitimidade democrática das instituições; melhorar a eficácia delas; instaurar uma união econômica e monetária; desenvolver a vertente social da comunidade e instituir uma política externa e de segurança comum. (EUR-LEX, 2016). Você poderá ler o documento na íntegra, acessando o *link* a seguir: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Axy0026>.

Portanto, foi a partir da divulgação do Relatório Brundtland que muitas pessoas no mundo inteiro passaram a considerar o fato de que a natureza possui limitações e, por isso, se utilizarmos os recursos naturais indiscriminadamente, poderá haver grande prejuízo para a própria humanidade. Desse pensamento, parte a necessidade de se preservarem os ecossistemas, afinal uma das formas de se promover o desenvolvimento sustentável é por meio da criação de unidades de conservação, com a definição dos possíveis usos para cada uma delas.

As unidades de conservação

As paisagens naturais são heranças de processos fisiográficos e biológicos, além de patrimônio coletivo dos diversos povos (AB’SÁBER, 2003). Elas apresentam heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente, tanto devido às causas naturais quanto pela ação humana. Por isso, todos têm uma parcela de responsabilidade sobre as paisagens naturais e, nesse sentido, é preciso conhecer suas características e limitações de uso específicas.

Mais do que simples *espaços territoriais*, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis ou deveriam sentir-se. Desde os mais altos escalões do governo até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido de

utilização não predatória dessa herança riquíssima que é a paisagem terrestre. Para tanto, é preciso conhecer as características e limitações de uso específicas para cada tipo de espaço e de paisagem. Além disso,

Há que procurar obter indicações mais racionais para a preservação do equilíbrio fisiográfico e ecológico. E, acima de tudo, há que permanecer equidistante de um ecologismo utópico e de um economicismo suicida. Já se pode prever que entre os padrões para o reconhecimento do nível de desenvolvimento de um país devam figurar a capacidade do seu povo em termos de preservação de recursos, o nível de exigência e o respeito ao zoneamento de atividades, assim como a própria busca de modelos para uma valorização e renovação corretas dos recursos naturais (AB'SÁBER, 2003, p.10).

Para Jurandyr Ross (2001), os estudos ambientais aplicados ao planejamento visam atender as relações das sociedades humanas de um determinado território com o meio natural. Para o autor, a natureza é vista como recurso que serve como um suporte para a sobrevivência humana. Sendo assim, é pressuposto da pesquisa ambiental ter como objeto de análise as sociedades humanas com seus modos de produção, consumo, padrões socioculturais e o modo como se apropriam e tratam os recursos naturais.

A fim de seguirmos os preceitos do desenvolvimento sustentável, é necessário conhecermos as características e limitações de cada ecossistema para que possamos conviver com ele da forma menos agressiva possível, isto é, preservando-o. O conjunto de normas brasileiras que legisla sobre as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, informando sobre os possíveis usos em cada uma delas, é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, criado a partir da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.



Figura 9.3: Placa no centro do município de Bocaina de Minas.

O SNUC tem como estratégia, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, possibilitar a geração de renda por parte das UCs e, por conseguinte, de vagas de emprego, desenvolvimento e uma melhoria significativa da qualidade de vida das populações diretamente envolvidas, assim como do Brasil como um todo.

De acordo com o SNUC, as UCs se dividem em dois grupos:

- **Unidades de Proteção Integral**

Seu objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei 9.885. Este grupo divide-se em:

I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; e V - Refúgio de Vida Silvestre.



Figura 9.4: Mapa da localização do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (A) e foto de suas formações rochosas (B), com o Dedo de Deus ao fundo.

Fonte: (A) https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_da_Serra_dos_%C3%93rg%C3%A3os

(B) https://pt.wikipedia.org/wiki/Parque_Nacional_da_Serra_dos_%C3%93rg%C3%A3os#/media/File:Amanhecer_no_Hercules_--.jpg

- **Unidades de Uso Sustentável**

Seu objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Este grupo se divide em:

I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.



Figura 9.5: Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre.

Fonte: (A) https://pt.wikipedia.org/wiki/Reserva_Extrativista_Chico_Mendes

(B) <https://www.flickr.com/photos/brownreddish/9616582554/in/photolist-fDMuXu-fDMqdY-fDMzxJ-fDMjwL-fDMRzd-fDv8ST-bZapcy-fDMCMU-deq5X-8P6nkS-8P6nDj-8P6oFG-dpyAK-nkgyja-nidGDJ-nixhTG-niv7P8-hnfvB-nidGGu-niv9qp-dbwSt>



Para mais detalhes sobre cada categoria das UCs, consulte o *site* do Ministério do Meio Ambiente no seguinte endereço:

http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protegidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf.

Um exemplo de como o turismo pode agir em prol do desenvolvimento sustentável é por meio do turismo pedagógico. Trata-se de uma atividade trabalhada dentro e fora da escola, planejada sobre um tema curricular por professores de uma ou mais disciplinas que abordam o conteúdo na sala de aula e organizam uma aula-passeio em que os estudantes poderão ver na realidade o que viram em sala de aula. Essas aulas-passeio podem ser feitas, por exemplo, em parques, áreas de cultivo de alimentos ou na própria cidade onde possam ver problemas ambientais tais como: poluição de cursos d'água, lixões, tratamento inadequado das árvores em lugares públicos etc.

Essas atividades podem ter grande impacto sobre os estudantes, fazendo-os compreender melhor o conteúdo escolar, ativar sua curiosidade e despertar a atenção aos problemas ambientais do lugar onde vivem.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Falar sobre natureza e sua relação com as sociedades é demasiado complexo, porém necessário. A partir do momento em que a humanidade deixou de ver a natureza como algo sagrado e transformou-a em recurso econômico, iniciou-se uma degradação ambiental sem precedentes. Isso ocorreu no período das grandes navegações, mas com maior intensidade após a Revolução Industrial. A humanidade só foi atentar para o grande problema que estava causando a ela mesma na segunda metade do século XIX, quando tem início a criação de unidades de conservação. A primeira que se costuma apontar é o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos. A partir daí inúmeros parques e outros tipos de áreas naturais protegidas foram criadas em diversos países, inclusive no Brasil. Com base nessas informações e no que foi tratado na aula, explique a ideia de desenvolvimento sustentável relacionando-a com o conceito de natureza.

Resposta comentada

Falar em natureza e meio ambiente hoje nos leva a pensar nas possibilidades de convivência equilibrada entre sociedade e natureza. Na verdade, pensar em preservação da natureza é pensar na nossa própria sobrevivência, na nossa qualidade de vida.

A partir da segunda metade do século XIX teve início a prática de delimitação de áreas naturais a fim de protegê-las da exploração humana e, assim, mantê-las vivas e conservadas para o bom equilíbrio ambiental e para as gerações futuras. No entanto, a ideia de se compatibilizar crescimento econômico com preservação da natureza aconteceu somente na segunda metade do século XX, com as reuniões da Unesco e com a divulgação do Relatório Brundtland (*Nosso futuro comum*), de onde partiu o conceito de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável pode ser definido, portanto, como a maneira como as gerações atuais satisfazem as suas necessidades sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades, buscando, assim, o maior equilíbrio possível entre desenvolvimento humano e preservação da natureza.

O turismo nas Unidades de Conservação

O turismo, inserido no contexto de mudança de pensamento acerca da natureza e de sua relação com as sociedades, também passou a adotar uma prática mais sustentável, no sentido de valorizar os destinos que apresentassem essa preocupação.

Inúmeras agências de viagens, em diferentes lugares do mundo, vendem seus pacotes enfatizando os destinos considerados mais sustentáveis. Estabelecimentos de hospedagem, gastronomia, lazer, cultura, entre outros, também procuram enfatizar sua atuação de acordo com parâmetros que considerem mais respeitosos à natureza e às pessoas envolvidas. Conforme afirmam Fontoura e Silveira (2008, p. 2):

[...] o turismo precisa acompanhar as mudanças, integrando lazer, recreação e conservação ambiental. Se o turismo não se conformar a essa perspectiva ecologista, corre o risco de perder crescente parcela de demanda devido às exigências de turistas e investidores no que toca à preservação ambiental e valorização da cultura local. É neste contexto que ganha notoriedade o ecoturismo. O ecoturismo surgiu como uma nova ferramenta de conservação ambiental e de busca do desenvolvimento sustentável, contrapondo-se assim ao turismo de massa do tipo industrial.

Nesse sentido, um público que busca realizar suas viagens de forma mais ambientalmente e socialmente responsável, vem crescendo a cada dia em diversos países. E o mercado busca esse público tentando se adaptar a essa nova visão acerca das relações entre sociedade e natureza.

Com base nisso, o Ministério do Turismo do Brasil vem realizando estudos sobre o ecoturismo e publicou um caderno de orientações básicas que pode ser acessado via internet.



Ecoturismo: orientações básicas

Você poderá consultar o caderno de orientações básicas sobre ecoturismo acessando o seguinte *link*:

http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf.

Nele é possível saber qual o conceito de ecoturismo adotado pelo governo brasileiro, assim como o perfil do ecoturista, as principais atividades praticadas no segmento, a viabilidade das localidades para desenvolver esse tipo de turismo, entre outras orientações. O caderno apresenta a seguinte definição de ecoturismo:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (BRASIL, 2010, p. 17).

De acordo com o *site O Eco*, o ecoturismo

[...] surgiu como movimento ambiental global no final de 1970, uma resposta às preocupações com o desenvolvimento econômico, à degradação do meio ambiente e às questões sociais provocadas pelo turismo em massa. No Brasil, o conceito foi introduzido pelo EMBRATUR que iniciou em 1985 o Projeto Turismo Ecológico. Dele surgiu, dois anos depois, a Comissão Técnica Nacional, a primeira iniciativa com intenção de regular o segmento. Na mesma década também surgiram os primeiros cursos para guias especializados. Com a Rio 92, este tipo de turismo ganhou visibilidade e impulsionou o mercado brasileiro. Em 1994, com a publicação das *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, o turismo ecológico passou a ser conceituado e denominado como Ecoturismo (O ECO, 2016).

O turismo é permitido em diversas unidades de conservação, conforme vimos anteriormente. Dentre elas, os parques municipais, estaduais e federais são, em geral, as mais procuradas pelos visitantes, por conterem, em sua estrutura, centros de visitantes com informações sobre a história, a fauna e a flora locais, diversos tipos de trilhas para pessoas de diferentes faixas etárias, cachoeiras, e alguns contam até mesmo com lugares para se hospedar e comer.

O Brasil conta atualmente com 73 parques nacionais (Parnas) distribuídos nas cinco grandes regiões. O estado do Rio de Janeiro conta com o mais antigo deles: o Parque Nacional de Itatiaia, criado em 1937. Eis a lista dos parques nacionais por região.

Quadro 9.1: Parques nacionais por região

- **Centro-Oeste**

- Parque Nacional de Brasília - DF
- Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO
- Parque Nacional da Chapada dos Guimarães - MT
- Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense - MS/MT
- Parque Nacional das Emas - MS/GO
- Parque Nacional da Serra da Bodoquena - MS

- **Sudeste**

- Parque Nacional da Serra do Cipó - MG
- Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - MG
- Parque Nacional da Serra da Canastra - MG
- Parque Nacional da Serra do Gandarela - MG
- Parque Nacional das Sempre-Vivas - MG
- Parque Nacional de Caparaó - ES/MG
- Parque Nacional da Tijuca - RJ
- Parque Nacional do Itatiaia - RJ
- Parque Nacional Serra dos Órgãos - RJ
- Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba - RJ
- Parque Nacional da Serra da Bocaina - RJ/SP

- **Sul**

- Parque Nacional de Aparados da Serra - RS
- Parque Nacional da Serra Geral - RS
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe - SC
- Parque Nacional da Serra do Itajaí - SC
- Parque Nacional das Araucárias - SC
- Parque Nacional de São Joaquim - SC
- Parque Nacional de Ilha Grande - MS/PR
- Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange - PR
- Parque Nacional do Superagui - SP/PR
- Parque Nacional do Iguaçu - PR
- Parque Nacional dos Campos Gerais - PR
- Parque Nacional Guaricana - PR
- Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais - PR

- **Norte**

- Parque Nacional de Anavilhanas - AM
- Parque Nacional da Amazônia - AM/PA
- Floresta Nacional do Tapajós - PA
- Parque Nacional da Serra do Divisor - RO
- Parque Nacional da Serra do Pardo - PA
- Parque Nacional de Pacaás Novos - RO
- Parque Nacional do Cabo Orange - AP
- Parque Nacional do Araguaia - TO
- Parque Nacional do Jamanxim - PA
- Parque Nacional do Jaú - AM/RR
- Parque Nacional do Juruena - AM/MT
- Parque Nacional do Monte Roraima - RR
- Parque Nacional do Pico da Neblina - AM
- Parque Nacional do Rio Novo - PA
- Parque Nacional do Viruá - RR
- Parque Nacional dos Campos Amazônicos - RO/MT/AM
- Parque Nacional Mapinguari - AM/RO
- Parque Nacional do Tumucumaque - AP
- Parque Nacional Nascentes do Lago Jari - AM
- Parque Nacional Serra da Cutia - RO
- Parque Nacional Serra da Mocidade - AM/RR
- Parque Nacional do Acari - AM

- **Nordeste**

- Parque Nacional da Fuma Feia - PB
- Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba - MA/PI/BA
- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses - MA
- Parque Nacional Marinho dos Abrolhos - BA
- Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha - PE
- Parque Nacional da Chapada Diamantina - Sede: Palmeiras - BA
- Parque Nacional da Serra da Capivara - Sede: São Raimundo Nonato - PI
- Parque Nacional da Chapada das Mesas - PI
- Parque Nacional da Serra das Confusões - PI
- Parque Nacional da Serra das Lontras - BA
- Parque Nacional de Boa Nova - BA
- Parque Nacional de Jericoacoara - CE
- Parque Nacional das Sete Cidades - PI
- Parque Nacional de Ubajara - CE
- Parque Nacional do Alto Cariri - BA
- Parque Nacional do Catimbau - PE
- Parque Nacional do Descobrimento - BA
- Parque Nacional do Pau Brasil - BA
- Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal - BA
- Parque Nacional Grande Sertão Veredas - BA/MG
- Parque Nacional Serra de Itabaiana - SE

Fonte: ICMBio (2016)

Veja, a seguir, a localização deles no mapa da Federação.



Figura 9.6: Unidades de conservação.
Fonte: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/unidades-de-conservacao.html>

Para visualizar melhor o mapa da **Figura 9.6**, acesse o endereço <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/unidades-de-conservacao.html>

O Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICM-Bio) é um órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente que fiscaliza e desenvolve atividades nos parques nacionais. Com o intuito de preservá-los, conservá-los e de promover um maior conhecimento do patrimônio natural brasileiro, o ICMBio vem trabalhando para diversificar

as atividades de ecoturismo e recreação oferecidas nos parques nacionais e em outras unidades de conservação.

Entre as ações em andamento estão melhorias e abertura de novas trilhas, reforma ou construção de centros de visitantes, áreas de *camping* e outras estruturas de apoio, instalação de sinalização e promoção de atividades como mergulho, canoagem, caminhadas, *rafting*, entre outras (ICMBIO, 2018).

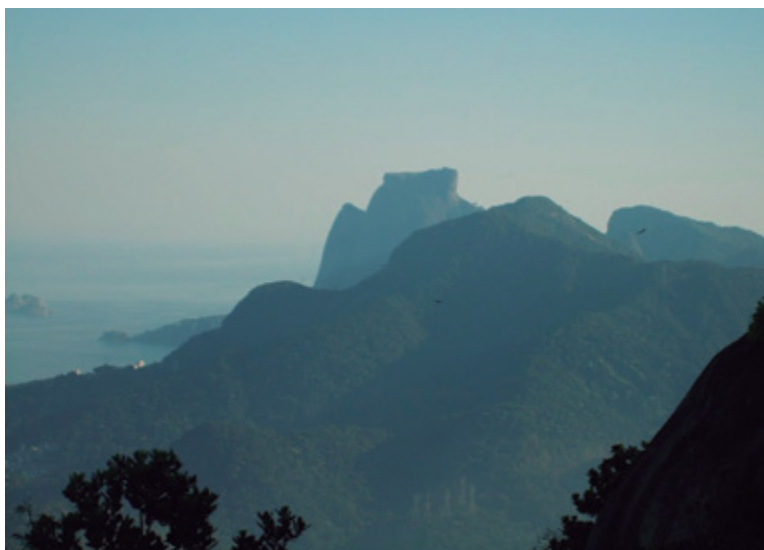
No entanto, nem todos os parques nacionais estão abertos à visitação. Em 2013, o ICMBio divulgou que apenas 26 contavam com visitação turística adequada, o que revela um grande problema, inclusive legal, pois os parques nacionais têm como uma das suas principais funções possibilitar a visitação para que a população conheça o patrimônio que a ela pertence e ajude a protegê-lo. No entanto, conflitos de ordem social, cultural e política dificultam a gestão de muitos desses parques.

Que tal vermos o *ranking* dos parques mais visitados do Brasil em 2011, segundo a ICMBio?

Tabela 9.1: Ranking dos parques mais visitados em 2016.

1	Tijuca	2.720.517
2	Iguaçu	1.560.792
3	Jericoacoara	780.000
4	Fernando de Noronha	389.744
5	Brasília	265.518
6	Serra dos Órgãos	162.868
7	Chapada dos Guimarães	158.365
8	Itatiaia	127.494
9	Aparados da Serra	111.778
10	São Joaquim	108.148

Fonte: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/dados_de_visitacao_2012_2016.pdf



Marcela do Nascimento Padilha

Figura 9.7: Parque Nacional da Tijuca visto do Cristo Redentor.

O turismo tem, portanto, um papel extremamente importante no desenvolvimento sustentável, pelo fato de, entre outras coisas, poder atuar dentro de alguns tipos de áreas protegidas para fazer as pessoas conhecerem os diversos aspectos da natureza, os elementos que compõem a paisagem e a necessidade que temos de preservá-la. O conhecimento pode, assim, construir a consciência sobre a necessidade de usar sem destruir.

Atividade 2

Atende aos objetivos 3 e 4

Relacione o conceito de desenvolvimento sustentável à criação e gestão de parques nacionais no Brasil.

Resposta comentada

O desenvolvimento sustentável, que podemos definir como as diferentes formas de atuação da sociedade no sentido de crescer econômica e socialmente mantendo um equilíbrio saudável com a natureza de forma a impactá-la o mínimo possível, é o contexto em que se dá a criação e gestão de grande parte das nossas unidades de conservação. Os primeiros parques brasileiros foram criados antes da definição e da veiculação

do termo *desenvolvimento sustentável*, sob a ideia de se preservarem certos ecossistemas do crescimento econômico desenfreado. No entanto, o principal conjunto de leis criadas para orientar e fiscalizar o uso dessas unidades – SNUC – passou a vigorar somente no ano 2000, quando o desenvolvimento sustentável já havia se popularizado. Nesse sentido, o Brasil possui diversas unidades de conservação distribuídas pelas cinco grandes regiões, cada uma delas com usos considerados apropriados para o seu bioma, mantendo-o vivo para a geração presente e para as futuras.

Atividade final

Atende aos objetivos 3 e 4

A partir das definições de desenvolvimento sustentável, unidades de conservação e ecoturismo, apresente uma área natural protegida que você já tenha visitado ou que gostaria de visitar, informando a sua localização, ano de criação, grupo a que pertence segundo o SNUC e a sua avaliação a respeito do que ela oferece aos visitantes.

Resposta comentada

Comentarei a respeito do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que foi o segundo parque nacional criado no Brasil (1939). Ele possui sede em três municípios da região serrana fluminense: Guapimirim, Petrópolis e Teresópolis. Por se tratar de um Parque Nacional, o Parnaso se enquadra no grupo Unidades de Proteção Integral, segundo o SNUC, e permite ser usado pelo turismo. Conta com inúmeras trilhas de diferentes graus de dificuldade, cachoeiras e piscina natural (na sede de Teresópolis), centros de visitantes e um *site* com importantes informações sobre o parque, inclusive com venda de ingressos. É o quarto parque mais visitado do Brasil. Para incentivar a visita por parte dos moradores locais, o Parnaso conta com um significativo desconto no ingresso: 75%, exceto em feriados e parte do período de férias. Possui boa manutenção de suas trilhas, atividades de educação ambiental, guias e abrigos para acampamento.



Marcela do Nascimento Padilha

Figura 9.8: Amanhecer na Pedra do Sino (Parnaso), o ponto mais alto da Serra dos Órgãos.

Resumo

Falar de Turismo e meio ambiente é o mesmo que falar de natureza e sociedade. Sendo o turismo uma atividade social, ele precisa estar de acordo com os parâmetros da sociedade e do espaço onde atua. Muitos países, após a década de 1980, passaram a adotar medidas em prol do desenvolvimento sustentável. Uma delas é a criação e gestão adequada de unidades de conservação.

As unidades de conservação são, atualmente, um dos principais espaços de visitação turística no mundo. Nelas é possível conhecer riquíssimos patrimônios naturais e, assim, dar-lhes mais valor, o que nos leva a preservá-los. Para isso é preciso, também, que a unidade de conservação tenha boa manutenção, a fim de que o turista possa se sentir seguro e bem acolhido, o que gera vontade de voltar e, em alguns casos, de atuar em defesa da unidade.

A manutenção de uma unidade de conservação requer recursos financeiros, bem como o trabalho sério de profissionais qualificados. Deve-se a isso também a importância do turismo que gera renda para que UC tenha os seus custos, ou pelo menos parte deles, sanados.

No entanto, existem UCs que não podem receber turistas: as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas, ambas incluídas no grupo de Unidades de Proteção Integral. Elas são usadas apenas para a preservação da fauna e da flora e para pesquisas científicas.

A cada dia cresce o número de turistas que escolhem seus lugares de visitação e hospedagem de acordo com a ideia de sustentabilidade. Não à toa, o ecoturismo é o segmento turístico que mais cresce no mundo. Segundo a OMT, enquanto o turismo convencional cresce a uma taxa de 7,5% ao ano, o ecoturismo cresce entre 15 e 25%. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), 10% dos turistas em todo o mundo buscam o turismo ecológico.

Referências

AB'SÁBER, Aziz N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BECKER, Bertha ; GOMES, Paulo C. da Costa. Meio ambiente: matriz do pensamento geográfico. In: VIEIRA, Paulo Freire; MÁIMON, Dália. As ciências sociais e a questão ambiental: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro/Belém: APED/UFPA, 1993. p. 143-174.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

DESENVOLVIMENTO sustentável: onde tudo começou. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201202%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2012_internet.pdf>. Acesso em: 9 maio 2018.

DETERMINISMO. In: DICIONÁRIO Informal. 2018. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/determinismo/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

O QUE é Ecoturismo? O Eco, Rio de Janeiro, 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28936-o-que-e-ecoturismo>>. Acesso em: 10 maio 2018.

EUR-LEX. Tratado de Maastricht sobre a União Europeia. 2010. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Axy0026>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FONTOURA, Leandro Martins; SILVEIRA, Marco Aurélio Tarlombani da. Turismo em unidades de conservação e planejamento territorial: um foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 5. 2008, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: UCS, 2008. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/tplVseminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt12-09.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Ina Elias de. et alli. Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 13-42.

ICMBIO. Visitação. 2018. Disponível em: <>. Acesso em: 11 maio 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A natureza. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

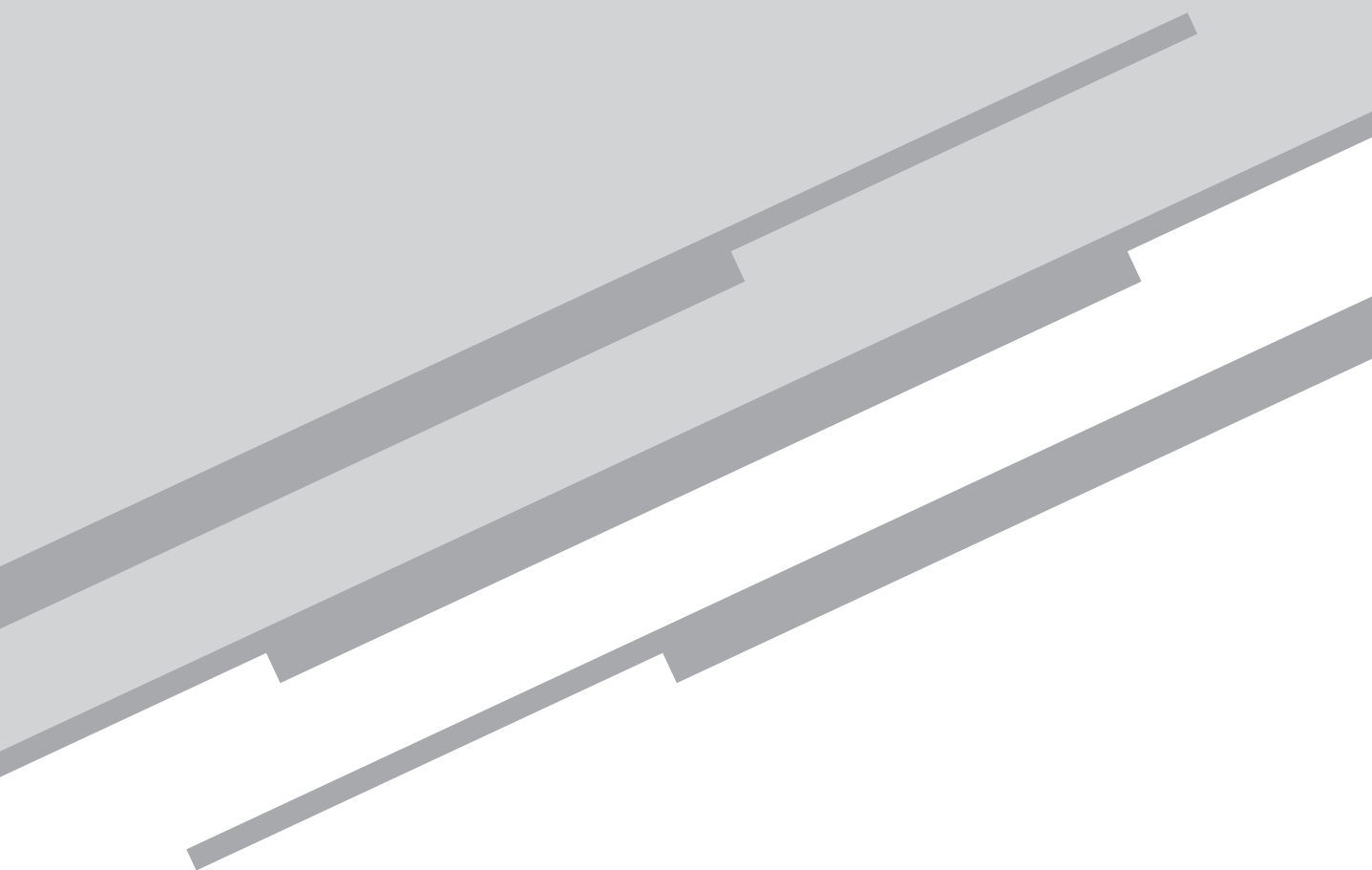
ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Análises e sínteses na abordagem geográfica da pesquisa para o planejamento ambiental. 2001.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e 'urbanização-cyborg'. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 57-82.

TISSIER, Jean-Louis. La géographie dans le prisme de l'environnement (1970-1990). In: ROBIC, Marie-Claire (Dir.). Du milieu à l'environnement: pratiques e représentation du rapport homme/nature depuis la Renaissance. Paris: Economica, 1992. p. 201-243.

Aula 10

Turismo e patrimônio histórico: conceitos e mudanças ao longo da história



Marcela do Nascimento Padilha

Metas

Apresentar aos alunos os possíveis motivos da grande valorização dos objetos passados (monumentos e patrimônios históricos) e mostrar como são explorados pelo turismo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar os conceitos de monumento e patrimônio histórico;
2. analisar o processo de mudança na valorização do patrimônio histórico ao longo da história;
3. analisar a apropriação do patrimônio histórico pelo turismo.

Introdução

Você gosta de conhecer edifícios antigos, tais como uma igreja barroca do século XVIII, um forte do século XVII, ou mesmo uma casa onde viveu uma personalidade importante da nossa história, como Jorge Amado ou Dom Pedro II? Se a sua resposta foi positiva, então você faz parte de um imenso grupo de pessoas que vem promovendo um verdadeiro culto ao patrimônio histórico.

Vale ressaltar que a proteção do patrimônio envolve não apenas edifícios antigos, de reconhecido valor histórico e cultural, mas também monumentos novos, jardins, florestas, entre outras paisagens.

Mas o que vem a ser patrimônio histórico? Como teve início a valorização de bens antigos? Quando e como outros tipos de bens passaram a ser preservados? Qual a diferença entre preservação e conservação? Nesta aula abordaremos todos esses assuntos! Vamos começar?

O patrimônio histórico

Há, em nossa sociedade, uma percepção bastante comum de que o mundo está mudando em alta velocidade e com grande interação de culturas. Por isso, é atribuído grande valor aos testemunhos da história, que carregam consigo diversas identidades, como se nos impedissem de acabar perdidos em nossa própria história ou sem saber de onde viemos.

Os objetos do passado são como provas vivas de outros tempos, de outras sociedades e culturas. Eles nos permitem certa comunicação, uma espécie de diálogo com momentos diferentes daquele que estamos vivendo. Dessa forma, tais objetos podem ser considerados elos entre os diferentes períodos da história e o presente. Assim, a ideia de preservar o patrimônio histórico é uma tentativa de não deixar morrer a nossa história coletiva e de fazer com que ela seja conhecida pelas gerações futuras.



A cidade e o patrimônio

Você já parou para pensar nos patrimônios de sua cidade e em como eles refletem a cultura, podendo estar relacionados ao desenvolvimento da sua região? Para se aprofundar um pouco mais nessa reflexão, sugerimos que você assista ao programa “A cidade e o patrimônio”, disponibilizado pela *Multirio*.

Ele apresenta a importância de se preservar o patrimônio material e imaterial das cidades. Mostra a transformação do bem histórico e cultural e seu papel no desenvolvimento e na coesão social. Para assistir, acesse o seguinte endereço: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/7675-a-cidade-e-o-patrim%C3%B4nio>.

Robert Hewison (1987) afirma que, na contemporaneidade, sobretudo a partir da década de 1970, a atitude de preservar o passado é, antes de tudo, uma preocupação com a identidade e suas raízes, ameaçadas pelas modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, entre outros fatores.

Nas sociedades modernas, a forma mais usual de lidar com a história coletiva é por meio de espaços públicos da memória, tais como museus, memoriais e monumentos. Ao longo do tempo, eles ganharam sentido de **patrimônio** histórico, configurado por um conjunto de monumentos que representam uma história que se deseja preservar (HUYSEN, 2002).

Patrimônio

Conjunto de bens familiares ou herança familiar; “bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s)” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2151).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, o patrimônio está dividido em dois tipos: Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural. O primeiro designa um monumento, conjunto de edifícios ou sítio de valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico e antropológico (IPHAN, 2018b).

Já o patrimônio natural envolve a preservação da natureza, tendo em vista o respeito que os seres humanos precisam ter para com os demais seres vivos que convivem conosco, além do fato de que precisamos subsistir e, para isso, necessitamos de manter a natureza viva. Para o Iphan,

Duas posturas justificam as ações de preservação do patrimônio natural. A primeira, de cunho ético, fundamenta-se em um imprescindível valor humano, o respeito e a solidariedade que o homem, única criatura capaz de conhecer e compreender os fenômenos materiais e imateriais do universo, deve a todos os seres que o rodeiam, sobretudo às diferentes formas de vida com as quais compartilha o espaço e o tempo. A segunda, de cunho pragmático, origina-se do interesse e dependência do homem pelos recursos da natureza sem os quais não pode subsistir. A preservação dos recursos naturais assegura ao homem a possível fruição desses bens, mesmo que ainda não conheça suas possíveis formas de utilização (IPHAN, 2018a).

Já que nossa aula anterior teve como tema o meio ambiente e sua utilização pelo turismo por meio das unidades de conservação (portanto, áreas naturais protegidas), nesta aula, trataremos do patrimônio cultural, que envolve bens materiais e imateriais.



Caso você tenha interesse em saber mais sobre o patrimônio natural, recomendo o material produzido pelo Iphan intitulado “O patrimônio natural no Brasil”, disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf.

No que tange ao patrimônio histórico edificado, a análise de seus bens apresenta-se como uma tarefa importante para a sociedade atual, visto que seu culto já alcançou uma dimensão mundial. O turismo direcionado aos edifícios históricos pode ser percebido em cidades do mundo inteiro. Em algumas delas, a visitação ocorre de forma tão intensa, que acaba por degradar o patrimônio, em um claro conflito de proteção *versus* degradação, que é o caso de algumas cidades italianas, como Veneza e Florença, intensamente visitadas.



O patrimônio histórico e a dificuldade de conservação

Antes de prosseguir na leitura, que tal assistir a dois vídeos produzidos pela TV Senado sobre o tema patrimônio histórico e conservação?

Os vídeos nos mostram que o patrimônio histórico envolve bens de naturezas variadas e que o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) enfrenta dificuldades para conservar toda essa riqueza

Para saber mais, assista às seguintes reportagens:

“Patrimônio tombado é tema de série de reportagem da TV Senado”:

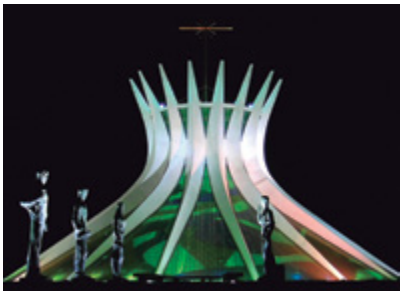
<https://www.senado.gov.br/noticias/TV/Video.asp?v=385927>

“O desafio para preservar o patrimônio histórico e artístico no Brasil”:

<https://www.senado.gov.br/noticias/TV/Video.asp?v=386026>

Dessa forma, hoje, além de se pensar no que se deve proteger e como conservar, deve-se refletir, com muito cuidado e de forma criteriosa, em como fazer isso em um contexto turístico e, se possível, mantendo-se a utilização do edifício. Mas afinal, qual a diferença entre preservar e conservar? Ainda temos outro termo ligado à proteção do patrimônio cultural: a restauração.

Vejamos, a seguir, as definições de preservação, conservação e restauração.

preservação	conservação	restauração
ato de, por algum motivo, eleger um bem material ou imaterial para proteger e definir as regras para isso	ação de manter o bem, prolongando sua vida útil	conjunto de técnicas utilizadas para recuperar o bem, de forma que fique o mais próximo possível do seu estado original
Imagem ex. preservação: 	Imagem ex. conservação: 	Imagem ex. restauração: 

A preservação, portanto, deve ser entendida, hoje em dia, pelo seu sentido geral e abrangente. Seria, então, toda ação que se destina a salvaguardar ou recuperar as condições físicas de um bem e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação sobre o porquê de ele ter sido preservado. É o “guarda-chuva” sob o qual se “abrigam” a conservação, a restauração e a conservação preventiva. À preservação cabe ainda a responsabilidade de determinar as escolhas mais adequadas de reformatação de suporte para a transferência da informação. Abrigadas pelo conceito maior de preservação, a conservação e a restauração são intervenções na estrutura dos materiais.

A conservação é um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil, possibilitando, dessa forma, o seu acesso pelas gerações futuras. Já a restauração é um conjunto de procedimentos que visa a recuperar o máximo possível o estado original de uma obra ou documento. Em ambos os casos, trata-se de intervenções de tratamento por peça única, individual, na unidade documental. Já que implica tratamento individual por peça, a conservação/restauração exige seleção e treinamento de pessoal, sendo de custo elevado e de extensa duração.

[...] Uma conservação preventiva abrange não só a melhoria das condições do meio ambiente nas áreas de guarda de acervo e nos meios de armazenagem, como também cuidados com o acondicionamento e o uso adequado dos acervos, visando a retardar a degradação dos materiais. É, pois, um tratamento de massa, feito em conjunto [...] (SILVA, 1998).

Antes de prosseguirmos com a discussão acerca do patrimônio cultural, vale a pena diferenciarmos monumento e patrimônio, pois trata-se de termos que dialogam, mas guardam diferenças importantes entre si.

A diferença entre monumento e patrimônio

Você já visitou ou tem vontade de visitar algum monumento histórico? Em caso afirmativo, pare e pense: por que você gostaria de visitá-lo? Essa reflexão é muito importante, pois você perceberá ao longo da aula como o conceito de monumento foi construído ao longo do tempo até chegar à nossa concepção atual e o motivo de essas edificações despertarem o nosso interesse em conhecê-los.



Monumentos e cultura

Antes de começarmos a abordar o tema, sugerimos que você assista ao programa “Monumentos e cultura”, disponibilizado pela Multirio. Ele aborda como os monumentos se relacionam com a cultura no âmbito local e mundial. Vale conferir!

Para assistir, acesse o seguinte endereço: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/11621-monumentos-e-cultura>.

O termo *monumento* tem origem no latim e significa advertir, lembrar. Tendo esse significado em mente, podemos chamar de monumento uma edificação que foi construída por uma determinada sociedade para que as gerações futuras pudessem apreciá-la e rememorar o tempo a que ela se refere. Assim, o monumento ajuda a manter viva uma identidade étnica, religiosa, nacional, tribal, familiar. Conforme Françoise Choay, “[...] Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos [...]” (CHOAY, 2001, p. 17).

Esse tipo de monumento foi chamado por Aloïs Riegl (1999) de *monumento intencionado*, que, por sua vez, se diferencia de *monumento histórico*. O primeiro foi concebido *a priori*, ou seja, foi erguido para

exercer a função de monumento, visto que já na sua criação foi dotado de grande valor e com o objetivo memorial. Já o monumento histórico é concebido *a posteriori*, o que significa que o objeto já existia e, mais tarde, foi visto como sendo de grande importância e considerado, portanto, um monumento.



Os monumentos cariocas

Você saberia dizer quantos monumentos cariocas existem? Conseguiria se lembrar de ao menos três deles?

No programa “Monumentos cariocas”, disponibilizado pela *Multirio*, são apresentados os monumentos da cidade do Rio de Janeiro determinados *a priori* e *a posteriori*, bem como os desafios da educação patrimonial e da preservação, segundo a superintendente Cristina Lodi, do Iphan.

Para assistir, acesse o seguinte endereço: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/1162-monumentos-cariocas>

Os monumentos intencionados são cultuados desde as civilizações mais antigas e esse culto é diferente do que fazemos atualmente, ligado à atribuição de valor histórico e/ou artístico. Riegl afirma que o valor histórico do monumento atingiu um alcance maior por ser mais fácil de ser definido do que o valor artístico, que é mais subjetivo. Dessa forma, Riegl, que foi um dos pioneiros da Europa a tratar os monumentos históricos de forma objetiva e sistemática, utiliza, sobretudo, o termo “monumento histórico”, por considerar que nele estão incluídos os monumentos artísticos dotados de valor histórico.

Na Antiguidade Clássica e na Idade Média havia apenas os monumentos intencionados, aqueles que eram construídos já com a função monumental. Sua conservação dependia de seus criadores e daqueles que os apreciavam. Já no Antigo Oriente, os monumentos estavam, em geral, ligados a um indivíduo ou a famílias. Os gregos e os romanos criaram os monumentos patrióticos, cuja conservação era do interesse

de um grande número de pessoas, por estarem relacionados a uma coletividade. Esse interesse proporcionou maior duração dos monumentos, ainda que fossem feitos com materiais mais simples que os monumentos não patrióticos.

Gradativamente, na Idade Média, começa a se valorizar o monumento não intencionado. Inicialmente, nessa época, a conservação dos monumentos ocorreu devido, principalmente, a um sobrevivente sentimento patriótico, sobretudo em Roma, onde o povo, em grande parte, nutria a fantasia em torno do antigo Império.

A partir do século XV, inicia-se, na Itália, um novo culto aos monumentos, atribuindo importância aos valores históricos e artísticos das obras antigas. Com isso, amplia-se o leque de obras que são consideradas dignas de conservação. A arte clássica passa a despertar grande interesse por parte de pessoas economicamente privilegiadas e/ou com formação intelectual, mas não somente ela. Diversos objetos, mesmo não sendo obras de arte, começam a ser colecionados pelo simples fato de serem da Antiguidade, o que mostra o interesse no valor histórico e antigo.

Como aponta Riegl,

[...] pela primeira vez vemos o homem reconhecer em obras e atos antigos, separados por mais de mil anos da sua própria época, os estados prévios da própria atividade artística, cultural e política. O interesse pelos monumentos intencionados, que costumava extinguir-se com o desaparecimento das gerações interessadas, ficava agora perpetuado por um tempo indefinido, pelo fato de que uma grande parcela da população considerava as antigas façanhas de gerações desaparecidas muito tempo atrás como parte de suas próprias façanhas, e as obras dos supostos antepassados como parte da própria atividade. Assim, o passado obteve um valor de contemporaneidade para a vida e a criação moderna [...] (RIEGL, 1999, p. 34-35, tradução nossa).

No Renascimento italiano surgem as primeiras medidas de proteção de monumentos não intencionados. Inicialmente, tal proteção restringia-se aos monumentos clássicos ligados ao sentimento patriótico. Foram necessários alguns séculos até que o interesse pelos monumentos históricos ganhasse a forma moderna, isto é, com um interesse mais amplo e mais independente do povo que o criou. Assim, ao longo do tempo, a preferência pelas obras da Antiguidade Clássica e pela arte re-

nascentista italiana foi mudando. Outros povos começaram a participar do processo e outros estilos artísticos ganharam espaço. Entretanto, as leis de proteção dos monumentos ainda não tinham sido criadas.

O século XIX trará o valor histórico a essas construções. Havia a intenção de conhecer todo o fato histórico e, por isso, qualquer testemunho que fizesse parte desse fato, por menor que fosse, era considerado de grande importância para a cadeia evolutiva. Dessa forma, o valor histórico foi superando, em interesse, o valor artístico. Esse processo se insere em um contexto no qual a História é consagrada como disciplina acadêmica e é dotada de grande prestígio. Assim, o século XIX vê surgir as primeiras tentativas efetivas de criação de leis de proteção dos monumentos. Como, naquele momento, o valor histórico era o que tinha maior peso, todos os estilos artísticos foram vistos como merecedores de proteção, pois faziam parte de uma determinada época.

Como podemos perceber, desde o século XV, o monumento histórico passou por profundas transformações de concepção. De antiguidade, ele passou a ser visto, também, como obra de arte, primeiro vinculada ao cristianismo e, depois, vista como atividade autônoma. Por conseguinte, ele passou a ser o centro de uma importante corrente intelectual que privilegiou o testemunho da visão e da representação **iconográfica** em detrimento do testemunho da palavra e da escrita, ajudando a criar uma civilização da imagem e tornando-se objeto de culto.

Dessa forma, o monumento histórico passou, sobretudo a partir do século XVIII, a ser alvo das preocupações de indivíduos e de associações privadas e, em seguida, dos Estados, que desejavam protegê-lo. Mas até se chegar à elaboração de leis de proteção dos monumentos históricos houve muitos estudos, conflitos, formulação de teorias etc., ou seja, trata-se de um processo lento e difícil.

Com o passar do tempo, o culto aos monumentos ganha força e, então, entra em cena o patrimônio histórico, que agrega um conjunto de monumentos que estão, sobretudo, nas cidades. Até o século XIX, a história da arquitetura não se ocupava das cidades, mas sim dos monumentos individuais. O espaço urbano não era o seu foco de interesse. A cidade era estudada historicamente de acordo com as suas instituições jurídicas, políticas e religiosas, além de suas estruturas econômicas e sociais, e não por sua composição espacial. No entanto, após a Revolução Industrial e o surgimento das cidades industriais, inicia-se uma preocupação com as cidades antigas e medievais.

Iconografia

“Estudo dos assuntos representados por imagens artísticas e obras de arte, relacionando-as com suas fontes e significados.”
(ICONOGRAFIA, 2018)

As transformações ocasionadas pela indústria nas cidades e na estrutura da sociedade serão tão intensas que provocarão mudanças também nos estudos históricos. Eles, por sua vez, passarão a incorporar as cidades, inicialmente por meio dos arquitetos e engenheiros e, em seguida, pelos geógrafos. Os estudos sobre a história da configuração física das cidades contribuiu para a criação da noção de patrimônio histórico, isto é, de um conjunto de monumentos históricos que, acredita-se, precisam ser protegidos, visto que a industrialização tende a acabar com as antigas estruturas. Assim, segundo Choay (2001), “[...] A noção de patrimônio constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante. Ela é o resultado de uma dialética da história e da historicidade [...]”.

A palavra *patrimônio* é antiga e sua origem remete às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável. Ao longo do tempo, o termo sofreu modificações importantes, sendo, então, requalificado. O patrimônio histórico, por sua vez, é uma expressão que

[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes aplicadas, trabalhos e produtos e todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo mediática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade (CHOAY, 2001, p. 11).

A mudança semântica sofrida pela palavra revela sua ligação a um conjunto de significados referentes a visões de mundo diferenciadas. Assim, o valor atribuído hoje ao patrimônio histórico merece de nós uma visão mais atenta, pois resulta numa rede de transformações materiais e imateriais das diversas sociedades. Além disso, o patrimônio histórico ganha, a partir da segunda metade do século XIX, uma importância ainda mais forte e evidente devido às grandes transformações ocorridas na sociedade e ao processo de mundialização da cultura, intensificado no século XX. Ele é visto como uma garantia de que conheceremos as origens dos diferentes povos e a nossa própria origem.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

Atualmente, as cidades ocupam o primeiro lugar entre as preferências dos turistas. Nelas, buscam-se, sobretudo, os monumentos históricos, aqueles que são testemunhos de outro tempo, que nos mostram um pouco de como viviam e o que faziam nossos antepassados. Mas tais monumentos nem sempre tiveram tanta importância. Explique as mudanças ocorridas na sociedade que suscitaram maior preocupação em se preservarem edifícios antigos.

Resposta comentada

A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII, fez surgirem as cidades industriais e, em seguida, as grandes cidades. Estas demandavam cada vez mais espaços para sua expansão espacial e populacional. Por isso, na Europa, muitas construções da Antiguidade e da Idade Média foram postas abaixo para dar lugar a edifícios novos, fábricas, avenidas, sobretudo a partir do final do século XIX, com o surgimento e a popularização do automóvel. Nesse sentido, algumas pessoas resolveram agir em prol da elaboração de uma legislação que protegesse alguns desses testemunhos do passado, para que não se perdesse o vínculo com o passado. E assim começou o processo de preservação do patrimônio histórico, o que, mais tarde, levou à sua valorização pelo turismo.

O culto ao patrimônio histórico no século XX

Ao longo do século XX, e sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, o *corpus* patrimonial sofreu grande ampliação. Além disso, um verdadeiro culto ao patrimônio histórico surgiu a partir da década de 1960, impulsionado pela indústria cultural do turismo e pelo Estado.

Vimos, assim, que as mudanças nas considerações a respeito do patrimônio, ou seja, os tipos de bens e o período de tempo a que eles estão ligados e, sobretudo, a extensão a todo o planeta dos valores e das referências ocidentais fizeram com que ocorresse uma enorme expan-

são das práticas patrimoniais. Um fato que legitima tal afirmação é a ampliação do número de países participantes nas diversas convenções para proteção e conservação de monumentos históricos realizadas no século XX:

- Na primeira, realizada em Atenas em 1931, participaram apenas países europeus.
- Na segunda, em Veneza em 1964, havia também a Tunísia, o México e o Peru.
- Em 1975, após a Convenção do Patrimônio Mundial realizada em Paris no ano de 1972 pela Unesco, vinte foram os Estados-Parte na nova política.
- Em 1980, esse número subiu para 55, e em 1991 a mesma convenção já contava com 111 países signatários.
- Em 2015, a Convenção teve a assinatura de 191 países-membros na reunião anual da Unesco.

O grande número de países signatários revela, além da intenção de proteger o patrimônio cultural, uma busca por certo prestígio internacional e, conseqüentemente, uma disputa para obtê-lo, já que o patrimônio histórico é considerado um elemento bastante rentável, por atrair importantes recursos para as cidades patrimonializadas. O processo de patrimonialização de um sítio histórico no Brasil, por exemplo, cria uma movimentação que, na maioria dos casos, envolve toda a comunidade local e gera compromissos por parte da União, do estado e dos municípios, que visam (ou deveriam visar) à melhoria da qualidade de vida da população, às condições locais, à melhoria da infraestrutura, enfim, a garantir o desenvolvimento econômico e social local.

Portanto, o patrimônio é construído socialmente através de um processo simbólico de legitimação social e cultural, em que determinados elementos são selecionados e valorizados dentro de um conjunto maior de símbolos, com o intuito primeiro de representar uma identidade específica. Assim, ao falarmos em patrimônio, necessariamente nos referimos também a identidades, uma vez que ele pode ser considerado uma síntese simbólica de elementos que transmitem um sentimento de pertencimento a um coletivo social, que pode ser localizado no tempo e no espaço.



Patrimônio e cultura

No programa “Patrimônio e cultura”, disponibilizado pela *Multirio*, são abordados os temas de patrimônio (material, imaterial, natural) e cultura, bem como o culto à preservação como responsabilidade social. O vídeo mostra também o papel da Unesco na preservação dos sítios em escala mundial e sua importância para a proteção do patrimônio cultural. Para assistir, acesse o seguinte endereço: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/11727-patrim%C3%B4nio-e-cultura>

Por isso também, o patrimônio histórico atrai o interesse de inúmeras pessoas, sejam elas moradores locais ou visitantes. No entanto, Choay (2001) chama a atenção para os efeitos perversos que, porventura, a indústria cultural ligada ao patrimônio pode ocasionar sobre a relação público-herança arquitetônica. A autora afirma que essa indústria explora a demanda de distração da sociedade de lazer que, por sua vez, passa a se ocupar mais do consumo dos bens patrimoniais do que propriamente dos valores intelectuais e estéticos existentes no patrimônio histórico.

O culto ao patrimônio histórico está tão intenso e com um alcance tão amplo, que os bens tombados estão passando por um grande paradoxo: o fato de serem preservados está levando-os à destruição e ao **esvaziamento cidadão**, visto que, em algumas cidades, a percepção que se tem é a de que viver ali é praticamente impossível, como são os casos de Florença e Veneza, na Itália.

Caminhar pelas ruas das chamadas cidades históricas e desfrutar dos seus encantos têm sido tarefas que se complicam a cada dia; visitar os edifícios, como catedrais e museus, demanda muita paciência. Observá-los com atenção, sem a interferência de conversas paralelas ou de pessoas que disputam o melhor lugar para uma selfie, é praticamente impossível. Isso mostra que o consumo dos bens patrimoniais está superando o interesse intelectual por eles.

Esvaziamento cidadão

Substituição dos antigos moradores (cidadãos) por turistas e empresários de fora da cidade.

Por um lado, o crescimento do culto ao patrimônio histórico pode ser visto como uma melhoria da renda de uma parte da população mundial, que passa a ter mais recursos para viajar, além de um interesse por diversas culturas, que, por sua vez, pode criar uma sociedade mais tolerante e menos preconceituosa. No entanto, o turismo desordenado, que envolve um grande número de pessoas preocupadas simplesmente em tirar fotos com os smartphones, capazes de tirar dezenas ou mesmo centenas de fotografias em um só dia, contribui ainda mais para a distração dos visitantes, limitando ou mesmo impedindo que se crie um verdadeiro elo entre passado e presente. O monumento torna-se, assim, apenas algo belo e/ou exótico para se fotografar e mostrar aos amigos, de preferência, com o autor da foto junto a ele.

Além disso, esse tipo de turismo, que, à primeira vista, pode parecer benéfico para a economia local, a longo prazo pode ser sua ruína, visto que, com a degradação do patrimônio histórico, o lugar perde seu poder atrativo. Vejamos, a seguir, algumas fotografias de cidades italianas que possuem um significativo patrimônio histórico e recebem um grande número de visitantes anualmente, ilustrando bem a valorização do patrimônio histórico pelo turismo.



Figuras 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4: Turistas em cidades italianas. Piazza San Marco (Veneza); entrada da Catedral de Florença; ruínas de Pompeia; fila para comprar ingresso para o Coliseu, em Roma.

Atividade final

Atende aos objetivos 2 e 3

Você já visitou uma cidade histórica? Caso tenha visitado, relate como foi a sua experiência, mencionando do que mais gostou e do que menos gostou. Apresente também uma foto da cidade.

Caso não tenha visitado nenhuma, informe uma cidade histórica que gostaria de visitar e explique por quê.

Resposta comentada

A cidade histórica que mais me marcou foi Roma. Conhecê-la sempre foi um sonho e fiquei muito feliz quando pude realizá-lo.

Roma foi o centro do maior império ocidental que já existiu, e ainda hoje possui edificações da sua época áurea. Elas são muitas! O mais interessante é que tais monumentos convivem com uma grande cidade moderna, com avenidas, trânsito intenso, metrô, muitos habitantes e milhares de turistas.

Foi extremamente prazeroso e enriquecedor andar por ruas, visitar igrejas e praças que imperadores e demais cidadãos da Antiguidade frequentavam. Senti-me entrando em uma máquina do tempo e tendo a oportunidade de ver e sentir um pouco daquela atmosfera.



Marcela Padilha

Figura 10.5: Amanhecer nas ruínas da Roma Antiga, em 2010.

Resumo

O patrimônio histórico é uma criação da sociedade e, como tal, pertence a um determinado contexto histórico. Foi somente a partir do Renascimento europeu que monumentos que não haviam sido construídos sob esse status passaram a tê-lo. Na época, tais sociedades passaram a valorizar objetos que eram de épocas passadas. Mas isso só foi se intensificar com a industrialização.

A Revolução Industrial criou as grandes cidades industriais, das fábricas e dos automóveis e, por conseguinte, das grandes avenidas e arranha-céus. Com isso, muitos edifícios antigos foram demolidos em prol do progresso. Essa destruição do passado ficou tão intensa, que algumas pessoas se dedicaram, a partir de então, a proteger edifícios que eram vistos como elos entre o passado e o presente.

Alguns dos testemunhos de outros tempos passaram, então, a ser protegidos por leis criadas em diversos países. Como eles se tornaram raros dentro de um contexto de cidades modernas, passaram, também, a ser valorizados ao ponto de chegarmos a vivenciar um verdadeiro culto ao patrimônio histórico, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

A valorização dos edifícios do passado, aliada às conquistas sociais e trabalhistas, ao desenvolvimento dos meios de transporte e à sua popularização, entre outras coisas, resultou em um grande número de turistas voltados para a visita do patrimônio histórico. A cidade é o principal destino turístico e, dentro dela, o patrimônio histórico tornou-se o principal atrativo.

Referências

- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- HEWISON, Robert. *The heritage industry*. London: Methuen, 1987.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUYSEN, Andreas. En busca del futuro perdido: cultura y memoria en tiempos de globalización. México: Goethe Institut y Fondo de Cultura Económica, 2002.
- ICONOGRAFIA. In: SIGNIFICADOS. 2018. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/iconografia/>>. Acesso em: 16 maio 2018.

IPHAN. *O patrimônio natural no Brasil*. 2018a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

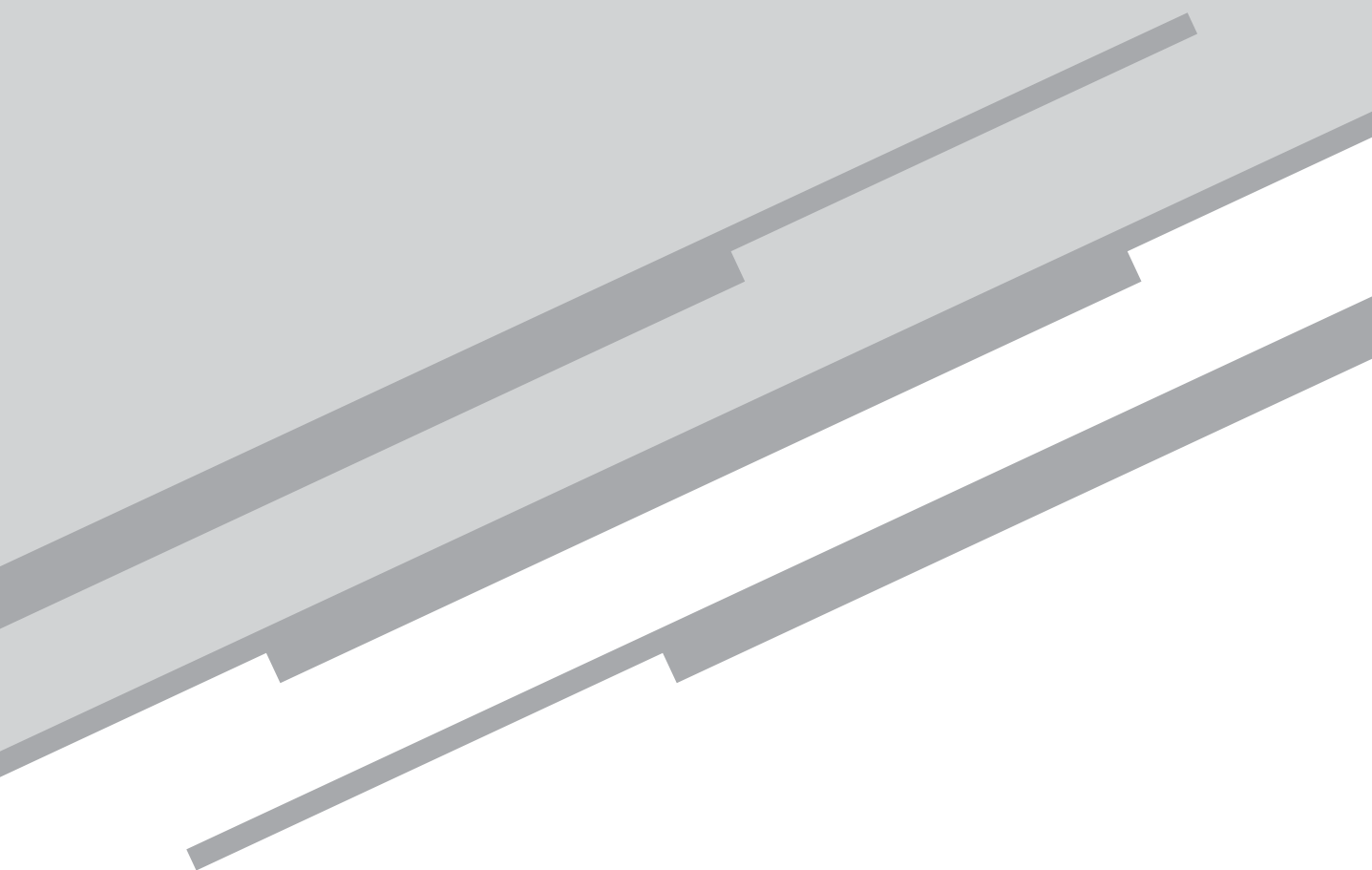
IPHAN. *Patrimônio mundial*. 2018b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>>. Acesso em: 21 maio 2018.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1999.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas. Rio de Janeiro: *Comunicação Técnica 1/ Academia Brasileira de Letras/ Centro de Memória*, 1998.

Aula 11

**Turismo e patrimônio histórico:
preservação e valorização**



Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Apresentar ao aluno como a preservação do patrimônio histórico levou à sua valorização pelo turismo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a discussão acerca da proteção do patrimônio histórico;
2. analisar a relação entre patrimônio histórico e turismo no Brasil;
3. reconhecer o contexto político e cultural ao partir do qual o patrimônio histórico foi tratado no Brasil.

Introdução

Conforme vimos na aula anterior, o passado exerce um tipo de fascínio nas pessoas, sobretudo, porque não temos a chance de revivê-lo. Fica-nos a curiosidade e o desejo pelo desconhecido. Talvez, por isso, os monumentos antigos e os museus históricos sejam tão valorizados na sociedade contemporânea. Eles são os elos físicos entre nós e o tempo que não vivemos; um passado que podemos ver e tocar, além de suscitar-nos variados pensamentos e sentimentos. Em um mundo que muda tão rapidamente, tais objetos são vistos como uma forma segura de não nos perdermos no tempo.

Discussão acerca do patrimônio histórico

Veja as imagens a seguir e reflita sobre elas...



Figura 11.1: Fotos de localidades históricas. 1. Carcassonne (França); 2. Salamanca (Espanha); 3. Paraty (Brasil); 4. Ruínas de Pompeia (Itália). Autora: Marcela Padilha.

O que você pensa ao olhar as imagens da Figura 11.1? Você já esteve em algum desses lugares? Se esteve, o que sentiu? Se não esteve, tem curiosidade para conhecer?

Difícilmente alguém se sente indiferente ao ver fotografias de lugares como esses. Eu, particularmente, procurei interpretar cada uma das construções e traçados de ruas que vi; tentei me transportar para aquele tempo e imaginar como viviam aquelas pessoas antes da indústria, do avião, da TV, do computador, do celular... Sinto uma enorme curiosidade por essas testemunhas de tempos tão remotos que permanecem de pé, apesar dos fenômenos naturais, guerras, turistas...

Você já imaginou como deve ser difícil manter todos esses monumentos de pé? E por que mantê-los? Para quem preservá-los? Essas perguntas permeiam a discussão acerca da preservação do patrimônio histórico. Há quem defenda a ideia de que os monumentos devem ser mantidos intactos, sem uso, para não serem prejudicados. Entre essas pessoas, existe mesmo quem abomine inclusive a restauração, que é a arte de recuperar obras e monumentos. Por outro lado, há aqueles que defendem o uso do patrimônio, considerando que ele é preservado para que as pessoas o conheçam e possam desfrutar de tudo o que ele proporciona.

E você, o que pensa a respeito? Você acha que o monumento deve ser mantido fora do alcance das pessoas ou deve ser aberto para todos que tenham interesse em conhecê-lo? Muitas vezes, tais questionamentos são feitos justamente devido aos impactos negativos que o turismo pode ocasionar ao bem material. Por exemplo: a estátua de São Pedro, esculpida em bronze e exposta na basílica que leva o seu nome no Vaticano, está com um dos pés liso, sem os dedos, devido às inúmeras vezes em que os fiéis o alisaram. Toques em pinturas renascentistas, atos de vandalismo em estátuas seculares (como ocorreu com a estátua de Davi de Michelangelo), excesso de visitantes em ruínas antigas, entre outras ações, causam danos por vezes irreversíveis aos bens patrimoniais.



Marcela Padilha

Figura 11.2: Estátua de São Pedro, na Basílica de São Pedro, no Vaticano. Detalhe para o seu pé direito, já sem a divisão dos dedos.

Para evitar danos como esses, alguns museus protegem os bens mais preciosos com redomas de vidro e/ou correntes para impedir a aproximação dos visitantes. É o que acontece com o quadro *Mona Lisa* de Leonardo da Vinci, exposto no Museu do Louvre, em Paris; e com a *Pietà*, de Michelangelo, na Basílica de São Pedro, no Vaticano. Trata-se de obras de valor inestimável que precisam ser protegidas, mas que, ao mesmo tempo, muitos querem ter o prazer de contemplar.



Marcela Padilha



Marcela Padilha

Figura 11.3: À esquerda: quadro da *Mona Lisa* protegido por uma caixa de vidro e por correntes para evitar a aproximação das pessoas. À direita: estátua *Pietà*, de Michelangelo, também protegida por uma caixa de vidro na Basílica de São Pedro, no Vaticano.

Se um bem é considerado patrimônio justamente para que as pessoas possam, através dele, conhecer ou reconhecer o passado ou um fato importante para determinada sociedade, não seria contraditório que as pessoas para as quais ele é preservado não possam usufruir dele?



Acessibilidade e adaptação de edifícios tombados

E quanto à acessibilidade, será que os edifícios tombados em uso por instituições públicas podem sofrer adaptações para receber pessoas portadoras de necessidades especiais? Qual a sua opinião sobre isso? Para saber sobre essa discussão, assista ao vídeo “Acessibilidade x imóvel tombado” no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=rncvHpTkYNM>

Enfim, trata-se de uma velha discussão que parece estar longe de um denominador comum e, por isso mesmo, precisamos falar sobre isso. Mas vamos aos fatos: o patrimônio histórico é um dos principais motivos de viagem de pessoas do mundo inteiro. Portanto, a relação entre patrimônio histórico e turismo é clara e intensa. É sobre ela que falaremos a seguir.

Turismo e patrimônio histórico

Vimos, na aula anterior, que o patrimônio histórico atrai uma legião de turistas em diversas partes do mundo. Quando um bem recebe esse título, é como se ele recebesse um selo de qualidade, sendo, então, valorizado e requisitado.

No Brasil, o principal órgão de proteção do patrimônio histórico é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Ele tem a responsabilidade de tomba, ou seja, de proteger, por meio da lei, um bem material. Mas existem, também, órgãos estaduais e municipais que detêm o poder de tomba bens sob seu território.



Tombamento

Atualmente, o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público (SEEC/CPC) com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (PARANÁ, 2018).

O turismo deu um grande salto a partir do final da Segunda Guerra Mundial, tornando-se mais popular devido a um conjunto de fatores, como conquistas trabalhistas, maior abertura política dos países, desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, além de políticas governamentais voltadas para o incentivo ao turismo. Tudo isso promoveu uma época de turismo massivo, com um número cada vez maior de deslocamentos nacionais e internacionais.

Os destinos são escolhidos de acordo com a oferta turística primordial, que consiste nas riquezas naturais e culturais de um lugar, isto é, os recursos turísticos com os quais uma localidade conta. Dentro dos recursos culturais, encontra-se o patrimônio histórico. Nesse contexto, no turismo massivo se insere, portanto, o crescimento do culto ao patrimônio histórico. As viagens destinadas à visita de monumentos e conjuntos históricos passaram a ocorrer de forma intensa após a década de 1960, quando se deu, conforme já mencionamos, o maior desenvolvimento da indústria cultural do turismo e a promoção de viagens turísticas por parte dos governos nacionais.

O turismo vem ganhando, então, a cada ano, mais espaço na economia de diversos países. A cultura, em geral, e a visita de monumentos históricos, em particular, também apresentam esse crescimento, intensificado a partir da criação do título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela Unesco a partir de uma criteriosa avaliação.

Após a Atividade 1, veremos como se deu a relação entre turismo e patrimônio histórico, a partir das políticas governamentais brasileiras.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

O interesse pelos testemunhos imóveis do passado atrai uma legião de turistas interessados pela história e cultura de diversos locais. Devido ao grande número de pessoas que certos edifícios históricos recebem, alguns deles acabam sendo danificados, com menor ou maior gravidade. Por isso mesmo, existem aqueles que defendem que um bem protegido por lei deve ser mantido intacto, mas há também quem trate esse assunto de forma contrária, isto é, apoiando o uso e a visitação desses patrimônios.

Com base no que você viu nas nossas duas últimas aulas e na sua experiência pessoal, diga qual é o seu ponto de vista a respeito desse assunto.

Resposta comentada

Se um imóvel é classificado como um patrimônio e, por isso, passa a ser protegido, isso significa que ele foi considerado um bem de grande importância e que precisa ser preservado para as gerações futuras. Se o edifício é protegido por ser considerado importante na história de uma sociedade ou mesmo da humanidade, então acredito que todas as pessoas interessadas em conhecê-lo devem fazê-lo, pois ele foi protegido para cada uma delas. Manter um patrimônio histórico intacto, sem uso, na minha opinião, acaba sendo um paradoxo e, além disso, extremamente custoso, pois é preciso levantar recursos para realizar a manutenção de tais bens, o que se torna uma tarefa extremamente difícil se não for permitida a visitação. Imagine se a estátua do Cristo Redentor, que é o ponto turístico mais visitado do Brasil, localizado no alto do morro do Corcovado, na cidade do Rio de Janeiro, ficasse fechada para visitação. Trata-se de um dos integrantes da paisagem cultural carioca, que foi considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco, em 2012, e que em 2013 recebeu 2,3 milhões de turistas, segundo dados do Ministério do Turismo. O Museu do Vaticano, a Alhambra, em Granada, as pirâmides do Egito, as ruínas de Pompeia, entre tantos outros exemplos, são elos entre passado e presente e, a meu ver, devem receber a visita de todos aqueles que tiverem interesse em sua história.

Turismo e patrimônio no Brasil

Uma intervenção realmente efetiva do governo federal brasileiro na cultura começa a ocorrer a partir de 1964, e mais especificamente a partir de 1966, ano de criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), ambos inseridos na Política Nacional de Turismo, definida pelo Ministério da Indústria e do Comércio. A primeira grande ação da Embratur foi a organização do I Encontro Oficial de Turismo Nacional, em outubro de 1967, no Rio de Janeiro. Foi a primeira vez em que se discutiu, de fato, o turismo no Brasil. Nesse encontro, estiveram presentes representantes de todos os estados e de alguns territórios brasileiros, além de profissionais dos setores de transporte, hotelaria e agências de viagens (PADILHA, 2016).

O encontro possibilitou à Embratur uma visão geral da problemática turística e representou uma tomada de consciência, em âmbito nacional, do significado do turismo para o Brasil, desencadeando um processo de integração da atividade no plano do desenvolvimento do país. Durante o Encontro, cada um dos estados, por meio de seus representantes, apresentou como desenvolvia a atividade turística. Houve, ainda, várias sugestões sobre a necessidade não só de cursos especializados para formação de pessoal para hotelaria e agências de viagens, como também de cursos de formação de consciência turística em todos os graus de ensino (PADILHA, 2016).

Em 1967, o Brasil assinou a Carta de Quito, documento que resultou da convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nela se recomendava a valorização do patrimônio histórico, aliada ao desenvolvimento turístico (RODRIGUES, 2002). Tais medidas mostram claramente a intenção do governo brasileiro de “fomentar uma atividade econômica que atendia ao desenvolvimento social, meta que, com a segurança e integração nacionais, constituía, então, o núcleo da política do governo federal” (RODRIGUES, 2002, p. 19). O turismo aliado à valorização do patrimônio histórico servia perfeitamente aos interesses do governo militar em promover a identidade e o orgulho da nação, além de ser economicamente viável, como já mostravam exemplos de outros países. Assim, a valorização turística do patrimônio

[...] possibilitava a manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o reforço do civismo. A propaganda dos ‘monumentos históricos’, juntamente com a das ‘festas típicas’ e ‘belezas naturais’, poderia promover aos olhos do mundo e dos brasileiros, a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro (RODRIGUES, 2002, p. 19).

No entanto, nessa fase o patrimônio histórico brasileiro não apresentava as condições adequadas para o desenvolvimento do turismo, pois estava mal conservado e carecia de mão de obra especializada para realizar sua revitalização. Além disso, o acesso a muitas cidades brasileiras era precário, o que também dificultava a promoção do turismo nelas.

Nas décadas de 1960 e 1970, os governos militares construíram pontes, rodovias e outras obras de infraestrutura que, sem dúvida, foram importantes para o desenvolvimento do turismo, tais como a rodovia Rio-Santos e a Ponte Rio-Niterói. No entanto, não houve um efetivo planejamento turístico, com programas de qualificação de mão de obra, planejamento ambiental, entre outros aspectos, o que levou a um pequeno crescimento do turismo no Brasil, muito aquém do que poderia ser. As melhorias significativas e duradouras só começaram a ocorrer em meados da década de 1990, já com o país redemocratizado.

Falamos até agora que o turismo valoriza o patrimônio histórico, levando milhares de pessoas a conhecer a história e a cultura de diversos povos do mundo inteiro. No entanto, com relação ao Brasil, que tipo de monumento é realmente valorizado? Quem tem o poder de escolher o que deve ser protegido? Por que alguns monumentos considerados importantes para a nossa história e mesmo para a arte foram destruídos? Discutiremos sobre essas questões a seguir.

A proteção do patrimônio histórico no Brasil

A criação de um órgão federal destinado a proteger objetos e monumentos de valor histórico e/ou artístico no Brasil ocorreu, efetivamente, em 1936, mas começou a operar legalmente em 1937.

Antes disso, em 1934, foi promulgada uma nova Constituição Federal. Ela foi fundamental para o tratamento do patrimônio histórico, pois afirma que o direito de propriedade, embora válido, não pode estar

acima do interesse social ou coletivo. Isso permitiu a ocorrência de importantes mudanças na legislação urbanística e na proteção de edifícios de grande interesse histórico e/ou artísticos. Tal ideia está de acordo com o discurso positivista do governo brasileiro da época, que objetivava o crescimento industrial e dessacralizava a propriedade privada, definindo-a como algo que deve servir aos interesses sociais. No entanto, a história nos mostra que, em geral, o lado privado prevaleceu, na maior parte dos casos, sobre o lado social, visto que a classe dominante sempre atribuiu um caráter intocável à propriedade (PADILHA, 2011).

A Constituição de 1934 foi a primeira a fazer referência à proteção de bens culturais e naturais. Em seu artigo 10º, parágrafo III, institui que “Compete concorrentemente à União e aos estados [...] proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 2018). No entanto, as iniciativas de preservação do patrimônio histórico esbarravam na questão da propriedade, pois, mesmo com a Constituição, a classe dominante continuava atribuindo um caráter intangível à propriedade, concebendo-a como sagrada.

O único exemplo significativo de vitória do patrimônio histórico sobre a propriedade privada antes de 1937 foi o tombamento da cidade de Ouro Preto, fato ocorrido em 12 de julho de 1933. Outro importante acontecimento em prol da defesa do patrimônio histórico e artístico brasileiro foi a criação do Serviço de Proteção aos Monumentos dentro da estrutura do Museu Histórico Nacional. Mas suas iniciativas não tiveram grande expressão, pois também encontraram problemas para lidar com a questão da propriedade.

Coube a Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde, a iniciativa de criar um serviço de proteção do patrimônio histórico que fosse mais efetivo. Assim, em 1936, encomenda a Mário de Andrade, que já havia sido diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, um anteprojeto para a criação de uma instituição com essa finalidade, que seria aprovada, no mesmo ano, pela Câmara dos Deputados e pelo Presidente da República.

Assim, em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atualmente Iphan), idealizado pelos intelectuais modernistas e pelo Estado Novo de Getúlio Vargas.



Iphan discute os avanços e desafios das políticas de valorização do patrimônio cultural

Para saber mais sobre a história da criação do Iphan e os avanços e desafios das políticas de valorização do patrimônio cultural brasileiro, assista ao seguinte vídeo, disponibilizado pela TVNBR, em que Katia Boguea, presidente do Iphan, aborda essas temáticas: <https://www.youtube.com/watch?v=VHijG1lrgzE>.

O modernismo, mesmo apresentando diversas orientações estéticas e ideológicas, tratava-se de um movimento voltado para a promoção de uma revolução artística. Apesar de se autodefinir como antiburguês, contou com o apoio de alguns nomes da aristocracia do café. Seus intelectuais defendiam a valorização do primitivo, da cultura popular local e das tradições. Pode parecer paradoxal um movimento que se propõe a promover a renovação artística e cultural valorizar a tradição. Entretanto, os modernistas criticavam o Brasil europeizado e estavam em torno da defesa da identidade nacional e da valorização dos traços primitivos de nossa cultura.

O papel que Minas Gerais exerceu nesse processo foi fundamental. As cidades históricas mineiras tiveram grande importância na criação, pelos modernistas, do projeto de preservação do patrimônio. A arquitetura colonial mineira impressionou Lúcio Costa e Mário de Andrade na ocasião de suas visitas às cidades mineiras nos anos de 1920. Dessa forma, mineiros, paulistas, cariocas, entre outros cidadãos, viam essas cidades como símbolos de uma cultura tipicamente brasileira, que, portanto, deveriam ter seus edifícios preservados. Não à toa, o primeiro sítio arquitetônico elevado à categoria de Monumento Nacional foi a cidade de Ouro Preto, em 1933, antes mesmo da criação do Sphan.



Figura 11.4: Vista do centro histórico da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ouro_Preto#/media/File:Historical_Centre.jpg.

Após a criação do Sphan, foi preciso escolher a forma como o bem seria protegido. O instrumento jurídico destinado a essa tarefa foi definido como tombamento. O tombamento é, portanto, efetivado quando um bem é inscrito em um dos quatro Livros do Tombo, que são:

- **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico:** neste livro, encaixam-se “as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular” (BRASIL, 2018), bem como os monumentos naturais considerados de feição notável.
- **Livro do Tombo Histórico:** compreende “as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica”.
- **Livro do Tombo das Belas Artes:** engloba “as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira”.
- **Livro do Tombo das Artes Aplicadas:** neste livro estão inseridas “as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras”.

Os livros citados foram propostos por Mário de Andrade no anteprojeto que elaborou a pedido de Gustavo Capanema, cujo conteúdo não foi integralmente obedecido, embora tenham sido mantidas as nomenclaturas.

O Livro do Tombo definirá a proteção e a forma como o bem deverá ser conservado, de acordo com os parâmetros do órgão responsável pelo tombamento. É possível inscrever um bem em mais de um Livro do Tombo, possibilitando que ele seja alvo de diferentes diretrizes de conservação. Por isso, é preciso inscrever o bem no Livro do Tombo mais apropriado ao seu valor e, para tanto, é necessária uma avaliação criteriosa de uma eficiente equipe técnica (PADILHA, 2011).

Um fato interessante é que qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar o tombamento de um bem ao Iphan ou ao Ministério da Cultura. No caso do estado do Rio de Janeiro, o órgão responsável pelo tombamento de bens materiais em âmbito estadual é o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac.



Bens tombados pelo Iphan

Para conhecer quais são os bens tombados pelo Iphan, acesse o seguinte endereço:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_bens_tombados_processos_andamento_2018.

O tombamento confere, portanto, um tipo de credencial ao bem material, demonstrando que se trata de algo tão especial que precisa ser preservado para as gerações atuais e as futuras. Por isso, e também devido à propaganda em torno do bem, é que as pessoas passam a saber de sua existência e a ter vontade de conhecê-lo. Dessa forma, o patrimônio histórico contribui com a atividade turística e esta, por sua vez, também auxilia na preservação desse patrimônio, tendo em vista a renda gerada pela visitação. No entanto, conforme já mencionamos, é necessário um planejamento sério e eficiente para que o turismo não acabe por destruir o bem que é alvo da sua existência no local.



São Miguel das Missões - RS

Veja um exemplo de Patrimônio da Humanidade e sua apropriação pelo turismo. Acesse o seguinte endereço e assista ao vídeo “5 curiosidades sobre São Miguel das Missões”, produzido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul: <https://www.youtube.com/watch?v=NrV9Hj61xMY>.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Descreva as primeiras ações governamentais efetivas do governo brasileiro para o desenvolvimento do turismo no país.

Resposta comentada

As primeiras iniciativas realmente efetivas do governo brasileiro na direção de um desenvolvimento do turismo no país ocorreram a partir de 1966, ano de criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), ambos inseridos na Política Nacional de Turismo, definida pelo Ministério da Indústria e do Comércio. Em 1967, a Embratur organizou o I Encontro Oficial de Turismo Nacional, no Rio de Janeiro, onde representantes de todos os estados e de alguns territórios brasileiros, além de profissionais dos setores de transporte, hotelaria e agências de viagens discutiram, pela primeira vez, a atividade turística no Brasil. O encontro possibilitou à Embratur uma visão geral da quetsão do turismo e representou uma tomada de consciência, em âmbito nacional, do significado dessa atividade para o Brasil, desencadeando um processo de sua integração no plano do desenvolvimento do país. Também em 1967 o Brasil assinou a Carta de Quito, documento que resultou da convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nela se recomendava a valorização do patrimônio histórico, aliada ao desenvolvimento turístico. Tal aliança servia

perfeitamente aos interesses do governo militar em promover a identidade e o orgulho da nação, além de ser economicamente viável, como já mostravam exemplos de outros países.

Atividade final

Atende aos objetivos 2 e 3

Vimos nesta aula que a proteção do patrimônio histórico depende de escolhas feitas por pessoas que têm o poder de dizer o que deve ser preservado e o que não precisa ser mantido para as gerações futuras. No entanto, tal escolha está longe de ser consensual. No Brasil, os responsáveis pela preservação do patrimônio histórico adotaram a arte colonial como aquela que representava a identidade brasileira. Explique esse fato, mencionando os primeiros conjuntos arquitetônicos protegidos no país.

Resposta comentada

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atualmente Iphan) foi criado em 1937, após ser idealizado pelos intelectuais modernistas e pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. O modernismo consistia em um movimento voltado para a promoção de uma revolução artística. Seus intelectuais defendiam a valorização do primitivo, da cultura popular local e das tradições, criticavam o Brasil europeizado e estavam em torno da defesa da identidade nacional e da valorização dos traços primitivos de nossa cultura. Por isso, elegeram a arte colonial como aquela que representaria a cultura genuinamente brasileira. As cidades históricas mineiras foram, então, consideradas as representantes dessa arte, tendo grande importância na criação do projeto de preservação do patrimônio. Dessa forma, mineiros, paulistas, cariocas, entre cidadãos de outras naturalidades, viam essas cidades como símbolos de uma cultura tipicamente brasileira, que, portanto, deveriam ter seus edifícios preservados. Não à toa, o primeiro sítio arquitetônico elevado à categoria de Monumento Nacional foi a cidade de Ouro Preto, em 1933, antes mesmo da criação do Sphan.

Resumo

Vimos, nas duas últimas aulas, que o patrimônio histórico, por ser uma criação da sociedade, depende do contexto em que está inserido. Foi a partir da segunda metade do século XX que os testemunhos arquitetônicos e objetos de arte do passado tornaram-se motivo de um verdadeiro culto, quando passaram a ser vinculados de maneira mais estreita a um turismo já bem mais democrático do que em épocas anteriores. Nesse sentido, o patrimônio histórico passou a atrair legiões de pessoas de diversas partes do mundo interessadas em um contato mais próximo com um passado recente ou mesmo bem remoto.

No entanto, muitos testemunhos do passado foram destruídos em nome do progresso e do crescimento urbano e demográfico. Mas outros foram protegidos. Isso se explica pelo fato de que a preservação de bens considerados patrimônio coletivo depende da escolha de uma pessoa ou grupo, que vê neles importância significativa para determinado povo. Assim aconteceu com a cidade mineira de Ouro Preto, com a fluminense Paraty, com a Alhambra de Granada (Espanha), com as pirâmides do Egito, com a cidade de Brasília, entre tantos outros exemplos. Além de escolher o que deve ser preservado, cada país adota uma forma particular de preservação do patrimônio histórico. No Brasil, a proteção se dá por meio de tombamento do bem e de sua inscrição no Livro do Tombo apropriado. Assim, o bem tem maior visibilidade, ganhando uma espécie de selo de qualidade, e, então, passa a atrair visitantes interessados em conhecer a história que ele tem pra contar. Por isso, a relação entre patrimônio histórico e turismo vem, há décadas, mostrando que as pessoas, em geral, apesar de viverem em uma época de mudanças muito rápidas, não querem perder o elo com o passado.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 2017*. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 23 maio 2018.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001 [1992].

IPHAN. *Livros do Tombo*. 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>>. Acesso em: 23 maio 2018.

PADILHA, Marcela do Nascimento. *Espaço público e patrimônio histórico em Paraty, RJ: entre o espaço do cidadão e o espaço do turista*. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

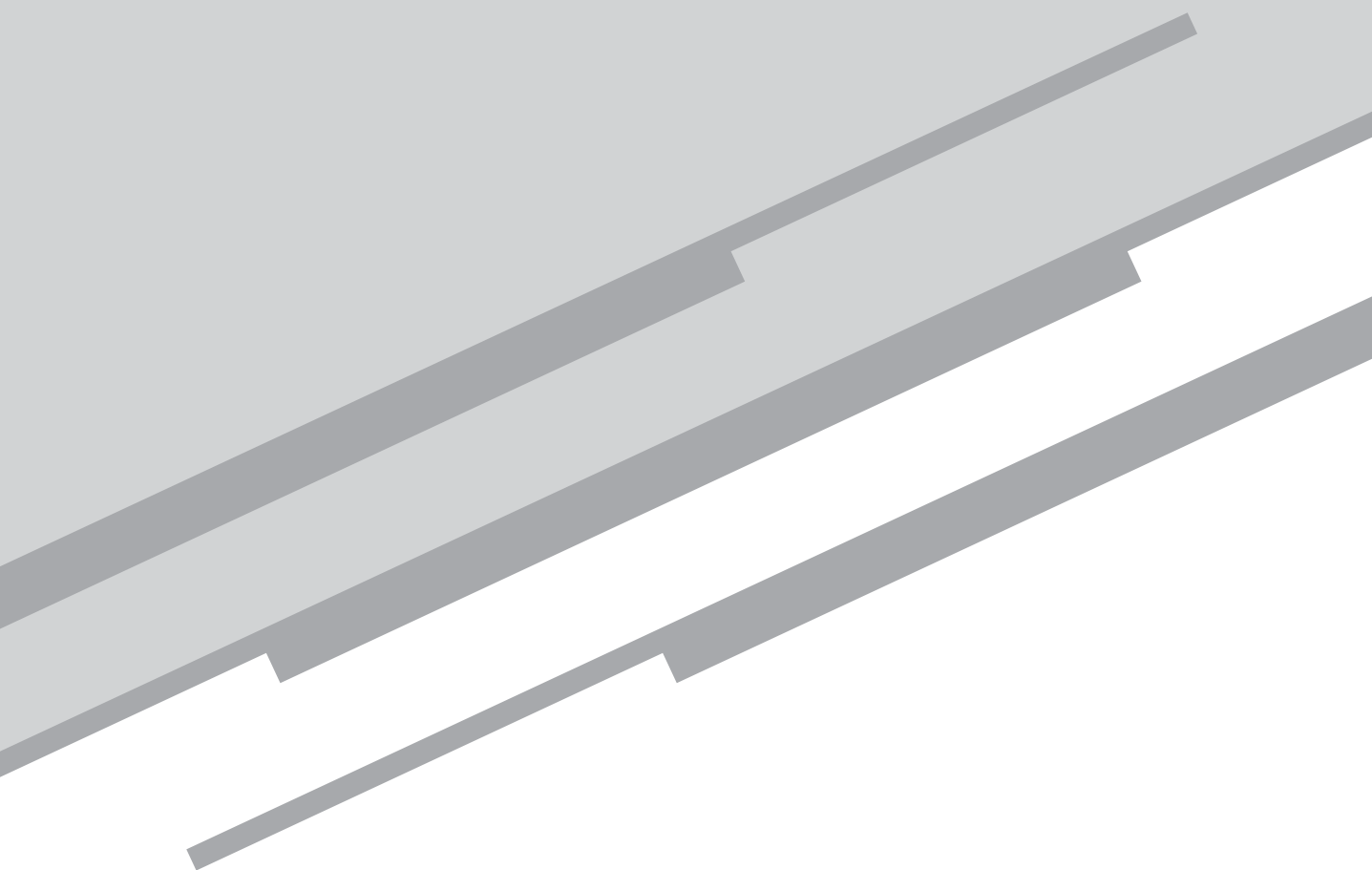
_____. Turismo, patrimônio histórico e transformações socioespaciais em cidades tombadas: o caso de Paraty. *Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, v. 8, n. 4, p. 1-16, out.-dez. 2016.

PARANÁ. *Tombamento: conceitos*. Secretaria de Estado da Cultura: Curitiba, 2018. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acesso em: 18 maio 2018.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PRINSLEY, Jaime. *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 15-24.

Aula 12

A contribuição do turismo para
o desenvolvimento local



Marcela do Nascimento Padilha

Meta

Apresentar ao aluno as políticas públicas e as iniciativas da sociedade civil voltadas para o desenvolvimento local, a partir do turismo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os objetivos das políticas públicas e sua importância;
2. identificar as principais políticas públicas voltadas para o turismo no Brasil.

Introdução

Ao longo de nossas aulas, vimos que o turismo se transformou em um fenômeno social de âmbito mundial, que envolve diversas esferas da sociedade. O turismo engloba vários setores da economia, gera empregos, incentiva o empreendedorismo, promove transformações socioespaciais e relações interculturais, trabalha com a conscientização ambiental, entre outras ações. Enfim, trata-se de um fenômeno que não deve ser subestimado e que vem sendo a base de crescimento de muitas localidades antes esquecidas e estagnadas.

Por isso, é importante que sejam executadas políticas públicas sérias e muito bem elaboradas por profissionais da área, empresários e pela população, para que elas se tornem, de fato, uma via para o desenvolvimento local.

Mas o que vem a ser uma política pública? Como as políticas públicas estão ligadas ao turismo? De que forma a população pode atuar? Vejamos, a seguir, algumas possíveis respostas para essas perguntas.

Políticas públicas

Todo governo, em geral, tem o dever de agir de acordo com as necessidades apresentadas pela sua população. Sendo democrático, ele precisa incluir a participação popular nas suas decisões para que represente, de fato, o povo que o elegeu.

Partindo dessa premissa, podemos afirmar que as políticas públicas precisam ter como objetivo principal o bem-estar e a qualidade de vida da população. Dessa forma, levantar as prioridades e traçar estratégias para supri-las são os primeiros passos que a administração pública deve seguir.

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Estado do Paraná, as políticas públicas

[...] são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. (PARANÁ, 2018).

Nesse sentido, podemos afirmar que as políticas públicas são formas de o Estado se relacionar com a sociedade civil no sentido de beneficiá-la e, portanto, ela deve fazer parte da elaboração de tais políticas. O objetivo principal das políticas públicas é sanar as necessidades da população, garantindo seus direitos de cidadania e promovendo o desenvolvimento, a partir da geração de empregos, melhorias no sistema de saúde e educação, na infraestrutura, melhor distribuição de renda etc. (CERQUEIRA; PINHEIRO; OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Poliana Da Silva Cerqueira, Lessi Inês Farias de Pinheiro e Kaisa Correia da Silva Oliveira (2015), as políticas públicas podem ser classificadas de acordo com a sua natureza, abrangência e impactos sociais. Vejamos:

As políticas públicas ligadas à natureza se classificam em:

- estruturais: ligadas às relações de renda, emprego e propriedade;
- conjunturais: têm o objetivo de resolver situações imediatas. São também conhecidas como emergenciais.

As de *abrangência* se classificam em:

- universais: atendem a todos os cidadãos;
- segmentais: direcionadas apenas para um segmento da população (idade, sexo, condição física etc.);
- fragmentadas: mais restritas que as segmentais, pois comportam apenas um grupo social dentro da segmentação.

Já as políticas de *impactos sociais* se dividem em:

- distributivas: voltadas à distribuição individual de benefícios;
- redistributivas: buscam por uma equidade através da distribuição de benefícios a grupos sociais;
- regulatórias: visam à distribuição de benefícios imediatos para qualquer grupo social, regulando, por meio de regras e procedimentos, comportamentos de atores (que possuem poder) para atender a interesses gerais.

Podemos citar como exemplos de políticas públicas aquelas relacionadas ao meio ambiente e à água. Ambos são considerados pela Constituição Federal como direitos de todos os brasileiros e, por isso, para eles foram elaboradas a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal n.º 6.938, e a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433.

No Brasil, a formulação das políticas públicas fica a cargo, principalmente, do poder executivo ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos. Dessa forma,

A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui. Assim, no caso da Educação e da Saúde, a sociedade participa ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Audiências públicas, encontros e conferências setoriais são também instrumentos que vêm se afirmando nos últimos anos como forma de envolver os diversos seguimentos da sociedade em processo de participação e controle social (PARANÁ, 2018).

Segundo o documento da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado do Paraná, as políticas públicas são compostas por quatro instrumentos:

Planos: estabelecem diretrizes, prioridades e objetivos gerais a serem alcançados em períodos relativamente longos. Por exemplo, os planos decenais de educação têm o sentido de estabelecer objetivos e metas estratégicas a serem alcançados pelos governos e pela sociedade ao longo de dez anos (PARANÁ, 2018);

Programas: “estabelecem, por sua vez, objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica. O Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC) é um exemplo temático e de público” (PARANÁ, 2018);

Ações: “visam alcançar determinado objetivo estabelecido pelo Programa”. Exemplos de ações são aquelas voltadas para o Programa Educação Básica 2030, que estabelece o apoio à capacitação e formação continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores (BRASIL, 2018a);

Atividades: “visa dar concretude à ação”. O exemplo que podemos dar, referente à ação citada anteriormente, é aquele que visa elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020 (BRASIL, 2018a).

Vejamos, a seguir, como as políticas públicas envolvem o turismo no Brasil.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

As políticas públicas visam ao desenvolvimento e bem-estar da sociedade, alcançados por meio de instrumentos definidos pelo governo para atender às necessidades da população. Em nossa aula, vimos quais são esses instrumentos e o papel de cada um. Apresente um exemplo concreto de um desses instrumentos.

Resposta comentada

Os instrumentos utilizados pelas políticas públicas, segundo o Ministério do Meio Ambiente, são: planos, programas, ações e atividades. Escolherei o instrumento programa, que estabelece objetivos gerais e específicos focados em determinado tema, público, conjunto institucional ou área geográfica. Podemos citar o exemplo do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais (PNC), lançado em 2005 para atender uma demanda da 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2003. Sua implementação contribui diretamente para a consolidação de duas diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente: o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2018b). O PNC visa à formação e capacitação de agentes responsáveis pela elaboração e implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, por meio da criação de um Sistema Municipal de Meio Ambiente, fortalecendo o Sisnama. O Programa está inserido na ideia de gestão compartilhada entre as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Desde sua criação, foram realizados cursos nas modalidades presencial (PNC Básico) e semipresencial (PNC Temático), formando um total de 10.277 capacitados ligados à área ambiental, sendo 2.047 municípios beneficiados, ou seja, 36,78% do total nacional (BRASIL, 2018b).

Políticas públicas e turismo

Vimos em aulas anteriores que o turismo teve um grande crescimento a partir da década de 1950, devido a diversos fatores, tais como conquistas trabalhistas em alguns países (como férias remuneradas), desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, sobretudo aéreo, incentivo à prática das viagens por parte de cidades e países, propaganda dos lugares, entre outros. Tudo isso gerou o que se costuma chamar de turismo de massa, isto é, um grande volume de pessoas visitando diferentes lugares do mundo. Atualmente, para muitas pessoas, não é possível ter férias sem viajar. Para elas, a viagem se tornou uma necessidade.

Por isso mesmo, o turismo vem provocando inúmeras transformações nas localidades. Há destinos que recebem, por ano, mais turistas do que o número de moradores. Segundo o levantamento da Geofusion, empresa especializada em inteligência geográfica, no ano de 2015, 65 cidades brasileiras receberam dez vezes mais turistas do que o seu número de habitantes. Existem casos como os de Rio Quente, em Goiás, que recebeu, nesse mesmo ano, 304 vezes mais turistas do que os seus quase 4 mil habitantes; e Fernando de Noronha, que possui quase 3 mil habitantes e recebeu 209,8 mil turistas, segundo o Ministério do Turismo. Veja, na Tabela 12.1, as dez cidades brasileiras que receberam mais turistas do que a sua própria população em 2015.

Tabela 12.1: As dez cidades brasileiras que receberam mais turistas do que a sua própria população em 2015

Ranking	Cidade	Estado	Turistas	Impacto
1º	Rio Quente	GO	1.164.766	304 vezes
2º	Fernando de Noronha	PE	209.818	73 vezes
3º	Gramado	RS	1.499.250	44 vezes
4º	Piratuba	SC	188.530	43 vezes
5º	Armação dos Búzios	RJ	1.172.778	39 vezes
6º	Lagoa Santa	GO	52.204	37 vezes
7º	Bombinhas	SC	606.944	36 vezes
8º	Ilhabela	SP	1.089.800	34 vezes
9º	Aparecida	SP	1.167.682	32 vezes
10º	Mata de São João	BA	1.355.628	30 vezes

Fonte: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6119-cidades-brasileiras-recebem-mais-turistas-do-que-moradores.html>

Esses números nos mostram a necessidade de estudos sobre os lugares turísticos, para que sejam elaboradas políticas públicas que garantam estadia adequada aos visitantes e, principalmente, boa qualidade de vida aos moradores. Para isso, tais políticas precisam incluir investimentos em

qualificação de mão de obra, em infraestrutura e em outras áreas onde haja necessidade de intervenção. Os impactos em tais localidades são inegáveis. No entanto, quanto mais sérios forem os estudos e o planejamento, a tendência é que se ampliem os impactos positivos e se minimizem os negativos, seja nas áreas social e econômica, seja na ambiental.

Vimos, também, que as primeiras intervenções efetivas do governo brasileiro no turismo ocorreram na década de 1960, com a criação da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo. A Embratur foi e ainda hoje é responsável, por exemplo, pela propaganda do Brasil no exterior, entre outras atribuições. Tais ações resultaram em um desenvolvimento da atividade turística no Brasil. No entanto, o turismo somente foi tratado dentro de um plano político, de fato, a partir da criação do decreto-lei 55/66, que estabeleceu a Política Nacional de Turismo, definida como o “conjunto de diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”. (FERRAZ, 1992 apud CARVALHO, 2000, p. 101). Esse decreto-lei ficou em vigor até 1991.

No que diz respeito às Constituições, o turismo foi inserido pela primeira vez em uma Constituição Brasileira em 1988, no art. 180, cap. I, do título VII, que trata da Ordem Econômica. O artigo diz que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (CARVALHO, 2000), o que mostra que a promoção do turismo seria descentralizada, ficando sob a responsabilidade das três esferas da administração pública. Entretanto, até aqui, conforme destaca Rita de Cássia Cruz (2000), as políticas governamentais para o turismo estiveram voltadas, principalmente, para incentivos financeiros e fiscais, sobretudo direcionados para o setor hoteleiro.

Em 1992, o decreto 448, de 14 de fevereiro, estabeleceu a finalidade e as diretrizes da Política Nacional de Turismo. No entanto, nesse momento havia grande instabilidade política no país e, por conseguinte, essa política foi efetivamente implementada apenas no governo seguinte, em 1996. Ela teve como principais objetivos:

- “a ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social;
- a definição de parâmetros para o planejamento e a execução” (CARVALHO, 2000, p. 102).

Seguindo a ideia de descentralização das políticas voltadas para o turismo, o governo federal lançou, em 1996, o Plano Nacional de Municipalização do Turismo. O PNMT teve como objetivo principal simplificar as ações para torná-las mais eficazes, criando uma espécie de padrão a ser adotado pelos municípios e dando-lhes maior autonomia. Para isso, foi necessário capacitar os municípios a fim de que eles realizassem o planejamento turístico de forma participativa e sustentável, transformando recursos em produtos turísticos. De forma resumida, o plano contava com as seguintes etapas, de acordo com Leandro Benediti Brusadin (2005):

- preenchimento do Relatório de Informações Turísticas – Rintur (estabelecido pela Deliberação Normativa 417);
- treinamento dos Agentes Multiplicadores;
- conscientização da comunidade;
- formação do Conselho Municipal de Turismo;
- criação do Fundo Municipal do Turismo;
- elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal.

Dessa forma,

o PNMT pretendia dotar os municípios brasileiros de condições técnicas e organizacionais para que eles tivessem a capacidade de criar os seus Conselhos Municipais de Turismo, como também suas comunidades participariam da formulação e da gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Para tanto, o PNMT estava baseado em princípios que são os da descentralização, da sustentabilidade, das parcerias, da mobilização e da capacitação (BRUSADIN, 2005, p. 9).

A municipalização das políticas públicas de turismo no Brasil se inseriu no contexto mundial de descentralização em diversas áreas, dando mais poder aos locais, visando ao planejamento “de dentro pra fora”. No entanto, ainda que essa visão valorize as particularidades locais, o que é fundamental, há de se levar em conta que nem todos os lugares têm condições de apresentar soluções e executá-las. Por isso a necessidade da capacitação, embora, mesmo com o treinamento e as demais atividades, nem sempre haja vontade política para planejar e executar as ações consideradas necessárias.

O PNMT vigorou de 1994 a 2001. Existem variadas opiniões sobre ele. Sobre os aspectos positivos, em geral, destaca-se a importância do programa como uma política que reconheceu a importância das localidades e da participação popular nas tomadas de decisão. No entanto, o plano esbarrou na diversidade de posições políticas dos municípios brasileiros, na falta de uma real comunicação entre poder público e população, na falta de vontade de se pensar a longo prazo, no destino errado/ilícito dos recursos, entre outros fatores.

O ano de 2003 é outro marco na história do turismo institucionalizado no Brasil, pois foi o ano de criação do Ministério do Turismo e da reestruturação do Plano Nacional de Turismo. O MTur foi composto pela Secretaria de Políticas Públicas de Turismo, pela Secretaria de Programas de Desenvolvimento e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). A primeira grande ação do MTur foi a implementação do Plano de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (PRT).

Com foco no desenvolvimento regional, o PRT

trabalha sob a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo – ou seja, que não recebe o turista em seu território – pode dele se beneficiar, se esse município desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista. O trabalho regionalizado permite, assim, ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região. (BRASIL, 2018c).

Esse programa foi reformulado em 2013, definindo-se seus oito eixos de atuação, que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios:

- gestão descentralizada do turismo;
- planejamento e posicionamento de mercado;
- qualificação profissional, dos serviços e da produção associada;
- empreendedorismo, captação e promoção de investimento;
- infraestrutura turística;
- informação ao turista;
- promoção e apoio à comercialização;
- monitoramento.



Fonte: http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf

Para implementar essa nova fase do Programa de Regionalização, foram previstas as seguintes estratégias:

- **mapeamento**, que define o território a ser trabalhado. O Mapa do Turismo Brasileiro é a base territorial de atuação dessa política para o desenvolvimento do turismo;
- **categorização**, que divide os municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro, de acordo com o desempenho de suas economias do turismo;
- **formação**, que prevê a capacitação de gestores públicos e a publicação de cartilhas de orientação para o desenvolvimento do turismo;
- **fomento à regionalização**, que prevê o apoio financeiro do MTur aos estados, regiões e municípios na implantação de seus projetos;
- **comunicação**, que engloba a constituição de uma rede nacional de interlocutores do programa, facilitando a interação das ações em prol do desenvolvimento do turismo;
- **monitoramento**, etapa que avalia a evolução do programa e garante eventuais correções de rumo. (BRASIL, 2018c).



Para mais informações sobre o PRT, consulte o documento do MTur *Plano de Regionalização do Turismo: diretrizes*, disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/programas_acoes_home/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf

Ainda, para visualizar o Mapa do Turismo Brasileiro, acesse: <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>

Podemos perceber que o turismo no Brasil passou a fazer parte da agenda governamental, efetivamente, com a criação da Embratur, em 1966. Antes disso, tivemos ações pontuais que não estavam inseridas em um plano de desenvolvimento da atividade, tampouco em um programa de desenvolvimento socioeconômico a partir dela. Dessa forma, as políticas públicas envolvendo o turismo demoraram a ser criadas, só tendo surgido, de fato, em meados da década de 1990. Portanto, podemos dizer que o turismo no Brasil, enquanto atividade de promoção do desenvolvimento e da diminuição das desigualdades regionais, é bastante recente, ainda que sua importância seja evidente.

Segundo Fabiana dos Santos Silva, Sarany Rodrigues da Costa e Conceição de Maria Belfort de Carvalho (2013, p. 9),

O governo federal, ao criar o Ministério do Turismo em 2003, buscou uma nova forma de fortalecer a política direcionada para o setor turístico, criou assim novas diretrizes políticas para a atividade no país. Dentro desta nova política de turismo foi criado o Programa de Regionalização que serviu como mecanismo de fortalecimento da descentralização das políticas, visando o desenvolvimento dos municípios agrupados em regiões turísticas de forma sustentável.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Pode-se afirmar que o turismo passou a ser visto pelo governo federal brasileiro como atividade voltada para o desenvolvimento socioeconômico há pouco tempo. A partir dessa compreensão, procurou-se, então, estabelecer a relação entre governo e turismo. A primeira iniciativa mais efetiva para isso foi a criação da Embratur em 1966. No entanto, a atividade somente entrou de fato no plano político a partir da criação do decreto-lei 55/66, que estabeleceu a Política Nacional de Turismo. Nesse sentido, explique a importância da elaboração de políticas públicas para o turismo.

Resposta comentada

Vimos em aulas anteriores que o turismo teve um grande crescimento a partir da década de 1950. Hoje, para muitas pessoas, viajar tornou-se

uma necessidade. Por isso mesmo, o turismo vem provocando inúmeras transformações nas localidades onde atua. Há destinos que recebem, por ano, mais turistas do que o número de moradores que neles vivem, como os casos de Rio Quente e Fernando de Noronha, que vimos na aula. Os números comparativos entre turistas e habitantes nos mostram a necessidade de estudos sobre os lugares turísticos para que sejam elaboradas políticas públicas que garantam estadia adequada aos visitantes e, principalmente, boa qualidade de vida aos moradores. Para isso, tais políticas precisam incluir investimentos em qualificação de mão de obra, em infraestrutura e em outras áreas onde haja necessidade de intervenção, a fim de se promover um verdadeiro desenvolvimento local.

Atividade final

Atende aos objetivos 2 e 3

O Plano Nacional de Municipalização do Turismo é entendido como um passo importantíssimo das políticas públicas brasileiras voltadas para esse setor. Explique essa afirmação.

Resposta comentada

A municipalização das políticas públicas de turismo no Brasil se inseriu no contexto mundial de descentralização em diversas áreas, dando mais poder aos locais, visando ao planejamento “de dentro pra fora”. Viu-se a necessidade de se considerarem as especificidades locais para, então, buscar-se um planejamento e estratégias de desenvolvimento do turismo. No entanto, ainda que essa visão valorize as particularidades locais, o que é fundamental, há de se levar em conta que nem todos os lugares têm condições de apresentar soluções e executá-las, o que leva à necessidade da capacitação, um dos pontos fortes do PNMT. O que acontece é que, mesmo com o treinamento e demais atividades, nem sempre há vontade política para planejar e executar as ações consideradas necessárias. O PNMT vigorou de 1994 a 2001, tendo como aspecto positivo, em geral, a importância do programa como uma política que reconheceu a importância das localidades e da participação popular nas tomadas de

decisão. No entanto, o programa esbarrou na diversidade de posições políticas dos municípios brasileiros, na falta de uma real comunicação entre poder público e população, na falta de vontade de se pensar a longo prazo, no destino errado/ilícito dos recursos, entre outros fatores. Embora visto como de grande importância para o desenvolvimento do turismo no Brasil, o PNMT deu lugar ao Plano de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil (PRT). Este parte da premissa de que alguns municípios que não apresentam grande potencial turístico podem se beneficiar da indústria do turismo por fazerem parte de uma região cujos municípios têm maior peso turístico.

Resumo

As políticas públicas são instrumentos fundamentais para uma sociedade democrática. Elas são como pontes que unem os governos e a sociedade civil. Por isso mesmo, devem prever a participação desta para que, de fato, sejam levantadas suas reais necessidades e elaboradas estratégias para saná-las, promovendo o desenvolvimento social e melhorando, portanto, a qualidade de vida da população.

No entanto, em cada contexto histórico, as políticas públicas incluem atividades/ideias específicas. Quem, no início do século XX, imaginaria que o Brasil teria políticas públicas voltadas para o meio ambiente ou para o turismo? Foi somente na segunda metade do século XX que esses temas apareceram como importantes e, então, ingressaram no plano político. A partir dessa conscientização, delinearam-se medidas para tratá-los segundo a sua importância.

As políticas públicas direcionadas para o turismo tiveram início efetivamente com a criação da Política Nacional de Turismo, em 1966. O turismo foi contemplado pela Constituição de 1988 e, assim, ganhou ainda mais força. Em 1996 tem-se outro marco: o lançamento da Política Nacional de Municipalização do Turismo, que se insere na ideia de descentralização e da importância de se dar maior autonomia aos municípios e de se considerarem, a priori, as especificidades locais. No entanto, ainda que tenha sido uma iniciativa vista como fundamental no desenvolvimento do turismo e de sua atuação na diminuição das desigualdades sociais e regionais, o PNMT esbarrou nos conflitos

locais, nos desvios de verbas e na falta de vontade política de alguns administradores municipais.

Em 2003 houve a criação do Ministério do Turismo e, em seguida, o Plano de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil, que substituiu o PNMT a fim de tentar promover o desenvolvimento de municípios sem grande potencial turístico a partir da força do turismo dos seus vizinhos, beneficiando, assim, toda a região.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: programas e ações. Brasília, 2018a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes>>. Acesso em: 23 maio 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Fortalecimento do Sisnama. Brasília, 2018b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/intermanager2/xml/BuscarHTMLAtlas.php?opcao=estrutura&subopcao=primeira_pagina&id=107>. Acesso em: 30 maio 2018.

_____. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, 2018c. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRUSADIN, Leandro Benedini. Avaliação do programa nacional de municipalização do turismo: diferentes visões. 2005. Disponível em: <<http://www2.anhembi.br/publique/media/leandro>>. Acesso em: 25 maio 2018.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas públicas em turismo no Brasil. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 3, n. 1 e 2, p. 97-109, jan./dez. 2000. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/458/442>>. Acesso em: 25 maio 2018.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.

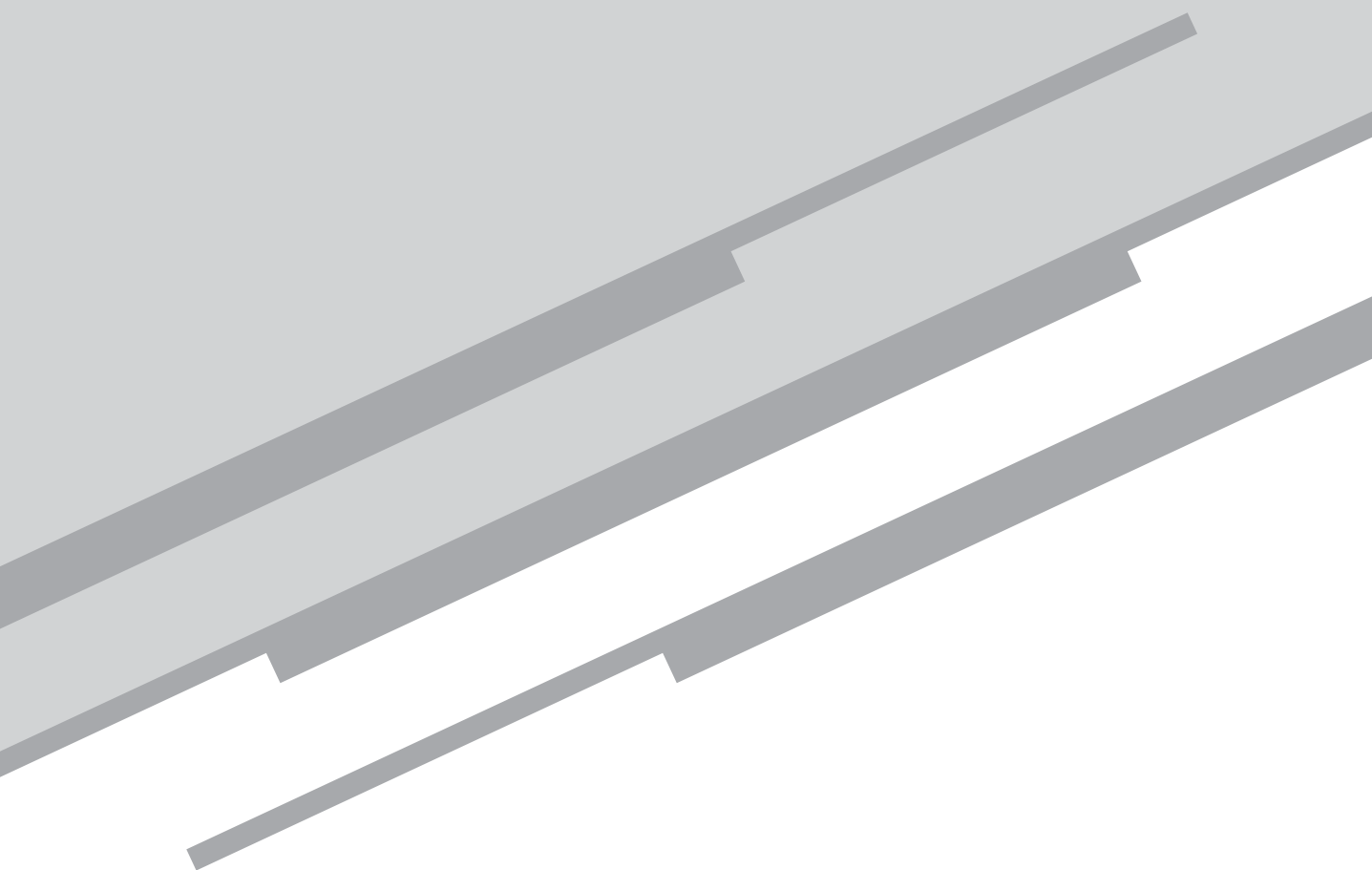
CERQUEIRA, Poliana da Silva; PINHEIRO, Lessi Inês Farias de; OLIVEIRA, Kaisa da Silva. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Brasil e na Bahia. Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 206, 2015. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/turismo.html>>. Acesso em: 28 maio 2018.

PARANÁ. O que são políticas públicas? Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.meio-ambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

SILVA, Fabiana dos Santos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. Políticas públicas de turismo no Brasil: estratégias para administração da atividade no país. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 10., 2013, Resende. Anais... Resende: AEDB, 2013. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/36218351.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

Aula 13

Exemplos de lugares que se desenvolveram a partir do turismo



Meta

Apresentar ao aluno a forma como o turismo é capaz de transformar as localidades, gerando impactos positivos e/ou negativos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento;
2. realizar uma análise comparativa de cidades que têm o turismo como principal atividade econômica.

Introdução

Ao longo da nossa disciplina, vimos como a Geografia é capaz de contribuir para a análise do Turismo, tanto na dimensão espacial quanto na socioeconômica e na política. Por meio de suas categorias de análise, vimos que a Geografia é uma ciência que está diretamente ligada ao turismo, visto que este necessita de um espaço e todas as suas características para atuar. Dessa forma, como o espaço é continente e condicionante da atividade turística, a Geografia nos ajuda a entender em que medida o turismo pode transformar as localidades onde se faz presente e como ele pode ajudar a promover o desenvolvimento local e a cidadania.

Nesse sentido, nesta nossa última viagem, veremos que geração de renda e crescimento econômico não necessariamente levam ao desenvolvimento. Este, por sua vez, depende muito mais da qualidade dos investimentos do que da quantidade deles. Para isso, utilizaremos exemplos reais de lugares turísticos e, por fim, faremos uma comparação entre duas cidades que têm no turismo sua principal fonte de receita: Paraty, no litoral sul-fluminense, e Guimarães, no norte de Portugal. Vamos lá?

Crescimento econômico e desenvolvimento

Na aula anterior, vimos como os governos, em suas diferentes esferas, podem contribuir para a promoção do desenvolvimento local por meio da criação e implementação de políticas públicas, especificamente voltadas para o turismo.

Já vimos, em outro momento, que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. No entanto, eles não são, de forma nenhuma, excludentes. Apesar disso, pode-se afirmar que é possível um local crescer economicamente sem se desenvolver. Um país considerado muito rico pode não apresentar boa qualidade de vida para grande parte de sua população. Se isso acontece, é porque o seu nível de desenvolvimento não está de acordo com o seu crescimento econômico. Isso se deve ao fato de que crescimento econômico está ligado exclusivamente a aumento de renda, desconsiderando o tratamento dado ao meio ambiente, a qualidade do sistema de ensino e de saúde, dos transportes, dos espaços públicos, do grau de atuação da população local nas decisões políticas, entre outros fatores. Por isso, os países mais ricos do mundo nem sempre estão no topo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH foi criado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e desde 1993 é utilizado pela ONU através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que anualmente divulga o ranking de desenvolvimento dos países. Segundo Amartya Sen, para um país ser considerado desenvolvido, ele precisa oferecer oportunidade à sua população para que ela possa fazer suas escolhas e exercer sua cidadania. Além disso, as pessoas precisam ter garantidos os seus direitos a saúde, educação, liberdade, cultura, transporte, segurança, lazer, entre outros fatores que lhes ofereçam boa qualidade de vida.



Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH é uma medida comparativa usada para classificar os países segundo seu grau de “desenvolvimento humano”, ajudando a classificá-los como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) *per capita* (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional. A cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. O IDH também é usado por organizações locais ou empresas para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais, como estados, cidades, aldeias etc. (ÍNDICE..., 2018).

Veja, a seguir, o mapa-múndi do IDH:

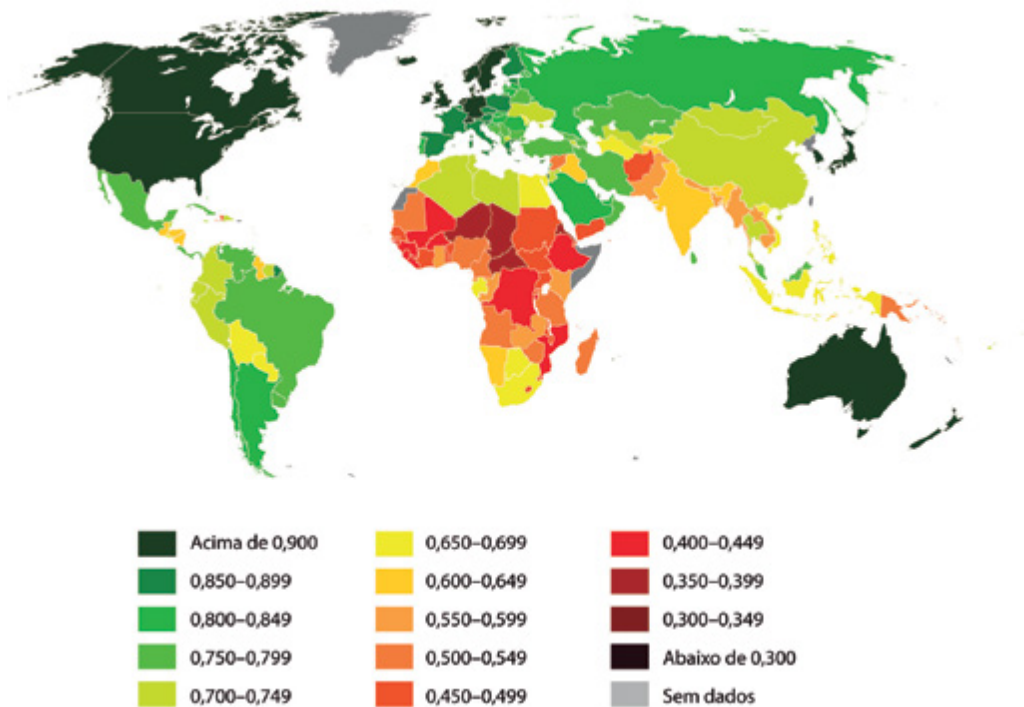


Figura 13.1: Mapa-múndi indicando o Índice de Desenvolvimento Humano (baseado em dados de 2014, publicados em dezembro de 2015).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano

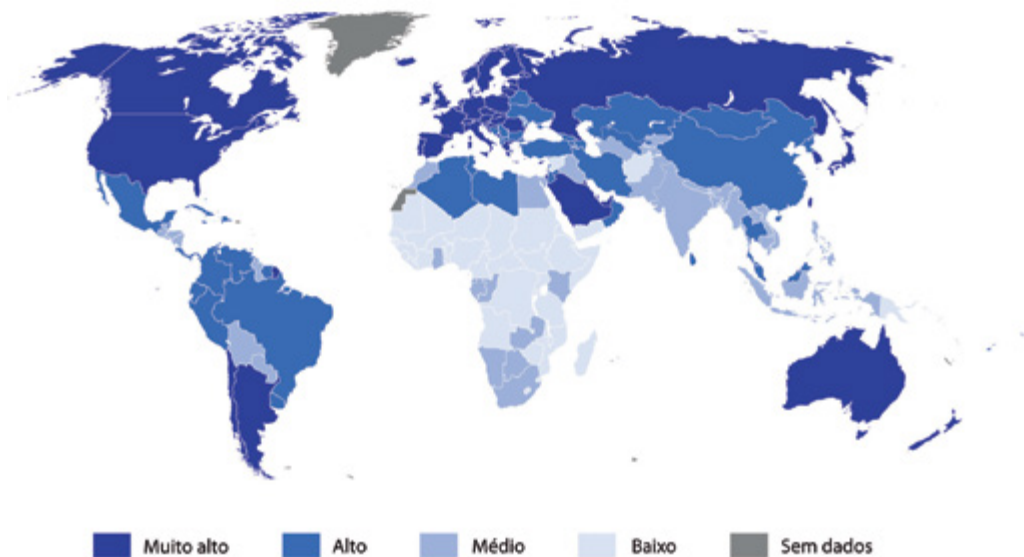


Figura 13.2: Mapa-múndi indicando o Índice de Desenvolvimento Humano (2014).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano

Os mapas presentes nas Figuras 13.1 e 13.2 apresentam duas maneiras de visualizarmos o resultado do IDH. O primeiro apresenta o resultado do índice em números, de acordo com a faixa que vai de 0 a 1. Já o segundo nos mostra o IDH de forma qualitativa, com resultado de baixo a muito alto, e que, em geral, é de compreensão mais fácil.

Em 2015, o IDH brasileiro foi de 0,755, o que o fez ocupar a 75ª posição no *ranking* que avalia 188 países. Esse lugar incômodo se deve, principalmente, aos fatos de que nossos índices de educação não são satisfatórios e de que ainda convivemos com uma grande desigualdade social no país.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

É comum ouvirmos pessoas afirmando que para ser feliz é preciso ser rico. Por isso mesmo, ao se falar em países desenvolvidos, logo se pensa em riqueza, alto padrão de vida, poder de compra etc. No entanto, percebe-se que no topo do IDH não estão os países mais ricos do mundo, mas sim aqueles que conseguiram atingir um bom equilíbrio entre crescimento econômico e qualidade de vida para a sua população. Nesse sentido, explique a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Resposta comentada

Crescimento econômico está diretamente relacionado a padrão de vida, isto é, à capacidade de consumo. Quanto maior o crescimento econômico de um país, mais rico ele será. No entanto, se essa riqueza não for bem distribuída à população e investida para que ela se beneficie não só com bons sistemas de saúde e educação, mas também com acesso ao lazer, cultura, espaços públicos de qualidade etc., a qualidade de vida e o exercício da cidadania serão prejudicados e, portanto, o desenvolvimento não será satisfatório. Alguns países emergentes, como o Brasil, o México e a Índia, vêm, nas últimas décadas, alcançando bons níveis de crescimento econômico (salvo os dois últimos anos de crise). No entanto, ainda não são considerados países desenvolvidos, por apresentarem má distribuição de renda, grande desigualdade social e de oportunidades de

emprego, graves problemas nas áreas de saúde e educação, segurança, transporte público, entre outras motivações que diminuem o nível da qualidade de vida da maioria de seus habitantes.

Levando a ideia de desenvolvimento para o turismo, podemos afirmar que um lugar turístico não é considerado desenvolvido só porque recebe muitos turistas e, por conseguinte, tem grande renda gerada pelo setor. Para que um lugar seja bom para os turistas é preciso que, antes, ele seja bom para os seus habitantes. Portanto, ainda que haja, numa localidade, um calendário cultural repleto de eventos, atrativos variados, como belas paisagens naturais e significativo patrimônio histórico, é preciso que a população local conte com bom sistema de saúde e educação, tratamento adequado dos cursos d'água e das áreas verdes, boas oportunidades de emprego, entre outros direitos.

Para exemplificar o que estamos afirmando aqui, apresentaremos a seguir os casos de duas cidades pequenas, uma brasileira – Paraty/RJ – e outra portuguesa – Guimarães. Trata-se de cidades que têm o turismo como principal atividade econômica e contam com um grande conjunto histórico-arquitetônico. Escolhi tais cidades por terem sido estudadas em minha tese de doutorado e, portanto, fazerem parte de um estudo aprofundado que me levou a conhecer melhor a relação entre geografia e turismo.

Crescimento econômico, desenvolvimento e turismo: os exemplos de Paraty e Guimarães

Paraty e Guimarães demonstram bem o grau de desenvolvimento que uma cidade turística pode apresentar, de acordo com a forma como a administração pública trata os seus cidadãos. Em ambas, podemos encontrar um grande número de turistas, nacionais e estrangeiros, ao longo de um ano. A maior diferença entre elas está na satisfação dos seus habitantes.

Paraty

Paraty é um município localizado no litoral sul-fluminense que possui 928,467 Km² e 39.965 habitantes, segundo o IBGE. A cidade tem sua história ligada aos ciclos do ouro e do café. Era um dos pontos de escoamento desses produtos para o Rio de Janeiro e, por isso, se beneficiou de um comércio ativo e do cultivo de gêneros alimentícios. No entanto, após a abertura da Estrada de Ferro Dom Pedro II, que passou a escoar todo o café produzido no Vale do Paraíba, Paraty entrou em um longo período de decadência que durou décadas, até ser “re-descoberta” por paulistas que viram nela grande beleza tanto natural quanto arquitetônica.



Figura 13.3: Localização do município de Paraty.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paraty#/media/File:RioDeJaneiro_Municip_Parati.svg

Aos seus longos anos de esquecimento se deve a preservação de seu casario colonial e imperial do Centro Histórico, o que lhe rendeu, junto com a Mata Atlântica presente no município, o título de Monumento Nacional, em 1966. Em seguida, com a abertura do trecho Rio-Santos da BR-101 e com o crescimento do turismo no Brasil, Paraty passou a receber um grande número de visitantes e a sofrer os impactos disso.

O problema é que o turismo não foi pensado de forma adequada na cidade. Não houve um planejamento urbano criterioso que acompanhasse seu crescimento acelerado. Com isso, o que se verifica é uma

clara desigualdade nas condições estruturais e sociais de seus bairros, sobretudo se compararmos o Bairro Histórico à maioria dos bairros da parte nova da cidade. Enquanto, para o primeiro, convergem as atenções dos poderes públicos, de empresários e, por conseguinte, dos turistas, as demais zonas da cidade crescem sem receber a infraestrutura e os serviços necessários a uma boa qualidade de vida, tornando-as um bolsão de pobreza que envolve uma ilha de prosperidade (PADILHA, 2011).

O fato de ter um conjunto arquitetônico protegido e que, por isso, manterá a sua fisionomia quase intacta, torna os imóveis do Bairro Histórico mais valorizados a cada dia, ainda que tenham diversas limitações com relação às mudanças. Como ocorre em várias cidades do mundo, isso tem provocado a compra de imóveis por parte de moradores ocasionais que desejam ter ali um lugar onde passar os fins de semana, feriados e férias. Além disso, os imóveis são comprados, também, por empresários que resolvem se estabelecer no bairro, sobretudo por meio de restaurantes, pousadas e lojas, devido ao grande número de turistas que a cidade recebe durante todo o ano. Dessa forma, notamos nesse quadro pelo menos dois problemas graves:

1. Com a saída dos antigos moradores do Bairro Histórico e sua substituição por moradores ocasionais e por empresários que apenas têm ali o seu negócio, esse bairro vai perdendo a sua identidade e a sua própria personalidade, transformando-se simplesmente em um lugar, em um conjunto de casas, como outros tantos. Um lugar com pessoas, mas sem cidadãos.

2. A cidade, embora dependa do turismo, cujo maior atrativo é o Bairro Histórico, não se resume a esse bairro. Ela é muito mais do que o que está contido no conjunto arquitetônico colonial. Aliás, toda a população e o território do município deveriam ter acesso aos bens e serviços públicos de forma igualitária. Tal afirmação pode soar um tanto quanto utópica. No entanto, vemos, em uma cidade como Paraty, pequena, mas com importância regional e mesmo nacional, uma grande oportunidade de realização plena da cidadania. Afinal, o turismo da cidade e do município depende essencialmente dos habitantes que vivem nos bairros novos da cidade de Paraty.

A cidade permanece sofrendo com problemas que atingem, principalmente, aqueles que nela vivem e que convivem com inundações constantes, falta de saneamento básico, poluição dos rios e da baía – que prejudica a atividade pesqueira e turística –, entre outras adversidades. Nem mesmo os turistas estão livres delas. Eles também encontram uma série de difi-

culdades para conhecer Paraty e ali permanecer. A poluição dos rios e da baía, a falta de profissionais qualificados para dar informações e atender o público podem tornar a visita um transtorno (PADILHA, 2011).



Marcela Padilha

Figura 13.4: Praça no bairro Mangueira (à esquerda) e Praça da Matriz (à direita). No primeiro, apesar de as ruas serem pavimentadas, o esgoto do bairro, assim como de grande parte da cidade, continua sendo despejado nos rios. A praça, que deveria ser um espaço público agradável, não tem manutenção e limpeza adequadas. Muito diferente da Praça da Matriz, no Centro Histórico.

É possível observar, portanto, que em Paraty as atenções do poder público e dos empresários se voltam para o Bairro Histórico, pois é ele que recebe os turistas. Já os demais bairros da cidade ficam à margem dos investimentos, ainda que façam parte da mesma cidade e que todo o município seja tombado pelo Iphan.

Guimarães

Guimarães é um exemplo de cidade que fez o caminho que consideramos o mais adequado: desenvolveu o turismo a partir do desenvolvimento da cidade. Desde as nossas primeiras aulas, procuramos mostrar que o turismo precisa partir do espaço, com suas características e, assim, ser um aliado para o desenvolvimento local. Quando o caminho é inverso, ou seja, um turismo feito de fora pra dentro, desconsiderando as particularidades e necessidades locais, o sucesso da atividade nem sempre acontece e, quando acontece, beneficia a minoria.

De acordo com Ramón López de Lúcio (2008), arquiteto-urbanista que possui diversos trabalhos acerca do planejamento urbano e do patrimônio histórico arquitetônico, os aspectos prioritários das políticas que envolvem patrimônio e turismo devem ser, principalmente:

- a melhoria dos espaços públicos;
- as políticas de mobilidade e de estacionamento;
- a melhoria da qualidade ambiental por meio do “enxugamento” do excesso de construções;
- as políticas de melhoria/reabilitação/renovação de edifícios residenciais e casas;
- as políticas de implantação de atividades não residenciais, com a implantação de pequenos equipamentos para a população residente ou mesmo equipamentos maiores, como museus, universidades, entre outros.

Essas medidas foram contempladas no processo de reabilitação do centro histórico da cidade de Guimarães, cidade localizada no distrito de Braga, na região norte de Portugal. É conhecida como o “berço da nacionalidade portuguesa”, pois ali Dom Afonso Henriques, considerado o fundador de Portugal, teria nascido e recebido o sacramento do batismo. Além disso, foi palco da batalha de São Mamede, que teria resultado na vitória de D. Afonso Henriques e na consequente independência do Condado Portucalense, face ao Reino de Leão. A cidade foi, também, a primeira capital de Portugal. Guimarães é sede do concelho homônimo e possui um território de 23,5 Km², onde vivem pouco mais de 54.097 pessoas (SANTOS; NICOLAU, 2004).



Figura 13.5: Localização da cidade de Guimarães.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guimar%C3%A3es>, acesso em 10/01/2017



Você sabe o que é um concelho? Vamos fazer uma pausa pra conhecer a divisão político-administrativa de Portugal? Acesse o [link](http://www.conexaoportugal.com/2011/03/entenda-divisao-do-estado-portugues.html) <http://www.conexaoportugal.com/2011/03/entenda-divisao-do-estado-portugues.html> e entenda essa divisão.

O setor terciário, com destaque para o comércio, é aquele que gera maior receita para o concelho de Guimarães, embora seja a indústria a responsável por empregar a maior parte da mão de obra, sendo a indústria de cutelaria a mais importante. A cidade recebe anualmente cerca de 22 mil turistas, atraídos pelo seu belo e harmonioso centro histórico, classificado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

No entanto, para alcançar o prestígio de que a cidade desfruta hoje, foi necessário realizar um minucioso trabalho de reabilitação da área que era a mais degradada da cidade e, para isso, foi preciso contar, fundamentalmente, com a colaboração da população local e com o apoio da Câmara Municipal.

O centro histórico de Guimarães possui um tecido urbano essencialmente medieval e um conjunto arquitetônico harmonioso – embora não uniforme – no que diz respeito aos tipos de construção. Suas ruas estreitas desembocando em praças bonitas e aconchegantes produzem agradável sensação àqueles que chegam à cidade. No entanto, esse quadro era muito diferente no início da década de 1980.

Toda a riqueza histórica e cultural do centro se apresentava em estado de intensa degradação, com suas antigas praças substituídas por campos de saibro que serviam de estacionamento de automóveis; as ruas estavam constantemente vazias, antigos edifícios em péssimo estado de conservação e a falta de segurança fazia parte do cotidiano da cidade. As demolições começavam a acontecer e novos edifícios, que não seguiam qualquer padrão ou que tentavam copiar os antigos, a aparecer.

Devido ao risco que a cidade corria de perder seu valioso conjunto histórico, um grupo de profissionais se reuniu, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, para defender o patrimônio de Guimarães, e fundou a Associação Muralha, em 1981. O intuito dos profissionais era trabalhar junto à população e reabilitar a área mais de-

gradada da cidade. Foi por isso que a Câmara cedeu ao Gabinete a casa de nº 115 da Rua Nova – atual Rua Egas Moniz –, que lhe pertencia. Trata-se de um edifício de origem medieval, mas cuja estrutura é quase toda do século XVII e com acréscimos do século XIX, que estava abandonado e que a Câmara resolveu restaurar.

O projeto de restauro e readaptação da casa ficou a cargo do arquiteto Fernando Távora. A qualidade do trabalho realizado na Casa da Rua Nova (Figura 13.6) foi reconhecida com o Prémio Europa Nostra, em 1985, o que levou a Câmara a valorizar mais o projeto e a perceber que a recuperação do centro histórico poderia ser interessante para a cidade.



Figura 13.6: Casa da Rua Nova – atual Rua Egas Moniz – nº 113, antiga sede do GTL de Guimarães.

Fonte: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007/gestachguimaraes.pdf>

Assim, é criado, também no ano de 1985, o Gabinete Técnico Local – GTL – de Guimarães, que se instala na Casa detentora do prémio. A responsabilidade do GTL era criar e gerir um processo de recuperação do centro histórico da cidade, tendo como pilares:

- a manutenção da população residente, promovendo melhores condições de habitabilidade por meio de apoio técnico e financeiro;
- a reabilitação dos espaços públicos;
- a utilização de técnicas de intervenção no património que não prejudicassem a sua autenticidade;

- a implantação de edifícios dinamizadores, que teriam como função atrair a população com frequência, tais como o Fórum, o órgão da previdência social, a agência dos Correios etc.

Em relação à preocupação com as técnicas utilizadas nas obras, “[...] pretendia-se que as intervenções levadas a cabo pelo GTL tivessem um carácter exemplar, constituindo, assim, actos pedagógicos e incentivos à iniciativa particular na reabilitação do centro histórico”, foi o que disse Miguel Frazão, arquiteto, coordenador do GTL de Guimarães, em entrevista dada a mim por ocasião da pesquisa de doutorado, no dia 3 de janeiro de 2011 (PADILHA, 2011, p. 207).

Entre 1985 e 1999, 331 edifícios haviam sofrido intervenções, dos quais 225 situados na zona intramuros, que tem um total de 493 edifícios. Do total intervencionado, mais da metade contou com recursos da iniciativa privada, ficando a menor parte com o financiamento do poder público local e central. Até 2005, cerca de 90% dos espaços públicos da área intramuros haviam sido reabilitados (PADILHA, 2011).

A estratégia seguida pelo GTL não se baseou apenas na reabilitação física dos espaços públicos, mas também na tarefa de fazê-los “reviver”, isto é, em incentivar os cidadãos a frequentá-los novamente. Para isso, pelo menos um edifício institucional deveria ser estabelecido em cada praça de grande relevância no centro histórico. Dessa forma, os habitantes, necessitando dos serviços oferecidos nesses edifícios, precisavam frequentar essas zonas. Isso fez com que tais espaços ganhassem cada vez mais usuários, o que levou ao surgimento de um comércio interessado nos possíveis clientes que por ali passavam e que, muitas vezes, ali permaneciam por algum tempo, visto que aqueles locais tinham se tornado bastante agradáveis (PADILHA, 2011).



Figura 13.7: Largo Cônego José Maria Gomes, conhecido como Praça da Municipalidade, antes e depois das obras do GTL. Atualmente, abriga o edifício da Câmara Municipal.

Fonte: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007/gestachguimaraes.pdf>

A população, percebendo os esforços dos técnicos envolvidos no processo, assim como as mudanças positivas que já eram perceptíveis no espaço urbano, também passou a apoiar e a contribuir com a revitalização, tornando-se parceira do programa.

Os moradores passaram a frequentar a sede do Gabinete e a discutir os problemas e possíveis ações com os profissionais envolvidos na revitalização. Muitas moradias, que precisavam de algum tipo de intervenção, foram, ao longo do tempo, reparadas, sempre tendo o desalojamento como última opção. Aliás, poucos foram os casos de famílias que tiveram de deixar suas casas durante as obras, mas, mesmo elas ficaram por pouco tempo instaladas em casas de familiares. Essa medida teve e tem como objetivo impedir que os moradores saiam do centro histórico. O resultado disso foi que, desde o início do programa, não houve uma mudança significativa do número de habitantes do centro histórico. Esse trabalho tem sido contínuo. Os proprietários que não possuem recursos para arcar com as despesas das obras recebem apoio da Câmara Municipal (PADILHA, 2011).



Figura 13.8: Edifício residencial no centro histórico de Guimarães, antes e depois da intervenção dos técnicos do GTL.

Fonte: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007/gestachguimaraes.pdf>

Em 2001, Guimarães foi declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco. O título lhe rendeu grande visibilidade e a cidade passou a receber o dobro de turistas que a visitavam antes de sua obtenção. Isso

também ajudou a dinamizar sua economia, que hoje conta com diversos bares, restaurantes e pousadas, a maioria deles de propriedade dos moradores locais. Além disso, o título ajudou a dar credibilidade e força ao programa, tendo despertado, ainda, o orgulho da população vimaranense (PADILHA, 2011).

Em suma, pode-se perceber que um ponto em comum entre o sucesso de Guimarães e a perda cidadã de Paraty é o tratamento de seus espaços públicos. No caso de Paraty, seu centro histórico, principal espaço da cidade, foi transformado em espaço do turista, no sentido mesmo de perda de suas funções cidadãs, que são aquelas voltadas para os moradores locais. Com isso, tem-se um lugar onde predomina o valor de troca, em vez do de uso. Já em Guimarães adotou-se uma postura de revitalizar o centro histórico, valorizando seus espaços públicos e priorizando a manutenção da população local. Com isso, os moradores, que participaram do processo de revitalização, passaram a usar mais o centro histórico, apropriando-se dele e sentindo-se orgulhosos de sua cidade. O turismo ganhou, mas os moradores ganharam mais.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

O turismo envolve setores da economia e da cultura, e, ao longo das últimas décadas, vem ganhando força e gerando mais renda, chegando aos lugares mais remotos do planeta. Por isso mesmo, é visto como uma das possibilidades de “renascimento” de localidades que se encontram estagnadas ou mesmo em crise. No entanto, podemos encontrar exemplos de lugares que realmente se desenvolveram a partir do turismo, mas também outros onde essa atividade, por ter sido mal planejada, gerou a saída dos moradores locais e a perda da cidadania. Nesse sentido, explique de que forma o turismo pode minimizar os impactos negativos na qualidade de vida da população local, ampliando os positivos.

Resposta comentada

O turismo é um fenômeno social que tomou grandes proporções ao longo da segunda metade do século XX. Isso chamou a atenção do poder público e dos empresários em grande parte dos países do mundo, que

passaram a ver nele grandes oportunidades de geração de renda. Dessa forma, muitos lugares antes desconhecidos passaram pelo processo de turistificação, abrindo-se para visitantes. No entanto, em muitos deles não houve estudo e planejamento adequados para que turismo e vida cidadã ficassem em harmonia. Pousadas, hotéis, restaurantes, lojas em geral foram surgindo sem estar em um plano de crescimento urbano que seguisse tal processo. Com isso, muitos moradores acabaram sendo prejudicados pela necessidade de sair das áreas mais valorizadas, com falta de qualificação para trabalhar nas novas vagas de emprego e, assim, vendo pessoas de fora ocuparem tais vagas, o que levou à insegurança pública etc. Exemplos positivos nos mostram que tais impactos podem ser minimizados por meio de planejamento urbano e turístico feitos de forma criteriosa e por profissionais que realizem estudos envolvendo as necessidades da população, a capacidade local de receber os turistas, o investimento em educação básica e técnica, a qualidade do meio ambiente. Enfim, deve-se ter como prioridade criar um lugar bom para os moradores viverem, pois assim já se terá um bom caminho para o desenvolvimento do turismo.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Cite um exemplo de uma localidade onde o turismo provocou a perda de cidadania e de outra onde o turismo ajudou a promover o desenvolvimento local.

Resposta comentada

Carcassonne, no sul da França, é uma cidade medieval Patrimônio da Humanidade. Suas muralhas, ruas, castelo e casario encantam o visitante, que se sente entrando em uma máquina do tempo e voltando séculos e séculos na história. No entanto, na parte antiga da cidade não há moradores com quem os turistas possam interagir e conhecer a cultura local. Há somente lojas, hotéis, restaurantes e uma igreja vazia. A cidade dos moradores fica fora dali, depois do principal rio da cidade, que

divide o passado e o presente. Já na região serrana do Rio, vemos um exemplo onde o turismo tem promovido não só o aumento da renda dos moradores, como, também, a possibilidade de sua permanência na zona rural. É o caso dos produtores rurais orgânicos que vêm se abrindo para o turismo e mostrando aos visitantes como são a vida no campo e a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos. O turismo rural de agricultura familiar vem, assim, se desenvolvendo na região e mostrando a riqueza cultural do campo, que vai além do dinheiro que ele pode gerar.



Figura 13.9: Carcassonne, na França, e turismo pedagógico em sítio do distrito de Santa Rita, em Teresópolis, região serrana do Rio de Janeiro.

Resumo

Dinheiro traz felicidade? Para muitos a felicidade não é possível sem uma conta bancária bem recheada. Para outras, o dinheiro ajuda, mas não determina a felicidade. E ainda existem aqueles que não fazem a menor questão de dinheiro para ser felizes. Tal diversidade de opiniões gera, também, condutas diferenciadas dos governantes. Para certas culturas, ter alto padrão de consumo é o que dita o grau de felicidade da população. Para outras, no entanto, o importante mesmo é ter boa qualidade de vida.

É com base em tais ideias que alguns pensadores costumam diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento, tal como fez Amartya Sen ao desenvolver o IDH. Para ele, o desenvolvimento vai além do crescimento econômico, pois está atrelado às oportunidades que as pessoas têm de escolher o que querem fazer, como querem viver, aos direitos

não somente básicos, como educação e saúde, mas também aqueles que promovem alegria e bem-estar, como o lazer, o acesso à cultura, entre outros.

Essa mesma ideia, acreditamos, precisa permear o planejamento turístico das localidades onde essa atividade tem importância no quadro econômico e social. Percebe-se em diversos exemplos pelo mundo que o turismo pode ser herói ou vilão, fazer um lugar reviver ou matar a sua história e a sua cidadania. Assim, esse é um assunto que deve ser tratado de forma séria e por profissionais gabaritados, que procurem oferecer boa recepção e estadia aos visitantes, mas, antes, garantir um bom lugar para os moradores viverem, um lugar onde eles se sintam bem e que lhes dê orgulho de mostrar aos turistas.

Referências

ÍNDICE de Desenvolvimento Humano. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Developolvimento_Humano>. Acesso em: 29 maio 2018.

LÚCIO, Ramón López de. Los tejidos históricos como espaciomuseístico o como ciudad vivida. ¿Diseño para el uso o para la estética? In: GARCÍA, García Antonio; CONTI, Alfredo (Coord.). Espacio público, ciudad y conjuntos históricos. Sevilla: Consejería de Cultura/PH cuadernos, 2008. p. 69-77.

PADILHA, Marcela do Nascimento. Espaço público e patrimônio histórico em Paraty, RJ: entre o espaço do cidadão e o espaço do turista. 2011. 286 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SANTOS, Luísa; NICOLAU, Margarida. Caracterização socioeconómica dos concelhos: concelho de Guimarães. 2004. Disponível em: <<http://especial.imgs.sapo.pt/multimedia/pdf/local/GUIMARAES.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

